UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

INÁCIO DE CARVALHOS DIAS DE ANDRADE

**Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da
questão identitária dos sem-teto**

São Paulo
2010

INÁCIO DE CARVALHO DIAS DE ANDRADE

**Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da
questão identitária dos sem-teto**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de mestre em
antropologia

Área de concentração: Antropologia Social

Orientador: Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr.

São Paulo

2010

Agradecimentos

À Fapesp pela bolsa concedida por um período de dois anos que tornou possível o campo e os estudos.

A Heitor Frúgoli Junior pelo incentivo, apoio e companheirismo durante todo o período da orientação.

Aos moradores do Pinheirinho, que gentilmente me receberam por mais de três anos, em suas assembleias e reuniões e em suas salas e quartos construídos com suas próprias mãos. Guardo lembranças carinhosas de todos por me deixarem acompanhá-los em mais um momento tão difícil de suas vidas. Sou grato também ao PSTU e ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos por possibilitar a minha entrada em campo e prontamente me atender a qualquer momento. Agradeço, especialmente, ao Marrom.

Dedico também essa dissertação a todos os membros do PPGAS/USP, docentes, funcionários e colegas que guiaram, facilitaram e dividiram comigo o processo de aprendizagem. Sou especialmente grato a todos os membros e ex-membros do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC), pelas discussões sempre profícuas e estimuladoras. Sou grato a Gabriel de Santis Feltran e Julio Simões pelos comentários precisos na banca de qualificação.

Também tenho uma dívida de gratidão à Unicamp, instituição na qual me formei e comecei meus trabalhos. Agradeço nominalmente Ronaldo Almeida e Maria Filomena Gregori, a Bibia, por todos os estímulos durante esse período. Sou grato também a todos os funcionários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Não posso deixar de agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, debateram comigo todos esses anos e sem os quais não poderia ter chegado a essa temática ou a quaisquer outras conclusões: André Oliveira Rodrigues, Lucas Spinelli, Pablo Garcia, Fábio Zuccolotto, Marcelo de Souza, Luis Otávio, Ricardo Normanha, João Magalhães, Juliana de Oliveira Carlos e tantos outros amigos e colegas dos quais poucas palavras bastam para desestabilizar uma dissertação inteira.

Fico feliz também pela oportunidade que a USP me deu de estabelecer novos contatos e rumos para pensamento. Sabendo que sou incapaz de citar todos, gostaria de agradecer especialmente a Enrico Spaggiari, Rodrigo Lobo e Carlos Filadelfo. A tristeza que tenho de não poder agradecer a todos nominalmente é compensada pela ciência que cada um deles tem do papel crucial que desempenharam nessa parte da minha vida.

Sou grato a toda a minha família de uma maneira que não consigo expressar.

A minha mãe, Francisco e Ana.

Ao meu pai e à Júlia, que mesmo não podendo me acompanhar durante o percurso, sempre estiveram presentes em meus pensamentos.

Resumo:

O estudo tem por base uma etnografia de um acampamento dos sem-teto localizado na cidade de São José dos Campos, batizado de Pinheirinho e ligado ao Movimento Urbano dos Sem-teto (Must). A dissertação se insere dentro da discussão dos estudos urbanos por meio de uma ótica antropológica, no intuito de debater questões relativas à constituição da esfera pública e das práticas dos movimentos sociais atuais. A etnografia privilegiou a formação discursiva de sujeitos de direitos a partir do cotidiano dos moradores e tentou conjugá-la com a problemática da participação política em meio urbano, considerando as contribuições de etnografias clássicas da área e preocupações recentes da sociologia.

Palavras-chave: Antropologia urbana; sem-teto; movimento social; participação política; interdisciplinariedade.

Abstract:

The study is based on ethnography of a homeless camp site placed in São José dos Campos, which is called Pinheirinho and linked to Urban Homeless Movement (Must). This dissertation is part of a discussion about urban studies through an anthropological view, intending to debate questions related to public sphere constitution and current social movement actions. The ethnography view has privileged the discursive establishment of people of rights based on the residents' day-by-day and has tried to conjugate it with the political participation problematic in urban environment, considering the classic ethnographies of this area and recent sociological concerns.

Key words: Urban anthropology; homeless; social movement; political participation; interdisciplinarity.

Estrutura da Dissertação

O texto começa com a localização das lacunas por onde se poderá iniciar a discussão. O primeiro capítulo é dedicado a historicizar a construção da esfera pública brasileira a partir de sua redemocratização. Tenta-se confrontar variados autores com perspectivas diferentes e áreas diversas, a saber: a antropologia e a sociologia. Percorre-se cerca de trinta anos para montar um debate com a qual a coleta dos dados pode dialogar.

O segundo capítulo é dedicado à apresentação ao leitor da cidade e do local no qual a pesquisa foi desenvolvida. São apresentados dados estatísticos, sócio-econômicos e uma pequena história do município, para situar o contexto de onde os dados foram retirados.

O terceiro capítulo e o quarto capítulos são frutos de uma etnografia mais densa. Baseados em dados recolhidos de entrevistas, anotações e diários de campo, essas duas partes da dissertação constituem o grosso da pesquisa. No terceiro capítulo discorre-se sobre a construção discursiva do sujeito coletivo do acampamento, e para tanto se isolou três categorias consideradas centrais dentro de campo: “luta”, “trabalhador” e “bairro”. Tentei montar um sistema coerente por meio desses termos e configurar a potencialidade política e mobilizadora desses. Centrei-me, sobretudo, nos aspectos discursivos do campo.

O quarto capítulo corresponde à tentativa de conjugar essa possível mobilização com os quadros institucionais da participação política atual e constitui um esforço de ligar os acontecimentos cotidianos do Pinheirinho com esferas formais de reivindicação, bem como com a discussão empreendida na primeira parte.

A quinta e última seção são comentário finais, a meu ver, uma modesta contribuição que os dados etnográficos coletados podem dar sobre a discussão corrente de esfera pública.

Sumário

1. Introdução	8
1.1 Panorama do campo conceitual	8
1.1.1 A formação do debate	8
1.1.2 A construção do ideário autônomo das classes populares	10
1.1.3 A rotinização do espaço público	15
1.1.4 A idéia do “desmanche”	27
1.1.5 A cidade: de questão à gestão?.....	39
1.2 Objeto do trabalho e questões de pesquisa	45
1.3 Procedimentos Metodológicos	47
 2. A cidade, o bairro e o acampamento: descrição do cenário	54
2.1 A cidade	54
2.2 A Zona Sul	64
2.3 O Pinheirinho	68
2.3.1 Origens	71
2.3.2 Gerenciamento, negociações e perspectivas: poder público, Selecta e Pinheirinho ..	75
 3. A política do outro	85
3.1 As boas categorias para se pensar a política	88
3.1.1 As “lutas”.....	89
3.1.2 O sujeito da ação: o “trabalhador”.....	104
3.1.3 A idéia de “bairro” e a inserção urbana do acampamento.....	115
3.2 Confluências narrativas: a mobilização coordenada das categorias.....	124
 4. Insitucionalidade política e vias formais de representação.....	132
4.1 As origens institucionais do Pinheirinho.....	135
4.2 A dinâmica das Reuniões e Assembléias: espaços institucionais e marcadores de identidades	147
4.3 A apreensão moral das instituições: “Marrom” enquanto categoria nativa.....	153
 5. Considerações Finais.....	163
 6. Bibliografia.....	175

1. Introdução

1.1 Panorama do campo conceitual

1.1.1 A formação do debate

Um dos desafios recorrentes ciências sociais brasileiras nas últimas décadas tem sido o conceito de esfera pública. O debate varia ao longo dos anos e das escolhas teóricas e metodológicas escolhidas, tanto que as palavras-chave utilizadas para descrever todo este processo, detendo-me apenas do final dos anos 70 em diante, são das mais variadas e divergentes. Uma leitura rápida pela bibliografia que vem tratando do assunto pode revelar alguns dos motes pelos quais dezenas de livros e autores analisaram e circunscreveram o seu desenvolvimento. Fala-se nas possibilidades de seu surgimento, na sua constituição por atores políticos em tempos ditatoriais ou de abertura política, sua potencialidade revolucionária, sua consolidação institucional num regime democrático, sua ampliação, encolhimento ou mercantilização pelo terceiro setor na década de noventa, sua danosa privatização e, mais recentemente, na falência política dessa arena numa democracia que se viu impossibilitada de se consolidar.

Pretendo aqui percorrer sinteticamente alguns autores que etnografaram as mudanças ocorridas durante esse período e que forneceram dados essenciais para o debate de modo que, se esse tema ainda é calorosamente discutido, grande parte desse mérito provém de suas pesquisas e dados empíricos que focalizaram basicamente os processos e resultados alavancados pela idéia de esfera pública no cotidiano das chamadas classes populares — ora protagonistas desse processo, ora vítimas de sua ruína.

É difícil precisar uma data ou obra específica que tenha colocado a primeira lenha na fogueira dessa discussão, no entanto, o cenário de seu nascimento não poderia ser mais polêmico: o calor de uma ditadura de mais de duas décadas. Para iniciar o panorama é necessário, antes de tudo, entender o contexto em que os primeiros autores que tratarei nesta introdução escreviam. As alternativas predominantes na esquerda brasileira à época resumiam-se a apenas duas: a luta armada declarada contra um Estado claramente opressor e ilegítimo, ou uma militância considerada mais branda dentro de quadros institucionais permitidos e rigidamente controlados pela ditadura, seja no único partido de oposição legal, seja no que muitos militantes chamaram de “trabalho de

formiga” (SADER, 1988) nos sindicatos. Desse modo, dentro do paradigma da crítica teórica marxista que pairou sobre a esquerda nesses “anosz de chumbo”, as possibilidades de construção de uma arena democrática ou, quiçá, revolucionária se delimitavam a tomar o poder em seu centro e promover uma mudança radical de cima para baixo ou “conscientizar” as massas sobre as possibilidades de uma revolução em curso, já que, naquele momento, as grandes contradições provenientes do capital estariam acirradas. De qualquer modo, tudo isso era feito em nome de um proletariado em formação que detinha sua especificidade e força política a partir do momento em que era explorado em sua fonte, isto é, no momento da produção dentro das fábricas. O contexto da crítica privilegiava como experiência política válida e transformadora não só o cenário urbano, opressor, contraditório e produtor da classe operária, como também localizava, dentro da cidade, o local no qual a realidade se mostraria aos olhos dos oprimidos e produziria a política transformadora.¹

As inúmeras críticas a essa visão são fundadas essencialmente nos relatos etnográficos que privilegiaram as outras esferas do cotidiano de boa parte desse proletariado, renomeado em função de sua heterogeneidade de origens e intenções através do jargão, talvez, um tanto quanto abrangente — como não poderia deixar de ser — de “classes populares”. Nessa visão, locais que eram tidos pela orientação marxista como meros períodos apolíticos de “reprodução da força de trabalho” foram contemplados e revistos em sua potencialidade política e reprodutora da mobilização social. Os estudos clássicos de Eunice Durham e José Magnani, “A família operária: consciência e ideologia” (2004 [1980]) e *Festa no pedaço* (1982), respectivamente, são apenas dois exemplos do surgimento de uma linha de estudos que, claramente, focava em âmbitos esquecidos desse sujeito político — como a família ou os laços de sociabilidade na vizinhança —, resgatando-os como espaços importantes para se entender dinâmicas sociais e políticas das classes populares em anos de ditadura.

No entanto, esse movimento não foi restrito à academia e nem nela começou. Os relatos etnográficos somente ressaltavam para os pesquisadores a relevância do que já eram consideradas esferas importantes e consagradas para os habitantes das periferias urbanas: religião, família, vizinhança, compadrio, etc. Nessas arenas aparentemente impenetráveis, as considerações públicas e regamente separadas da formação de um mundo comum seriam, no começo desse processo, os lócus privilegiados para a

¹ Cf. Weffort (1984) e Telles (1987), por exemplo.

constituição de um campo político específico necessário para a mobilização de grandes massas e a atuação do sujeito coletivo dos novos movimentos sociais. Processo, felizmente, apreendido por uma esquerda que sofreu com a crítica das grandes determinações estruturais nos anos 70 e concepções vanguardistas e buscou se reorganizar através de outras matrizes discursivas que reivindicavam para as classes populares um caráter autônomo, apartidário e antiestatal (Sader, 1998, Durham, 1972 [2004], 1972b [2004] e 1986 [2004] e Caldeira, 1984).

Fato é que práticas antes tidas como resquícios a serem superados por grande parte dos estudos clássicos da ciência política ou da sociologia na formação política tupiniquim, ou mesmo da América Latina, como o patriarcalismo, grandes oligarquias, ingerência da esfera privada sobre a pública e demais malefícios à consolidação da democracia brasileira – alguns deles considerados como herança de nossa colonização mal-sucedida – constituíram-se áreas importantes onde os chamados novos movimentos sociais encontraram suas práticas. Sendo que, apesar da crítica do clientelismo das massas — na confusão de âmbitos nunca claramente definidos entre privado e público através das conversas informais — agenciamentos tidos como suspeitos entre governantes, funcionalismo e lideranças e práticas eminentemente políticas foram gestadas constituindo uma noção idiossincrática do funcionamento de um Estado de direito e de uma arena discursiva política nascida por meio dos trânsitos entre o público e o privado, entre o favor e a cobrança, entre a colaboração e o enfrentamento ou, simplesmente, entre o consenso e o dissenso.²

1.1.2 A construção do ideário autônomo das classes populares

A autonomia e independência dos movimentos populares foram vistas por muitos como uma reação e uma crítica à experiência populista do passado e, além disso, essa espontaneidade passou a ser entendida não como carência de direção ou liderança, mas por meio do prisma de auto-organização e de novas formas de participação

² A noção de incompletude das instituições liberais dentro do cenário nacional tem respaldo de nomes antigos das ciências sociais e muitos deles apontam para as características específicas de nossa colonização para a explicação de práticas presentes. Os estudos da “cultura política brasileira”, se é que podemos chamá-la assim, aparece com Gilberto Freyre (2006), Caio Prado Júnior (1996) e Sérgio Buarque (1997). Esses estudos são referências até hoje para cientistas sociais que denunciam o “favor”, o “clientelismo”, o “patrimonialismo”, “clientelismo”, dentre outras práticas tidas como “atrasadas”, como fez Weffort (1965). Para uma discussão mais recente, ver Schwarz (1989), Slenes (1997), Castro (1997), Gomes (1998), Martins (1998) e Novais (1998).

(Weffort, 1984 e Telles, 1987, por exemplo). Através da percepção dessa ruptura foi que se deu o questionamento da imagem de atraso, imaturidade política e amorfismo das massas. A descoberta do caráter desse novo sujeito político gestou em seu bojo a problematização — acadêmica e política — daquilo que poderia ser chamado de sociedade civil ou esfera pública pensada, nesse primeiro momento, como oposta ao Estado e aos grandes quadros institucionais e, por isso mesmo, vista como uma possibilidade de subversão das condições impostas. A verdade é que os espaços institucionais, como os partidos e sindicatos, foram percebidos, na época, como lugares de reprodução das desigualdades da sociedade, espaços que garantiriam e instrumentalizariam a subordinação das classes subalternas, mesmo porque se encontravam controlados pelo governo. O espaço da esfera pública que esses movimentos traziam na sua nova concepção de atores políticos prezava, portanto, pela construção de uma “nova hegemonia”, no sentido gramsciano, capaz de instaurar uma nova “democratização substantiva” da sociedade. (Telles, 1987)

O grupo de intelectuais de esquerda, aos quais Doimo (1995) se referiria mais tarde e que viveu o pós-64, revisitava o passado, repensando a crítica e reavaliando as suas instituições e personagens para entender as razões das suas promessas frustradas e não cumpridas. Desse modo, os novos movimentos tendiam a ser vistos como sinais de outro tempo que poderiam repor os horizontes de uma classe que estava sob o impacto de um Estado autoritário. Além do mais, já que esse Estado — que apesar de repressor, era modernizante — impôs uma profunda reorganização da sociedade, provocando nos espaços institucionais tradicionais uma desconfiguração da condição de espaços da política válida, nada parecia mais natural, a essa época, do que a revitalização e politização de outras esferas. Para Weffort (1984), a crença anterior num Estado intervencionista e igualitário, instrumento de uma democratização da sociedade e da economia, estava destruída desde o golpe militar. Segundo o sociólogo, a sociedade civil aparece, quase que naturalmente, como alternativa política frente ao Estado:

“(...) nós queríamos ter uma sociedade civil precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso a nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la (...) [precisávamos inventar] sinais e valores presentes na ação política e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade. Numa palavra, nós

precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos liberdade” (Weffort *apud* Telles, 1984, 60).

Os novos movimentos sociais seriam capazes de “reabrir o social” (Telles, 1984), pois elaboravam práticas e sinais que, ao retomarem os espaços nos quais os conflitos ganhavam visibilidade, tornavam o social legível e público, reconhecível em sua expressão excludente e através da faceta de uma sociedade que ainda não havia sido inteiramente coagida pela violência estatal. Nesse espaço discursivo, os movimentos sociais aparecem como arautos de uma nova cena pública que se constitui na exata ocasião de sua contraposição ao Estado.

Os autores que etnografaram esse social, tais como Durham (1972), Caldeira (1984) e Sader (1988), perceberam a construção de novas formas de publicização de identidades e de expressão coletiva que escapavam dos clássicos lugares instituídos da sociedade e dos estudos acadêmicos. A ruptura se referia, na ocasião, aos significados assumidos pelos novos movimentos sociais no momento de seu surgimento através de uma visão estrita do fazer político. O que significa dizer que esses significados passam a ser construídos no interior de uma nova percepção do lugar onde se articulam as práticas políticas dos trabalhadores. O espaço público passou a ser constituído também pela esfera do não trabalho e sua conotação passa a ser expandida para outros locais antes tidos como privados, tal como os movimentos feministas e sexuais fizeram nos anos 60. A politização da vida privada através de percepções de carências públicas foi o mote pelo qual esses movimentos tornaram-se poderosos e significantes em seu tempo. (Durham, 1972)

Os movimentos sociais, na fase que Ruth Cardoso (1994) apelidou de “heróica”, primaram pela percepção de um pré-requisito básico da política, o que Hannah Arendt (1994) chamou de “direitos a ter direitos”. E isto foi feito na medida em que as populações passaram a interpretar suas carências cotidianas, em espaços alhures que os da fábrica, como demandas legítimas que não vinham sendo atendidas pelo Estado. Essa é, inclusive, uma das características marcante dos novos movimentos sociais, pois, se por um lado, eles demonstram, discursivamente, toda sua carga disruptiva com as instituições, num segundo momento, exigiam dessas mesmas arenas clássicas governamentais as ações necessárias para superação dessas desigualdades (Doimo, 1995). Ademais, em consonância com a concepção arendtetiana da esfera pública, o Estado deveria ser, nessa visão, a salvaguarda que ofereceria ao cidadão o espaço

específico de sua manifestação política. Garantindo esse “direito a ter direitos”, o aparelho estatal protegeria a esfera exclusiva de atuação coletiva dos sujeitos e, conseqüentemente, sua própria condição humana. A autonomia imaginada — gestada através da reinterpretação das práticas de ação coletiva, levada adiante pelos novos movimentos para pressupor uma nova relação da política que escapasse do eixo Estado-partido-lideranças proposto especialmente nos anos 60 por um marxismo essencialmente estruturalista e leninista — necessitou então buscar nas vidas de seus integrantes categorias explicativas que pudessem alicerçar esses atores num novo mundo público em construção. E isso aconteceu por meio de uma concepção de direitos que ultrapassou as garantias inscritas nas leis e na constituição e que estabeleceu uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos (Telles, 1996). Essa sociedade civil específica que estava em construção definia regras de reciprocidades entre cada um, e balizas morais pelas quais os sujeitos se orientavam — uma “gramática civil” (Telles, 1996) ou um “espírito comunitário” (Durham, 1972 e Doimo, 1995) que primava, sobretudo, pela pluralidade de agentes nos espaços comuns que, por definição de Arendt, se chocam e se conflitam entre si resolvendo publicamente seus interesses através de performances políticas na arena que surgia.³ Embora não tenha resistido posteriormente ao crivo da crítica, o romantismo da autonomia e independência total da sociedade civil durou o suficiente para erguer matrizes discursivas próprias a esse tipo de ação e as tem pautado até hoje, variando de intensidade de acordo com cada movimento — conferir Sader (1998) e Doimo (1995).

No intuito de perceber o modo como a etnografia tratou da emergência dessa arena pública no final dos anos 70 e de suas conseqüências e reviravoltas atuais, a retomada desses estudos que trataram do cotidiano das classes populares dos anos anteriores se faz necessário. Desse modo, considero muito útil a classificação que Feltran (2005) apreende dessas análises. O autor se refere a três vertentes diferentes que se seguiram uma após a outra: primeiramente, a linha de estudo estruturalista teria encarado esses movimentos como catalisadores dos conflitos classistas, privilegiando, sobremaneira, a sociedade civil como possibilidade de organização autônoma do operariado; em segundo lugar, existiriam correntes mais afeitas, cada qual à sua maneira, a Thompson (1987) e Gramsci (1986), valorizando as dinâmicas culturais hegemônicas, capazes de construir a mobilização social dentro do campo

³ Essa concepção é diametralmente oposta a de Habermas (1984), na qual os conflitos se resolvem pelo consenso entre as partes.

movimentalista; finalmente, a última visão, de vertente sociológica e mais pessimista, teria notado uma dicotomia existente entre autonomia e institucionalização nesses movimentos, sendo que flagraria, em última instância, um limite máximo para a atuação destes, capazes, sim, de ampliar os direitos e provocar uma nova semântica no social, mas impossibilitados de rever as estruturas de produção da desigualdade que os fundamenta, já que a ação desses movimentos estaria exposta a inevitáveis constrangimentos institucionais com o Estado, retirando-lhes sua capacidade autônoma e transformadora.

As duas últimas visões, em especial, lidam, a meu ver, com uma discussão comum ao campo da sociologia e antropologia que provocou análise e resultados diversos nos estudos dos movimentos sociais nas distintas áreas. Essa diferenciação foi acirrada com os estudos que ressaltaram as consequências do “neoliberalismo” recente, que teriam marcado o macro-cenário nacional desde a década de noventa. Essas duas últimas abordagens, caso deitem raízes sobre solo compartilhado ao rejeitar a visão holista de super-determinações estruturais econômicas, diferenciam-se pelos usos diversos que fazem do conceito de política, entre um consenso hegemônico e apolítico no qual caímos e um dissenso essencial e fundante da política. De qualquer modo, começaremos pela ordem cronológica através da luz jogada pela pesquisa de campo nos estudos marxistas-estruturais advindos do período pós-64 que delimitaram as possibilidades da militância política centrada nos partidos e sindicatos.

Antes, no entanto, acho oportuno explicar as aspas no termo “neoliberalismo” que permeia todo o texto. Eu salvei as aspas para categorias nativas e conceitos autorais diversos. O caso do “neoliberalismo”, entretanto, guarda correspondência com os dois critérios. Em primeiro lugar, não quero de modo algum relativizar ao extremo as consequências das grandes diretrizes macroeconômicas globais, embora eu as considere fluidas, diversas e muitas vezes divergentes; e, sem entrar no mérito das influências que as regras ditadas por instâncias supranacionais exercem nos Estados-nações — problematização válida para uma dissertação inteira —, devo dizer que, em concordância com o que Marshall Sahlins (1997) assinalou para as consequências do capitalismo global, as ações, decisões e consequências de uma suposta e consonante macropolítica global devem ser pesadas em seus efeitos mais locais e imediatos, dentro e fora das áreas de atuações institucionais. Portanto, do mesmo modo que Sahlins tenta mediar os efeitos devastadores do capitalismo em culturas supostamente locais colocando-as em vias de extinção, considero que termos que podem parecer

hierarquicamente superiores e poderosos — tais como o “neoliberalismo” — podem e devem ser problematizados em sua acepção local. Coloco em suspenso o termo “neoliberalismo”, pois considero que o termo comporta muitos sentidos e atua em diversas frentes, por vezes, contraditórias. Além do mais — como se não bastasse ter que vincular esses termos a cada situação e explicitar seus efeitos em termos globais, nacionais e na mais restrita arena local —, essa noção funciona também como uma categoria nativa, explica o mundo e dá conta do cotidiano e arenas acima dele. Portanto, como pretendo demonstrar, para todos os efeitos, ele detém uma característica eminentemente fluida exatamente como outras acepções coletadas em campo e não pode ser contida em apenas uma acepção do termo, como alguns estudos pretendem. (Oliveira, 2003, Vêras, 2006 e Santos, 2006)

1.1.3 A rotinização do espaço público

Uma das primeiras pesquisas a desenvolver a problemática da construção de um universo comum entre as classes populares urbanas derivou do esforço de Eunice Durham em precisar as acomodações e dinâmicas do próprio processo de urbanização da maior metrópole brasileira (Durham, 1973). À contrapelo dos estudos reinantes na academia até então, evidentemente influenciados pelo marxismo althuseriano e pela crença na potência transformadora do anonimato e da dissolução de laços tradicionais nos grandes centros urbanos, a antropóloga registrou, em suas análises, a reintrodução, o reavivamento e as atualizações de práticas comuns ao meio rural dentro das recentes periferias daquele tempo. Ao fazer isso, Durham voltou seus olhos para instituições sociais, tais como a família e laços de vizinhança, que, para academia, estavam condenadas ao desaparecimento e superação, em nome de uma visão um tanto quanto evolucionista do processo político em curso, que estaria acirrado por uma ditadura modernizante, jogando as massas proletárias a trabalhos forçados em fábricas e condenando-as a reprodução de sua força em áreas insalubres e desconhecidas. Ora, o reavivamento de práticas rurais em pleno centro urbano em formação não só constituiria um espaço comum de interlocução entre desconhecidos e familiares, como também produziria, em conjunto com outras matrizes, as categorias discursivas fundamentais

para a prática das redes movimentalistas surgidas apenas alguns anos mais tarde. (Sader, 1988)⁴

As etnografias de Durham revelaram a importância da família nuclear privada enquanto instituição produtora de valores e esfera orientadora dos indivíduos com o mundo, assim como as relações de compadrio e amizade também demonstravam a necessidade de olhar com mais cuidado para essas práticas antes tomadas como patriarcais e retrógradas. As famílias e as relações pessoais de cunho mais privado tornar-se-iam meios pelos quais as carências poderiam ressignificar direitos dignos de reivindicações e potencialmente mobilizadores. Mesmo a parcela de tempo dedicada ao lazer desses trabalhadores — muitas vezes tida como um meio extra de exploração e degradação da força de trabalho já que muitos desses moradores a empregava para a autoconstrução da casa própria — transformava-se em momentos de revalorização de laços adquiridos de supostas formas tradicionais e abria espaço para a construção de um mundo público e para a conseqüente mobilização daí decorrente. Podemos também relembrar o já consolidado conceito de “pedaço” de Magnani (1982) que, além de valorizar as dinâmicas ocorridas nos espaços de lazer das classes populares, reafirma a capacidade de interação dessas pessoas num espaço que não é nem público nem privado — mas nem por isso confuso, atrasado ou apolítico — como comparações entre espaços públicos brasileiros e as chamadas sociedades de democracia plena podem deixar transparecer. Pelo contrário, apareceram como locais privilegiados de atuação dos movimentos sociais em formação.

De qualquer modo, as abordagens do período, especialmente após a crítica feita nos anos 70 aos quadros teóricos mais reificantes do marxismo pela posição pós-estruturalista daqueles tempos (Doimo, 1995), versavam sobre duas perspectivas de análise, cada qual mais afeita à sua disciplina — a sociologia e a antropologia. Durham (2004 [1984]), por sua vez, também distinguiu dois métodos que, respectivamente, tratavam os movimentos sociais: o primeiro, mais caro a uma abordagem antropológica, olhava com atenção a realidade “de dentro” desses movimentos, enquanto o segundo, mais propício a uma, análise sociológica, buscava os elementos causais vindos “de fora”. Como a antropóloga, à época, observou, os dois métodos de análise, por si só, seriam insuficientes. Enquanto uma visão contemplava aspectos institucionais,

⁴ Os sindicatos do ABC paulista, os movimentos pelo custo de vida, urbanização, transporte urbano, dentro outros, utilizariam categorias discursivas comuns e centradas na construção de um novo sujeito de direitos vinculado à ideias tidas como tradicionais das camadas populares. Cf. também Doimo (1995).

econômicos e estruturais – mesmo que revisados após a crítica – da crescente mobilização política e social no Brasil, outra se preocupava com as conversas informais, identidade e suas categorias discursivas. No entanto, ainda segundo Durham, a percepção das desigualdades e sua consequente atualização como problemática política válida se dá tanto pela criação de novas formas quanto pelo o fortalecimento das existentes. Creio que essa conclusão vale para duas questões. Em primeiro lugar, a abertura de novas arenas de discussão política pautada pelo cotidiano dessas classes não exclui o trabalho exercido por sindicatos, por uma esquerda organizada e pelas demais instituições, dentro ou fora do universo do trabalho; por outro lado, como corolário, é falso, apesar do discurso autonomista dos movimentos, imaginar que estes, desde seu surgimento, não estavam às voltas com o suposto perigo da institucionalização que o necessário diálogo com o Estado poderia acarretar — como acarretaria. Isso foi bem demonstrado por Eder Sader (1988) e Ruth Cardoso (1983) ainda nos anos 80.

Desta feita, os movimentos sociais não poderiam ser provocados apenas pela pauperização estrutural crescente das classes trabalhadoras, mesmo porque, em suas pesquisas, Durham (1972b e 1984b [2004]) percebeu que todos os indivíduos entrevistados imaginavam estar melhorando de vida — não eram as condições precárias as verdadeiras catalisadoras da mobilização, mas a consciência dessa pobreza e, por sua vez, a sua transformação enquanto discurso legítimo que apontavam para tanto. O fato de estarem melhorando de vida não impediu essas pessoas de terem uma visão crítica de sua participação no processo de industrialização ou de avaliarem a má atuação do Estado enquanto provedor dos bens de uso coletivo. Como a antropóloga percebeu, a experiência de migração para a cidade e o processo de constituição da vida urbana apareça para esses indivíduos, depois de alguns anos na cidade, como um avanço na qualidade de suas vidas e de seus familiares, a prática reivindicativa de melhorias dos equipamentos disponíveis de uso coletivo.

Considerando o que foi dito acima, podemos construir uma base para a análise da atuação dos movimentos sociais que, a meu ver, continua pertinente até hoje: não podemos vê-los apenas como movimentos contra o empobrecimento irrefreável — embora possam também cumprir este papel —, mas como exigências de atendimento de novas necessidades, e, essencialmente nos anos 80, constituíram-se como meios de ampliação do acesso ao mundo político comum e da conquista de benefícios e de melhorias acarretada pelo desenvolvimento recente. De acordo com Durham (2004 [1984b]), as reivindicações que envolvem o consumo coletivo destes aparelhos urbanos

surgem onde são mais facilmente atendidas e, portanto, onde são maiores as chances de vitória e não onde são mais necessárias em termos de carência da população.

A perspectiva “de dentro” pode ajudar-nos a delinear alguns esboços das formas de mobilização existentes. Como visto, o próprio surgimento dos novos movimentos sociais obrigou a uma revisão na premissa das abordagens estruturadas em torno das concepções clássicas que primavam por um corte de classe, como, por exemplo, a ação sindical tradicional que organiza as pessoas a partir da inserção no processo produtivo (Weffort, 1984 e Telles, 1987). Isso ocorreu, primeiramente, porque essa perspectiva não dava conta da heterogeneidade das bases desses movimentos e, em segundo lugar, não considerava que a percepção da carência, primeiro fator mobilizador, e sua eloquência discursiva no espaço público não eram feitas nas abrangências do local da exploração do trabalho, antes disso, diziam respeito, necessariamente, à esfera do consumo dessas classes, área da reprodução da força de trabalho. E nessa área, o conceito de reprodução dessa força parecia demasiado restrito para lidar com as especificidades da rede movimentalista em formação, heterogênea, fragmentária e diversa em suas demandas. A reivindicação coletiva — elaborada a partir da percepção de carências comuns que podem ser organizadas de diversos modos e variados níveis — opera cortes variados definindo, por sua vez, coletividades diversas, intercomunicativas e efêmeras, ao contrário de uma atividade estritamente sindical, em sua acepção clássica, que, apesar de tudo, foi capaz de conseguir resultados importantes.⁵

A mobilização, enquanto fruto da esfera do consumo, nos leva para uma importante cotidianização da política que tem lugar num dos âmbitos mais cheio de significados, valores e privativos das classes populares brasileiras: a instituição familiar.

Como mostrou Caldeira (1984), se no universo das classes populares o mercado de trabalho aparece como uma experiência diferenciada, as condições de vida, o consumo e as estratégias de sobrevivência constituem-se como uma experiência comum, partilhada pelo núcleo familiar básico. As classes populares podem ser facilmente recortadas por taxas e estatísticas objetivas, sejam as de caráter socioeconômico, como renda e desemprego, sejam as de acesso a equipamentos coletivos, como asfalto, água, unidades de saúde, etc. No entanto, a experiência no mercado de trabalho e o acesso ao emprego, formal ou informal, masculino ou feminino, dentre outros fatores, individualiza as pessoas e estabelece uma miríade de

⁵ Para ver a crítica a essa visão, conferir Sader (1988) e Doimo (1995).

objetivos e condutas no que antes poderia ser achatado pelas estatísticas. A tentativa de transformar tudo isso em uma unidade se torna um trabalho difícil para entidades sindicais, e também não estabelece um diálogo com o local onde todas essas demandas encontram seu ressignificado mais geral e coletivo, onde são organizadas as estratégias de sobrevivência e consumos compartilhados. A individualização que o mercado de trabalho opera contrasta e ganha novos contornos quando é reenquadrada na vida pessoal cotidiana desses trabalhadores em seu sentido lato, já que a sobrevivência é sempre gestada em grupo e a reprodução do trabalhador se dá dentro da unidade familiar (Caldeira (1984) e Durham (2004 [1980])).⁶

Segundo Teresa Caldeira (1984), a família tem nesse ponto um papel bastante específico na vida dos trabalhadores e na experiência destes com a cidade, a política e a sociedade. Na família, vive-se uma experiência coletiva que contrasta com outras de cunho pessoal, como a individualização operada pelo trabalho. De acordo com a autora, a esfera do consumo é estritamente coletiva; as necessidades individuais ligadas à reprodução da força de trabalho, como alimentação, vestuário, habitação, são feitas coletivamente através da captação e redistribuição da renda individual pelo grupo doméstico, dentro do qual são tomadas decisões que afetam a todos. Em sua pesquisa no Jardim das Camélias, Caldeira aponta como meta de consumo a construção da casa própria: uma decisão privada, feita em ambiente familiar, mas que afeta a vida de todos, não só espacialmente, mas em sua relação com a cidade e a concepção da própria vida urbana. E esta, como vimos, foi formada em meio a uma permeabilidade de concepções advindas do mundo rural e da construção de uma barreira híbrida e extremamente fluida entre os ambientes público e privado.⁷

Deste modo, as percepções dessa classe — que por falta de um adjetivo mais preciso, somos obrigados a intitulá-las de populares, a fim de respeitar sua heterogeneidade — sobre suas carências, a política ou a mobilização social são naturalmente derivadas desta dicotomia que nunca pôde ser demais estanque: o mundo público e o privado. A família, como uma grande mediadora de tudo isso, forneceu as bases e as categorias explicativas para as grandes ondas movimentalistas que acompanhamos nos anos 80, pautando interesses coletivos através de ressignificações privadas e devolvendo à esfera pública suas considerações. Não é de se espantar que a

⁶ Para uma visão detalhada da família como esfera de consumo, ver, em especial, o segundo capítulo do livro de Caldeira (1984) intitulado “O Jardim das Camélias”, pp 65-141.

⁷ Para a relação de sociabilidade das camadas populares e sua relação público/privado nesses anos, ver Magnani (1984) e Durham (1973).

grande parte das reivindicações apontasse para as melhorias dos bens de consumo e para os aparelhos de uso coletivo urbano em áreas onde esses trabalhadores passavam a maior parte do seu não trabalho.

Eunice Durham percebeu isso no seu artigo “Família operária: consciência e ideologia” de 1980, que teve o mérito de retirar os estudos sobre a família de uma posição subalterna nas ciências sociais e arrancar deles a áurea retrógrada que a análise carregava. Ressaltando a família não só como uma unidade de consumo e de rendimento, mas também como uma unidade de produção já que as atividades ligadas ao funcionamento diário do grupo, como lavar, passar e cozinhar, apesar de não produzirem mercadorias, permitem a sua utilização enquanto valores de uso e são indispensáveis para a reprodução da força de trabalho. A autora demonstra toda a importância do núcleo familiar para o funcionamento econômico da sociedade capitalista e também aponta para a importância que lhe é dada pelos trabalhadores, não só como uma estratégia de sobrevivência, mas como um campo de produção e atribuição de valores aos produtos adquiridos e às condutas práticas da vida social. O que do ponto de vista do capital seria a simples e pura reprodução da força de trabalho, da perspectiva do trabalhador é a realização de um estilo de vida posto em prática, essencialmente, com a vivência coletiva da esfera do consumo. A autora a aproxima da esfera da ideologia, ou, como prefere, da cultura. Para as pretensões deste trabalho, o artigo é interessante pela possibilidade de analisar os modos pelos quais os sujeitos percebem suas relações através de suas condições de existência. Isto é, os meios pelos quais as representações sobre o universo da política são inseridas na prática social, que estão profundamente ligadas à vida familiar cotidiana. O voto, como diz Durham, aparece como uma expressão individual da cidadania do indivíduo, mas, penso eu, após uma profunda e densa reelaboração de seus significados pela trajetória familiar.

“[A família] não resulta (...) de um irracional apego ao passado, mas de uma apreciação adequada, *dentro da ótica e dos limites da situação vigente*, das condições de vidas dos trabalhadores. Neste sentido, constitui uma *ideologia*, isto é, uma ordenação cognitiva e valorativa da realidade que parte (e se restringe aos limites) das estruturas reificadas da experiência imediata, tomadas como elementos constitutivos permanentes ou “naturais” da ordem social como tal, ordena a prática social. Mas não se trata apenas disso. Além de estar na *ideologia*, a família deve ainda ser considerada explicitamente como uma das instituições

em que se constroem as ideologias. (...) Quero (...) salientar a importância da família na vida adulta, como lugar onde se concentram informações sobre a sociedade e onde se elabora a interpretação dessas informações.” (Durham, 2004 [1980], 250, grifos no original)

A família apareceu como um núcleo dentro do qual e através do qual se construíram as concepções do espaço social que permitiram ao trabalhador avaliar sua posição na sociedade, perceber carências e requerer melhorias. Funciona como uma base a partir da qual as pessoas tomam consciência das deficiências e injustiças próprias de sua condição e constitui-se “(...) como um ponto de partida necessário em relação ao qual se podem erigir tentativas individuais e parciais ou coletivas e organizadas para superar essa condição, transformando a sociedade” (Durham, 2004 [1980], 253).

Considero-a aqui do mesmo modo que Eder Sader (1988) tomou o sindicalismo, a nova esquerda e a religião para explicar o fenômeno dos novos movimentos sociais, isto é, como uma matriz discursiva que subsidia e oferece meios interpretativos para a ação política e as grandes mobilizações sociais.

Como exposto acima, Sader afirma que a vitalidade dos movimentos sociais gestados nos anos 70 está ligada ao fato destes terem tomado e desdobrado questões postas pelo cotidiano. O autor diz que a “voragem do progresso”, isto é, a remodelação da paisagem urbana, a mudança de casas e trajetos, as distâncias enfrentadas, a casa própria enquanto projeto, o novo ritmo imposto pelo dia a dia, enfim, o processo de adaptação do migrante à cidade, permeada pelo desemprego ou emprego fabril mal remunerado, carregava significados culturais instituídos que foram reelaborados pelos movimentos sociais, sendo que todos eles têm na esfera familiar e privada um ponto de apoio fundamental.

Todos esses acontecimentos abriram espaços de visibilidade através dos quais os agentes identificaram suas representações sobre si mesmos. Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem a matrizes discursivas constituídas de onde extraem modalidades de nomeação do vivido. Ao nomear conflitos com palavras feitas — justamente nos quais concepções antagônicas se enfrentam e novos significados se instauram —, os sujeitos em ação operam mudanças de sentido nessas mesmas palavras que usam. Como diz o autor, os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem inventar na hora seus sistemas de comunicação (Sader, 1988, p. 142). Eles são obrigados a recorrer à matriz da própria cultura constituída, reproduzida através de uma pluralidade de

agências sociais. São modos de abordagem da realidade que implicam diversas atribuições de significado, que variam de acordo com os lugares e práticas materiais por meio dos quais são enunciados.

Desse modo, os movimentos sociais surgidos naquela época deram uma nova configuração do social aos trabalhadores no cenário público, de modo que ao darmos conta da existência desses novos significados que foram atribuídos aos estilos de vida dos trabalhadores – através de instâncias como o sindicato, uma nova esquerda em formação, a igreja e a família – percebemos que esses não se desprenderam naturalmente do cotidiano popular ou decorreram de discursos previamente instituídos sobre os trabalhadores. São nas palavras de Sader:

“(...) reelaborações filtradas em novas matrizes discursivas – quer dizer novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente a realidade. A potencialidade das novas matrizes está, portanto tão ligada à consistência interna das suas categorias e modalidades de abordagem do vivido quanto à sua abertura, às fissuras que deixa para poder incorporar o novo, aquilo que era ainda indizível e para o que não poderia necessariamente haver categorias feitas” (Sader, 1988, 143).

Percebemos que não só a esfera pública foi construída a partir de instituições e lugares privativos do cotidiano, como também o ideário autonomista teve que lidar, desde seu surgimento, com as vias da institucionalização que se fazia presente com o apoio sindical, mesmo que este tenha tido que suportar forçadamente o apelo da cotidianidade dessas lutas na reelaboração da experiência e percepção das carências. A mobilização social na esfera pública e a sua própria concepção foram gestadas através dessas matrizes discursivas nos anos 70 e 80. A Igreja Católica, que havia perdido sua representação junto às classes populares, a encontrou novamente por meio das comunidades de base e da teologia da libertação. Os grupos de esquerda, desarticulados por derrotas impostas pela ditadura, construíram novas formas de integração com os trabalhadores e, da estrutura sindical esvaziada, emergiu um novo sindicalismo que, ao contrário das outras duas instâncias, não extraiu suas forças nem das tradições religiosas populares, nem da sistematicidade teórica sobre a exploração trabalhista, mas do lugar institucional em que atuava. Construído para mediar os conflitos trabalhistas, eles se ergueram operando progressivos deslizamentos de significados nas fissuras dos

discursos dominantes. Intercedendo em tudo isso, encontra-se também a esfera familiar destes trabalhadores e suas trajetórias pessoais que ressignificam as ações e valores dessa esfera pública em formação, trazendo para dentro do mundo coletivo suas interpretações privadas e acompanhando a inserção institucional desses movimentos através de uma ótica muito particular (Sader, 1988).⁸

Todo esse formato de organização, originado pela construção discursiva da percepção de uma carência comum, foi utilizado por diversos movimentos sociais para a apropriação política do espaço público. Durham (2004 [1984]) assinalou dois tipos de formação organizacional desses movimentos que ora são utilizadas alternadamente, ora se sobrepõe. A meu ver, essa dupla disposição dos movimentos favoreceu e deu subsídios para a experiência que estes sofreram nos anos 90 e pode explicar a sua recepção acadêmica posterior.

Existe uma forma de organização que foi amplamente divulgada e romantizada por estes movimentos e que propõe para a formação e atuação política um modelo “comunitário”. Ele evitaria a institucionalização da representação e exigiria uma participação permanente de todos, tanto no processo decisório como na execução de suas práticas. Este seria o modelo clássico das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). No entanto, conjuntamente a esse, existe uma espécie de organização formal que implica na eleição de uma diretoria administrativa à qual competiria a promoção, mobilização e encaminhamento das reivindicações. Esse tipo de organização exigiria a constituição de lideranças porta-vozes do movimento. A ação e a interlocução com o Estado, inclusive, incentivam esse formato: exigem representantes oficiais, estabelecem condições burocráticas para o reconhecimento do movimento e criam instâncias especiais para atender essas demandas, fragmentando e aparelhando o movimento (Cardoso, 1983). No entanto, como aponta Durham (2004 [1984b]), seria errôneo supor que este tipo de movimento é levado adiante apenas no contato com o aparelho estatal e as organizações formais deste tipo detêm profundas raízes populares e podem ser encontradas em escolas de samba, clubes de futebol e nos próprios sindicatos. O modelo formal, embora não seja propriamente originário das camadas populares, constitui-se, desde então, como parte de seu ethos e é amplamente utilizado na formação de associação de moradores. Os movimentos sociais foram compostos por essas duas formas de atuação: de um lado as Comunidades Eclesiais de Base e seu espírito

⁸ Para conferir a etnografia deste processo, ver, em especial, o capítulo 4, no qual o autor trata das matrizes discursivas em diversos movimentos.

comunitário e, de outro, esferas formais como Sociedade de Amigos do Bairro (SAB), agremiações encontradas aos montes em locais como o Jardim das Camélias de Teresa Caldeira (1984). E, de acordo com Durham (2004 [1984b]), embora o comunitarismo e a ênfase na igualdade através de uma negatividade específica tenham sido as bandeiras de frente e as grandes novidades dos novos movimentos sociais, as SAB's e CEB's não eliminam uma a outra e convivem lado a lado em muitas ocasiões.

Na vida das cidades em plena expansão pelas periferias nos anos 80, o indivíduo só estava apto a ser reconhecido enquanto sujeito, enquanto pessoa, nos grupos primários nos quais se estruturavam sua vida privada: a família e seu “pedaço”. Na esfera pública tendia a ser despersonalizado e individualizado no processo do trabalho. Os movimentos de cunho comunitário, em que todos são levados a participar de ações decisórias, foram espaços de constituição de pessoas — na sua acepção antropológica (Mauss, 2004) — na esfera pública através das matrizes discursivas expostas acima e, transversalmente, do jogo de reconhecimento que, na prática comunitária, ocorre internamente com a valorização da igualdade exposta pela falta de acesso a bens específicos. Eunice Durham (2004 [1972]) pontua que essa passagem da dimensão privada para a pública e as complicadas mediações que isso acarreta podem ser a explicação para um fato significativo na vida desses sujeitos: o de viverem uma experiência de “enriquecimento pessoal” (Durham, 2004 [1972]) e um reconhecimento de sua qualidade de pessoa fora de uma esfera eminentemente privativa. Os limites do âmbito pessoal mesclam-se com a percepção de um universo coletivo, até então desconhecido para esses indivíduos que estavam acabando de ganhar nessa esfera a qualidade de sujeitos ativos, por meio de suas experiências e trajetórias particulares.⁹

Esta nova experiência de um fundo público teve repercussões nos movimentos sociais. Isso porque eles criavam uma nova prática coletiva que passa a fazer parte da vida desses indivíduos e fundamenta novas representações de origem pessoal em processos institucionalizadores. Além disso, constituíram uma nova forma de pessoa, ampliando a vivência individual e reformulam também a vida privada.

“O reconhecimento mútuo dos indivíduos como pessoas, que se dá internamente, exige uma reação complementar derivada do caráter necessariamente *público* do processo — é o reconhecimento do movimento pela sociedade e pelo o Estado” (Durham, 2004 [1984], 291, grifos no original)

⁹ Magnani (1984) também tratava da emergência de um âmbito entre a casa e rua de maneira original.

Como também pontuou Doimo (1995), os estudos destes movimentos, que não estavam necessariamente vinculados à esfera produtiva, frequentemente não se encontravam destinados a cumprir um papel irreversível de ruptura. Afinal, estavam em meio a situações divergentes e mesmo contraditórias: apelos disruptivos genéricos colocados lado a lado com impulsos integrativos ao mercado de trabalho e de consumo; um radical discurso de democracia de base e impulsos corporativos em relação ao Estado ¹⁰; apelo à unidade do movimento em conjunto com o processo de dispersão e fragmentação advinda da interlocução com o Estado (Cardoso, 1983).

Os dois tipos de atuação política proposta concomitantemente por estes movimentos, a ação direta e a institucionalidade política, ocorreram também de forma simultânea à consolidação dos partidos políticos e à institucionalização dos direitos sociais, estatuídos definitivamente na Constituição de 1988. Desse modo, a utopia transformadora e autônoma desses movimentos capazes de construir alguma identidade “expressivo-mobilizadora” (Doimo, 1995) foi sendo minada pelo surgimento de quadros institucionais que visavam garantir o atendimento das carências relativas à própria consolidação dos novos movimentos. Havia uma nova conjuntura política e uma reacomodação das lideranças, muitas delas absorvidas pela institucionalidade. Desse modo, muitos na academia abandonaram o tema, e a eficácia dos movimentos sociais ficou desacreditada. Na falta de outros critérios avaliativos, um desapontamento coletivo sobreveio nesses estudos que agora apontavam para o caráter inexoravelmente fragmentário de tais formatos de participação — destinados a se exaurirem em sua própria luta cotidiana e imediata, sem eficácia futura, visando conquistas pontuais e ampliações de alguns direitos de cidadania já assegurados em leis (Telles, 1996).¹¹

No nascedouro dos novos movimentos sociais, inclusive fora do Brasil, o ideário autogestionário originário do cerne da chamada crítica “pós-moderna” a concepções tradicionais do marxismo — isto é, a falência do grande partido oligárquico e centralizador, pelo o isolamento da ideologia socialista e pela descrença nas instituições representativas — revelou-se um tanto romântico, e nota-se que a organização formal nunca esteve completamente riscada da atuação política desse tipo de movimento (Cardoso (1983), Sader, (1988), Durham (1984) e Doimo (1995)). Embora o romantismo espontaneísta tenha sido disseminado entre estudiosos, ativistas sociais, militantes

¹⁰ Cf. Sader (1998) quando analisa as falas do novo sindicalismo.

¹¹ Para uma análise minuciosa das divergências acadêmicas à época, conferir Doimo (1995)

partidários e até mesmo entre certas instituições interessadas no processo político em curso, tratou-se, apenas, de um otimismo que propagou a possibilidade de transformação social através da reapropriação do Estado pela sociedade civil nascente, autonomamente constituída.

Segundo Tilman Evers (1984) *apud* Doimo (1995), o caráter transformador desses movimentos não repousaria somente nos horizontes de suas conquistas políticas, mas, principalmente, numa esfera sociocultural, que, na construção da ideia de uma nova identidade, contraporía o estado de “alienação”. Foi uma tentativa de, absorvendo pressupostos antropológicos reificados tais como o de identidade, resgatar um sentido de unidade dentro da fragmentação dos movimentos, negando um exagerado racionalismo científico. Se o conceito de alienação refere-se à natureza do processo de produção capitalista, operando uma generalização em termos de um recorte econômico de uma classe potencialmente revolucionária, a ideia de identidade, por sua vez, não pode ser elaborada nesse patamar de abstração: referindo-se a quaisquer situações de crises em que a competição política, material ou simbólica se instaura em nome de significados e sinais culturais particulares; sendo de pouca ajuda para se pensar grandes categorias e embates políticos por demais estanques e necessidade de apelos a unidades políticas categóricas (Evers, 1984).

Para dar conta das ações diretas — a recusa à política institucional, e a fragmentação destes movimentos — os estudiosos da esfera pública associaram, ou mesmo substituíram o conceito de identidade: a ideia gramsciana de hegemonia que propalava a ideia da impossibilidade de se continuar pensando um sujeito único desses movimentos, considerando que estes não se definem mais apenas nas relações de produção, mas também por tantos outros lugares estruturais, como exemplificava Sader (1988). A crescente autonomização das esferas sociais e públicas levou Laclau (1986) a visualizar uma pluralidade de sujeitos passíveis de práticas hegemônicas, articuladas por uma unidade discursiva.

A meu ver, foi justamente a articulação dos dois tipos de organização — autônoma e formal —, nascidos no bojo dos movimentos sociais, que colocou, mais tarde, em especial na década de noventa, a problematização discutida pelos autores de uma suposta escolha, necessária para a manutenção do caráter contestatório desses movimentos, entre dois termos também supostamente excludentes: a dicotomia autonomia e institucionalização — com bases em Rancière (1996), autores como Oliveira (2003), Santos (2006) e Vêras (2006) parecem concordar com essa ideia.

Parece-me que várias frustrações resultantes da perda do caráter transformador dos movimentos sociais, do malefício proveniente de sua institucionalização, da privatização e assistencialismo que envolveram a esfera pública nos anos do “neoliberalismo” e do refluxo do processo (Telles, 1996), das promessas malfadadas de uma suposta democracia ingênua (Oliveira, 2003), da indiferenciação dos ilegalismos (Telles, 2006), das perspectivas de gerenciamento da pobreza e, até mesmo, da perda da potencialidade da política vivenciados na sequência do auge do movimentalismo são, a eu ver, frutos de problemáticas advindas da hibridização das esferas públicas e privadas, da inserção institucional específica e idiossincrática desses movimentos e da atuação política possível e desejada pelos mesmo. Do mesmo modo, o irrefreável crescimento de sujeitos potencialmente políticos e a explosão de lugares de enunciação numa nova esfera pública (Fernandes, 1994) — mesmo que esta esteja em processo de desmantelamento (Oliveira, 2003) —, exigem a retomada da discussão das experiências participativas nos anos recentes, como também a análise de qual foi o resultado do atrito entre a diversidade das práticas políticas existentes e sua efemeridade — expressa na categoria antropológica de identidade —, e o desejo teórico de uma unidade transformadora, provenientes tanto de alguns estudos como de discursos de lideranças.

Vejamos a seguir como se deram os diálogos públicos entre os movimentos e os órgãos estatais, a fragmentação ocasionada pelo fato e a dualidade imposta por essas dicotomias gestadas na ocasião do surgimento das redes movimentalistas.

1.1.4 A ideia do “desmanche”

A maioria das críticas feitas à esfera pública nos anos 90 — esfera que os movimentos sociais ajudaram a constituir nas décadas anteriores, as mais várias em seu teor ou em sua perspectiva teórica — era unânime em apontar o seu fracasso. O tema da atuação política das classes populares passou a ser visto pelos mais diversos ângulos, pelas perspectivas aprazíveis que apontavam a derrota de um projeto político ou crise de seus valores ou por meio das visões mais duras que os viam como meros espaços fragmentários que não poderiam alcançar um nível político. Alguns ainda mantinham certo otimismo, imaginando que eles estavam apenas em um período de descenso ou em

refluxo, à espera de uma conjuntura mais favorável. Fato é que a esfera pública passou a ser vista por outro prisma que não somente o dos movimentos sociais.¹²

Ana Maria Doimo (1995) identificou a atuação dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80 como capaz de formular um campo ético-político que pautou as ações estatais e mercadológicas dos anos seguintes. Como formador do campo ético-político, devemos ressaltar o papel que a ideia de ação direta da autora detém nessa conceituação própria dos movimentos sociais e atentar para o caráter profundamente ambíguo que essa noção traz para organizações outras. Primeiramente, por se situar longe do campo da reprodução do capital, a ideia de ação direta emerge em lugares inusitados entre o Estado, o mercado e a cultura, tendo por base sujeitos de natureza dispersa e volátil. Em segundo lugar, por, apesar de se formar em referência ao fundo público reivindicando bens de consumo coletivo, constituir-se fora dos formatos institucionais tradicionais de representação e realizar-se por meio de um vazio regimental formal, com critérios específicos de interlocução via Estado. E, finalmente, por estar sujeita a uma “lógica consensual-solidarística” (Doimo, 1995, p. 59), como a autora conota ou por estar envolta de um “espírito de comunidade” (Durham, 2004 [1972], p. 224), como prefere Durham, que seria próprio da ação direta, tais movimentos tornam-se vulneráveis ao agenciamento de grupos e de instituições que não têm a política como prática institucional.

Deste modo, os conflitos regidos por este ideal espontaneísta, ou da ação direta, segundo Doimo, por apresentarem um caráter extremamente cambiante, tanto podem requerer a defesa e a intervenção do Estado e a reivindicação das vantagens do mercado, quanto também “(...) oscilar entre condutas expressivo-disruptivas de negação do Estado e atitudes integrativo-corporativas de afirmação de sua face provedora” (Doimo, 1995, 53).

Os conflitos gestados pela percepção coletiva das carências dentro do universo da chamada reprodução da força de trabalho e por matrizes discursivas específicas do cenário brasileiro da época produziram um tipo de participação política — a participação movimentalista — que, além de proliferar fragmentada e

¹² Para a análise crítica da ideia de refluxo, ver Cardoso (1994). Para um exame de seu papel crítico na redemocratização e avaliação de sua potencialidade nos anos 90, conferir Telles (1994). Fernandes (1994) aponta para um horizonte para além dos movimentos sociais e o papel das ONG's e Doimo (1995) conjuga em sua obra diversas abordagens relativas ao universo identitário e semântico comum desses movimentos.

diversificadamente, foi regida por uma dinâmica distinta daquela que instaurou a moderna concepção de política.

“Significa dizer que, em vez da lógica racional-competitiva, pautada em critérios precisos e voltada à eficácia decisória, os movimentos de ação direta são regidos pela lógica *consensual-solidarística*, própria para gerar estados de mobilização e recursos de pressão. Em outros termos, enquanto a participação institucional pauta-se, em princípio, por critérios mensuráveis de representação e por regras universalistas de procedimento, os envolvidos na participação movimentalista valem-se de critérios *ad hoc* para ‘tirar’ a representação e de regras valorativas e particulares para qualificar a participação. Por isso sua interlocução com o Estado tende a se dar numa espécie de *vácuo regimental*, com visíveis dificuldades para o diálogo político decisório” (Doimo, 1995, 59, grifos no original)

Variadas críticas foram feitas ao caráter não institucional dos movimentos populares. Francisco de Oliveira (1990) dizia que, apesar de vinte anos de prática movimentalista constituída na ausência de institucionalidade própria e desconfiança de participação institucional, a experiência política desses movimentos deveria superar esta condição. Em consonância, Cardoso, ainda em 1983, reclamava do associativismo ingênuo, da crítica à política institucional e das conseqüências danosas que daí poderiam ser provenientes. Em certa medida, essas críticas procederam e foram absorvidas, pois quando se reivindicam soluções imediatas para carências sociais urgentes, tais movimentos tendem a demonstrar sua face corporativa, pela disputa que estabelecem entre si por bens públicos pontuais e emergenciais, sendo que, na falta de critérios normativos rígidos, o que conta é a organização formal por disputas de bens do fundo público comum.

Nos anos 90, impulsionados pela movimentação política da década anterior e pela implementação da Constituição de 1988, os novos atores procuravam outras formas de mobilização e atuação dentro da arena pública (Fernandes, 1994). Se por um lado valorizava-se a contraposição ao Estado, por outro, a possibilidade real de uma oposição vinculada à constituição desses movimentos tornar-se poder, como ocorreu com Luiza Erundina do PT no município de São Paulo em 1992, problematizava os novos acessos disponíveis ao Estado e as novas formas de mobilização que deveriam passar, não só pelos quadros institucionais estatais, como também pelas esferas regulatórias do

mercado. Esferas constituídas por agências não governamentais de assistência social num cenário de diminuição do poder regulatório do Estado sobre as finanças, como também de aumento de sua capacidade administrativa na interlocução com a sociedade civil, fenômeno mais do que fragmentário para os movimentos sociais.

Segundo Doimo (1995, p.59), o fato se constituía essencialmente na busca de novas formas de mobilização política, advindas de uma crise de comunicabilidade que levantava o desafio de unir as lógicas consensual-solidarística e racional-competitiva, originárias de uma base sem qualquer relação social com alguma esfera fundamental como o trabalho, fato esse que, segundo a autora, colocá-la-ia numa posição liminar entre o Estado, o mercado e a cultura. Em outros termos, ao serem desprendidos do processo produtivo, estes sujeitos recorrem a construções discursivas que, ora são referidas ao Estado — partidos e instituições —, ora ao mercado — ONG's — e ora a padrões culturais — como as matrizes discursivas católicas que Sader (1988) mostrou. Assim sendo, ao não terem suas carências atendidas — agora percebidas enquanto direitos (Telles, 1996) —, fragmentam-se em múltiplos antagonistas, especialmente quando buscam as soluções com um amplo leque de aparatos, público ou privados, como apontava Cardoso (1994).

Se no início de todo este processo de constituição da esfera pública tivemos um campo político formado por movimentos reivindicativos de ação direta — reconhecidos enquanto movimentos legitimamente populares, mediante apoio significativo de setores da Igreja Católica, do ecumenismo, de parte da intelectualidade científica, acadêmica ou não —, agrupamentos de esquerda e um sindicalismo específico nascente, é extremamente interessante notar que, apesar de tudo, em relação aos novos movimentos sociais, toda essas esferas de ação sejam estrategicamente suprimidas do cenário discursivo da formação conflitiva, em nome de uma suposta organização espontânea das massas.¹³ Na verdade, a ideia de autonomia dos movimentos sociais foi criada mesmo quando análise como a de Durham (2004 [1984b]) apontavam para estruturas formais nas quais esses se apoiavam. Nos anos 90, agregamos mais um termo a essas instâncias, que iria trazer, por vias mercadológicas, uma nova discussão e aceção da esfera

¹³ “O paroxismo emblemático do pensamento sociológico de esquerda atrelou a tal ponto a ideia de movimento social às propriedades tradicionais de organização política — a exemplo dos partidos políticos e dos sindicatos —, que tudo o que escapa dessa esfera de influência escapa também da vista do analista e cai no terreno do ‘espontâneo’. A realidade, no entanto, conspira ao contrário e insiste em dar mostras de que há muito mais intencionalidades deliberadas nesses movimentos do que ingenuidades espontâneas” (Doimo, 1995, 67)

pública, a sua privatização e desmantelamento: as organizações não-governamentais (ONG's).

Portanto, pela natureza heterogênea de suas bases e por meio de sua dupla face disruptiva e integrativa, a índole desses conflitos, ao prescindir, ao menos discursivamente, de representação política formal, abre espaço para a constituição dentro da arena pública de valores morais, não necessariamente seculares — mas até mesmo privados —, provenientes das matrizes discursivas expostas anteriormente, em substituição aos conceitos políticos iluministas clássicos. Ademais, dão vazão para a entrada de grupos e instituições que, embora não tenham a política tradicional como seu fundamento, são visivelmente interessados na disputa simbólica pelo bem público de consumo comum, abrindo espaço para toda uma discussão da privatização do espaço público e dos aparelhos de poder.

Além da heterogeneidade dos membros, o campo político em que as demandas são reivindicadas requer um estudo em duas vias: através de seu prisma disruptivo, pelo qual se manifesta seu valor moral e seu apelo ético-político, que tendem a deslegitimar o Estado e balizar as fronteiras intergrupos; e através de seu lado corporativo, pelos quais se buscam os acessos aos equipamentos de consumo coletivo, na busca de legitimação política e interlocução direta com oponentes (Doimo, 1995). Segundo Doimo (1995), em conjunturas políticas ditatoriais refratárias ao atendimento de demandas, esses campos tendem a mostrar sua face conflitiva, com uma especial atenção ao Estado, de modo a exacerbar o *ethos* expressivo, mobilizador e performático dos movimentos. Entretanto, em cenários mais democráticos, em sistemas mais sensíveis e permeáveis às demandas, eles não só tendem a demonstrar seu lado corporativo e institucional, como podem, até mesmo, orientar novos arranjos políticos e institucionais democráticos, visando à formatação dos conflitos e à canalização das demandas. Seriam exemplos claros desse processo a constituinte de 1988, o estabelecimento da legitimidade social das ONG's nos anos 90 (Fernandes, 1994) e, mais recentemente, a criação do Ministério das Cidades em 2003.¹⁴

¹⁴ O Ministério das Cidades foi criado em 1º de janeiro de 2003 pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, tendo como objetivo ampliar o acesso à moradia, ao saneamento básico e ao transporte. Segundo sua própria descrição em seu site (<http://www.cidades.gov.br/ministerio-das-cidades>), visa uma antiga reivindicação dos movimentos sociais urbanos. Através da Caixa Econômica Federal, operadora dos recursos, o Ministério trabalha com os estados e municípios, e também com movimentos sociais, organizações não governamentais e setores privados.

Não seria incorreto afirmar que as ONG's, em seu meio de ação, passaram a formar uma rede de atuações com as outras matrizes discursivas do campo movimentalista e, não por acaso, foram constituídas no processo de interação entre esses grupos e as vias institucionais formais já consolidadas. Do mesmo modo que os movimentos populares exaltaram sua marginalidade aos canais convencionais de ação política, não se pautando por critérios de representação e atuando numa base dispersa e indefinida, as ONG's podem ser consideradas, de acordo com Doimo (1995, p. 153), como uma tradução formal da tendência anterior à eclosão dos movimentos de ação direta. As ONG's se estabeleceram longe das instituições políticas formais e, embora tenham nascido no período ditatorial, foi nos anos 90 que suas presenças foram fortemente sentidas — como mostra em 1991 a fundação da ABONG (Associação Brasileira de ONG's) — e se tornaram objeto de estudo. Nessa época, começaram a ser atraídas por agentes maiores como as igrejas, a academia, os partidos políticos, os sindicatos e, até mesmo, o Estado.

De modo geral, a mensagem passada pela emergência do terceiro setor à esfera pública consistia na idéia de que surgia, naquele momento, além do Estado e do mercado, um terceiro personagem político: não governamental e não lucrativo, organizado, independente e mobilizador de uma dimensão voluntária das pessoas (Fernandes, 1994). Este aparecimento seria de tal magnitude que alteraria significadamente as relações entre o Estado e o mercado, e os modos de agir e de pensar a arena política, esta agora problematizada não mais por meio de uma suposta dicotomia entre interesses particulares e públicos, mas sim pela tríade que compõe esse cenário ambíguo — pela conjunção de agentes privados (as ONG's) para fins públicos. Segundo Fernandes (1994) e em dissonância com grande parte das análises de tal fenômeno, em todas as variantes possíveis da atuação de órgãos não governamentais, um elemento deve ser fixado: a movimentação e conceituação proposta pela emergência do papel das ONG's implicam na expansão da ideia corrente de esfera pública. Em outras palavras, partir-se-ia de um pressuposto democrático, no qual todos teriam direito de atuar politicamente, presumindo que a esfera pública não se restringe ao âmbito do Estado, mas inclui a cidadania — conceito em voga a partir de então. A vida pública, nesse sentido mais abrangente, seria feita não só de atos do governo, mas dessa atividade cidadã que tomou conta dos discursos políticos na época e detém reflexos até hoje.

A conceituação das ONG's esbarra em idiossincrasias brasileiras que devem ser levadas em conta na delimitação do papel das mesmas. A definição destas no velho

continente passa pela idéia de organizações formais e institucionalizadas, sendo que a efemeridade e informalidade não podem fazer parte destas agências, com o perigo de torná-la amorfa e temporária demais para ser examinada. Essa definição institucional das ONG's facilita esforços classificatórios e comparativos, já que estas teriam nomes, endereços e metas formalizadas com uma clareza objetiva. No entanto, a interface das esferas públicas e privadas, já vista no caso dos movimentos sociais, compõe, na América Latina, um traço que pode ser confundido com a informalidade relativa dessas instituições, sem cair na falácia de uma teoria da incompletude ou da não consolidação das esferas institucionais democráticas dos países em desenvolvimento, em especial, o caso brasileiro. Desse modo, as atuações das agências não governamentais lidam, também nesse caso, com valores morais e temas subjetivos dentro da arena pública: o parentesco articula a divisão do trabalho; a amizade ou o compadrio determina comportamentos políticos; o rito religioso conduz comportamentos de cura; alianças orientam a criação de redes de auxílio; etc. As distinções clássicas da sociedade civil perdem igualmente aqui a nitidez típica das organizações formais. Dessa maneira, Fernandes pode afirmar: “(...) é do relacionamento dinâmico entre as formas legais e informais de solidariedade social que se pode esperar uma expansão do terceiro setor para além das linhas atuais de exclusão social” (Fernandes, 1994, 29), sendo que o autor define para as diversas décadas motes específicos e palavras-chaves explicativas: “comunidade” e “movimentos sociais” estavam no auge na década de 70 sob a pressão dos regimes autoritários, nos anos 80, no processo de democratização, ouviam-se as palavras “sociedade civil” e “cidadania” e, já na década de noventa, os temas mobilizadores passariam por “sem-fins lucrativos” e “não governamental”.

Dentro desse espectro, uma continuidade pode ser enxergada: por um lado os movimentos sociais, como visto, não se pautaram apenas na sua inobservância às organizações instituídas, mas, pelo contrário, conviveram com os dois códigos de atuação, o formal e o informal, de modo a pautar a discussão e políticas públicas na década de 80. Ainda sobre seu aspecto formal, muitas das SAB's, que promoviam movimentações pela base, emprestaram aos movimentos sociais, através de sua constituição formal, vias de acesso ao poder decisório. Sendo legais e representativas, essas associações cumpriam uma função mediadora junto aos órgãos locais de governo. Essa não foi, porém, sua única função: em meio a toda sorte de carências e colocadas diante um Estado distante, as associações buscariam outros meios de atuação, tornando-se parceiras de iniciativas não-governamentais. Combinadas a núcleos eclesiais e a

projetos financiados por agências estrangeiras, as associações de moradores apresentaram um suporte para a chamada “sociedade civil” dos anos 90 e para a formação prática de uma cultura de ação não governamental instruída pelo o ideário de ampliação da esfera política da sociedade brasileira e latino-americana. Como concepção de ampliação que colocaria em disputa termos e campos semânticos consolidados anteriormente, a multiplicidade de atores surgida na década de 80 ganhou um novo exponencial com o aparecimento dessas novas formas de mobilização. O termo “popular” deixou de contemplar todos os casos: o movimento feminista colocou em pauta novos temas, as associações de moradores chegavam a bairros de classe média colocando questões que envolviam a cidade inteira (Caldeira, 2000, p. 153), o movimento ecológico abre outra dimensão discursiva (Fernandes, 1994, p. 112) e movimentos antinucleares ganham contornos globais (Doimo, 1995, p. 59). Os modos de atuação dentro da esfera pública que, no início de seu processo de constituição, foram fortemente pautados pela divisão entre direita e esquerda — embora esta não tenha se tornada irrelevante — não se constituíam mais como um *modus operandis* exclusivo de um desses lados.

O que se passou a partir de então foi a flagrante explosão de conceitos e balizas discursivas formadas num ambiente de negação ao Estado autoritário, as convenções políticas formais e amorfismo das massas para referendar — não sem mediações — uma rede de militantes que muito pouco tinham em comum em termos de pautas. Esta entrecruzava-se através de um “substrato de linguagem comum” (Doimo, 1995) que valorizava o cotidiano e relações interpessoais, ao mesmo tempo em que concorriam entre si por provisões estatais e vias de acesso institucional.

Fica o caso de perguntar-se então: a ambiguidade fundamental entre os meios de atuação pública refratários ao Estado, a formalização das demandas e mercantilização da formatação e o atendimento do social, por deitarem raízes na institucionalidade do mundo privado, são, em qualquer maneira, alheias à própria esfera da política? Isso designa de algum modo uma supressão das possibilidades políticas de intervenção na gestão do mundo comum ou configura apenas outro modo de olhar a coisa pública? As vias institucionais abertas e gestadas durante a década de 90 possibilitaram o atendimento das carências há muito tempo demandadas ou a institucionalização do social propalou um devasso controle biopolítico da vida dos cidadãos, embaralhou suas rotinas e impossibilitou o surgimento de um espaço contestatório válido? Ou temos um terceiro termo mediador?

Na resposta a esses termos e em oposição a essa visão de ampliação do espaço público nos anos recentes, da qual o único porta-voz da academia parece ser Fernandes (1993), sobrepôs-se em nome da crítica, como uma linha importante na análise dos movimentos sociais, a ideia de que estamos numa época de supressão da política, dos seus espaços e meios de atuação. As transformações globais, das quais o “neoliberalismo” é apenas uma das facetas mais maliciosas, impuseram a realidade do trabalho precário, do desemprego e de um circuito de consumo de bens culturais e simbólicos que se estende por todos os lugares paradigmáticos onde costumava crescer o fazer político, provocando mudanças por demais importantes nas formas de sociabilidade, redes sociais, práticas urbanas e suas malhas para deixarem de serem etnografadas e sentidas no cotidiano das classes populares. Uma forte corrente de estudos urbanos brasileiros vem constantemente denunciando a criação de uma lógica gestionária da exclusão, deliberada ou não, que envolve programas sociais governamentais, muitos deles desenvolvidos a partir da experiência movimentalista passada; associações comunitárias, envolvidas no modismo do “empreendedorismo” e “responsabilidade” social; filantropias empresariais, que se avolumam por todo o país e a quase onipresença das ONG’s em todos os setores antes tidos como essencialmente públicos. Muitas vezes mediada por partidos ou práticas associativas, como movimentos de mutirão, cooperativas ou projetos de assentamentos, essa lógica se desenrola ainda em meio a todo tipo de ilegalismos, violências e através de práticas informais de apropriação dos equipamentos coletivos urbanos. Isso leva os autores afeitos a tal perspectiva a declarar, a partir da experiência “neoliberal”, a total incapacidade explicativa dos esquemas teóricos construídos há mais de trinta anos e a promover uma ruptura clara entre as atuais periferias, classes populares e modos de se pensar a política e as práticas construídas no passado.

A “denúncia do desmanche” (Véras, 2006), como vem sendo chamada, é possível a partir de uma aceção específica do que pode ser considerada enquanto política válida e de uma clara definição dos lugares onde ela pode ser criada. Essa postura leva todas as análises a tomar como irrelevante politicamente — ou mesmo como nocivas — a maioria das resultantes das experiências públicas dos anos anteriores e a ressaltar o intenso controle institucional por ela criado que se constitui um grande âmbito nulo às considerações da política. Desta forma, os espaços que poderiam estar fora de sua abrangência se encontram dominados por uma forte área cinzenta que, concomitantemente, indefine os sujeitos, retira a sua ação consciente, e, da pauta, a

cidade como questão, embaralhando os horizontes e as apostas políticas de toda uma geração.

A que definições de política, espaço público e controle institucional devemos isso? Por qual prisma a cidade e os movimentos populares — pares tão bem tecidos nas ciências sociais brasileira recente que mal podemos dissociar — passaram a ser vistos? Um prisma que mudou seus prognósticos de progresso e desenvolvimento nos anos 60 e 70, de construção democrática da esfera pública e universalização dos direitos nos anos 80, para uma gestão imediata das urgências na virada do século?

A meu ver, tais considerações nascem de uma apropriação específica para o contexto urbano dos escritos de dois importantes filósofos políticos recentes: Jacques Rancière (1996) e Giorgio Agamben (2002).

As assertivas desses autores, devedores de Foucault, são tomadas para a explicação da realidade brasileira “pós-desmanche” (Oliveira, 2007), para a interpretação das “linhas de sombra” (Telles, 2006) que tomam nossas cidades e para o rompimento de uma corrente de estudo de movimentos sociais que vinha sendo consolidada ao menos desde a década de 80. Essa linha de pensamento está presente, sobretudo, no escritos do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) localizado na USP e que vem produzindo etnografias, estudos, artigos e livros, centrando-se, principalmente, nas linhas teóricas desses filósofos. Os conceitos, ora em voga, desses autores, a meu ver, contribuem para o alicerce desses novos “horizontes encolhidos” (Telles, 2006) da política, vislumbrados por essa perspectiva que vê nos tempos atuais a instituição da regra da “administração da exceção” (Oliveira, 2003) através do gerenciamento da “vida nua” (Agamben, *apud* Oliveira (2007) e Telles (2006)).

Rancière escreve na clara tentativa de contrapor-se a Habermas e tenta estabelecer a política não como o resultado de esferas comunicativas que chegam através da discussão, instituída e regrada pelas arenas discursivas, a um consenso. Pelo contrário, a política se constitui no momento disruptivo do dissenso, quando os falantes que não estavam regrados nas normas institucionais do diálogo estabelecem-se enquanto parceiros políticos válidos. Nesse sentido, o filósofo político francês esperava restaurar a áurea transformadora da política, que andava banalizada por seu uso desmedido. O caso dos movimentos sociais da democratização seria exemplar da instituição da política e da criação de novos interlocutores na cena pública brasileira.

No entanto, essa definição particular do que é política estabelece também o seu negativo, a ausência e a supressão da mesma. O simples gerenciamento populacional, no pleno sentido foucaltiano, e o estabelecimento de saberes disciplinares e estatísticos – momentos que também nascem posteriormente ao auge dessa instituição da política – são considerados como o avesso da política. A gerência de quadros institucionais, muitos deles criados por esforços originalmente políticos, é tida como nula em sua qualidade transformadora. Não se podem criar novas categorias mobilizadoras através delas e nem instituir, por meio de sua manipulação, atividades que reponham a desigualdade da fala como fator comum constituinte de uma unidade política. Desse modo, os processos de agregação e gerenciamento de populações, a organização de poderes, a distribuição de lugares e cargos e a maquinaria montada para a legitimação desses cargos, que são constantemente referenciados como atividades políticas, não guardam relação com o dano original constitutivo da política e o dissenso que dela provém. Esse é o caso das ONG's e toda a sorte de parcerias governamentais, programas assistenciais, burocratização partidária e, mesmo, quadros institucionais advindos dos movimentos populares — e é esse o cenário que o “neoliberalismo” nos teria deixado. A própria “hegemonia de uma democracia consensual ocidental” (Rancière, 1996), em seu sentido habermasiano, aponta como uma guinada final de uma “meta-política racional” que reduziu ao conhecimento científico os comportamentos de uma população abreviada à sua amostra estatística, tornada um objeto de conhecimento e de previsão que a afastaria da discussão pública e de suas polêmicas.¹⁵

Logicamente, tomar as “democracias consensuais ocidentais” como um bloco homogêneo não explicita nada e pouco elucida sobre a construção (ou desconstrução) da esfera pública brasileira. Retornemos às suas especificidades mais recentes que vêm sendo abordadas nestas obras.¹⁶

A partir das primeiras eleições presidenciais, o Brasil e sua arena política teriam sido engolidos pela falra de viabilidade política provocada pela financeirização do capitalismo que açoitou perversamente os países do Terceiro Mundo, ou seja, pelo

¹⁵ Ao se falar, portanto, da expansão do Estado de Direito dentro do regime ocidental e de todo o arcabouço jurídico dele advindo – enquanto disposições legais dos códigos, ideias filosóficas da comunidade ou modo de gestão policial – tende-se a unir toda sematicidade desenvolvida através de anos de dissenso em nome de um único direito não questionável da harmonia da comunidade democrática. “Hoje, a identificação entre democracia e Estado de direito serve para produzir um regime de identidade a si da comunidade, para diluir a política sob um conceito do direito que a identifica ao espírito da comunidade” (Rancière, 1996, 110)

¹⁶ “A destituição do mundo público e a anulação da política na recente história brasileira surgem, nos textos de Chico [de Oliveira], sob o signo de uma tragédia singular, específica, nossa” (Santos, 2006, 30)

“desmanche neoliberal” (Santos, 2006) e pela ausência de alternativas políticas, dado o desmantelamento dos sindicatos, a fraqueza dos movimentos sociais e a incapacidade de setores tidos como progressistas — tal como foram uma vez os movimentos populares — de compreender o tamanho da crise e seu ineditismo. Passamos, portanto, para uma “era da indeterminação” (Oliveira, 2003 e Telles, 2006), na qual existe a perda de formas e contornos das linhas de forças entre classes, interesses e partidos. A dissolução dos horizontes e referências teria somente se acentuada sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1996-2002). Institui-se a desconstrução da idéia transformadora da arena pública, que não seria impedida durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que, por sua vez, estaria, apenas, tentando um desenvolvimentismo nos moldes dos anos 50 (Santos, 2006). Desse modo, a anulação da política perpetrada durante esse tempo fica sem resposta à altura do momento histórico agudo que agora vivemos.

A eleição de uma frente ampla de esquerda para a presidência em 2002 contrastou o otimismo dos vencedores com a nocividade de nossos tempos. Dito de outra maneira: “Está se vendo, então, que a excepcionalidade positiva do presente parece comprometida por sua excepcionalidade negativa. Em outras palavras, na era da indeterminação vinga a tendência para o pior – e o novo dia, em vez de raiar, vai sendo sugado pelo horizonte negativo; em outras palavras: em vez da política comandar o processo econômico para que se construa uma nova hegemonia, é a autonomização do mercado que reitera a ausência, ou melhor, a anulação política e, com ela, a barbarização de todas as relações sociais num estado de exceção” (Santos, 2006).

A financeirização da economia sobre a política brasileira conferiu às redes de sociabilidade — formatadas pela categoria central do trabalho fixo, previsível e a longo prazo, ao inserir, através do modo de produção fordista, os indivíduos na esfera de consumo coletivo das grandes cidades, e ao abrir novas veredas para a atuação política — um aspecto impreciso e avassalador ao mesmo tempo, no sentido em que destituiu toda a arena pública de referências mobilizadoras e concedeu aos quadros institucionais abertos nos anos anteriores uma aceção apolítica de gerenciamento estatístico.¹⁷

Além do mais, o chamado “substrato comum de linguagem” (Doimo, 1995) criado pela a atuação movimentalista, é reapropriado e ressignificado em termos

¹⁷ “É uma espécie de ‘exceção permanente’ schmittiana, que anula as possibilidades de *virtù* da sociedade civil, entendida no sentido de interesses organizados demarcando-se entre si e com relação ao Estado. Um movimento browniano incessante, de acomodações e reacomodações, deslocamentos e deslizamentos, pesados ajustes de contas, que ultrapassa os limites do consenso da ‘política ocidental’ e não chega a formar outro campo de conflitos, onde exatamente a operação de um novo consenso possa ser ‘política’” (Oliveira, 2003 *apud* Santos, 2006)

menores. O Estado democrático de direito é reduzido à observância de sentenças judiciais e a defesa dos direitos da cidadania é feita através da ótica do consumidor, *vis-à-vis*, a relação perniciosa que as classes populares teriam com o terceiro setor. Ao mesmo tempo em que os chamados segmentos dominantes recusam a mediação pública dos conflitos e a perspectiva de uma cidadania ampliada, também se utilizam do universo semântico da esquerda, esvaziando e invertendo seus sentidos dentro da esfera pública. A sociedade civil é igualada ou reduzida a mercado; a política, a racionalidade técnico-administrativa; os direitos, a autonomia privada do empreendedorismo social; dentre outros ataques a potencialidade da arena pública, de modo a reduzir democracia a governabilidade e propor um quadro gerencial sem política. Restam aos trabalhadores precários, desempregados e desvalidos políticas públicas focalizadas e compensatórias e a falta de uma voz e de um espaço legítimo onde possam dissonar na hegemonia apolítica consensual.

Se em 1972, Oliveira via na *Crítica à Razão Dualista* uma simbiose entre o “arcaico” e o “moderno” — do formal e do informal nos termos mais em voga recentemente — que projetava as figuras de “atraso”, ou seja, a urbanização periférica, a economia subdesenvolvida, o trabalho informal e a crescente pobreza, no centro da moderna economia urbana enquanto fator de superação das condições dadas, atualmente, essa simbiose não é nada menos do que danosa e inebriante, visto que confunde as categorias antes claras e impede a ação consciente orientada para fins políticos, e as próprias condições de surgimento da representação retornam enquanto problema e proíbem sua conclusão. As conexões entre trabalho, classe, representação e espaços da política não se constituem, e não podendo estabelecer, portanto, um espaço político.¹⁸

Enfim, o que antes era visto como uma passagem precária, mas passageira, e, até mesmo, necessária de nossa história, uma singularidade passível de transformação via um projeto político claro, virou “regra”, no sentido em que as abrangências das

¹⁸ “As consequências para a política não poderiam ser mais devastadoras. Desaparece a alteridade, o movimento dos atores perde qualquer previsibilidade, tudo transita para além de qualquer medida — esta, aliás, é que deixou de existir — e a política se esvanece na mais radical indeterminação. É verdade, reconhece Chico, que tudo isso acontece ao mesmo tempo em que se dá um notável aumento do assim chamado associativismo civil. Porém, o atual ‘deslocamento do trabalho e das relações de classe esvazia essa ‘sociedade civil’ de um campo de conflito capaz de estruturar o jogo dos atores. As relações são difusas e indeterminadas, as conexões de sentido são erráticas e o conflito social perde sua potência política, ao mesmo tempo em que essa mesma indeterminação e volatilização dos espaços da política vão abrindo espaço para intolerâncias, violências e a barbárie de todos os dias” (Telles, 2006b, 186)

instituições foram capazes de transformar demandas em políticas governamentais assistenciais e de gerenciamento, que repõem as desigualdades ao invés de saná-las.

1.1.5 A cidade: de questão à gestão?

Essa financeirização da economia que nos tomou de assalto, ou como prefere Telles (2006), essa “revolução molecular-digital”, descola do processo produtivo concreto o processo de valorização da mercadoria. Já não se depende mais da quantidade de tempo e do processo fordista de produção e termina-se por implodir os locais do consumo e reprodução dessa força de trabalho, âmbitos privilegiados da política do século passado: as distinções entre tempo de trabalho-não trabalho e trabalho-consumo são pulverizadas. É, na verdade, um “trabalho abstrato virtual” que quebra o vínculo entre trabalho, empresa e produção de riqueza de modo a constituir outros agenciamentos e relações que, virtualmente deslocadas da valorização concreta do trabalho, joga na irrelevância social trabalhadores espalhados nas redes de subcontratação de um trabalho precário, incerto e mal remunerado, indivíduos sujeitos às coerções físicas e espaciais do trabalho concreto, mas que desaparecem pela “pirotecnia do marketing e do espetáculo cultural” (Telles, 2006b).

Seriam todas essas mutações de fundo, mas que mudam as formas de lidar e de reconhecer a experiência do trabalho, da cidade e dos seus espaços e territórios:

“É uma situação que está a exigir um giro em nossas categorias, de modo a construir um plano de referencia e um espaço conceitual que permitam colocar em perspectiva e figurar esses processos, re-situar os problemas, colocar outros tantos e perceber nas dobras desse desmanche nas dobras das redefinições e desagregações, do ‘mundo fordista’ (...) outros diagramas de relações, campos de força que também circunscrevem os pontos de tensão, resistências ou linhas de fuga pelas quais perceber a pulsão do mundo social” (Telles, 2006b, 194)

Desse modo, devemos reconfigurar a própria ideia de exclusão social, já que esta se constitui numa noção centrada na binaridade, antes clara, dos dispositivos físicos e sociais do trabalho-não trabalho. Do mesmo modo que abordagens que colocam uma cidade dividida entre enclaves globalizados e fortificados de um lado e ilhas de pobreza confinadas em bairros pobres e distantes da cidade pós-moderna de outro não

contribuem para a análise real da situação já que são incapazes de compreender o fluxo de relações físicas, virtuais e mercantis que atravessam essas polaridades. O fluxo econômico de globalização, desmanche e pauperização cristalizar-se-iam em determinados locais, mas suas consequências podem ser apreendidas em todos âmbitos e transbordam definições socioespaciais por demais estreitas. A desterritorialização dos fluxos de capital se corporifica nos espaços da cidade: os enclaves do lado pós-moderno da cidade convivem lado a lado com formas excludentes e ilegais de apropriação do solo; os grandes equipamentos de consumo se concentram em um espaço, mas também se espalham até as periferias da cidade, entrecortando-se com o mundo da pobreza; a cultura urbana, transformada em mercadoria, sofre intervenções pelas quais a cidade passa a ser gerida e consumida enquanto seu produto e constitui-se a infundável mercantilização de tudo e todos.

O mundo financeirizado do trabalho libera, através da subtração de seus dispositivos clássicos de controle, “fluxos urbanos”, no puro sentido deleuziano, que circulam e se cristalizam efemeramente em bens de consumo modernos (o sem número de celulares presentes em qualquer periferia, por exemplo), espaços públicos apolíticos da pobreza gerenciada e um promissor e expansivo mercado do tráfico de drogas e redes de crime organizado — também figuras exemplares do mercado de trabalho globalizado e desterritorializados do capital financeiro. Tudo isso alteraria e desestabilizaria as referências que pautavam e ritmavam a vida social: os tempos do trabalho e os tempos de lazer (individuais e familiares) perdem as sincronias que os dispositivos disciplinares do mundo fordista impunham, ao mesmo tempo em que as fronteiras dos espaços públicos e tempos públicos de trabalho mesclam-se com os espaços e tempos privados do não trabalho. (Telles, 2006).

“Se é verdade que a desconexão entre trabalho e empresa já faz parte da paisagem social, se é verdade que a empresa perdeu seu poder de gravitação como lócus de investimento subjetivo, isso significa que os tempos de vida e os tempos do trabalho tendem a se articular sob novas formas não mais contidas nas relações que antes articulavam centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família, trabalho-não trabalho. Eram binaridades que pautavam os ritmos da vida social, tendo por referência o trabalho, suas regularidades e disciplinamento impostos pelas novas formas de emprego. Mas, então, talvez seja necessário se desvencilhar dessas binaridades, talvez, melhor dizendo, suspendê-las, assim como a do formal-

informal, para apreender a nervura própria do campo social. Talvez seja por aí que possamos decifrar o modo como as reconfigurações do trabalho também redesenham mundos sociais e seus circuitos, os campos de práticas e relações de força que fazem a tessitura da cidade e seus espaços.” (Telles, 2006b, 198)

Práticas e novas justificativas recobertas por um novo discurso teórico academicista e técnico-científico acabam por recobrir de “normalidade”¹⁹, e legitimidade uma crescente mercantilização dos direitos que se configuravam como universais e que devem tornar-se universais em nome da crítica. Estes novos dispositivos do trabalho abstrato e do sobrevalor destituem conquistas e direitos, instaurando, onde não há lei, um estado de exceção permanente, que se implanta através de mecanismos de gerenciamento da vida e de sua privatização — processo iniciado nos anos 90.

Esse processo, iniciado na década passada, centrado na dissolução de laços trabalhistas e na instituição de novas formas de uso e exploração, para além do assalariamento e do contrato, apontam para a centralidade de uma indeterminação abrangente da liberdade de escolha das possibilidades políticas abertas na redemocratização e impossibilitando dessa forma a instituição de sujeitos políticos clássicos. As cidades então, como não poderia deixar de ser, apontam para o avesso das potencialidades construídas anteriormente, e o cenário urbano passa a ser visto de questão privilegiada da crítica das desigualdades brasileiras e suas superações para o espaço da gestão da pobreza e da anulação da política e seus atores. As formas de segregação urbana desenharam-se, atualmente, através de uma luz essencialmente antipública e transformam a cidade em um grande espaço no qual os processos de mercantilização e privatização da vida borram os limites entre as promessas de emancipação e as novas formas de dominação.

Todas as nuances dessas críticas focam-se especialmente na centralidade da esfera do trabalho e suas consequências para a constituição da esfera pública e de sujeitos políticos numa era da indeterminação das relações oferecidas por essa “revolução molecular-digital” que, sob todos os aspectos, cerca a grande questão, a única que pôde tomar corpo nos dias de hoje: a possibilidade ou a impossibilidade da

¹⁹ A ideia de “normalidade” vem de autores como Telles (2006) e Oliveira (2003) — para nomear apenas alguns — que têm uma perspectiva alinhada com os estudos do Cenedic.

experiência de classe ganhar materialidade e sentido, conformar seus territórios, seus coletivos e mesmo sua concretude.

Passo a passo, configuram-se a percepção das vulnerabilidades e carências; depois, a pobreza urbana, que nasceria da ruptura das fronteiras entre o trabalho formal e o informal; o emprego e o desemprego, de um assalariamento que escapa às formas clássicas do contrato do trabalho, permeados por toda a espécie de ilegalismo não mais percebidos enquanto tal e cujo crescimento exponencial aponta para um outro patamar da produtividade do trabalho e “(...) para a ruptura do solo material, do auto reconhecimento e da organização de classes e, por consequência, de grandes e pequenos abalos nas formas de representação sindical e política.” (Rizek, 2006, 218).²⁰

Ademais, segundo Cabanes (2006), em um cenário de supressão dos direitos trabalhistas e civis e de um encolhimento do papel do Estado na vida dos indivíduos, as deliberações do espaço público político são invertidas. Por um lado, agravam-se as condições de vida de uma boa parte das classes populares e, por outro, suscita-se a emergência de novas modalidades de expressão que passam por fora do trabalho, do sindicalismo e da esfera pública. Do mesmo modo, todos aqueles cujas posições se agravam no mercado de trabalho veem suas capacidades de representação e expressão se reduzirem, a ponto de terem diminuída sua participação na esfera pública: seus direitos são reduzidos e, por vezes, reinterpretados em termos assistenciais. Assim, a família pode ressurgir como um forte lugar de solidariedade primária, mas não fica imune aos efeitos da destituição do potencial público da esfera trabalhista: “O espaço privado se encontra, então, solicitado de duas formas opostas: por cima, como espaço matricial de reivindicação da sociedade civil à procura de novas formas de organização; por baixo, como última forma de resistência à ‘vida nua’” (p. 391).²¹

A cidade, nesse espectro, passa a ser pensada através da (im)possibilidade da discussão política enquanto dissenso, da destituição do potencial conflitivo capaz de desmanchar a lógica gestonária que a institucionalização do convívio democrático consensual instaurou através da administração técnica-racional, dos controles estritos da funcionalização da miséria e das políticas públicas sociais de reposição da miséria.

²⁰ “Caem por terra antigas separações, categorias binarizadas e construções conceituais pelas quais se percebia o mundo; o trabalho abstrato, isto é, a extração da mais-valia por todos os poros, para além do assalariamento clássico, estanca a desmercantialização da vida, dilui os direitos, institui outras formas de dominação e, no limite, destrói de forma inédita a voz e a presença de classe em opaca indeterminação” (Rizek, 2006, 218)

²¹ “Vida nua” ou “vida matável” são expressões recorrentes no texto de Vera Telles e Robert Cabanes, no quais dialogam com questões formuladas pelo filósofo italiano Giorgio Agamben.

Interessa, nessa chave, pensar a potencialidade da reconstituição dos espaços urbanos, reformulados na “era neoliberal” pela apresentação banalizada da desigualdade escancarada, pela privatização da vida e da desnecessidade do público do modo como foi construído nas décadas passadas. Enfim, a problemática atual seria a de restituir os territórios da cidade, através da reinvenção da política, para além de seus marcos normativos legais.

Na fuga das binaridades desconstruídas pela esfera trabalhista, cairíamos em outra dicotomia: seriam essas formas públicas uma experiência política ou um controle e confinamento de demandas e movimentos? Estamos em meios a atividades contestatórias de fundo público ou em uma institucionalização da política enquanto meio gestor?

Penso que podemos confrontar aqui duas linhas análises: uma fundada, em especial, na antropologia urbana em seus primórdios, que privilegiou os espaços então chamados de reprodução da força de trabalho, vendo neles a potencialidade política daqueles tempos e outra que tem como arauto uma linha sociológica atual, denunciante das forças que as transformações dessa pós-modernidade urbana têm nas relações trabalhistas e sociais, capazes de borrar todas as definições tidas como certas anteriormente e confundir todo o jogo político e impossibilitar a atividade contestatória. Assim, penso que poderemos responder a essa dúvida dos tempos atuais: existe uma clara ruptura nos estudos urbanos e políticos das ciências sociais sobre a esfera pública? As considerações passadas — focadas na cotidianidade das classes populares — ainda são capazes de retirar daí alguma forma de ação política válida ou a supressão das transformações econômicas incidiu de tal modo nessas esferas que estamos apenas diante da gestão insidiosa da pobreza? Etnograficamente, o texto que segue pretende medir essas duas ponderações. Assim, a análise se foca no cotidiano de um movimento de sem-teto, tentando retirar daí as acepções utilizadas no mundo público, ao mesmo tempo em que se confronta com as definições e acepções de política e gestão com as quais lidam os estudos sociológicos urbanos atuais. Interrogam-se os sujeitos atrás de suas práticas de sobrevivência, laços familiares, trajetórias individuais, categorias nativas utilizadas em âmbito público e meios de mobilização coletiva, assim como pretende-se conjugar esses agenciamentos com as coligações institucionais presentes em campo, modos de financiamento, gestão e funcionalização do movimento e as mediações entre as políticas públicas direcionadas para ele e suas consequências na vida pública cotidiana. Interessa-nos aqui testar a validade da dicotomia que aparentemente

temos à frente: as veredas abertas pelo campo movimentalista conformou-se em quadros institucionais de supressão da política ou ainda podemos ver no cotidiano das classes populares âmbitos abertos a considerações públicas contestatórias?

1.2 Objeto do trabalho e questões de pesquisa

As delimitações iniciais da pesquisa, depois de uma aproximação muito rápida do objeto e do campo, propuseram um estudo de caso num acampamento de sem-teto, tentando articular as duas seguintes perspectivas: a) a discussão bibliográfica e o debate crítico entre a antropologia e a sociologia durante os últimos anos, nos quais cada disciplina delineou conceitos por meio dos quais vieram a discutir temas comuns, tais como movimentos sociais, crescimento da periferia urbana, trabalho e cotidiano das classes populares; desse modo, pretendeu-se realizar uma análise do desenvolvimento da esfera pública e da participação política, sob — e numa última instância — uma ótica antropológica, evitando, assim, tomar o mundo da política como um dado *a priori*, mas definido através de formulações de indivíduos em contextos particulares; b) a análise do cotidiano de um movimento social, a fim de averiguar a existência de uma identidade comum aos ocupantes ou um conflito entre mais de uma dessas identidades, as ações coletivas que estão em jogo dentro do acampamento que visam melhorias no entorno e o embate entre os mundos privados e públicos dos acampados, dos quais decorrem as noções entre eles correntes de equipamentos urbanos, participação política e esfera pública; tais dinâmicas ocorrem dentro de um cenário específico do debate urbano, como exposto acima, no qual poderiam existir porosidades entre o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal e o formal e o informal que, a princípio, modulariam aquilo que pode ser definido como política válida dentro desse campo particular.

Apresentavam-se, inicialmente, duas análises distintas, cada qual advinda das duas disciplinas inter-relacionadas e provenientes de décadas diferentes. Se, por um lado, o estudo antropológico urbano dos movimentos sociais da década de oitenta que culminou no fenômeno movimentalista (Doimo, 1995) e suas repercussões nas décadas posteriores e atuais, também forneceram muita bagagem para essa pesquisa — e isso se deveu, em muito, aos escritos de Durham (2006 [1980, 1984]) Caldeira (1984) e Sader (1988) — por outro, a discussão apreendida pela leitura da bibliografia que vem

tentando lidar com as novas especificidades dos movimentos sociais estava, em grande parte, informada por estudos urbanos e políticos recentes, em especial da área da sociologia, que têm como nomes Vera Telles (2006) e Francisco de Oliveira (2003 e 2007).

Não penso que as duas análises sejam divergentes, pelo contrário, o que os estudos urbanos atuais estão apontando é que, apesar das grandes ações movimentalistas que ocorrerão no período de redemocratização, atualmente passamos por anos que detêm características específicas e que deitam raízes no início da década de 90, no começo do chamado “neoliberalismo”. O que essas perspectivas apontam é a necessidade da revisão do arcabouço teórico das análises políticas ligadas aos episódios da década de 70 e 80 no Brasil para a compreensão de um novo mundo no qual a política não estaria tão presente como a explosão dos novos movimentos sociais levou a crer. Seria necessário até mesmo considerar a possibilidade da suspensão da política em cenários em que as privações, violências e pauperismo são tão comuns que podem deslocar os indivíduos e nublar sua orientação no mundo público.

Se para alguns autores, como Fernandes (1995), até mesmo o nascimento do terceiro setor vinculava-se a uma expansão da ideia corrente de esfera pública no país, para outros, a sua existência enquanto campo próprio da ação política está ameaçada. Nos anos oitenta, a definição do campo político dos movimentos sociais foi em grande parte composta pela ampliação e conquistas de direitos numa relação de antagonismo ao Estado, no entanto, no começo da década de 90, já sob a influência da constituição de 1988 e da redemocratização, os agentes dessa nova política tinham a possibilidade de ser governo ou, ao menos, uma possibilidade mais clara de diálogo com o poder público, esfera aberta, em parte, pelas suas próprias reivindicações. Os espaços que foram conquistados nos anos anteriores precisariam ser geridos de modo participativo e democrático e seu aspecto conflitivo e político foi, em certa medida, perdido ou colocado em segundo plano, sendo que as próprias formas de participações criadas perdem parte de seu sentido (Feltran, 2005).

A proposta do texto é discutir essas visões e aproximações da política, esfera pública e movimentos sociais dentro de um campo de pesquisa pré-definido inicialmente: um acampamento de sem-teto em São José dos Campos (SP) chamado de Pinheirinho e organizado pelo Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST). A ideia principal a seguir é vincular, a partir da apreensão empírica, essa suposta ruptura do

caráter político dos movimentos sociais com a validade das considerações antropológicas passadas e atuais.

O Pinheirinho, local que abrigou parte substancial da pesquisa de campo, é um acampamento de sem-teto na zona sul da cidade que conta hoje, segundo suas lideranças, com dez mil pessoas distribuídas entre cerca de 1.500 barracos e casas de alvenaria, refletindo, em menor escala, o déficit habitacional e as disparidades sociais que tomam conta do país — até em suas melhores cidades.²² É organizado, segundo as lideranças locais e mesmo segundo das falas cotidianas de seus moradores, em onze setores diferentes, nomeados de A a M, pulando o I e com mais dois, o O e o P — mais à parte, simbólica e fisicamente — num todo comum chamado de Mangueira.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Os planos iniciais que conduziram a pesquisa centraram-se, principalmente, ao um longo período de incursão a campo com duração aproximada de um ano. Privilegiou-se, durante esse tempo, a observação participante e o trabalho de campo prolongado. Evitei tirar, dentro dos capítulos apresentados, qualquer grande conclusão etnográfica ou desdobramentos teóricos, os quais só foram sendo feitos à medida que os dados da pesquisa permitiam, condiziam ou rebatiam as referências anteriores.

As questões inicialmente vislumbradas sobre identidade, política e esfera pública foram tratadas de acordo com as suas problematizações nas falas nativas, sempre procurando etnografar o processo de mobilização social que o acampamento abriga. Desde o início, já nas primeiras abordagens do campo num período anterior ao da pesquisa propriamente dita, tomou-se como pressuposto que a política e o cotidiano destes moradores estariam indissociavelmente entrelaçados e que não se poderia entender um sem se fazer referência ao outro. Essa perspectiva não foi frustrada e grande parte da descrição espera apontar para essa característica que pode embaralhar as categorias e esferas tidas claramente distintas como o “público” e o “privado”, das quais, a meu ver, se retiram os termos do jogo da cena política desde, pelo menos, a década de 80.

²² Entretanto, segundo a Prefeitura, a população local não passaria de 1.500 pessoas, cifra que certamente subestima, para qualquer observador atento, o tamanho do acampamento e o número de interações sociais nele presentes.

Desse modo, considero difícil falar em uma “rotina política” ou um “tempo político” dentro do movimento, visto que operar de tal maneira corresponderia à disjunção das categorias que tento conjugar através dos relatos de campo. De toda forma, no intuito de tornar o texto mais legível e ordenar alguns rituais — no sentido estritamente antropológico — da cena nativa, pretendo reconstituir alguns locais privilegiados, onde não só se encena diante de todos um espaço performático de igualdade, como também se atualizam categorias explicativas que questionam a suposta rotina dos seus moradores ao mesmo tempo em que são dela retiradas.

Tais momentos privilegiados se constituem de manifestações, reuniões e assembléias que se, à primeira vista, podem parecer espaços “lacrados” da política, a um olhar mais demorado, demonstram uma incrível capacidade para ressignificar códigos usuais entre os moradores e lançar mão dos mesmos para explicar a ordem das coisas no mundo, localizando as pessoas, seus adversários e suas pautas.²³

Delimitemos, então, tais espaços. Primeiramente, quando falo em reunião, refiro-me àquelas que ocorrem todas as terças-feiras às seis horas da tarde, em cada um dos 14 setores do acampamento, administrado cada qual por seu coordenador. As reuniões de setores são, teoricamente, locais de negociação e resolução de pautas para a assembleia, que ocorre religiosamente todos os sábados no mesmo horário e envolve todos os setores, embora poucas vezes eu tenha visto um assunto levantado às terças que chegasse efetivamente a uma discussão aos sábados. Entretanto, ao contrário dos fins de semana, quando as assembleias ganham mais um contorno de palestra, e não há necessariamente uma intervenção direta dos ouvintes, às terças-feiras os moradores se pronunciam sempre que acham necessário. Todas as oportunidades que presenciei foram intervenções sobre as regras de sociabilidade do local²⁴ — sempre explicadas para os moradores novatos por seus coordenadores. Acompanhei diversas reuniões e assembleias, cada uma com assuntos específicos relativos à semana que se passara e a

²³ É necessário compreender, entretanto, que estes espaços, apesar do forte apelo simbólico entre os moradores, não são os únicos lugares onde o mundo e suas desigualdades e desproporções são pensados e, assim sendo, ao utilizar o adjetivo “privilegiado” para tais situações, remeto apenas a ideia de que estas se constituem como exemplos paradigmáticos da utilização das categorias cotidianas para a encenação e simbolização do mundo e que as mesmas podem ser encontradas nos mais diversos contextos, como em qualquer padaria, bar ou conversa entre vizinhos.

²⁴ As regras internas do acampamento incluem, entre outras coisas, o cuidado com o uso da água e da luz, avisos em épocas de chuvas que frequentemente destroem os “barracos” mais precários, a maneira de jogar o lixo fora e distribuir entulhos na rua (de modo a minimizar o efeito das chuvas nas ruas de terra), a proibição da “passagem ou compra e venda de barracos” (que só podem ser ocupados com o consentimento das lideranças) e a eterna cobrança para que todos os moradores compareçam às assembleias aos sábados, nas reuniões de setores às terças ou então às manifestações.

temas mais amplos sobre o acampamento como um todo ou a generalizações macro-econômicas brasileiras e mundiais.

A presença em manifestações, que podem ocorrer na cidade de São José dos Campos ou mesmo em Brasília, é também sempre cobrada e detém a mesma qualidade de publicizar as demandas e categorias e reforçar um sentimento imaginado de igualdade.

Tais situações foram aquelas nas quais o olhar etnográfico prostrou-se de maneira mais detida e que são problematizadas ao longo do texto. São espécies de balizas temporais nas falas dos moradores e estão sempre presentes para explicar a vida local, embora não constituam um espaço fechado da política nativa e dependam das formulações rotineiras dos próprios moradores, que podem, assim, influenciá-las. Todos os discursos ou discussões em reuniões, assembleias e manifestações se utilizam de termos que se encontram presentes no dia a dia e seria simplista colocar qualquer relação de primazia entre estas duas situações e instituir uma qualidade eminentemente política a qualquer uma dessas esferas.

Trato dessas duas situações por meio de uma constante interdependência entre as mesmas e as analiso, principalmente, através das falas dos entrevistados. Portanto, começo a análise com uma breve contextualização histórica, partindo para uma descrição socioeconômica das últimas décadas da região do Vale do Paraíba, de São José dos Campos e da Zona Sul da cidade, de modo a situar o leitor no local onde inicio a etnografia.²⁵ Um dos objetivos da pesquisa, como dito, foi de traçar paralelos entre a experiência de campo e as abordagens correntes sobre movimentos sociais urbanos. Para tanto, utilizo-me dos termos empregados pelos próprios nativos para pensar a política, a sociedade e a cidade.

Os métodos empregados se constituíram e tomaram corpo no decorrer da pesquisa, sendo que as abordagens iniciais em campo embora tenham sido significativas e reveladoras, tiveram que ser modificadas de modo a propiciar uma melhor produção de dados. Apesar do que a contextualização possa sugerir, a preocupação do estudo não é a cidade de São José dos Campos em si e nem alguma parte específica do município. As ferramentas foram empregadas, sobretudo, para trazer à tona e delinear os meios

²⁵ A análise socioeconômica se faz necessária para relacionar a discussão de campo com o cenário descrito, em especial, por essa perspectiva da sociologia uspiana, que remete ao propalado “neoliberalismo” para explicar a situação de “administração da exceção” (Oliveira, 2007) em que vivemos e as “linhas de sombra” (Telles, 2006) na qual os sujeitos transitam atualmente. Não tomo os dados levantados a fim de delimitar factualmente a população estudada, mas de inserir a cidade e o campo dentro dessa arena de discussão sociológica e econômica.

característicos de mobilização social e ação política de um movimento social determinado dentro de um contexto socioeconômico dos primeiros anos desse novo século. A contextualização até aqui cumpriu o papel de apresentar ao leitor a área conceitual abrangida pela pesquisa e o debate nacional em que ela se insere.

A própria inserção em campo à qual fui submetido é, sobremaneira, reveladora dos tempos atuais e da preocupação bibliográfica sobre movimentos sociais. O meu primeiro contato com o campo foi realizado através do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que detém com o movimento uma relação muito íntima. Ao tomar consciência da existência do acampamento na cidade por meio de uma matéria televisiva, no ano de 2007, ocasião em que percebi desde o começo o grande número de bandeiras e faixas relacionadas às questões do acampamento durante uma manifestação de entidades sindicais e partidárias vinculadas tanto ao PSTU quanto à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), central sindical do partido que preside o Sindicato dos Metalúrgicos. Desse modo, achei natural que o primeiro contato com o campo seria facilitado por essas entidades. Telefonei para o sindicato e apresentei minha intenção de fazer um estudo no local e com seus moradores, e, prontamente, a secretária do sindicato me pôs em contato com o coordenador-geral do acampamento, o Marrom, sendo que os dois são filiados ao partido. Deste modo, durante um sábado, após pegar-me de carro na sede do sindicato — que fica no centro da cidade —, Marrom me levou para um passeio nas ruas do Pinheirinho. Durante toda essa primeira visita, que levou cerca de meia hora, Marrom parava o carro para cumprimentar diversos moradores e lideranças de setores e me apresentar: “O menino de São Paulo que queria conhecer o movimento”.

Essa vinculação inicial e a nomeação que eu recebi me acompanharam durante toda a pesquisa e delas não pude me desvincular. A aproximação com os moradores, então, foi feita através dela e, em alguns momentos estratégicos — que comecei a reconhecer como a prática etnográfica —, tentei me afastar desta vinculação, sendo que em outros acionei-a para explicar minha presença em locais aos quais não pertencia. No entanto, em todos os contatos que fiz com os pesquisados, sempre afoitos em saber da minha motivação e a razão de minhas incansáveis visitas, não podem ser desconsideradas a minha relação inicial com o PSTU e com o sindicato e a minha condição de “estrangeiro”, seja dentro do acampamento ou na cidade, já que a todo momento minha naturalidade paulistana era invocada para corroborar a ideia, sempre

exposta entre os moradores, da importância do acampamento e da distância que diversas visitas percorriam para conhecê-lo.

De qualquer forma, seja por ingenuidade minha ou pela impossibilidade de outro meio de aproximação, a parcialidade da minha condição foi exasperada pela minha primeira apresentação aos moradores. No mesmo sábado em que conheci o local, Marrom me chamou para participar da assembleia que ocorreria naquele mesmo dia ao final da tarde. O que me pareceu uma simples observação participante se tornou, marcadamente, uma tomada de posição política irreversível até o final da pesquisa, pois, pela primeira vez, Marrom me chamou para subir ao palco do barracão da assembleia que era acompanhada por pelo menos 500 pessoas, fato que se repetiu a partir de então diversas vezes. Vi-me obrigado a explicar o motivo daquela minha visita na ocasião e de todas as posteriores que viria a fazer ao longo dos dois anos de mestrado, e qualquer possibilidade de neutralidade axiológica e objetividade externa da pesquisa ganhou materialidade e simbolismo quando necessitei também, como todos os outros que falaram antes de mim — muitos deles vinculado ao partido —, justificar a invasão daquelas terras e tomar uma posição favorável ao movimento, o que significa, invariavelmente, posicionar-se contra a prefeitura, em especial, a figura do prefeito.

A exemplo das assembléias, mesmo com uma plateia menor, às terças-feiras durante as reuniões, muitas delas coordenadas por membros do PSTU, nunca escapei do estigma imputado a essa vinculação, seja ele negativo ou positivo. Assim sendo, a maioria das entrevistas que fiz, tenham sido elas com uma ou mais pessoas, ocorreu por meio deste prisma, já que consegui a maioria dos meus contatos com a ida a tais reuniões.

Entretanto, nunca entrevistei os moradores em meio a tais reuniões e sempre tentei agendar outros horários e locais para isso. A maioria deles me convidava à sua casa — motivo ambíguo de orgulho e vergonha para eles já que construída sempre através da “luta” desses moradores, mas que se encontrava sempre “bagunçada”. No entanto, nunca me faltaram convites para conhecer as “humildes” residências desses moradores e, sempre que assim fiz, as explicações sobre seus projetos futuros eram sempre atentamente ouvidas: todos planejavam um cômodo a mais para as crianças, primos, pais e avós, queriam reformar o que já haviam feito ou plantar algo em seu jardim. A casa, dentro de uma perspectiva familiar, é sempre um “vir a ser” nunca completo e sobre o qual esses moradores também se contrapõem ao pesquisador e imaginam sua vida em São Paulo e em outros bairros de São José dos Campos. A casa,

“humilde”, “sofrida” e mesmo “bagunçada” se constitui, dessa maneira, em mais um fator explicativo a que todos recorrem em meio às suas entrevistas e conversas, e estar junto com eles nesses locais é, além de um sinal de confiança dessas pessoas, um elemento a mais a ser observado e etnografado em tais visitas. Ser chamado para dentro de uma casa e fazer visitas dentro do acampamento são uma declaração de pertencimento, mesmo que mediada por diversos níveis de vinculação sindical, institucional, socioeconômica e de naturalidade.

O voto de confiança que o convite implica e a impossibilidade de manter um distanciamento neutro entre pesquisador e pesquisado não me deixou, todavia, confortável para fazer anotações em frente às pessoas ou para guardar frases literais desses diálogos. Embora os relatos coletados por meio de gravadores sejam numerosos em todo o corpo do texto, as entrevistas gravadas foram apenas doze e feitas apenas após um contato prolongado com esses indivíduos e com seu consentimento. A maioria das anotações foi feita num período posterior ao contato com os moradores e escritas após uma maturação subjetiva dos dados coletados.

Considero que, se o texto deve levar a sério a validade dos dados etnográficos consolidados na década de oitenta e sua contraposição a um momento de ruptura exposto pela bibliografia atual, os dados relativos ao cotidiano dos moradores e seus valores devem ser alvo de um enorme respeito e a etnografia deve ser capaz de captá-los. O processo de imersão no dia a dia destas pessoas, do qual o convite às suas casas parece ser o auge, não foi feito imediatamente, e a pesquisa e o contato com os indivíduos durou cerca de dois anos e meio, se contarmos o período pré-campo. Considerei que, do mesmo modo que a política deve ser pensada através do cotidiano desses moradores, as minhas frequentes visitas também devem ser alvo de uma crítica posterior, no sentido em que elas abrem veredas para a análise das posições discursivas dos sujeitos, tanto no que diz respeito à relação de pesquisador e pesquisado, quanto à abrangência e à possível supressão política, operadas pelas entidades institucionais pelas quais tive acesso ao campo.

Se estive vinculado, durante toda a pesquisa, a alguns dos quadros institucionais com os quais estes moradores têm de lidar todo dia, a minha relação com os entrevistados também pode ser uma ferramenta analítica através da qual podemos pensar o impacto das institucionalidades dentro da vida cotidiana da política. O relacionamento que mantive com todos os entrevistados sempre foi, e ainda é, amigável, mas não pode ser pensado somente em termos de uma relação estritamente pessoal — as

mediações institucionais sempre se fizeram presente e são verbalizadas em perguntas relativas ao destino dos meus estudos e da minha suposta filiação partidária, que posso deixar clara aqui, como já deixei nas inúmeras ocasiões em que me demandaram isso dentro de campo: “Não sou de nenhum partido.” No entanto, não foi em todas as ocasiões que essa afirmação ajudou a iluminar algum aspecto que a minha vinculação imaginada ou objetiva com o PSTU encobria, e gosto de imaginar que, mesmo quando algo não foi dito em virtude deste fato, os contatos que tive durante todo o período de campo foram, em grande parte, mérito dos caminhos abertos pelo partido e deles não posso me distanciar.

Todos os nomes utilizados são fictícios, exceto no caso dos indivíduos que detêm uma relação pública ou jurídica com o Pinheirinho. Mantive o nome original ou porque seriam facilmente identificados ou porque estão legalmente envolvidos com o contexto. São os casos das lideranças, vereadores, prefeitos, candidatos, proprietários, grileiros, advogados e réus.²⁶

²⁶ Os termos entre aspas se referem sempre à fala nativa, exceto em casos de conceitos teóricos de autores que se encontram devidamente especificados entre parênteses.

2. A cidade, o bairro e o acampamento: descrição do cenário

No intuito de apresentar a cidade e o acampamento ao leitor, retomo as origens da região, apresento uma breve perspectiva histórica de São José dos Campos, seguida de uma análise sócio-econômica para situar a cidade e sua economia no imaginário que permeia seus habitantes e suas instituições políticas, qual seja: o de uma economia que floresceu no meio do eixo dos principais polos urbanizados do país. Para alinhar essa perspectiva, tomo principalmente o livro de Agê Junior (1977), embora faltem nele dados históricos confiáveis e referências bibliográficas sólidas, o livro é, ele mesmo, um testemunho desse imaginário que corre nos cidadãos joseenses, já que, apesar dessas características, foi o vencedor de um concurso realizado pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo para resgatar a memória da cidade, fato que tornou possível sua publicação. Além disso, ainda utilizo publicações oficiais da prefeitura e alguns livros de universidades da região.

Já os dados sócio-econômicos servem para delimitar, ainda que de um modo precário, o perfil e as condições dessa população que serão aprofundados pela etnografia a seguir.

2.1 A cidade

De acordo com alguns dos historiadores da cidade, as origens de São José dos Campos estão ligadas ao surgimento em 1563 da Aldeia do Rio Comprido, um núcleo indígena catequizado pelos jesuítas da Companhia de Jesus e comandado pelo padre José de Anchieta. Se nos faltam mais dados sobre esse período, isso se deve, segundo esses estudiosos (Junior, 1977), ao sequestro dos bens dos jesuítas, prisão e expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal em 1759. No entanto, a presença de José de Anchieta no início da colonização não é comprovada e é também provável que o

aldeamento seja do começo do século XVII, mais ou menos contemporâneo às vilas de Taubaté e Jacareí (1640-1650), talvez alguns anos antes. De qualquer forma, a ocupação efetiva do Vale do Paraíba está ligada a uma onda de povoamento que data das décadas de 1630 e 1640.

A instalação desses índios no aldeamento do Rio Comprido se deveu, em especial, à guerra do Piratininga que, no início do Brasil Colonial, opôs portugueses, indígenas e missionários, fato que levou grupos compostos por esses dois últimos a se refugiarem em paragens interioranas. Conflitos entre indígenas e portugueses no planalto paulista dominaram todas as décadas de 1560 a 1590. Como resultado dessas guerras, grupos indígenas, como os guaianas e guarulhos, se refugiaram no Vale do Paraíba, só sendo de novo envolvidos na colonização portuguesa no processo de ocupação do século XVII. Assim, o nascimento do aldeamento em São José em 1563 é, no mínimo, controverso; sendo que, nessa época, a própria vila de São Paulo corria risco de desaparecer em razão dos conflitos. O aldeamento mais próximo de São José dos Campos seria aquele onde hoje está instalada a cidade de São Miguel Paulista, fundada em 1560. O certo é que o aldeamento do Rio Comprido, onde índios e jesuítas se instalaram, ficava à margem esquerda do Rio Paraíba, entre a Serra do Mar e da Mantiqueira, a dez quilômetros de onde se situa atualmente a cidade de São José dos Campos. (Júnior, 1977)

Em 1643, longe da sede da capitania, a aldeia se transferiu para onde está a Avenida São José e emergiu, com caráter de povoação, a Aldeia de São José da Paraíba, quando os jesuítas obtiveram a Sesmaria de quatro léguas, conforme inscrição no livro número 11 das Sesmarias Antigas, concedida por João Mafra, fidalgo da casa de Sua Majestade (Júnior, 1977). Construiu-se, então, o atual Largo da Matriz e o começo do que viria a ser a avenida citada na região central, beirando o Banhado — a depressão que contorna a cidade e que hoje é, ao mesmo tempo, um de seus cartões postais e local de favelas e moradia da população de baixa renda.

Misturada a outras tantas sesmarias da Capitania e da região, a aldeia começou a se destacar com a descoberta de ouro em Minas Gerais, em 1693, o que, apesar de provocar o êxodo do município para as recentes descobertas áreas de mineração, colocou a aldeia como entreposto de tropeiros que caminhavam do litoral para o interior do país, assim como se estabeleceu como passagem de quem ia de São Paulo para o Rio de Janeiro. Entretanto, o êxodo dos paulistas rumo às minas hoje em dia é bastante problematizado. Muitos realmente foram em sua direção, principalmente entre a gente

do Vale do Paraíba, de onde saíam os viajantes em direção a Minas Gerais nos primeiros anos após as descobertas. Contudo, a mineração mais contribuiu para o crescimento da capitania do que prejudicou, em função do comércio das tropas.²⁷

Com esse movimento, em 4 de julho de 1767, São José dos Campos alcança o estatuto de Vila, passando a se chamar Vila de São José do Paraíba, sendo sua definitiva fundação em 27 de julho daquele ano, data em que se comemora o aniversário da cidade. Esse fato está mais ligado às reformas de Morgado de Mateus, que assume a capitania de São Paulo em 1765, do que à descoberta das minas no interior. Essas reformas visavam reorganizar a capitania, administrativa e economicamente. Morgado de Mateus eleva à categoria de vilas, não só São José, mas também cerca de outras vinte povoações. Em 1872, celebrou-se a instalação da comarca da cidade, o que acarretou a mudança de nome da vila para o atual São José dos Campos. Desde 1860, com a produção de algodão quase totalmente absorvida pelo mercado inglês, São José experimenta seu primeiro surto populacional. Em 1864, a Vila foi elevada à categoria de cidade. Naquela década, a cidade atingiu a marca de 11.835 habitantes, sendo destes 1.599 escravos. Apesar de produtora de café, a cidade era periférica no contexto cafeeiro do resto do vale. Houve algumas fazendas que produziam café, no entanto não eram notáveis. Basta olhar o pequeno número de escravos em relação à população total. Em comparação com outras cidades do vale, São José dos Campos detém uma proporção irrisória na produção de café na região, por isso mesmo que a cidade permaneceu com 11.000 habitantes durante quase todo o XIX, quando outras cidades cafeeiras atingiam uma taxa populacional mais elevada. A cidade, na época, era insignificante como núcleo populacional, tanto que poucos viajantes do XIX se deram ao trabalho de registrá-la em suas descrições e desenhos. Apesar de ter sido relegada a um papel periférico no contexto do Vale do Paraíba nesse período, perdendo notoriedade para outros centros cafeeiros como Taubaté, em 1886, São José atingiu seu auge produtivo, quando já contava com a estrada de ferro inaugurada em 1877 e manteria atividade intensa até a década de 30. (Júnior, 1977)

No início do século XX, o município foi transformado em uma Estância Climática e Hidromineral e passou a ser procurado para o tratamento de tuberculose, devido às suas condições climáticas favoráveis, sendo criada uma série de pensões e repúblicas, culminando com a implantação do Sanatório Vincentina Aranha em 1924, o

²⁷ Fonte: São José em Dados – 2008. Disponível em: http://www.sjc.sp.gov.br/spu/sjc_dados.asp

maior do país. A prática sanatorial entraria em declínio na década de 30 para quase estagnar em 1940, com o advento da penicilina para tratamento ambulatorial da tuberculose. No entanto, a infraestrutura voltada para o saneamento básico e a lei municipal de 13 de maio de 1920 — que isentava as empresas de impostos e doava terrenos para sua futura instalação desde que comportassem mais de cem funcionários —, possibilitaram uma primeira industrialização da cidade com a chegada da Fábrica de Louças Santo Eugênio em 1924 e a Tecelagem Parahyba em 1925, fato que amenizou a queda da economia da cidade com a crise do café naquela década.²⁸ Ainda na década de 20, a inauguração da rodovia Washington Luís, ou a conhecida estrada velha Rio-São Paulo, a maior ligação rodoviária na época, reforçou a economia da região no eixo de maior circulação de pessoas e bens do país.

Em sintonia com São José, em 1941 foi instalada em Volta Redonda, na parte fluminense do Vale do Paraíba, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em 1946, também entre as duas capitais, instala-se a Rhodia. A economia, assim como a migração e o fluxo de pessoas, cresceu na região do cone leste paulista. São José dos Campos viria a se tornar o principal pólo econômico da região.

Segundo Manolescu e Krom (2008) o município passou por três fases diferentes de desenvolvimento a partir desse ponto, sejam eles: 1) uma primeira fase de industrialização, 2) a consolidação do processo industrial e 3) a fase de inovação tecnológica. Se os dois primeiros estavam ligados a um modelo de desenvolvimento exógeno, ou seja, a um processo que é conduzido principalmente pelo o Estado Nacional, a terceira etapa da industrialização era caracterizada por sua faceta endógena, isto é, por um desenvolvimento econômico de baixo para cima no que diz respeito às potencialidades econômicas da região ou local.

De industrialização recente, a cidade de São José dos Campos teve seu processo de urbanização impulsionado pela instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), hoje Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial, e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em 1950, e também pela inauguração da Rodovia Presidente Dutra em 1951, consolidando de vez a economia da cidade no eixo Rio-São Paulo, os maiores centros industrializados do país, e atraindo empresas de grande porte nos anos subsequentes. Em 1961, instalou-se o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), exemplo seguido pela Embraer em 1969, General Motors, Kodak, Johnson & Johnson,

²⁸ Fonte: São José em Dados – 2008. Disponível em: http://www.sjc.sp.gov.br/spu/sjc_dados.asp

Petrobras, Alpargatas, Matarazzo e outras empresas. Entre 1950 e 1970, São José dos Campos se tornou um centro urbanoindustrial de pequenas proporções, apesar de sua principal base econômica ainda ser a indústria pecuária leiteira, assentada em pequenas bases produtoras.

No entanto, ainda segundo Manolescu e Krom (2008), nas décadas de 50 e 60 com a instalação do ITA, do CTA e do INPE, o governo criou uma infraestrutura de ciência e tecnologia na cidade, que iria alavancar seu crescimento nos anos posteriores. Até a década de oitenta, São José foi favorecida com os ciclos econômicos desenvolvimentistas do governo, seja o do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) seja o do milagre econômico (1967- 1978). Os investimentos públicos em infraestrutura, a entrada de investimentos estrangeiros diretos e investimentos em grandes empresas estatais beneficiaram a cidade com a diversificação de seu parque industrial e atraiu atividades de tecnologia mais avançada. Os grandes exemplos disso são a General Motors, instalada em 1959 e ampliada na década de setenta, e a Embraer, criada em 1969. Até 1980, a política do município estava embutida nas grandes iniciativas da área econômica do Estado Nacional, que beneficiavam as indústrias.

Com a deterioração do quadro econômico na década de 80 até a primeira metade dos anos 90, o setor industrial teve perdas importantes devido à falta de verbas governamentais destinadas às áreas de defesa e tecnologia, embora, mesmo nessa época, os estabelecimentos industriais tradicionais tenham duplicado e a população tenha tido um crescimento de mais de 50 %.

A partir de tudo isso, nos dizeres da prefeitura, da mídia e dos próprios habitantes da cidade, São José dos Campos se constitui hoje como um polo científico e tecnológico nos ramos aeroespacial, bélico, eletrônico, automobilístico e de telecomunicações.²⁹

Apesar do grande volume do setor de serviços — o município atende uma população estimada de dois milhões de consumidores vindos de todo o Vale do Paraíba, Litoral Norte e Sul de Minas —, do ponto de vista financeiro, a indústria continua responsável por 79% do valor de seu PIB. No período de 2000 a 2005, segundo dados da prefeitura, a cidade teve um incremento de 22% em sua economia. Estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com base no ano de 2006, colocam São José dos Campos em segundo lugar no ranking de exportação no Estado

²⁹ Fonte: São José em Dados – 2008. Disponível em: http://www.sjc.sp.gov.br/spu/sjc_dados.asp

de São Paulo, ficando atrás apenas da capital. Em 2005, a cidade produziu mais de 17 bilhões de reais, consolidando-se como a sétima economia do estado; e nesse mesmo ano, o PIB *per capita* da cidade ficou em 28.481 reais. Para uma comparação, Campinas, que detém quase o dobro da população de São José, acumulou um PIB de cerca de 20 bilhões de reais na época. Como dito, embora, o grosso dessa renda seja originário das indústrias, a maior parte da população empregada se encontra no setor de comércio e serviços (59%).³⁰

O processo de industrialização se fez acompanhar por um intenso crescimento populacional, acelerando a urbanização e acarretando problemas de infraestrutura urbana. Em 1940, São José contava com 36.279 habitantes, sendo 14.474 de população urbana e 21.805 de população rural. Na década de 50, o crescimento demográfico médio foi de 5,64 %, terminando o período com uma população de 77.553 habitantes, 56.882 deles na área urbana — uma taxa de urbanização de 72%. Esse crescimento se acelerou nas décadas seguintes, atingindo picos de 6,84% ao ano na década de 70, superando o registrado no Estado de São Paulo no mesmo período. Na década de 80, o crescimento populacional diminuiu o ritmo para 3,02%, mantendo a curva descendente para atingir, em 2005, 1,06 %. Na década de 80, quando os índices de crescimento nacional diminuem, São José dos Campos foi uma das cidades que mais sofreram com as crises econômicas da chamada “década perdida” — termo da academia que se infiltrou como categoria explicativa desses tempos na grande mídia. Situação essa que se prolongou até o início dos anos 90, quando a indústria bélica da cidade entrou em decadência, processo gestado já na década anterior.

No entanto, a partir da segunda metade da década de 90, São José começou a viver um período de inovação tecnológica, acompanhando o processo de globalização e liberalização da economia que, segundo Manolescu e Krom (2008) contribuíram para a cidade mudar seu padrão de desenvolvimento exógeno para o endógeno, aproveitando as bases da economia e o modelo fabril instalado nos anos anteriores. Além de mudar do modelo fordista clássico da produção para o modelo flexível — como em algumas regiões do país e tal qual descrito por Harvey (1989) — essa dinâmica induziu, exemplarmente no caso da privatização da Embraer, a uma retomada dos aportes de investimentos, com a formação de consórcios e parcerias com empresas internacionais e financiamentos destinados à exportação via BNDES. Houve uma ampliação do número

³⁰ Fonte: São José em Dados – 2008. Disponível em: http://www.sjc.sp.gov.br/spu/sjc_dados.asp

de indústrias, via esse novo modelo de consórcios — de 726 em 1998 para 912 em 2008, um aumento de 26%. Houve também uma mudança na qualidade dessas empresas com a distribuição delas por tamanho e com sua diminuição de grande para médio e pequeno porte. De 1980 até 2004, as empresas de grande porte diminuíram 96%, enquanto as médias cresceram 58% e as pequenas 155%.³¹

“O desenvolvimento de São José dos Campos, a partir do fim da década de noventa, pode ser enquadrado na abordagem de desenvolvimento regional endógeno, dadas as suas características mais evidentes, como tratar-se de um município possuidor de uma robusta infra-estrutura tecnológica, modernos segmentos industriais com presença de empresas nacionais e multinacionais de alta e média intensidade tecnológica, de recursos humanos altamente qualificados e de instituições de ensino, pesquisa, incubadoras tecnológicas e parques industriais dos mais modernos” (Manolescu e Krom, 2008, 169).

Essa análise parte da ideia de que o desenvolvimento econômico da cidade está enraizado nas condições locais de seus arranjos produtivos, na rede de comunicação e atuação de vários atores, como empresas, associações, sindicatos, instituições de pesquisa e ensino, entre outros. A ideia do desenvolvimento exógeno diz que a política pública deve ter um novo parâmetro de aplicação, já que o modo de acumulação mais importante é feito principalmente por meio de recursos intangíveis, tais como o conhecimento tecnológico, principalmente, ao invés dos padrões econômicos mais tradicionais cujo foco se centraria nos investimentos ativos fixos, na infraestrutura e na produção de bens materiais, que seria o primeiro estágio para a constituição de um patamar endógeno. Aparentemente, a prefeitura acredita nesse discurso, e a quantidade de escolas técnicas inauguradas e programas assistenciais de capacitação laboral, que aparecem na mídia, é grande.³² A Assembleia Legislativa ainda promulgou em 2005 um projeto de lei que oferece suporte a Arranjos Produtivos Locais (APL's), isto é, as aglomerações localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, de cooperação e de aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais,

³¹ Cf. Manolescu e Krom (2008)

³² No entanto, não encontrei ninguém em campo que tenha feito algum desses cursos ou participado desse programa. Algo parecido aconteceu na refinaria da Petrobras, instalada na cidade, que estava oferecendo cursos de capacitação para a população de baixa renda — uma lista chegou a circular dentro do acampamento para a inscrição.

cooperativas e instituições de ensino e pesquisa. No caso de São José, o arranjo produtivo mais importante seria o aeronáutico, desenhado ainda na década de 50 e que contribui com 72% para as exportações do Vale e com 4,9% para as exportações do país.

Em consonância com o aumento da atividade fabril para o período iniciado após o Censo de 2000, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem ainda indicando, em suas estimativas populacionais divulgadas anualmente, que há um crescimento vegetativo constante numa taxa média de 1,41%, sendo estimada uma população de 594.948 habitantes para o ano de 2007, com mais de 98% de urbanização. Apesar do arrefecimento do crescimento populacional do município — observado na última década em comparação com as passadas —, São José dos Campos vem aumentando sua participação no conjunto da população do Estado de São Paulo e da Região Administrativa do Vale do Paraíba, contando com uma participação de 28,04 % na região e 1,49% no Estado. Na verdade, no período de 1953 a 1997 o crescimento da mancha urbana foi notável, passando de 2,8 para 55,6 quilômetros quadrados até os atuais 87,3 quilômetros quadrados (Costa *et alli*, 2008). Entre 1953 e 1963, a cidade deteve um índice de 250% de crescimento da mancha urbana e, entre 1973 e 1985, cresceu mais de 120%.

De acordo com o SEADE ³³, a Região Administrativa (RA) de São José dos Campos é composta por 39 municípios, ocupando 6,5% do território estadual. A região apresenta uma densidade demográfica de 126,9 hab./km². Os contrastes intrarregionais são bastante pronunciados, com variações de densidade demográfica de 7,0 hab./km², em São José do Barreiro, até 490 hab./km², em São José dos Campos. Nesta, em 1991, havia 270.702 vínculos empregatícios remunerados, efetivamente ocupados por trabalhadores com carteira de trabalho assinada, através do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estatutários (funcionários públicos) e trabalhadores avulsos, temporários e outros, desde que formalmente contratados, informados pelos estabelecimentos quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho. Em 2000, esse número subiu para 329.070, para atingir 465.745 vínculos empregatícios em 2007. Em 1991, a população da RA de São José dos Campos saltou de 1.642.399 para 1.988.498, chegando a 2.222.278 habitantes, para os anos que tomamos como referência. Desse modo, a porcentagem da população

³³ O site do SEADE (www.seade.gov.br) disponibiliza tabelas que podem ser personalizadas através de diversas variáveis e períodos de tempo. Todos os dados desse órgão foram retirados dessa página.

empregada passou de 16,48% para 16,54%, chegando a 20,95% em 2007. A cidade de São José dos Campos era responsável por 48% dos empregos formais na região em 2006, e vinha, desde 2002, registrando uma taxa de crescimento anual dos empregos formais de 3,2%. Em 2007, a RA de São José dos Campos registrou o terceiro maior crescimento (6,4%) entre as regiões paulistas no total de assalariados com carteira de trabalho assinada, resultado superior à média do Estado de São Paulo (5,9%).

Como não existem análises estatísticas de longo prazo para o desemprego nas microrregiões, tomarei, para fins de comparação, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) formulada pelo SEADE para as áreas metropolitanas. Houve, no município, um crescimento acima da média do Estado no total de assalariados com carteira assinada e a PED mostra que houve um aumento de pessoas empregadas nas áreas metropolitanas do país. Em 1998, havia cerca de 16 milhões de pessoas em idade economicamente ativa, mas apenas 13 milhões trabalhavam efetivamente, com ou sem carteira — uma taxa de 18,67% de desemprego. Em 2008, antes de o desemprego atingir um pico de 21% em 2003, cerca de 20 milhões de pessoas poderiam estar trabalhando, no entanto apenas 17 milhões de fato o faziam, ou seja, 14%.³⁴

A cidade é governada, desde 1994, pelo Partido da Social-Democracia (PSDB), que teve como grande adversário, nas eleições recentes, o Partido dos Trabalhadores (PT); esses, juntos, ficam com mais de 90% das intenções de votos na eleição.³⁵ No entanto, São José é considerada um reduto expressivo do Partido dos Trabalhadores Unificados (PSTU)³⁶, que tem disputado acirradamente e ganhado constantemente o

³⁴ Novamente, segundo os dados do SEADE retirados de seu site (www.seade.gov.br).

³⁵ As eleições de 2008 foram vencidas por Eduardo Cury, candidato pelo PSDB, com 56% dos votos válidos, seguido por Carlinhos de Almeida, deputado estadual pelo PT, com 40% da preferência e, em terceiro e último lugar, ficou o candidato Toninho do PSTU com 3%. O coordenador geral do acampamento, Marrom, saiu para vereador e, embora não tenha sido eleito, conseguiu uma votação expressiva com 1.792 votos ou 0,54% do total, o último vereador a ser eleito era membro do PR e recebeu 2.556 votos ou 0,77% do percentual válido. Marrom foi o candidato a vereador do partido mais bem colocado. A campanha, a vitória e a gestão do atual prefeito foram definidas por todos como fechada ao diálogo, sem “vontade política” e preconceituosa para com os ocupantes. O tamanho da campanha e para quem ela foi feita foram destaques em muitas ocasiões, através do exemplo do jantar de arrecadação de verbas para o PSDB, no qual cada refeição teria custado dez mil reais. A arrecadação da campanha do PSTU dentro do Pinheirinho era feita através de contribuições de dez reais angariada pelos líderes em seus setores. O resultado das eleições de 2008 foi considerado uma vitória dos “ricos” e “poderosos”.

³⁶ O PSTU foi fundado em 1994, mas suas origens são sempre remetidas ao nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1980, a grande greve em São Bernardo durou quarenta dias, em maio a polícia prendeu vários sindicalistas, entre eles Luis Inácio Lula da Silva, o atual Presidente da República e Zé Maria, atual presidente do PSTU. Os dois ficaram 31 dias presos. Naquele mesmo ano, foi fundado o PT, das cerca de 100 mil filiações da campanha de legalização do partido, 20 mil, segundo o PSTU, são feitas pela Convergência Socialista (CS) — entidade a que o PSTU diz se filiar quando retoma às origens de sua

controle dos sindicatos da região, em especial o dos Metalúrgicos, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. Desse modo, a região do Vale do Paraíba é tida como estratégica para o PSTU, assim como a Baixada Santista e a região de Campinas, o que me parece, inicialmente, um intuito de estabelecer movimentos de cunho “operário-racional” (Doimo, 1995) em consonância com a doutrina “marxista-trotskista” a qual se diz filiar. Sua atuação nesses meios é mais sentida do que a de outros partidos.

Voltando nosso olhar novamente aos números acima: eles podem parecer bastante expressivos. Tanto o país, a região e a cidade parecem ter melhorado. São José foi, em 2000, a décima primeira cidade na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades de São Paulo, e passou de 0,805 em 1991 para 0,849 naquele ano. Na última divulgação do IPRS, feita em 2006 com base em dados de 2004, São José dos Campos se classificou no Grupo 1, que inclui os municípios com elevado nível de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais. Em relação ao resultado anterior (ano 2004, com dados de 2002), o município registrou avanços nos indicadores de riqueza e longevidade e uma queda no indicador de escolaridade. Em todas as três dimensões, seus resultados superaram a média do Estado.³⁷ Mas apesar de todos esses dados positivos, o discurso presente em grande parte da mídia, nacional ou regional, na bibliografia crítica de estudos urbanos que opõe estatísticas otimistas a um quadro de pobreza ou mesmo na própria percepção nativa dos processos políticos e econômicos em curso diverge dessa realidade.

Em São José dos Campos, a taxa de natalidade da cidade caiu, a migração diminuiu, o IDH melhorou e, tomando como base as estatísticas das regiões metropolitanas — caráter que a região do Vale do Paraíba, através de seus deputados, vem tentando conseguir em Brasília —, o desemprego é menor. Entretanto, o coeficiente de desigualdade aumentou. Segundo o Programa das Nações Unidas para o

história política. Em 1988, a CS elege um vereador pelo PT em São José dos Campos – atualmente, o então vereador é um militante do PSTU. Em 1991, no 1º Congresso Nacional do PT, a CS acusa o partido de proibir as “tendências”, as diferentes correntes marxista do PT, em favor da “Articulação”, corrente majoritária. Em abril de 1992, a executiva do PT expulsa a CS. O PSTU é fundado em 1994 e tido como um “racha” do PT pelos próprios integrantes do novo partido.

³⁷ O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) utilizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) é um sistema de indicadores sociais criado na ocasião da realização do Fórum São Paulo Século 21, na Assembleia Legislativa do Estado, para acompanhar as condições de vida dos municípios, preservando os mesmo critérios do IDH, instituindo indicadores de longevidade, educação e riqueza. A diferença se constitui no fato do IPRS se basear em dados administrativos, não necessitando de um censo; teoricamente, ele seria capaz de avaliar mudanças em curto prazo

Desenvolvimento (PNUD) ³⁸, o Índice Gini no município, que era de 0,53 em 1991, passou para 0,58 em 2000, equiparando-se à taxa nacional. Nesse período, houve um acréscimo de 96.943 habitantes e, de acordo com o PNUD, os chamados índices de desenvolvimento humano caíram. ³⁹ A população vivendo em domicílios subnormais — segundo o critério do PNUD: favelas, cortiços e loteamentos irregulares — teria aumentado, passando de 0,76% para 1,04% no período considerado. Os dados indicam, portanto, que cerca de seis mil pessoas estariam vivendo nessa situação em 2000.

Do mesmo modo, na tentativa de relativizar algumas dessas visões otimistas, autores como Telles (2006) e Oliveira (2003), dentre outros, alertam para a mudança na qualidade do caráter do emprego e as novas relações políticas que essa expressão estatística do propalado “neoliberalismo” pode levar. Do mesmo modo, no discurso dos entrevistados, o desemprego e a intermitência entre um trabalho e outro estão sempre presentes. Discutirei tais fatos mais adiante. É preciso, primeiramente, apresentar o local ao leitor.

2.2 A Zona Sul

A Zona Sul de São José foi umas das áreas que mais cresceu com a expansão do município, mais de 40% de crescimento da mancha urbana em todos os períodos considerados por Costa *et alli* (2008) — 1953 à 1962, 1963 à 1973, 1973 à 1985 e 1985 à 1997. Apesar dessas taxas, o Plano Diretor da Cidade só passou a contemplar a área com uma política habitacional da prefeitura em 1971, numa tentativa de aproximar a cidade a Jacaré através da construção de loteamentos de baixa e média densidade. Em 1980, começou-se a construção de moradias de baixa renda com o Conjunto Habitacional Elmano Ferreira Velloso, que teve início com 845 unidades, passando para 1685 unidades em 1985.

O crescimento populacional durante a década de 70 levou a prefeitura a reformular sua lei de Zoneamento que favorecia a construção de residências e

³⁸ Ver detalhes em <http://www.pnud.org.br/atlas/>

³⁹ O percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população subiu de 41,98% para 44,82%, enquanto o percentual destinado para os 20% mais pobres caiu de 3,44 % para 2,46%. Os 40% mais pobres da população que ficavam com 10,78% da renda em 1991 passaram a ficar com 8,85% da mesma. Desse modo, enquanto a renda per capita média do quinto mais pobre da população era de 65,04 reais em 1991, no último levantamento passou para 57,59 reais, enquanto a renda per capita de seu quinto oposto era de 1.100,52 reais no começo da década de noventa, passando para 1.447,39 reais em 2000. Assim, a quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, isto é, com menos de setenta e cinco reais por mês, passou de 11,48% para 12,94% da população.

apartamentos para a classe média, valorizando, desse modo, as terras dentro do perímetro urbano. Há nesse período, segundo Costa *et alii* (2008), um flagrante descompasso entre unidades disponíveis para as diferentes camadas sociais, e a consequência mais marcante desse processo foi o avanço das populações carentes para áreas cada vez mais distantes provocando o aparecimento de vazios urbanos na cidade. A explosão de loteamentos para as classes médias foi uma consequência da política pública que onerou durante muito tempo os lotes populares, já que obrigava o empreendedor a instalar juntamente com o loteamento, toda a infraestrutura necessária. Nesse período, notamos o aparecimento e o crescimento de loteamentos clandestinos distantes do centro.

Tentando minimizar o problema, na década de 80, a prefeitura diminuiu os encargos impostos aos construtores, esperando, assim, ocupar os espaços vazios. No entanto, exigiu uma contrapartida obrigando-os a criarem loteamentos para atender exclusivamente aos moradores com até 3 salários mínimos, o que não se tornou interessante para a iniciativa privada, o que postergou qualquer solução para as classes populares.

Ainda na década de oitenta, começou a surgir em todas as regiões da cidade um grande número de chácaras na zona rural, ainda próximas ao perímetro urbano, mas sem qualquer infraestrutura. A população de baixa renda passou a residir nessas chácaras que eram, na verdade, lotes de 1.000 a 2.000 metros quadrados subdivididos em áreas de 125 metros quadrados para atender a essa demanda (COSTA *et alli*, 2008). Esse processo se consolidou devido ao baixo preço do lote, acessível a essa população. Numa nova investida contra o surgimento dos vazios urbanos, a administração pública extinguiu as zonas de expansão que havia incentivado na década anterior. Entretanto, tal fato ainda não resolveu os problemas da classe baixa que não possuía poder aquisitivo para bancar um lote dentro do perímetro urbano de modo a se ver obrigada a continuar a ocupação irregular do município por meio dessas chácaras.

A Zona Sul apresenta ainda uma densidade maior do que a Zona Leste — dois grandes pólos imigração dentro da cidade nesse período —, embora sua malha urbana seja menor, o que nos leva a concluir que esse setor também contou com um crescimento vertical maior, por meio de um plano habitacional elaborado para a área ou por um grande interesse da iniciativa privada devido à prévia existência de infraestrutura em algumas áreas do local. Desse modo, percebe-se uma clara diferença de ocupação entre as regiões, embora ambas tenham recebido população de baixa renda.

Embora a Zona Sul seja uma das regiões que mais propiciou a ocupação organizada da cidade, em especial contraposição com a Zona Leste, o processo de abertura de grandes vazios urbanos e de ocupações de áreas afastadas também tomou conta da região. Ainda que tenha havido certo desenvolvimento em áreas visadas para as classes médias e a construção de conjuntos habitacionais, as grandes ocupações de terras e brigas por regularização fundiária foram também uma constante na região e estão presentes não só nas estruturas físicas dos bairros como nas memórias dos moradores.

A Zona Sul de São José abriga 199.913 pessoas em 78 bairros, havendo, pelo menos, três conjuntos habitacionais de grande extensão. Nela se encontram também os bairros mais populosos: Campo dos Alemães, Jardim Oriente e Morumbi, que possuem entre 40 e 50 mil habitantes.⁴⁰ Segundo a prefeitura, existem atualmente 51 “núcleos congelados”, termo técnico utilizado para o projeto de desfavelização da cidade, implementado pela gestão do PSDB, e 94 bairros irregulares, sendo 36 na Zona Leste, 39 na Zona Norte, sete na Sudeste, uma no centro e oito na Zona Sul, além de dois no distrito de São Francisco Xavier. A prefeitura assinou recentemente um termo com a Secretaria do Estado de Habitação para a regularização dos núcleos congelados (Vale Paraibano, 31/3/2009, 7).

Não temos análises estatísticas da taxa de desemprego variando no tempo para a cidade de São José dos Campos; no entanto, em 2003, seu auge no país nos últimos dez anos, a cidade tinha uma média de desemprego superior à nacional. De acordo com o Atlas das Condições de Vida em São José dos Campos, realizado pelo Núcleo de Estudos Populacionais da Unicamp (NEPO) ⁴¹, a taxa era de 21,3%. Os locais que detinham o maior índice estavam afastados do Centro. As favelas e ocupações irregulares tinham 40% de desocupados, e, na Zona Sul, havia um especial destaque para o Campo dos Alemães que, com cerca de 28%, era o primeiro da lista. Ali, aproximadamente 70% dos domicílios apresentaram rendimento mensal de até três salários mínimos. A mesma pesquisa perguntou aos não naturais da cidade o motivo de sua vinda; quase metade das respostas foi relacionada à busca de emprego na cidade, sendo que apenas 7% indicaram a melhor qualidade de vida como razão da migração.

⁴⁰ Fonte: São José em dados (disponível em www.sjc.sp.gov.br)

⁴¹ Fonte: Atlas de Condição de Vida de São José dos Campos. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/spu/atlas.asp>

A Zona Sul da cidade não é, evidentemente, homogênea. A parte mais perto do Centro está mais equipada e possui mais empregos. Um exemplo claro é o bairro Satélite, que detém uma taxa de desemprego de cerca de 8%, largas avenidas, apartamentos e condomínios fechados. Já no outro extremo, perto da divisa com a cidade de Jacareí, o Campo dos Alemães possui a maior parte dos desempregados da região, tem apenas duas avenidas principais e diversas pequenas vias que dela saem e constitui-se num bairro horizontalizado, característica vestigial típica do conjunto habitacional do qual nasceu nos anos 80 – época no Brasil em que a literatura consolidou o termo “urbanização pela periferia” como paradigma explicativo (Caldeira, 1984).

Uma característica a se sublinhar é que parte da Zona Sul, especificamente a que faz fronteira com a cidade de Jacareí, se transformou, especialmente no discurso midiático, de um local de moradia para as populações de baixa renda no período da redemocratização — nas “franjas da cidade”, para usar uma expressão de Telles (2006) —, num “‘cinturão’ de sem-teto” em 2009 (Vale Paraibano, 1/4/2009, 3). Segundo a matéria do jornal regional, “a extensa faixa de terra na região sul de São José, comprimida entre os bairros Chácaras Reunidas e Campo dos Alemães, na divisa com Jacareí, se transformou em área de invasão de sem-teto”, fato que teria levado três ocupações diferentes a se instalarem no local desde o início da ocupação aqui estudada, em fevereiro de 2004 — acarretando uma onda migratória que aumentou a densidade populacional da região. A matéria cita a favela Menino Jesus, mais apartada do Pinheirinho, com cerca de 400 pessoas, e a Vaquejada, com 300 moradores, no meio de dois setores da ocupação. A localidade Menino Jesus já foi desocupada uma vez e seus moradores levados para o Campo dos Alemães, no entanto muito moradores não se adaptaram e voltaram a se reunir numa outra ocupação.

Não podemos tomar a região como uma unidade socioeconômica, e também, dificilmente, as pessoas com as quais falei o fazem; na realidade, não há nenhuma menção ao termo “zona sul” para designar o lugar, e as identificações e oposições se fazem tanto num nível local quanto num plano mais global, não mencionando áreas de referências como bairro, zona, cidade ou país. Ao lado do Campo dos Alemães, temos duas importantes referências na área quando tomamos o discurso nativo, seja para se opor, seja para reafirmar sua identidade por contiguidade. Mais adiante desse bairro, existem mais dois conjuntos habitacionais, o Parque Dom Pedro I e o Parque Dom Pedro II, comumente chamados apenas como Parque Dom Pedro, sem distinção. São

também locais de baixa renda e de pouca estrutura urbana, comparados ao restante da cidade, e ainda irregulares. Em 2009, em reunião dos moradores de um desses conjuntos com representantes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), o governo do Estado anunciou que regularizaria uma parte do bairro Dom Pedro II. Esse seria primeiro passo para emitir as escrituras das 1.726 casas do local. Como outra alusão constante, ao lado do acampamento, está o Residencial União, um loteamento residencial destinado às camadas populares, do qual se retiram água e luz clandestinamente para os sem-teto.

O interessante, por enquanto, é que, mesmo que esses locais sirvam como referência e estejam sempre presentes nas falas e no dia a dia dos moradores, o acampamento em si é visto num duplo movimento: como uma localidade apartada e especial da cidade, política e socialmente, e, em outros momentos, como demandante dos mesmos serviços e estruturas de outros bairros, carentes ou não – e a palavra “bairro” aqui tem uma forte carga semântica —, uma tentativa de inserir-se dentro de um contexto mais amplo do que se entende por urbanidade.

2.3 O Pinheirinho

Segundo dados do PNUD, em 2000, cerca de seis mil pessoas estavam vivendo em domicílios subnormais na cidade. Em 2008, somente o acampamento do Pinheirinho, fundado em 2004, contava, segundo suas lideranças, com aproximadamente dez mil pessoas. Atualmente, segundo a Secretaria de Habitação do município, 27.710 mil pessoas estão cadastradas no programa habitacional do município. Para atender à demanda, há mil e quinhentas unidades sendo construídas, 524 só na Zona Sul. No entanto, também de acordo com a prefeitura, viveriam no Pinheirinho apenas 2.100 pessoas em 891 barracos.⁴² Informação que pode ser desmentida em qualquer observação mais atenta.

O terreno ocupado se estende por 1,3 milhões de metros quadrados, delimitado geograficamente por três vias. Na divisa da cidade, encontra-se com a estrada velha São José-Jacareí; esta, ao entrar no município, forma um dos vértices do triângulo que delimita a ocupação com a Avenida Leonor de Almeida Ribeiro Solto, que segue no sentido contrário em direção ao Campo dos Alemães, contornando o local demarcado

⁴² Vale Paraibano, 22/3/2009, 7.

por uma linha de pinheiros, árvores que dão nome ao local. O terreno termina na altura da Rua Romeu de Barroso, que faz o retorno em direção à estrada. A área pertence ao grupo Selecta Comércio e Indústria, de propriedade do empresário Naji Nahas, que pulverizou suas propriedades no nome do grupo quando foi acusado de crime contra o sistema financeiro em 1989 — caso em que acabou absolvido recentemente (ISTO É, 14/4/2009). Atualmente, o IPTU devido à prefeitura é maior do que o valor venal do terreno, girando em torno de seis milhões de reais, fato noticiado na mídia impressa e amplamente divulgado pelas lideranças do movimento. Em Filadelfo (2009), há a descrição da ocupação do edifício Prestes Maia no centro de São Paulo pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), a partir de novembro de 2002. A escolha do local se deu, em grande parte, pelo fato do edifício dever IPTU para a prefeitura, estratégia recorrente nesse tipo de movimento. Embora existam semelhanças, em nenhum momento a dívida da Selecta foi levantada como fator catalisador da ocupação, mas sim como justificativa *a posteriori* da ação. Em outras palavras, nunca ouvi os sem-teto dizerem que o terreno foi ocupado por causa da dívida de IPTU para a prefeitura, mas esta se tornou uma justificativa para a manutenção do acampamento num terreno que se encontrava “abandonado”. Esse imbróglio, inclusive, é um dos argumentos da prefeitura para as sucessivas tentativas de retirada dos moradores da área: o local não seria de interesse social, pois a prefeitura estaria cobrando esse valor na justiça. De acordo com o movimento, a cobrança não é efetiva e, além disso, existe um acordo entre o prefeito e o Naji Nahas.⁴³

A entrada no Pinheirinho pode ser feita por diversos locais demarcados nas vias. Na Avenida Leonor de Almeida Ribeiro Solto, há uma cerca de arame farpado construída pelos próprios moradores, com o dinheiro da contribuição cobrada pelo movimento. Por toda a extensão da avenida, existem várias passagens na cerca por onde se pode entrar a pé no acampamento; na estrada, a divisa é formada pelos muros das casas, muitos de madeira, alguns de alvenaria. Já na Rua Romeu de Barroso, algumas de suas transversais, que seguem em direção ao terreno, são sem saída e acabam num muro; em outras, porém, tal muro foi derrubado e o local passou a servir de acesso para os pedestres. Se o morador tem um carro, e muitos o têm —existe hoje até um projeto de uma rotatória para a melhoria do fluxo de veículos —, restam apenas três opções para entrar na área principal do Pinheirinho, duas pela avenida e uma pela estrada. Só se

⁴³ Do lado de Jacareí, a visão é de um condomínio de luxo chamado Parque Mirante do Vale.

pode entrar na Mangueira — um dos setores do acampamento que faz parte do movimento, mas que se encontrou separada do mesmo pela Vaquejada, uma “favela”, nos dizeres dos moradores, até 2009 — por meio da Rua Romeu de Barroso; lá existe uma grande entrada através do muro derrubado com, inclusive, um portão para os carros. Quando ainda existia a Vaquejada, a entrada podia ser feita atravessando a área na altura da Avenida e através da cerca. As entradas para carros também são utilizadas pelos catadores de materiais recicláveis para o fluxo de seus carrinhos de coleta.

No Pinheirinho, residem, de acordo com o movimento, 1.843 famílias, sendo que este ainda conta com uma lista de espera de cerca de duas mil pessoas, pois a entrada de novos moradores foi vetada para evitar a expansão exagerada da população. A medida foi chamada de “congelamento”, ironicamente o mesmo nome que a prefeitura dá aos locais onde atua com sua política de desfavelização. O lote está quase totalmente tomado e é dividido em áreas de 10x25 metros, no espaço que, na fala local, corresponderia à “zona urbana” do acampamento, e em “chácaras” de 3.000 metros quadrados na “zona rural”, perto da estrada num nível mais baixo do terreno, local onde se criam animais e se planta mandioca. Cerca de 60% do terreno são destinados à moradia, já que parte dele é composto por barrancos, locais inundados (como brejos) e áreas chamadas de “proteção ambiental”, nas quais não é permitido construir casas.

Dentro do acampamento, encontram-se cerca de 100 estabelecimentos comerciais, como padarias, bares, mercadinhos e até mesmo uma vídeo-locadora. O comércio é regulado por normas regidas, sobretudo, por uma ordem moral. Apesar de já ter ouvido diversas queixas de moradores que reclamavam do preço dos produtos alimentícios dentro do local, a tentativa das lideranças é de gerenciar os donos dos estabelecimentos de modo que estes cobrem um preço condizente com a condição de vida dos moradores, já que estes são todos “trabalhadores”. Existem reuniões periódicas das lideranças com os comerciantes, nas quais são explicados os horários de funcionamento — como, por exemplo, o fechamento dos bares em horários de reunião — e o teto dos preços, que não tem uma cifra definida, ou seja, é apenas taxado segundo a ideia de “preço justo”.

O acampamento é dividido em 14 setores nomeados de A a M e com mais dois distantes, física e simbolicamente, na área chamada de Mangueira, o O e P. Cada um conta com uma média de 120 casas. Cada setor tem o seu coordenador, incumbido de organizar as reuniões semanais de terça-feira que ocorrem sempre às 18h, de resolver pequenos desentendimentos entre vizinhos, de explicar as regras de convivência para os

novatos, de divulgar oportunidades de emprego e cursos técnicos gratuitos, de gerenciar mutirões, de cadastrar os moradores, de cobrar a presença nas assembleias de sábados e nas reuniões extraordinárias, bem como, a contribuição pedida pelo movimento, entre outras tarefas contingentes do cotidiano; além de ter de “passar” a mensagem política à população ⁴⁴. A mobilização de um setor e a sua “união” são, muitas vezes – mas não exclusivamente – atribuídas à qualidade de seu coordenador, e sua casa se torna uma referência dentro do local, que comumente é mencionado através de seu nome: “Setor do Figueira”, “Setor da Paula” etc.

2.3.1 Origens

Poucos moradores estão no Pinheirinho desde o começo de sua ocupação há cinco anos, muito menos são aqueles que fazem parte do Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST), desde seu começo em São José dos Campos ⁴⁵. Durante o período de campo, conheci apenas dois deles e ambos exerceram atividades ligadas à liderança do acampamento. Marrom, como é conhecido, é o coordenador geral do movimento, conduz as assembleias de sábado e é filiado ao PSTU, e Tia Lourdes já foi coordenadora do setor A e é conhecida por todos que participam das reuniões, sendo que hoje dedica mais tempo ao pequeno comércio que tem dentro do local.

No entanto, nenhum dos interlocutores com os quais falei hesitou em responder onde e quando começou o Pinheirinho e todos são capazes, por memórias próprias ou de outros, de vincular o início do movimento à “ocupação das casinhas do CDHU”, no Campo dos Alemães, em 2003. No discurso dos moradores, das lideranças e dos indivíduos ligados ao sistema jurídico e partidário que suporta o movimento, as “casetas” aparecem sempre com uma referência para o começo do processo de “luta”⁴⁶. A ocupação das casas é justificada pela má qualidade em que se encontravam e pela demora na conclusão e entrega para a população carente, situação agravada ainda

⁴⁴ Como foi dito por uma das lideranças, os moradores do Pinheirinho eram “privilegiados, pois, além de terem casa, são bem informados politicamente”.

⁴⁵ Além da de São José dos Campos, ouvi rapidamente que o MUST tinha mais três ocupações no Brasil: uma em Brasília, outra no Paraná e mais uma em lugar não definido. Atualmente, porém, apenas a de São José ainda existe. Não tive acesso a nenhum outro dado sobre essas outras ocupações.

⁴⁶ Discutirei essa categoria “luta”, muito acionada pelos ocupantes, ativistas e simpatizantes do movimento mais adiante, juntamente com outras que considero serem fundamentais para entender o processo de mobilização política que ocorre dentro do local.

pelo fato de muitos ocupantes dizerem já estar na fila para conseguir uma casa na prefeitura há mais de oito ou dez anos.⁴⁷

As lembranças podem variar de pessoa para pessoa, de acordo com a trajetória individual de cada uma ou conforme o cargo e relação que guardam com o movimento. Para alguns moradores, as “casinhas” aparecem relacionadas à época de Natal e Ano Novo e aos vínculos familiares e emotivos que representam; outros, como os advogados da causa as mencionam como o começo de um grande e complexo processo que se arrasta até hoje, no qual cabe “uma série de recursos” e onde “a memória pode até falhar”; outras pessoas ainda as veem como o início de um processo de resistência contra âmbitos municipais, estaduais ou federais de poder, injustos e parciais, ou contra uma fatia abastada e privilegiada da população joseense — e até mesmo da brasileira ou da mundial, dependendo de com e para quem se fala.

Os sentidos atribuídos às “casinhas” são múltiplos e variam não apenas nas falas individuais, como também na situação social em que são invocadas. Desse modo, o que, para uma mesma pessoa em um determinado momento, pode ser representado como um teto confortável nas vésperas das festas de fim de ano, sob o qual os familiares se reuniram, também pode servir de marcação temporal para um projeto pessoal-familiar de uma casa própria num bairro urbanizado ou de contraponto identitário em relação a uma parte da população ou da cidade.⁴⁸

Em meio a diversas versões, parece que a ocupação inicial das “casinhas” durou cerca de um mês. A prefeitura conseguiu uma ordem judicial para a desocupação, e, com a utilização da tropa de choque, obrigou as famílias a migrarem para um campo de futebol ainda no Campo dos Alemães. Nesse período, viveram embaixo de lonas pretas – símbolo do Movimento dos Sem-Terra (MST), ao qual fazem referências frequentes, e a liderança, já naqueles tempos, personificada em grande parte na figura do Marrom, procurou angariar mais membros,⁴⁹ enquanto buscava um lugar para onde ir. Esse período ficou conhecido como o “campão”:

⁴⁷ Para ver mais problematizações sobre a noção de “luta” em movimentos de moradia ver Filadelfo (2009).

⁴⁸ Pretendo demonstrar mais adiante que a chegada ao movimento desses moradores não se constitui apenas pela inserção dentro do Pinheirinho, mas sua história de vida é constantemente retomada para explicar sua situação. A casa e a ocupação são referenciadas pelos seus laços familiares e de vizinhança anteriores que constituem uma ideia de “bairro” e de urbanidade, assim como estabelecem um feixe de relações que os identificam enquanto “trabalhadores”.

⁴⁹ Como veremos, as táticas e modos pelos quais o Pinheirinho foi crescendo deveram-se em grande parte às redes de vizinhança e consangüinidade que seus moradores detinham antes de chegar ao movimento. Não há necessariamente um compartilhamento estrito com a visão de mundo das lideranças.

“Primeiro teve a invasão das casinhas, né? Só que eu não fui, aí teve a invasão do campão, aí eu fui. Do campão que eu vim para cá para o Pinheirinho. (...) Eu vi o pessoal comentando: ‘O pessoal vai fazer barraco, vai dar barraco, porque nas casinhas não deu certo’. Eu falei: ‘Realmente, para as casinhas eu não vou, porque tem dono, né? Mas para o campão eu vou, que a gente ficou sabendo pela televisão.’”

Pergunta: Como eram as casinhas?

“Eu não sei te explicar direito, porque eu só vi pela televisão, né? Porque antes quando eu morava no Campo [dos Alemães], na 76 eu ouvi falar que ia pegar o pessoal que morava na... como chama?... Lá do outro lado aqui tinha casa de barraco, que nem aqui, ia pegar o pessoal de lá e por nas casinhas. O pessoal vizinho meu ainda falava ‘Joana, por que você não mora lá e você consegue uma casinha?’ Eu falei: ‘Ah, não!’ Não dá porque eu estava grávida dela e os outros eram pequenos e passava rede de esgoto na frente. Eu falei: ‘Não dá para mim ficar lá não.’ Aí eu mudei para o Dom Pedro e foi quando teve o “campão”. Aí eu falei: ‘Ah, eu vou lá!’. Inclusive quando eu estava lá, todo mundo estava lá, vindo das casinhas, o pessoal que tinha ido, a Tia Lourdes, que apanhou da polícia, teve confronto e tudo. Foi na época que teve o tiroteio que os guardas municipais estavam atirando na gente, tinha vara de bambu. Cheguei em casa, falei para o meu marido: ‘Ah, não vou voltar lá não! Bala para todo o lado, zoando na orelha da gente’. Aí depois eu fui pensar: eu estou enricando o bolso dos outros, eu vou voltar para lá de novo. Quando eu voltei tinha acabado aquele confronto com a polícia. Quando eu cheguei o pessoal já estava riscando os terrenos para poder fazer o barraco de lona, né? Que o Marrom mandou fazer os barracos” [Joana]

A duração do “campão” foi de cerca de dois meses e terminou quando a área atual foi encontrada. Uma área diferente das casinhas, que não teria “dono” e que estava “abandonada”, fato que justifica sua invasão, já que agora “quem cuida disso aqui somos nós”. No dia 25 de fevereiro de 2004, ocorreu a fundação do Pinheirinho. Naquela época, havia aproximadamente 240 famílias, e, de lá para cá, o acampamento ficou até oito vezes maior. Como contam alguns de seus moradores, as primeiras ações foram a demarcação dos lotes e a construção das casas — alguns ainda continuaram com a lona preta por algum tempo — a escavação das fossas sépticas e a organização de vias:

“De lá [do campão] viemos para cá. Marrom chegou avisando, de madrugada, que todo dia tinha reunião, que

a gente ia para um lugar que todo mundo ia gostar e tinha mais de trinta anos que esse local estava abandonado, inclusive, que aqui tinha mato que cobria a gente. Ninguém nunca pensava disso virar isso aí hoje. Era um lugar abandonado. Aí de madrugada, chamaram a gente e tudo, aí eu falei: ‘Ah, eu vou’. Com a cara e a coragem. Aí meu marido fez um barraco de lona, comprou aquelas lonas reforçadas e fez o barraco. Eu só trouxe a televisão e algumas coisas, roupa, fogão, essas coisas assim.(...) E ele falou: ‘Joana, fica naquele negócio, estou com medo de levar as coisas e não dar certo.’ Eu falei: ‘Que não dá certo! A gente procura outro canto de novo.’(...) No mês de abril ele comprou os madeirites e fez o barraco, a luz também já estava uma luz boa, aí fui buscar o resto das coisas” [Joana]

“Eu morava no Dom Pedro, tinha oito meses que eu morava aqui em São José dos Campos, pagava aluguel e tinha três filhos. Daí quando surgiu aqui, eu fiquei no campão. Daí eu engravidei dele. Quando eu estava com dois meses de grávida eu mudei para cá, com mudança, com tudo (...) Era o começo do Pinheirinho. No dia que a gente entrou aqui foi um dia de quinta-feira, que a gente mudou para cá. No mês que vem está fazendo cinco anos. E eu estou aqui desde o começo.” [Juliana]

Logo após a ocupação, a Selecta entrou com uma ação de reintegração de posse em São José dos Campos na 6ª Vara Cível. A liminar não foi concedida, o que a levou a pedir o Recurso de Agravo no Tribunal Estadual, para a reconsideração da decisão do juiz. A liminar foi concedida, mas o movimento conseguiu o efeito suspensivo através do corpo jurídico do PSTU, que ampara as batalhas judiciais da ocupação. A decisão cabe agora ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que ainda não julgou o recurso. Nas palavras do advogado Marcelo Menezes, que trabalha no Sindicato dos Metalúrgicos, houve ainda outras medidas tomadas pela prefeitura:

“Juntamente com esse processo a prefeitura teve uma série de iniciativas para tentar minar o trabalho do movimento e retirar as famílias de São José dos Campos. Primeiro, ela veio com um discurso de oferecer passagem de ônibus para qualquer lugar do Brasil e depois teve a lei do vereador Valter Hayashi [do Partido Socialista Brasileiro (PSB)], que a gente intitulou inclusive de ‘Lei da Fome’, que fala que quem ocupar terras não tem direito a nenhum programa social, nenhum programa oferecido pelo município até seis meses após a desocupação. Durante a desocupação e até seis meses após, Vale-leite, vale-gás, todos os benefícios da prefeitura estariam interrompidos para o pessoal que ocupasse.”

Fez-se uma representação contra essa lei no Ministério Público e houve uma reunião dos advogados do movimento com o Chefe da Procuradoria em São Paulo, que entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade suspendendo a lei por uma decisão do Tribunal de Justiça. Além disso, a prefeitura entrou com uma ação demolitória para derrubar as casas e barracos; essa ação encontra-se atualmente em Brasília com efeitos suspensivos.

Sobre as passagens e a relação das pessoas com a cidade, ainda ponderou:

“Agora [abril de 2009] eu não posso dar uma informação precisa de como é que está essa relação. Mas quando houve a ocupação, a proposta da prefeitura era essa. Eles alegavam que o pessoal não era daqui, não era de São José e que dava passagem para ir embora. Isso não é verdade, o pessoal é daqui... São José dos Campos tem uma característica, por ser uma região operária... Porque eu não sou daqui, acho que o prefeito também não é daqui, mas estão aqui há mais de dez anos. Não são da cidade, entendeu? Então tem uma grande parcela da população que não é de São José dos Campos e tem pessoas aqui que estão há anos aqui, há décadas aqui, construíram a vida aqui. E na verdade, a política da prefeitura com esse discurso foi de deslocar o pessoal, de tirar o pessoal daqui. ‘Você vai para qualquer lugar do país, eu pago sua passagem’. Quer dizer, não é uma proposta para quem está aqui na cidade, para quem está estruturado aqui, não são pessoas de fora, são pessoas da cidade. Fica inviável, né? ” [Marcelo Menezes]

Ainda nos primeiros momentos da ocupação, conseguiram-se ilegalmente água e luz do bairro vizinho, o Residencial União, e, com isso, houve mais dois processos, um da Sabesp e um da Bandeirantes, companhias de água e luz, respectivamente. Os funcionários das empresas, escoltados pela polícia, se preparavam para o corte da distribuição, quando os advogados do movimento conseguiram, através de uma ação cautelar, a revogação da suspensão dos suprimentos. Depois, os mesmo advogados deram entrada a uma ação principal exigindo das empresas o fornecimento legal de água e luz às famílias do Pinheirinho. Fornecimento esse que os moradores estariam, inclusive, dispostos a pagar. Essas duas ações são movidas pelo Sindicato e também se encontram nos tribunais superiores.⁵⁰

⁵⁰ Ao todo, existem quatro processos envolvendo a área e seus habitantes: um movido pela Selecta e um pela prefeitura, que correm no STJ desde dezembro de 2006 sem previsão de julgamento definida, e outros dois pelo próprio movimento via o Sindicato dos Metalúrgicos.

2.3.2 Gerenciamento, negociações e perspectivas: poder público, Selecta e Pinheirinho

Os processos já correm há cinco anos na justiça e, nesse tempo, com o efeito suspensivo das decisões amparando a permanência das pessoas e com o aumento da população local, já houve tentativas de entendimento entre as partes legalmente envolvidas: a Selecta, a prefeitura e o movimento. As versões são conflitantes e o trabalho etnográfico só teve acesso à fala dos moradores, sendo a posição da empresa e do poder municipal reconstituídas pelas matérias jornalísticas.

Pelo lado do movimento, Paula, uma das lideranças, coordenadora do setor B e C, já disse em reunião que o MUST teria entrado uma vez em negociação com a empresa para comprar o terreno por meio de uma entidade.⁵¹ No entanto o prefeito, de maneira extraoficial, contatou a Selecta oferecendo o perdão da dívida do IPTU, caso não houvesse acordo com o movimento. Oficialmente, a prefeitura cobra essa dívida por meio da justiça, fato que suportaria a tese de que não haveria omissão do poder municipal em relação aos sem-teto, já que aquela área não poderia ser considerada de interesse social enquanto a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC) estivesse cobrando o que lhe é devido. Entretanto, para as lideranças, todo o processo é uma encenação e a querelante não está devidamente empenhada em ganhá-lo, mas em retardar a regularização das famílias no lote e desmobilizar o movimento.

As acusações contra a PMSJC não param por aí. Após a decisão de inconstitucionalidade da lei do vereador Valter Hayashi, o secretário de Desenvolvimento Social, João Francisco Sawaya de Lima, afirmou que os moradores do Pinheirinho são atendidos como os de qualquer outro bairro, sem discriminações. No entanto, não é isso que aparece nas falas dos moradores:

Pergunta: Qual a diferença de morar aqui e de morar lá fora?

“(...) Aqui a gente não tem opção, que com essa lei que o governo, pois também a gente só tem direito a um postinho, né? Porque se não tiver médico num lugar, a gente não pode ir num outro postinho. Nos outros bairros também já não aceitam o Pinheirinho, quer dizer, tipo assim, uma discriminação, né? A gente sofre esse tipo de coisa. (...) E os lugares que a gente vai as pessoas falam

⁵¹ Qual entidade seria, não foi especificado, muito menos de onde viria o dinheiro.

‘Por que você usa luz assim?’ ‘Por que você usa água assim?’ ‘Por que você está lá naquela terra?’ Eles não entendem a situação da gente.” [Claudia]

Nessa fala, a moradora confunde a “Lei da Fome” com uma decisão da prefeitura de que cada “postinho” (Unidade Básica de Saúde (UBS)) seria responsável por uma região e que os moradores das demais áreas não poderiam passar por outra UBS que não correspondesse ao seu local de moradia. No entanto, o governo, sem distinção de seu âmbito, aparece aqui como contraponto identitário responsável por injustiça e preconceito, presentes também em outros bairros, que “não entendem a situação da gente”. O “governo” pode ser entendido como o lugar dos “outros” e dos “poderosos”, mas seria errado colocá-lo como espaço exclusivo da política nas falas nativas. O “lá fora” presente na pergunta também constitui uma maneira usual dos moradores de se referirem à cidade, a outros bairros e seus habitantes (“o pessoal lá de fora”), marcando, assim, uma diferenciação.

Entretanto não é somente através de uma interpretação particular de uma lei que a prefeitura ou os governantes aparecem na fala dos moradores:

“[Gostaria] que o pessoal... como se diz?... esses de gravata que ficam falando besteira aí de fora, gostaria que eles entrassem aqui dentro e conhecessem a gente melhor para parar de besteira de ficar... Principalmente o prefeito! Ele tinha que entrar aqui dentro e ver a situação da gente aqui (...) O pessoal da prefeitura, não todos, mas tem alguns que ficam sentados lá nessas cadeiras em frente do prefeito, sabe? Querem dar uma de ‘bonzão’, não conhecem a gente direito, para eles a gente é discriminado, isso e aquilo. Têm medo de entrar aqui dentro, têm que parar com o medo desse, que aqui dentro não tem bicho não” [Joana]

Nessa fala, a figura opositiva ao Pinheirinho chega a ganhar um nível de abstração quase que geral, “os homens de gravata”, para depois delimitar-se a um grupo específico da prefeitura e assumir a identidade do prefeito, que seria, nessa situação, o responsável mais direto pelas condições precárias de vida em que o local se encontra.

A figura da Selecta é em grande parte representada pela pessoa de Naji Nahas e este, por sua vez, é vinculado a Celso Pitta e Daniel Dantas – esse último com menos frequência – devido ao desvio de verbas públicas amplamente divulgado na mídia,

descoberto pela operação Satiagraha da Polícia Federal em 2008.⁵² Em assembleias, foi lembrada mais de uma vez a ocasião do casamento da filha do empresário que, segundo as lideranças, haveria custado mais de um milhão de reais e contado com um fretamento de um avião para os convidados. Sua figura, em reuniões, sempre aparece como uma pessoa de altas posses que estaria prejudicando os menos favorecidos. Poderia perfeitamente encaixar-se como uma das “pessoas de gravata” que aparecem na fala da moradora.⁵³

Deve-se ressaltar que essa série de embates e correlações entre prefeitura, empresa e movimento também assume formas mais concretas no cotidiano das pessoas, como a busca de escolas, creches, atendimento de saúde ou oportunidades de emprego:

“Meus filhos estudam em escola do Estado, porque da prefeitura não pega. Tem a [escola] Iodete aqui, que eles não pegam”.

Pergunta: Porque mora no Pinheirinho?

“Porque mora no Pinheirinho. Eu já trabalhei lá e eles não pegam. Fiz inscrição para eles lá, mas não pegam. Porque eles alegam que a gente não tem uma conta de luz, uma conta de água ou de telefone. A do Estado não precisa, a gente pega só um comprovante na Secretaria e o filho estuda, mas da prefeitura assim não consegue” [Juliana].

Pergunta: E a escolinha do seu filho é onde?

“É aqui no Campo [dos Alemães]” [Raquel]

Pergunta: É municipal?

“Não, é paga, é creche. Da prefeitura você não consegue.” [Raquel]

Pergunta: A prefeitura não aceita?

“Não, não é que não aceita, tem muitas crianças aqui de dentro que estão lá, sabe? Mas é que a gente que trabalha não acha vaga, quem não faz nada acha, por incrível que pareça é isso. Aí tem que pagar. No começo não aceitava mesmo, mas agora, de um tempo para cá, né? No começo era difícil para tudo, mas agora de um tempo para cá ta até melhorando, né? Estão aceitando a gente...” [Raquel]

“Só nos postinhos, né?” [Sabrina]

⁵² Satiagraha foi o nome de uma operação da Polícia Federal Brasileira para evitar o desvio de verbas públicas, a corrupção e a lavagem de dinheiro desencadeada em princípios de 2004 e que resultou na prisão, determinada pela 6ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, de vários banqueiros, diretores de banco e investidores, em 8 de julho de 2008. Expôs, principalmente, nomes ligados ao banqueiro Daniel Dantas e abrangeu um período que começou no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e foi até o governo Lula (2002 em diante). A Polícia Federal teria apreendido, no apartamento de Daniel Dantas, documentos que comprovariam o pagamento de subornos a políticos, juizes e jornalistas no valor de R\$ 18 milhões. Naji Nahas foi acusado de operar uma organização distinta da de Daniel Dantas, que foi descoberta na investigação e indiciada de crime contra o mercado financeiro.

⁵³ Entrarei em mais detalhes das relações de identidade que mobilizam a ação pública do movimento enquanto agente demandante de políticas públicas mais adiante.

Pergunta: Nos postinhos tem problema?

“Eles não pedem para chamar a gente, não olham na cara da gente. Ainda mais quando é do Pinheirinho. Chega no ponto de socorro aqui, os médicos: ‘O que é aquilo, ali?’ Com aquela cara, olhando. Aí [pergunta]: ‘Onde você mora?’ [resposta:] ‘Pinheirinho’. Aí que demora mesmo!” [Raquel]

Pergunta: Seus filhos estudam na escola do Estado?

“Um estuda na escola do Estado e dois estuda na escola municipal.”

Pergunta: A escola municipal aceitou os seus filhos?

“Aceitou, porque quando o casal, a mais velha e o do meio, quando eu matriculei eles lá, eu morava no Dom Pedro. Quando eu vim de lá para cá, eles já estudavam lá.” [Joana]

Os relatos não são consoantes. Alguns dizem que no começo era difícil, pois a prefeitura não ajudava e ainda impedia o atendimento dos moradores, mas depois as coisas melhoraram, apesar de ainda existir certo preconceito no atendimento, como é o caso do médico que demora a atender o paciente. Outros dizem que o acesso aos serviços públicos ainda é muito restrito e discriminatório, haja vista que eles não conseguem nem uma vaga numa escola municipal. Apesar disso, na fala de Raquel admite-se que existam crianças do Pinheirinho na rede educacional da cidade, sendo que o problema está somente na distribuição dessas vagas para a população, já que a proporção não seria justa na divisão entre quem trabalha e “quem não faz nada”.

Numa reportagem do Vale Paraibano (31/3/2009), famílias que seriam “dissidentes” do Pinheirinho, na região da Vaquejada, localizada entre o núcleo principal do acampamento e a Mangueira, acusavam a prefeitura de “boicote” na inserção nos programas sociais. Apesar de “dissidentes”, as reclamações dos moradores do local lembram em muito algumas falas vindas do Pinheirinho. Muitas mães afirmaram que não conseguiam lugar em creches e escolas, pois o poder público não reconhecia a área como moradia. A falta de comprovante de endereço seria, também, o principal entrave para o atendimento em programas sociais. Dentro do acampamento, ouvi também que a prefeitura não deixa os assistentes sociais entrarem no local, apesar de muitos já terem me comentado sobre a boa vontade dos mesmos.

Em nota oficial à imprensa (Vale Paraibano 31/3/2009), a PMSJC descartou qualquer plano de ação social para área e declarou que existem na cidade três Centros de Referência e Assistência Social para todos os moradores da cidade e que as famílias

interessadas em receber os benefícios deveriam procurar os postos para se inscreverem. Informou que, na época, cerca de três mil pessoas eram beneficiadas pelos programas Bolsa Auxílio Qualificação – que inclui 466 reais, vale-transporte, cesta básica e curso de capacitação – e Renda Mínima, com rendimentos que vão de 410 a 516 reais por mês. Na região sul, 400 pessoas estavam no programa. Entre os contemplados, quarenta e nove famílias do Pinheirinho receberiam a Bolsa Auxílio Qualificação e outras oitenta e quatro ganhavam o Renda Mínima. Em campo, nenhum desses programas municipais apareceu com esse nome, e somente uma pessoa me disse que chegou a trabalhar diretamente para a prefeitura e mesmo assim não especificou se havia conseguido esse emprego enquanto moradora do Pinheirinho:

O que você faz no dia a dia aqui?

“Eu trabalho com reciclagem. Eu faço unha, eu aliso cabelo, mas, assim, não aparece. Eu trabalhei um ano e oito meses pela prefeitura, que é um serviço que a assistente social põe a gente para trabalhar dois anos. É um contrato, tá? Trabalhei dois anos, aí tinha um salário e uma cesta básica por mês. Eu nem trabalhei os dois anos todos, que eu tinha uma irmã que estava com eles, aí ela foi embora para Pernambuco, aí eu fiquei um ano e oito meses.” [Juliana]

No dia 11 de março de 2009, acompanhei a visita de dois vereadores da base governista à ocupação, fato inédito até então. Eram eles Cristiano Pinto Ferreira (PSDB) e Jairo Santos do Partido da República (PR). O Pinheirinho já foi parada obrigatória para muitos candidatos ou políticos, mas todos eles oposicionistas à prefeitura ou ao PSDB, num plano municipal ou nacional, como foi o caso da presença da ex-candidata à presidência Heloisa Helena pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2006.⁵⁴ No dia da visita dos vereadores, algumas das lideranças nos levaram, juntamente com seus assessores e a imprensa, para uma volta no acampamento, enquanto no mesmo horário o coordenador geral, Marrom, se encontrava com empresários da GM para discutir as demissões na região.⁵⁵ Na visita, inúmeros aspectos positivos do acampamento foram apontados pelas lideranças, muitos com os quais os vereadores

⁵⁴ Em 2006, o PSOL uniu-se ao PSTU numa coalizão chamada “Frente de esquerda” para a disputa da Presidência naquele ano. Conseguiram cerca de 6% dos votos no território nacional e mantiveram a união no nível eleitoral até os pleitos municipais de 2008. Para o Tribunal Eleitoral, os dois partidos estão articulados em termos de aliança, no entanto cada um tem adesões com diferentes movimentos sociais, possuem entidades sindicais próprias e muitas vezes disputam as direções de sindicatos com chapas distintas.

⁵⁵ Entrarei em mais detalhes da relação do MUST com entidades sindicais, operários e a crise financeira de 2008 a 2009.

concordavam, acenavam com a cabeça e faziam observações. Todas as qualidades levantadas pelos ocupantes reforçavam a organização da área e as características de “bairro” que o acampamento tomou, mostrando espaços que seriam praças, futuras escolas, creches e UBS’s, além de espaços de sociabilidade, como comércios e as leis que os regulam, padarias, campos de futebol e o galpão das assembleias. O vereador Cristiano Viana, dirigindo-se ao repórter que acompanhava a visita, disse: “Nós somos contrários ao modo pelo qual se deu a invasão, mas agora ela se tornou um problema de todos e não podemos mais ignorá-la”. O ideal seria “achar uma saída que respeite os moradores e as pessoas inscritas na fila para moradia popular”. No dia 16 de junho de 2009, o prefeito, pela primeira vez acenou com a possibilidade de negociação com os moradores.

Os termos que são usados costumeiramente entre as lideranças e membros do partido em reuniões ou situações de fala – para a mídia, manifestações ou mesmo para o pesquisador – para referir-se à ação (ou falta da mesma) da prefeitura são poucos, repetitivos e, muitas vezes, caricaturais. A grande demora no processo de regularização da terra seria devida, especialmente, à “falta de vontade política” do prefeito ou à “falta de disposição”. Não há “espaço para o diálogo” nem “sensibilidade” no governo. O grande consenso que existe no acampamento é que eles estão naquela situação porque os governantes não querem fazer nada. Pelo lado do movimento, algumas medidas foram tomadas nesse sentido, anunciadas em reunião e divulgadas na mídia.⁵⁶

Na campanha municipal de 2008, conforme me foi dito dentro da ocupação e visto por mim mesmo nas propagandas eleitorais, todos os três candidatos se referiram ao Pinheirinho. O candidato do PT disse que regularizaria a terra ocupada, o prefeito eleito naquele ano, Eduardo Cury do PSDB, afirmou que “resolveria o problema do Pinheirinho”, sem entrar em mais detalhes. Em oposição aos dois, o PSTU lançou seu candidato, Toninho, que dizia que nenhum deles iria resolver nada e que tudo ficaria como está, pois não eram “candidatos dos trabalhadores”. Marrom, que saiu para vereador na ocasião, sugeriu que virassem pelo avesso as faixas do candidato do PT que alguns moradores haviam colocado em frente da ocupação e escrevessem o nome e o número dos candidatos da “Frente de Esquerda”, coalizão em nível nacional do PSTU e PSOL para as eleições municipais.

⁵⁶ Marrom esteve conversando com a empresa Terra Nova, do Paraná, especializada em regularizações fundiárias de avaliações possíveis para o assentamento dos moradores. A questão não se elaborou mais do que isso e nem poderia, já que a ocupação está sendo contestada na justiça.

Da parte da proprietária do terreno, nenhuma notícia chegou, a não ser pelos jornais e sempre envolvendo o sistema judiciário. Em março desse ano, a massa falida da Selecta ⁵⁷, por meio de seus advogados, soltou uma nota à imprensa dizendo que teria uma decisão favorável à reintegração e que iria mandar seus representantes de São Paulo apresentá-la ao juiz em São José e discutir a melhor forma de aplicá-la com a prefeitura. Não houve maiores esclarecimentos. Curiosamente, qualquer resolução do processo só poderia se dar nas instâncias federais, nos tribunais superiores, e a parte contrária, o movimento, não foi informada de nenhuma decisão. A repercussão do caso entre os moradores e advogados do réu só serviu para fortalecer a figura da empresa e de seu dono nos campos da ilegalidade e da injustiça, já que nada ocorreu pelas vias judiciárias convencionais e tudo passou a ser interpretado por aqueles como um “jogo de cena”.

Entre os imbróglis das diversas decisões em diferentes esferas da justiça, programas sociais e acesso equipamentos urbanos, em 30 de abril de 2009, o Governo do Estado de São Paulo oficializou a adesão ao programa habitacional federal “Minha casa, minha vida”, tornando-se o décimo primeiro estado a formalizar a sua entrada e o primeiro da Região Sudeste. Em junho, inúmeras construtoras já haviam feito o pedido de crédito para a Nossa Caixa para a construção de mais de 65 mil casas populares. O programa pretende investir até 34 bilhões de reais para a construção de um milhão de casas para famílias de renda de até 10 salários mínimos. Segundo o Governo Federal, o país tem um déficit de 7,2 milhões de moradia, sendo que 90% destas são de famílias de renda de até três salários mínimos e 36,4% dessas famílias se encontram na Região Sudeste. O programa é uma parceria entre Governo Federal, Estados, municípios e iniciativa privada. Os Estados e municípios poderão dar aportes financeiros, doar terrenos, construir infraestrutura para os empreendimentos e oferecer desoneração fiscal.⁵⁸

Essa notícia foi recebida em reuniões com uma grande apreensão. Primeiramente, passou-se a informação de que iriam se construir, somente no Estado de São Paulo, um milhão de casas, número proposto pelo governo federal para o país

⁵⁷ “Massa falida” é um termo técnico do judiciário para indicar os bens das empresas em processo de falência.

⁵⁸ A ajuda financeira prescinde do termo de adesão assinado pela Caixa Federal e os estados e municípios. Para a população cuja renda é de até três salários mínimos, a União irá oferecer um aporte de 16 bilhões, isenção dos custos relativos aos cartórios e uma prestação de, no mínimo, cinquenta reais, que poderá comprometer até 10% da renda da família nos próximos dez anos. Apesar do Estado de São Paulo já ter aderido ao programa, o município de São José dos Campos ainda não fez nenhuma sinalização nesse sentido, ao contrário de outras cidades do Vale do Paraíba, como Pindamonhangaba e Taubaté.

inteiro. Em seguida, foi duramente criticada a ficha de avaliação das famílias pretendentes a uma vaga. Segundo as lideranças, foi estabelecido um critério de pontuação que não condizia com o caráter “popular” veiculado pelo governo. A ficha somaria pontos para as famílias de acordo com sua renda, sendo que a pontuação mais alta era para aquelas que tinham até dez salários mínimos, colocando em desvantagem os “mais necessitados”, que, segundo os dados supracitados, corresponderiam à quase totalidade dos atendidos.

O prefeito, por outro lado, depois de se encontrar em março com a então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff e o, à época, ministro da Fazenda Guido Mantega, declarou que o problema do Pinheirinho não poderia ser resolvido por essas vias, pois o terreno se encontra em meio a um litígio legal e o governo federal teria adiantado que os terrenos sem o título de propriedade não poderiam ser incluídos em tal programa habitacional.

Sobre isso, o advogado Marcelo Menezes disse:

“Os programas federais, eles trabalham muito em conjunto com a prefeitura. Que na verdade é um aporte financeiro federal, mas é um problema local. E para isso tem que haver um interesse político, um trabalho político da prefeitura. E não há, infelizmente aqui não há. A postura do prefeito daqui é ‘saíam daqui, fora de São José dos Campos’... Ele, inclusive antes da campanha, falou que ia resolver o problema, mas a gente tenta, inclusive, discutir, tenta fazer negociação para a gente tentar resolver essa questão e, simplesmente, não somos atendidos. O prefeito não nos atende. Inclusive os assessores, a Secretaria de Habitação tem uma postura que a gente considera extremamente agressiva, até.”

Em nível federal, esse não foi o primeiro contato do Pinheirinho com o governo. Provavelmente no ano de 2006 (a data não pôde ser precisada), o MUST organizou uma viagem a Brasília em conjunto com centrais sindicais e “movimentos populares” de todo o país. Não houve, em campo, uma precisão da demanda da manifestação, inclusive, dificilmente as pessoas sabiam fazê-la, ou, ao menos, não respondiam de acordo com o interesse inicial do pesquisador. Entre uma parte dos moradores que não ocupavam cargo de coordenação, a “marcha” era para discutir assuntos relativos à regularização do local, e alguns chegaram a generalizar, ao usar a expressão “povo” ou “trabalhadores” para designar os demandantes e explicitar que estes não estavam sendo atendidos pelos governantes da maneira correta. Entre as lideranças, a manifestação foi

uma forma de expressão dos “trabalhadores” na “luta” por direitos, dentre eles, a “luta” pela moradia. Dessa manifestação, segundo as lideranças, conseguiu-se uma reunião com o Ministério das Cidades — um dos articuladores do programa “Minha casa, minha vida” — na qual foi discutido o assunto do Pinheirinho. O resultado concreto foi a doação de cestas básicas para famílias necessitadas por um período contínuo de até três meses num posto no Campo dos Alemães, programa que existe até hoje. Não foi possível saber se essa assistência federal já existia na cidade e apenas incluiu as famílias do Pinheirinho ou se foi resultado da marcha. Nas falas, as cestas básicas aparecem apenas como o resultado de uma “luta” vinculada diretamente com a manifestação em Brasília.

Como espero demonstrar, de maneira inicial, as relações entre o poder público, a empresa, a cidade e parte de sua população, assim como o país e o mundo e seus habitantes, são mediadas de maneira muito específicas e contingenciais que variam de acordo com a situação e local de onde se fala e para quem se fala, de modo que o processo de mobilização política e as relações identitárias que são necessárias para isso se dão tanto ao nível local quanto numa generalização global de empatia com pessoas que estariam nas mesmas condições que esses moradores, ou, até mesmo, em condições piores. Pretendo mostrar também que, apesar disso tudo, essas vinculações gerais ou particulares não conseguem impedir segmentariedades internas, por seu próprio caráter contingencial e cambiante, mas, no entanto estão longe de demonstrar uma desregularização ou uma ruptura intensa com normas sociais de décadas passadas nos estudos urbanos e políticos do país, como certa literatura parece sugerir. O trânsito pelas “linhas de sombra” (Telles, 2006), num olhar de dentro, pode ser muito mais colorido do que a impressão deixada pelos anos recentes é capaz de deixar transparecer.

3. A política do outro

Retomo aqui, propositadamente, o título do livro de Teresa Caldeira (1984) na tentativa de expressar as diferenças e convergências entre a situação etnografada pela autora na década de 80 e o contexto aqui abordado. Num sentido convergente, a concepção de política usada pelos nativos da pesquisa de Caldeira estava vinculada a uma qualidade dos “outros”, ou seja, dos “ricos” e “poderosos”, até mesmo porque não havia ainda as eleições diretas para presidência, colocando os agentes do governo numa esfera afastada dos moradores do Jardim das Camélias. Penso que, no campo estudado, além do quarto de século e todos os acontecimentos políticos que a separam da análise de Caldeira, a política pode ser pensada ainda de outra maneira, como uma qualidade presente também entre os moradores do Pinheirinho que, além de disputar um espaço legítimo dentro da cena pública, detém peculiaridades que lhe podem acarretar uma qualidade diversa, calcada no cotidiano dessas pessoas.

Não pretendo, porém, exotizar demasiadamente tais indivíduos sem problematizar a própria concepção de política e democracia na qual estamos envolvidos como suposta elite intelectual e secularizada do país. Penso que as implicações advindas do campo, além de denotar uma qualidade polissêmica do conceito de política e suas implicações iluministas, podem ajudar a pensar a concepção por demais fixa e idealizada em que pode se cair quando tomamo-la enquanto um devir não cumprido, ao qual nos falta ainda qualidades básicas de sua essência — como é comum em discussões sobre o clientelismo, compra de votos e, até mesmo, corrupção — ou quando pensamos a política brasileira enquanto um quadro homogêneo relativo apenas a normas institucionais de sua manutenção, gerenciamento ou mesmo transformação, normativa ou revolucionária. Se podemos pensar a política enquanto um diálogo dissensual, não podemos perder de vista sua característica diferenciadora entre sujeitos e grupos e colocar dentro do espectro de sua atuação a produção de concepções diversas de seus

princípios básicos. Não pretendo também, com isso corroborar práticas ilegais, e ater-se a isso seria perder o foco maior do texto, de relativizar dentro de supostas normas objetivas dos quadros institucionais valores morais que os constituem, de modo a resgatar dentro da polissemia das categorias a potencialidade política esmagada por uma abordagem que considero deter-se demasiadamente nos aspectos normativos de uma conformação datada e singular.

Como colocado nos objetivos iniciais, a pesquisa propôs estudar o Pinheirinho através de uma discussão bibliográfica e o debate crítico entre a antropologia e a sociologia durante os últimos anos, no que tangia aos movimentos sociais, ao crescimento da periferia urbana, ao trabalho e ao cotidiano das classes populares, de modo a realizar uma análise do desenvolvimento da esfera pública e da participação política. Ainda se pretendia fazer a análise do cotidiano do movimento em questão, a fim de averiguar a existência de uma identidade comum aos ocupantes ou um conflito entre mais de uma destas identidades, as ações coletivas que estão em jogo dentro do acampamento que visariam melhorias no entorno e o embate entre os mundos privados e públicos dos acampados, dos quais decorrem as noções, entre eles correntes, de equipamentos urbanos, participação política e esfera pública.

Inicialmente, apoiado nas idéias de Vera Telles (2006), supunha que tais dinâmicas ocorriam dentro de um cenário específico, no qual existiriam porosidades (entre o lícito e o ilícito, e o legal e o ilegal), que a princípio modulariam aquilo que poderia ser definido como política válida dentro desse campo particular. No decurso da análise bibliográfica, outros autores e interlocutores do trabalho Vera Telles apareceram. As pesquisas e análises da autora se inserem dentro de um projeto coletivo proposto pelo Centro de Estudos dos Direitos de Cidadania (Cenedic) da USP desde, pelo menos, 2001. Pesquisadores pautam as diretrizes sociológicas do centro — que tem como seu maior expoente Francisco de Oliveira — que discute a situação urbana e política brasileira a partir de referências como a dos filósofos políticos Giorgio Agamben (2007) e Jacques Rancière (1996), como já dito. Desta filiação, surgem as expressões presentes nos textos de Vera Telles — inicialmente vislumbrados na proposta de pesquisa — tais como “estado de exceção” e “zona de indiferenciação”, derivados de estilos de vida caracterizados pelo desemprego ou trabalho informal e precário, com uma densa “porosidade entre o legal e o ilegal e as fronteiras borradas entre trabalho, expediente de sobrevivência e práticas ilícitas” (Telles e Hirata, 2007, 1).

Dessa maneira, um dos pressupostos do trabalho relacionava-se à ideia de que é impossível compreender a prática política local e a utilização da esfera pública por tal movimento sem que se problematize o dia a dia desses indivíduos, conjugando a ação política específica do acampamento com tais noções, expressas por Telles (2006) num sentido de ruptura da tradição, basicamente antropológica, de análise dos movimentos sociais e que tem tomado pouco a pouco a cena pública atual e o debate acadêmico advindo dessa matriz sociológica.⁵⁹ A esfera pública, a partir dessa análise, viria diminuindo e impossibilitando o fazer político clássico.

Buscou-se, então, perceber os laços identitários – sob uma ótica novamente antropológica –, seus desdobramentos nos modos específicos de atuação política local e, nas palavras de Vera Telles (2006), matizá-los com “as práticas de sobrevivência” e com o “jogo de sombras” que permeariam o cotidiano das classes populares, que esconderia as fronteiras do que é lícito e ilícito, legal e ilegal e confundiria o que pode ser considerado o mundo da política com os meios de se sobreviver na dificuldade.

Seguindo a mesma linha, Robert Cabanes (2006) afirma que, em um cenário de supressão dos direitos trabalhistas e civis e de um encolhimento do papel do estado na vida dos indivíduos, as deliberações do espaço público político são invertidas. Por um lado, agravam-se as condições de vida de uma boa parte das classes populares e, por outro, suscita-se a emergência de novas modalidades de expressão que passam por fora do trabalho, do sindicalismo e da esfera pública. Do mesmo modo, todos aqueles, cuja posição se agrava no mercado de trabalho, veem suas capacidades de representação e expressão se reduzirem, a ponto de terem sua participação na esfera pública diminuída: seus direitos são reduzidos e, por vezes, reinterpretados em termos assistenciais. Assim, a família poderia ressurgir como um forte elemento de solidariedade primária, âmbito de uma organização política cambaleante à procura de novas formas de representação e esfera de resistência a todos os ilegalismos, violências e supressão de direitos que vêm

⁵⁹ “(...) ao mesmo tempo em que hoje se faz a celebração das virtudes democráticas dos chamados fóruns públicos de participação, ao mesmo tempo em que, no debate atual, reativam-se as concepções clássicas de espaço público e sociedade civil como lugares por excelência da construção republicana e do consenso democrático, é o caso de se perguntar por um campo social que parece escapar por todos os lados dessas formas e figuras da política. É o caso de interrogar os sinais e evidências de uma ampliada e crescente zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o não direito, entre público e privado, norma e exceção, projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas, zona de indiferenciação que cria situações cada vez mais frequentes, que desfazem formas de vida e transformam todos e cada um potencialmente em ‘vida matável’” (Telles, 2006, 53).

sendo apelidado de “vida nua” – conceito fortemente calcado nas ideias da “administração da exceção e da vida” a que Giorgio Agamben (2007) se refere.

Como pretendo demonstrar, penso que a intrincada relação entre o privado e o público não apenas se constitui como uma grande ferramenta para a ação política, como também é parte constituinte dos movimentos sociais desde a década de 80. E, mesmo que seja inegável que essa relação tenha mudado nesses últimos trinta anos, o espaço privado e seu resgate pelos movimentos de ação pública não detêm, necessariamente, um efeito de causa-consequência com a (im)possibilidade da política. Pelo contrário, é, antes de qualquer coisa, um processo que tem raízes na constituição primeira das ações movimentalistas do processo de redemocratização.

Assim, para tentar compreender as especificidades da arena pública do acampamento, visou-se analisar os espaços mais restritos e íntimos nos quais conceitos nela utilizados estivessem sendo moldados, dentro desse contexto de “administração da exceção” (Oliveira, 2007) no qual nos encontrávamos. Procurou-se guiar a etnografia por meio da discussão crítica entre as análises propostas pelos estudos dos “novos movimentos sociais” da década de 80, essa nova crítica sociológica, e alguns apontamentos da antropologia da política atual.

Na linha de Francisco de Oliveira, em seu sentido mais geral, o termo “política” enquanto ferramenta conceitual é tomado de empréstimo do filósofo político Jacques Rancière (1996) e é definido da seguinte maneira pelo sociólogo:

“Política no sentido de Rancière é a reclamação da parte dos que não tem parte, e por isso se constitui em dissenso. Nesta acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa criar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover.” (Oliveira, 15, 2007)

Essa definição é a linha que guiou as reflexões coletivas do Cenedic e orientou inúmeros trabalhos, pesquisas, artigos e livros publicados recentemente. Não tenho a mínima pretensão de refutá-la inicialmente, apenas tomo essa assertiva e seus desdobramentos propostos seus autores como um suporte teórico que necessita de um exame etnográfico. Mas antes de adiantar mais conclusões, devo apresentar os tais dados.

3.1 As boas categorias para se pensar a política

Existem relações identitárias que unem o grupo de sem-teto e servem para localizá-lo dentro de um campo semântico específico, por meio do qual se faz a política nativa. Os termos dessas relações são variados e cambiantes: nivelam, normatizam, opõem, segmentam e hibridizam códigos de que as pessoas lançam mão para entender seu lugar na ordem das coisas. Seus alcances são fluidos, episódicos e contextualizados nos mais diversos âmbitos relativos à política ocidental – espaço público, secularização ou liberdades individuais (Habermas (1984), Weber (1996) e Dumont (1992)). Tais relações são capazes de se adequar a qualquer situação e não é raro ver essas categorias que explicam o cotidiano serem utilizadas para dar conta da intervenção brasileira no Haiti ou da crise financeira mundial. No entanto, como pretendo demonstrar, estes termos detêm uma flexibilidade e não dizem, necessariamente, a mesma coisa nos diferentes cenários — seus níveis de englobamento e fragmentação são variáveis. Todavia, em nenhum momento esses personagens se encontram perdidos no mundo ou em frente a alguma situação que não consigam explicar totalmente. Seu cotidiano é capaz de fornecer elementos para o enfrentamento dos problemas da ocupação, bairro, cidade ou país, sempre que necessário. Destaco três categorias centrais para entender a dinâmica política local, são elas: “luta”, “bairro” e “trabalhador”, em jogo desde o surgimento da rede movimentalista.

3.1.1 As “lutas”

“Somente com luta e mobilização conseguiremos derrotar a armadilha que os empresários estão preparando contra nós.”

“Vamos lutar pelos nossos direitos.”

“Organizações e sindicatos internacionais estão mandando cartas de solidariedade à luta do Sindicato dos Metalúrgicos contra as demissões na categoria e, mais especificamente, na GM, onde 802 trabalhadores foram demitidos (...) *‘Nos solidarizamos com a sua luta que é a mesma que a nossa. A patronal quer arrasar com nossos postos de trabalho, com nossas condições de trabalho, com nossa luta, união e dignidade. Repudiamos a demissão do companheiro dirigente do seu sindicato’* diz a carta dos metalúrgicos argentinos.”

[Trechos extraídos do Jornal do Metalúrgico da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), central sindical vinculada ao PSTU, distribuído na ocasião de uma manifestação na Avenida Paulista no dia 12 de fevereiro de 2009, da qual o MUST participou (grifos no original).]

“Normalmente quando acontecem crises como esta, os capitalistas e seus prepostos no comando do Estado buscam se salvar. (...) É nesse momento que os trabalhadores devem se organizar ainda mais e resistir. Se o capitalismo não acaba por si só, será a luta política da classe operária que terá o comando da transformação desse sistema e nos momentos de crise, quando o capitalismo se enfraquece, é que surgem as melhores situações para o avanço da luta”

[Trecho extraído do jornal Unidade Classista da Intersindical, entidade sindical do PSOL, distribuído na mesma ocasião]

“A Rede Globo, os patrões e os pelegos estão tentando convencer os trabalhadores de que *‘todos tem que se sacrificar’* para enfrentar a crise. Por isso, temos de aceitar acordos de rebaixamento salarial e de direitos para *‘ajudar’* as empresas. Dizem que se aceitarmos esses acordos não haverá demissões. Mentira! Eles querem que os trabalhadores não lutem.”

[Boletim nacional do PSTU nº 26 – fevereiro de 2009 (grifos no original)]

Tais discursos não se encontram presentes apenas em jornais e panfletos distribuídos em manifestações por meio dos tentáculos institucionais destas entidades, normalmente são proferidos em assembléias e reuniões. Em algumas vezes quando Marrom, coordenador geral do acampamento, se dirige para atores muito heterogêneos em alguma manifestação, o sentido da “luta” aparece vinculado a uma grande massa de pessoas, sendo que, em muitas ocasiões, embora fale em nome do Pinheirinho, o acampamento sequer é mencionado. Foi o que aconteceu na manifestação na Avenida Paulista no dia 12 de fevereiro de 2009.

Podemos depreender desses textos dois aspectos do que entende por política membros dos partidos e entidades sindicais que acompanhavam as manifestações: primeiramente, existe uma realidade nublada pelas relações cotidianas que são inerentes a um mundo desigual atual, sendo papel dos membros mais “conscientes” revelar a todos outros a vitimização que estão sofrendo. “A Rede Globo, os patrões e os pelegos” imporiam uma visão de mundo aos “trabalhadores” que tenta

camuflar a realidade em favor dos primeiros. Desse modo, a “luta” exige, antes de tudo, uma tomada de consciência sobre a real situação dos “trabalhadores”. Um caso exemplar desse mundo falso que os “poderosos” estariam tentando impor se torna evidente nas críticas recorrentes entre lideranças e moradores a uma novela da Globo, da época, que retratava uma ocupação de sem-tetos no Rio de Janeiro. A unanimidade entre os moradores era de que a novela não condizia com a realidade de um acampamento e que, ao final, “tudo ia acabar bem”, já que tudo ocorria na televisão e era uma visão dos “poderosos” sobre a “classe trabalhadora”, que escondia o conflito e as contradições da sociedade. Em segundo lugar, a consequência natural da conscientização, que está sendo abafada por “poderosos”, é a “luta” capaz de ampliar os direitos e “transformar o sistema” inerentemente injusto e cruel. Esta acontece por meio de reuniões, assembléias, passeatas e manifestações, bem como através de atitudes cotidianas vinculadas a uma moral condizente com a “luta”.

Retomando algumas das falas anteriores dos moradores, parece-me que o Pinheirinho é uma referência no imaginário dos ocupantes para se pensar São José dos Campos e uma ordem urbana e política mais geral, já que se constitui num contraponto aos “engravatados”, tomou espaço na mídia e surge como uma opção ao aluguel. O local aparece como problema a ser resolvido pelas esferas institucionais legislativas, executivas ou jurídicas nos mais variados meios — eleitorais, midiáticos ou na gestão pública — e nos mais diversos âmbitos — municipal, estadual ou federal. Surge como lugar de “vagabundo”, de “ladrão” ou de “bicho” para uma parte da população ou emerge como local onde os “engravatados” não vão e do qual querem se livrar. Muitas formulações, até mesmo algumas nativas, tomam o local pela negatividade, pela falta de moradia, de luz ou de água, enfim, como um desafio urbano a ser superado no âmbito do consumo dos equipamentos de uso coletivo. No entanto, as saídas são múltiplas e as relações de poder nelas envolvidas também o são — relações intralocais ou extralocais ou ao nível da micro ou da macropolítica são dicotomias difíceis de precisar, pois no cotidiano elas se mesclam e se sobrepõem e não têm uma hierarquia definida. São, antes de tudo, fluidas e episódicas, de modo que se pode encontrar centros aglutinadores de poder em diversos níveis, mas eles só detêm uma ação real quando contextualizados nas falas e ações desses indivíduos que “lutam” na esfera do consumo e da reprodução da força de trabalho. As abordagens do poder público e da empresa proprietária do terreno

sobre o movimento e as pessoas nele envolvidas foram consideradas muito rapidamente na seção 2.3.2; tomei-as apenas à medida que surgiram em notas e declarações oficiais na mídia, mas não é esse o aspecto que irei privilegiar nesse capítulo ou mesmo nesse texto como um todo. A ênfase que pretendo fornecer recai, sobretudo, nas falas dos moradores e nas relações políticas e identitárias capazes de mover essa população, que são percebidas à medida que aparecem no discurso nativo. No entanto, devo apontar que essas mesmas relações detêm um caráter, de certo modo, inverso e delicado quando tomado em contraponto aos locais considerados clássicos e centrais pela ciência política, como o Estado e os agentes coletivos demandantes da esfera pública. Por certo, os movimentos sociais se constituíram como sujeitos coletivos de demandas no Brasil, nos anos 80, (Sader, 1988) e detêm ainda uma forte carga explicativa daqueles anos e de como a política se fez na época, quando articularam as mais variadas pautas nacionais com a “comunidade” em questão, — trabalho, em boa parte, realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Entretanto, lido aqui com um movimento sustentado por um partido específico que se autoproclama “marxista-trotskista”, cujo explícito objetivo principal é o de assumir o poder do Estado por vias que não necessariamente cabem na concepção de direito estatal, o que Doimo (1995) chamou de movimentos “operário-rationais”, que estão focados, sobretudo, na esfera da reprodução das desigualdades, qual seja: o universo do trabalho.

Por um lado, parece-me claro que o partido e as lideranças do movimento tratam, em certos níveis discursivos, com a centralidade do poder estatal e de seu objetivo utilitário de nele manter as classes governantes, no entanto, eles se vêm obrigados a lidar com a fragmentação de seus discursos e desse mesmo poder nas contingências dos seus cotidianos e dos próprios moradores e, surpreendentemente, o fazem sem nenhuma contradição interna ou grandes abalos nos seus sistemas explicativos.⁶⁰ Os próprios ocupantes realizam um exercício parecido e tomam categorias emprestadas das falas em assembleias, reuniões e manifestações e as reutilizam no seu próprio dia a dia. Ou seja, categorias que são utilizadas para explicar uma ordem global e parecem vir de uma ordem hierarquicamente superior podem e

⁶⁰ Não pretendo sugerir que o poder e suas relações estão homogeneamente espalhados pela sociedade. Como disse, considero que há pontos nevralgicos que acumulam poder e detêm, em alguns contextos, primazia sobre os outros. Mas a perspectiva propositadamente etnográfica revelou que estes são contingentes e não fixos, materializando-se ora em cargos e funções, ora em pessoas e populações. O poder se encontra espalhado na sociedade, mas se acumula, de tempos em tempos, em certos termos semânticos capaz de explicar as origens das desigualdades. Além do mais, o poder em si só não é, de maneira alguma, definidor das relações políticas. (Rancière, 1996).

devem dar conta das situações tidas como mais imediatas. A reutilização de signos num contexto global do capitalismo já foi tratada por Sahlins em seu artigo para a revista *Mana* (Sahlins, 1997). As questões da inserção urbana, do embate político e da formação de um sujeito coletivo através de um espaço imaginado de igualdade são frutos dessa dinâmica, e as falas de lideranças e moradores são exemplares desse processo.

A diversidade das falas e o caráter cambiante que elas detêm dizem respeito à própria natureza da demanda que exigem. Como foi visto por diversos antropólogos — como Durham (1980) e Caldeira (1984) — a mobilização social surge na esfera do não trabalho, ou seja, no domínio do consumo dos bens coletivos que é arquitetado para a utilização do grupo familiar. Sendo assim, além de lidar com concepções políticas advindas do âmbito mais geral de um grupo político racionalmente organizado, as categorias também variam naturalmente das trajetórias individuais dessas pessoas, quando matizadas pela matriz discursiva familiar. A atenção à história pessoal de cada um, vivenciada na unidade familiar, é central para entendermos como se dá a articulação moral desses valores políticos.

Vejamos agora a noção de “luta”.⁶¹

“O movimento aqui do Pinheirinho é a luta, então tudo que se diz luta nós estamos juntos. Entendeu? Tudo que for luta nós estamos juntos. Chamou a gente para lutar, nós estamos juntos. Agora, só que depende do Marrom da coordenação, no caso chamar, para a gente ir. Porque a gente não diz: ‘Eu vou lá’. Então eles conversam com a gente e a gente decide de modo todo mundo geral que nós vamos, entendeu?” [Claudia]

“A gente escuta: ‘Ah, é do Pinheirinho, não sei quem é do Pinheirinho’. Mas preconceito pessoal assim a gente não sentiu, não sofreu, nem minhas crianças, mas a gente tem que saber levar, né? Com luta e... E eu sempre que surge esse assunto eu falo: ‘Ah, cada um tem a sua opinião, né? Eu tive a coragem de ir para lá, de lutar por uma coisa que eu quero. Não quero nada de graça, quero poder pagar meu terreno, quero poder ter minha casa, mas eu não posso passar aí vinte anos na fila do CDHU

⁶¹ Tento retomar essa categoria, como as subsequentes, através de uma leitura da política muito vinculada com a de Caldeira (1984), numa tentativa de resgatar, a partir do ponto de vista nativo, o mundo público, contrastando-os com os espaços clássicos da participação democrática no contexto brasileiro, definidos em grande parte nos anos 80 com a experiência da redemocratização e do surgimento dos “novos movimentos sociais”, mas que detêm especificidades atuais que precisam ser deslindadas. Embora a autora não problematize a categoria “luta”, penso que sua análise pode ser profícua na medida em que nos permite pensá-la a partir de seus agenciamentos cotidianos. Desse modo, retoma-se a política, não como um dado *a priori*, mas definida por meio de indivíduos particulares em contextos específicos.

esperando uma casa, né? Esperar uma vida esperando uma coisa que seja acessível para mim. Eu quero lutar para a gente ficar aqui, para a gente conseguir, porque aqui que eu quero para as minhas crianças fiquem” [Karina].

O termo “luta” aparece aqui em duas de suas variadas acepções. É largamente utilizado em reuniões e em manifestações, como também está presente na rotina dos moradores. Primeiramente, gostaria de partir da sua significação mais ampla que já vi sendo utilizada em campo e, por esse caminho, percebe-se logo que ela tem uma dupla face: pode tanto englobar uma imensidão de pessoas, colocando-as dentro de uma mesma “luta”, assim como é capaz de designar uma amplitude de pautas a serem abrangidas. Começemos pelo último aspecto.

Uma de suas qualidades, a reivindicativa, fica clara em uma das falas acima. A urgência de uma casa pode ser resolvida através da “luta”, do inconformismo com uma situação e de uma atitude condizente com a mesma, pois não se pode “passar vinte anos na fila do CDHU”. Por se tratar de um movimento de moradia, espera-se que essa seja a pauta e a reivindicação mais clara das pessoas, mas ela se torna muito mais complexa na medida em que dialoga com outros movimentos ou entidades sindicais ou é obrigada a lidar com a rotina dos indivíduos.

No dia 12 de fevereiro de 2009, representantes do Pinheirinho participaram de um ato em frente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na avenida Paulista, em São Paulo, em conjunto com sindicatos e “movimentos populares”, nacionais e internacionais, contra a crise financeira mundial. Todos os movimentos tiveram direito de falar e, entre eles, encontrava-se um grupo que reunia os homossexuais e transgêneros do PSTU. Na volta para São José dos Campos, dentro do ônibus, Paula, uma das coordenadoras, criticou algumas pessoas do Pinheirinho, que ela não soube identificar, por terem feito “gracinhas” ou vaiado as lideranças homossexuais e ameaçou-as com punição — não participariam mais de manifestações organizadas pelo movimento. Justificou-se: “Porque a gente não luta apenas por moradia, a gente luta também por dignidade”, afirmação consonante à que havia feito mais cedo a mim, quando recusei a contribuição do Sindicato a quem fosse à manifestação, a chamada “diária”: “Pode pegar, não é por direitos iguais que a gente luta?”. Nesse sentido, o termo “luta” adquire uma carga semântica vasta que abarca diversas formas de mobilização e de embate político, nos termos especificados por Rancière (1996).

Forma-se uma pauta, unificam-se os aliados e identificam-se os adversários. Em todos os sentidos, ela opõe duas metades desniveladas em termos de poder político.

Esses três elementos são situacionais – pauta, aliados e adversários. Nesse caso, correspondiam, respectivamente, à dignidade ou direitos iguais em seu sentido lato, às entidades sindicais ou “movimentos populares” e ao governo, à FIESP ou às pessoas na população que não compreendiam bem a “luta”, mesmo que estivessem dentro do Pinheirinho.⁶² Esse parece ser o caso mais abrangente de pauta em jogo no campo: a favor da dignidade e os dos direitos iguais e contra qualquer tipo de “injustiça”, sendo que a “luta” a ela vinculada dá-se contra esferas superiores e centrais na vida dessas pessoas, perpetuadora das desigualdades e injustiças. Superiores porque elas não os permitem chegar ao meio nevrálgico das tomadas de decisões que afetam a vida de todos, simbolizadas nesse caso pelo prédio na Avenida Paulista, mas também pelo Palácio dos Bandeirantes ou do Planalto e centrais, pois grande parte das injustiças ocorre por meio de uma das instituições principais na vida desses indivíduos, o trabalho. Não é à toa que a manifestação ocorreu em frente à FIESP, e todas as falas exaltavam a necessidade de entrar no local para negociação, com o uso da força ou não.⁶³

Dessa maneira, quando se refere à “luta” dentro do campo, foca-se sempre de modo a matizá-la com as trajetórias pessoais de cada, conferindo ao termo uma maleabilidade singular. Claudia começa a me contar a sua história pessoal, numerando os bairros em que esteve por toda a cidade – “Dom Pedro até no Putim, eu morava no São Leopoldo” – e finca a acepção de “luta” dentro de um campo semântico bem específico da esfera familiar. Sua “luta” atual começa no Dia das Crianças, quando chega ao acampamento e está toda marcada pela a doença da família, que pontua sua trajetória sofrida. Da mesma maneira que todas as relações da entrevistada com a ordem urbana se pautam através do modo específico com que ganha a vida, vendendo suas pinturas, ela percorre toda cidade e consegue relacionar no meio da vida urbana quem está do seu lado na “luta” e quem não está. As suas estratégias de sobrevivência estabelecem também a maleabilidade dos aliados e dos inimigos, ou seja, “quem acha ruim” e desconsidera a maneira como os moradores do Pinheirinho “levam a sua vida”.

⁶² Existe um termo para identificar os aliados em qualquer situação, assim como se tem a ideia de seus pontos opostos para designar os adversários, as “madames” e “patrões” ou “prefeitura” e “governo”. A ideia de “trabalhador” como elemento unificador da mobilização será explorada mais adiante.

⁶³ Colocarei a dinâmica dos termos nativos nessa ação específica, quando analisar as passeatas e as mobilizações frequentes no local.

Karina também, por meio da experiência passada de sua mãe, vincula a emergência da sua “luta” pela indignação da espera no atendimento pela CDHU. Sua mãe, que narra sua própria história desde a infância quando morava com o pai e mais quatorze irmãos e como, no começo, ela não se via dentro do processo da “luta”, já que seu pai era contra “aquilo tudo, porque era sistemático e dizia que se tem que trabalhar para conquistar”. Assim como Claudia, a mãe de Karina marca a temporalidade de sua “luta” a partir do nascimento do neto, logo depois da entrada da família no Pinheirinho no dia 24 de março. O avô de Karina, por ser contra a ocupação, fez a família ver “os dois lados da moeda” e, por obrigar as duas a ficar na casa dele, antes de falecer, tornou-as muito “acomodadas” e sua morte as fez “dar um jeito”, isto é, entrar no processo de “luta”, definir seus aliados e inimigos e estabelecer uma pauta com a qual se mover, calcada no cotidiano. A mãe de Karina é aposentada e trabalhou a vida inteira em fábricas químicas de São José, sua filha não teve o mesmo trabalho regular que a mãe e chegou a ficar algum tempo sem trabalhar formalmente, tirando o seu sustento de cooperativas em outras cidades, ficando sem tempo para os filhos que foram criados, praticamente pela avó. Atualmente, Karina trabalha numa rede de mercados e está contratada formalmente, mas mesmo esse fluxo por essa rede de subcontratos, típica da conformação “neoliberal”, não atrapalha as definições de suas categorias e a ideia de “luta”, apesar de extremamente vinculada à noção do trabalho, está definida, em sua acepção política, pelas relações pessoais mediadas pela unidade familiar.

O indivíduo capturado pelo fluxo do trabalho da cidade pós-moderna não me parece, nessas falas e em sua história de vida, perdidos numa esfera apolítica. Por outro lado, retomando essa categoria nativa central, a noção de “luta” pode guardar outro sentido amplo, já que tem a capacidade de englobar pessoas que muitas vezes não se conhecem ou nem vivem no mesmo bairro, cidade, região ou país. As condições de uma “luta” não dependem da geografia ou das redes de sociabilidades localmente territorializadas; pode-se unificar uma “luta” apenas por uma condição comum imaginada de pauperismo e/ou injustiça, tornando os aliados e adversários assim cada vez maiores, que crescem de acordo com a sua dimensão. Desse modo, simpatiza-se em assembleias com o “povo haitiano” que estaria em igualdades de condições com o Pinheirinho e rivaliza-se com o “governo brasileiro” que intervém e oprime pessoas “pobres e faveladas”. Ainda pode-se ter empatia pelo Iraque e sua população, enquanto critica-se a administração de George Bush quando este guerreia contra o terrorismo ou quando vem ao Brasil e faz a “polícia bater nos manifestantes” — do mesmo modo que

o novo presidente dos Estados Unidos não é poupado por ter “traído a sua raça” e “arrancar as casas dos pobres” na quebra do mercado imobiliário que começou na gestão anterior.

Todos esses problemas podem parecer algum tipo de discurso inflamado dos militantes e das lideranças do acampamento vinculados ao PSTU, um partido notadamente de esquerda.⁶⁴ No entanto, nem todas as lideranças são vinculadas ao PSTU ou a qualquer sindicato, e os exemplos dessas grandes “lutas” não são passados sem uma comparação com a “realidade do acampamento” com a qual muitos acenam com a cabeça e comentam com o pesquisador: “Lá deve ser pior do que aqui” — assim como todas as esferas da “luta” são reinterpretadas pela experiência pessoal desses indivíduos, que comentam todos os assuntos discutidos em assembleia, referências ao cotidiano de seus trabalhos ou não trabalhos.

O caso exemplar é o da visita do coordenador geral Marrom ao Haiti, que foi bancada pelo PSTU e tornou-se assunto de assembleias e conversas informais entre os moradores, semanas antes de ele ir e algumas após ele voltar. O país foi descrito pelos líderes — o coordenador geral e os dos setores — como “cheio de favelas” e de pessoas que estariam em piores situações do que as do Pinheirinho, pois “isso daqui é um paraíso comparado com lá”, local onde “as pessoas não tem casa e nem o que comer”. No Haiti, não existiria a “ajuda das cestas básicas”, e o Marrom iria lá para “conhecer e ajudar o povo” e para “passar a experiência de um acampamento bem-sucedido como o nosso”, o que já teria sido feito em todo o Brasil e em alguns lugares da América Latina. Acampamento, portanto, construído pela “luta de todos”.

Os participantes das assembleias e outros, em conversas privadas, não fazem questão de esconder o orgulho de ter um acampamento conhecido internacionalmente e contarem com o privilégio de receber “visitas estrangeiras”, como foi o caso de

⁶⁴ Historicamente, até mesmo em nível mundial, os partidos de orientação marxista pertencem à “esquerda” nessa grande diferenciação na política ocidental que os opõem à “direita”. Essa distinção tem sua origem na Revolução Francesa e colocava aqueles que sentavam à direita do Rei como seus apoiadores e aqueles que estavam à esquerda como seus opositores, definindo-os como “conservadores” e “revolucionários”. Não se trata de trazer essa diferenciação de séculos para o contexto aqui analisado, no entanto, tais posições ainda detêm um grande apelo semântico nas definições de posições políticas. Nos anos recentes no Brasil, essas categorias formularam um grande campo de debate, em especial, para as pretensões deste texto, nas eleições presidenciais de 1989, as primeiras depois da ditadura. Os candidatos de “esquerda” se colocavam como partidários da “transformação social” e muitas referências ao marxismo e ao comunismo eram feitas. O PT lançou seu primeiro candidato à Presidência e, naquela época, contava com o apoio dos atuais integrantes do PSTU que teriam “rachado” com o PT em 1994. Atualmente, as definições de esquerda variam; em certas mídias, podem referir-se tanto ao Partido dos Trabalhadores quanto ao PSTU, mas, no campo estudado, “ser de esquerda” significa — invariavelmente — estar do lado dos “trabalhadores”, posição que o governo federal não ocupa.

representantes de sindicatos, movimentos sociais e partidos da América Latina e Europa:

Pergunta: E o que você acha da atividade do partido, do Sindicato dos Metalúrgicos, dos contatos com outros movimentos? Você tem contato com esse pessoal?

“Sempre vem visitante, né? Teve visitante aqui dos sem-terra, teve visitante de um lugar aí que eles ganharam terra. Como chama? É Vila Maria, Vila Santa Rita, sei lá, um negócio assim. Na ocupação que o Marrom participou que todo mundo ganhou um pedaço de terra” [Joana]

Pergunta: Aqui em São José?

“Não sei se é aqui em São José, Marrom disse que é aqui para o [bairro] Chácaras [Reunidas], aí inclusive a gente teve até junto numa simulação que teve lá para aqueles lado de lá para a [Rodovia Presidente] Dutra que foi o mundo inteiro, foi mundial, foi todo mundo. Foi no mundo inteiro. Aí a gente junto, inclusive, com esse pessoal, que estava um pessoal lá do sem-terra, estava o pessoal desse local aí. E a gente reúne todo mundo lá, deu tudo certo, todo mundo amigo. A gente andou na Dutra com todo mundo” [Joana]

“Aqui sempre vem pessoas de outros acampamentos. Eu acho o seguinte: uma pessoa só é difícil fazer... não se faz uma casa num dia. Uma pessoa só não faz uma casa num dia, mas quando se ajunta muitas pessoas, certamente aquela casa vai ser feita. Então é o sinal, quando muitos se ajuntam é o sinal de que alguma coisa vai acontecer. E se nosso objetivo é lutar para acontecer coisas boas, então acho que é engrenando junto que a gente vai conseguir, entendeu? Porque o mundo é para todos...” [Claudia]

Pergunta: E você tem contato com outras ocupações aqui da região?

“Eu já conversei assim, já fiz cursos com uma turma que mora no Banhado. Quando eu estava na Frente de Trabalho [programa social da prefeitura] a gente fazia cursos uma vez por semana, aí eu conheci gente que mora no Banhado, já conheci gente que tem uma invasão aqui no Rio Comprido também. Tudo daqui de São José. (...) A gente tem bastante visitas” [Juliana]

Pergunta: Visitas de onde?

“Visitas de vários lugares, veio visita até de fora do Brasil. (...) Como essa invasão foi uma das melhores, maiores invasões que já teve, então acho que se espalhou, né? Acho que o mundo todo sabe que o Pinheirinho existe, então tem muita gente que tem vontade de conhecer, né? Quem vem assim, conhece. Que nem muita gente que veio aqui para conhecer e graças a Deus está aí falando bem. Fala que a gente é organizado.

Porque na maioria das favelas você anda, tem esgoto, tem aqueles aguaceiro. Aqui não. A gente tem barro, mas é quando Deus manda chuva. Muita gente vem aqui dentro, depois sai lá fora e diz: ‘Nossa, como é organizado!’” [Juliana]

O marido de Joana trabalha em uma empresa terceirizada que presta serviços para algumas fábricas de São José. O contato com os termos como “luta”, muitas vezes são emprestados de folhetos que ele trazia para casa e que, ocasionalmente, Joana lia. No entanto, a qualidade “batalhadora” de sua vida começa desde sua migração de Minas. Se o marido já conhecia o Marrom desde antes da ocupação, por meio de sindicatos e manifestações, a figura da liderança e a combatividade da vida de todos passa antes também pelos os laços de parentesco. O marido e o sogro de Joana conhecem Marrom desde quando este ainda era jovem, já que eram vizinhos e conheciam todo mundo na cidade interiorana do Paraná, estado natal dos dois. Embora tenham se conhecido antes, a própria Joana reconhece que a sua experiência com movimentos sociais anteriores é quase nula, já que não tem nenhum parente que tenha participado de qualquer movimento. Pois, “se tivesse um parente que tivesse participado antes, já conhecia um pouco”; desse modo, a trajetória familiar aparece novamente como um ponto nodal de explicação e representação da “luta” atual e de experiências políticas passadas. Joana está atualmente desempregada. No tempo em que esteve no Pinheirinho trabalhou um ano e seis meses de empregada doméstica e numa escola durante dois anos, nenhum com vínculo formal. Embora esteja sem trabalho, os tempos atuais são sempre vistos como uma profunda melhoria dos tempos em que pagava o aluguel, quando a família não podia comprar um doce para as crianças. E, se esta melhoria pode ser sentida, a grande responsável é a “luta” de todos, que transforma as pessoas em “amigos”, a despeito do desemprego ou do rearranjo dos laços de parentes e de sociabilidade advindos com a migração. Juliana trabalha com reciclagem. Além de fazer bicos como cabeleireira e faxineira, de tempos em tempos, já trabalhou um ano e oito meses pela prefeitura em um programa social de auxílio à população carente. De toda (a) forma, também não constituiu uma trajetória marcada por qualquer emprego fixo e regularidade de rendimentos, e sua vinda de Pernambuco para São José é experimentada, pela entrevistada, como uma quebra dos laços de parentescos que afetou, inclusive, seu emprego, pois teve que largá-lo para auxiliar a irmã que voltava para a terra natal. Esses elementos são evocados a toda hora nas suas histórias para reafirmar valores e constituir através de uma série de qualidades, sendo “lutador” uma

delas, uma unidade dentro de uma heterogeneidade de atores, mesmo que essa unidade seja móvel e cambiante.

A “luta”, desse modo, também pode ocorrer em plano mundial, pois o ato, a passeata ou qualquer um desses momentos de publicização de demandas e constituição de uma unidade política se transformam em uma relação identitária do Pinheirinho com os acontecimentos de ordem global. Trata-se da crise financeira, da guerra no Iraque, da política de Chávez na Venezuela e outros assuntos que são costumeiramente trazidos pelas lideranças, mas que se incorporam e ganham significados novos nas falas dos moradores. As “visitas” veem, falam de sua ocupação, de sua cidade e de seu país, marcham na estrada com os moradores e, no fim, todo mundo se torna “amigo”. Os conteúdos das falas parecem não ter uma relevância tão grande quanto a vivência partilhada da situação de rebaixamento e submissão que todos parecem experimentar. Muitas vezes, oradores que falam espanhol não são inteiramente compreendidos pelos moradores, embora contem com uma espécie de tradução simultânea das lideranças. Os ocupantes não conseguem reproduzir com precisão seus discursos. Militantes de um “partido amigo” da Venezuela tentaram comparar a administração de Chávez com a de Lula com a premissa de que, no fundo, os dois governos serviam ao capitalismo. “Não entendi muito bem” me disse um idoso do público, mas realmente isso não fazia muita diferença para ele, já que “eles falam bem do Pinheirinho” e o local “é conhecido por todo mundo”. Na mesma ocasião, encontravam-se representantes partidários da Argentina, Colômbia e Bolívia; todos declararam apoiar a “luta” do Pinheirinho e não pararam de fazer remissões às situações de pauperismo em seus países de origem. A iniciativa era parte de um projeto da entidade sindical do PSTU, a Conlutas, de agrupar outras entidades da América Latina para fazer frente ao “avanço do neoliberalismo”, e a aliança com os “movimentos populares” era considerada “estratégica”, no sentido de se “construir uma luta comum”.

O importante é que essa “luta”, no seu sentido lato, é reconhecida pelos moradores como uma busca por “coisas boas”, o que deve ser alcançado “ajuntando” e “engrenando” as pessoas. No entanto, não são quaisquer pessoas, mas aquelas que não estão no poder e que acham que o mundo não deve ser de apenas alguns, mas de “todos”. O que une essa “luta” e as pessoas que dela participam são os símbolos de carência, opressão e inconformismo reunidos e interpretados num espaço performático de igualdade nos quais as assembleias e manifestações são partes importantes dessa dinâmica.

Não se trata, de maneira nenhuma, de dar um estatuto menor para o conhecimento e entendimento desses discursos pelos nativos. Ao contrário, eles os compreendem bem, a despeito do que disse o senhor na assembleia, e os utilizam e os ressignificam de acordo com os acontecimentos locais. A “luta” não é, a todo momento, tão ampla, e parte desse vocabulário fornecido pelos movimentos sociais adquire sentidos restritos e imediatos para falar das intempéries da vida ou classificar o mundo, as pessoas e as coisas:

(...) A gente já nasce lutando e para chegar nos objetivos que a gente quer, precisa a gente lutar bastante, porque se for para conseguir alguma coisa hoje, se não for lutando a gente não consegue. Porque aqui até meu menino de dezesseis anos já trabalha. Eu pinto pano de prato, meu marido trabalha e mesmo assim não dá para pagar aluguel. Porque não vem só aluguel, vem o gás, vem a água, vem a luz, vem remédio que nem todos os remédios tem no postinho. Estou com um processo para conseguir pegar um remédio, porque o remédio é caro e eu não estou com condições de comprar. Aí quer dizer, tudo tem que ser na luta, né?”[Claudia]

Pergunta: E o pessoal da fábrica tem muitas semelhanças com o Pinheirinho?

“Ah, eu tenho comigo que tem. Esse povo do sindicato tem um coração muito grande, porque a paciência que eles têm eu não teria não, de ficar lutando, que muitos lutam e outros não tá nem aí, para eles tanto faz a água correr para cima ou a água correr para baixo que eles não tá nem aí” [Joana]

Pergunta: No Pinheirinho isso também acontece?

“Pois é, aqui mesmo! O pessoal do sindicato pelo o que eles andam lutando aqui pela gente e tudo. Tem muitas pessoas que não faz força de vontade não. (...) Aqui [no começo] era 1000 crianças e 1500 famílias, e, ao invés, de falar assim: ‘Vamos fazer uma passeata, vamos todo mundo’ quando olhava, se tivesse muito, uns 500, 400 pessoas era muito (...) [Joana]

Pergunta: E por que você acha que esse pessoal não tá nem aí?

“Não sei, o pessoal tem falta de interesse, o pessoal não tem interesse, força de vontade” [Joana]

Pergunta: A maioria está lutando?

“Está, a maioria está lutando e a minoria está, como se diz... esperando vir do céu. Que não esforça para nada (...) Ali na assembleia só fica quem está interessado, duvido a hora que começar a reunião lá, você sair de casa em casa e você que não tem um doido, um doido. Tirando as crianças fora. Adulto. O pessoal não tem interesse com nada não. (...) Antes aqui era assim, meia-noite tinha reunião urgente, saía todo mundo, podia está

chovendo podia não estar, o barracão ficava lotado. Agora depois que sossegou, que o pessoal parece que desgostou, sei lá. Agora os que está interessado vai, né?”
[Joana]

Aqui o sentido da “luta” começa a ganhar contornos cotidianos e imediatos, pois designa tanto a odisséia atrás de um remédio como define e organiza as pessoas por meio de seu caráter “desinteressado”, isto é, que não estão na “luta”. A própria vida é definida pela Claudia como uma constante “luta”, nasce-se lutando e vive-se lutando, nada vem de graça, nada “cai do céu”. A rotina desses moradores, pelo que a etnografia foi capaz de revelar, parece estar sempre em tensão e embate com esferas exteriores a eles, seja os Estados Unidos, os “engravatados” ou o postinho que não fornece remédio. As grandes marcações temporais na vida desses indivíduos, como, por exemplo, a casa própria, são constantemente descritas em forma de grandes conquistas, frutos de “lutas” da maioria, das quais alguns poucos indivíduos “doidos” ou “sem força de vontade” se aproveitam. Esse caráter rotineiro da “luta” envolve uma grande parte do Pinheirinho e muitos começam a narrá-la a partir de sua juventude, de sua terra natal ou do momento em que precisam começar a trabalhar para se sustentar. A chegada ao acampamento nunca começa com a montagem do barraco ou da lona no terreno e todos pedem licença para contar a “sua história”. Frases como “eu venho de uma família grande, tinha dezesseis irmãos”, “eu vim de Rondônia” ou a supracitada “até meu filho de dezesseis anos já trabalha” são motes pelos quais se começa a conversa e se explica a origem humilde da vida até a situação atual no Pinheirinho. Embora, todos os entrevistados concordem que “a partir do momento que se pisa aqui dentro tem que estar disposto a lutar”, a categoria “luta”, utilizada com frequência dentro dos movimentos sociais e sindicatos das mais variadas origens, também passa a servir, a partir desse momento, como signo explicativo para as trajetórias individuais e familiares e guia as pessoas nas suas relações com o mundo.

Dessa perspectiva, não é inusitado que a categoria passe a deter múltiplos sentidos, variando de acordo com o contexto. Fala-se da “luta” para conseguir uma moradia, da “luta” pelo remédio, pela carreira profissional, na formação do caráter de uma “pessoa boa e interessada”, pelo reconhecimento pessoal, na criação dos filhos, etc., ou seja, a “luta” é ressignificada através dos caminhos e trajetórias individuais e familiares das pessoas. Nesse sentido, elabora-se uma “luta” pessoal, que lida com acontecimentos, presentes e passados, do indivíduo e de sua parentela, assim com

também se fala de uma “luta”, no sentido vasto do termo. Ideias estas que não seguem diretamente para uma oposição local/global ou micro/macro, mas detêm uma gradação na qual se engloba cada vez mais pessoas e identifica o acampamento, outras ocupações e favelas da cidade, organizações nacionais e internacionais — “movimentos populares” e entidades sindicais — e a parcela excluída e oprimida da população nacional e mundial, identificada como “povo” ou “trabalhadores”. Trata-se de uma tentativa de interpretação ampliada do que Caldeira (1984) definiu no Jardim das Camélias, a distinção primeira do olhar na sociedade: aquela que opõe o “nós, pobres” com os “outros, ricos”, distinção que não necessita ser explicitada a todo o momento, pois é compartilhada entre os iguais. Encontramo-la, frequentemente, em espaços de publicização de demandas ou nesses lugares que chamei de espaços performáticos de igualdade, como assembleias, reuniões ou manifestações, no entanto, numa conversa rotineira essa diferenciação não precisa ser feita a toda hora, já que se encontra subentendida entre os interlocutores, necessitando ser dita apenas para aquele que não compartilha desses códigos, como, por exemplo, o pesquisador.

Nesse movimento, poderíamos, talvez, retirar duas definições gerais de “luta” que abarcam todos os casos e fornecem-nos uma baliza para continuarmos a análise. “Luta” é um termo político, no sentido de Rancière (1996), pois organiza uma pauta — ou várias —, estabelece um espaço de diálogo e define os aliados e inimigos dentro da cena em disputa, delineando os movimentos e assuntos pelos quais se dão o conflito. Nesse sentido, é entendida como um comportamento político de contestação de uma ordem injusta nos mais variados âmbitos. Constitui-se num meio, nunca num fim. No entanto, ela também pode se tornar um adjetivo que qualifica as histórias de vida e personalidade das pessoas — “a gente já nasce lutando” ou “Fulano é um lutador” —, isto é, um termo organizador e classificatório da ordem das coisas, explica a situação passada e presente, e parece estabelecer-se como um mitema, no sentido de Lévi-Strauss (2004), o que torna tal termo uma categoria “boa para se pensar”, tais como os mitos na análise lévi-straussiana.

O termo “luta” é um ponto de conexão de um feixe de relações capazes de formar a estrutura que promove a organização temporal e sincrônica da relação das coisas no mundo.⁶⁵ Constitui uma categoria central para explicar os modos de vida e as

⁶⁵ Apesar de tentar utilizar uma análise discursiva no sentido foucaulteano, aproprio-me do termo estrutura a partir de seu resgate por Viveiros de Castro (2007) e Marcio Goldman (2002), após as críticas de Deleuze e Guattari (2005), pressupondo que os termos de sua relação são sempre dinâmicos e

formas de ação/intervenção no mundo e o embarca completamente. Entretanto, ela não é a única; isolei, ao menos, mais dois elementos que precisam ser articulados em conjunto com aquele para formular as ações políticas para si mesmo ou para terceiros.

3.1.2 O sujeito da ação: o “trabalhador”

A “luta” em qualquer acepção necessita de um agente, individual ou coletivo, e este sempre se encontra no extremo mais fraco da relação, já que, como foi dito antes, “eles não querem que os trabalhadores lutem”. O sujeito “eles” da primeira frase está indefinido e ele deve continuar indefinido se queremos que essa “luta” seja considerada em todas as formas de significação que ela detém. Se, aparentemente, podemos definir com uma palavra aquele que trava a “luta”, isto é, o “trabalhador”, no caso do “eles” esse movimento deveria ser muito mais difícil, pois o adversário varia de acordo com o contexto situacional de quem está falando, como já foi visto acima. No entanto, como corolário dessa sentença, se o sujeito daquela primeira frase é variável, o mesmo deve acontecer com a categoria “trabalhadores” que, apesar, de delimitar uma série qualidades comuns a todos esses, aparece a todo o momento nas mais variadas situações e ressignificada nas mais variadas formas, estabelecendo dentro dela uma gradação semelhante ao caso anterior.

Mesmo que, na teoria marxista à qual o PSTU é filiado, os “trabalhadores” possam aparecer identificados como proletariado, ou seja, aqueles que não possuem os meios de produção, não é dessa maneira que os militantes e os moradores os veem. O termo “os trabalhadores” guarda antes de tudo uma relação moral das pessoas com o mundo em que vivem. Pode-se aqui recorrer à análise de Caldeira (1984), uma vez que os “trabalhadores” são sempre identificados com a parcela carente da população, o que significa, entre outras coisas, ter de trabalhar de forma dura e honesta para sobreviver,

entrecruzados. Não espero resolver a peleja teórica em questão, mas tento me aproveitar dos resultados utilizando os conceitos dos autores, sem querer construir uma contradição dentro do arcabouço que estou tentando montar — o que poderia ocorrer com uma articulação apressada dessas perspectivas. Não vou me aprofundar no debate teórico, mesmo porque me propus a fazer um texto com caráter etnográfico, no entanto, não queria deixar o leitor sem uma resposta no que tange à dissolução das binaridades que, a meu ver, o discurso dos atores tenta operar numa dinâmica de oposições de termos que obedece a um princípio de fluidez e contingência. Não considero também que essa seja a única saída possível para os impasses antropológicos da representação, para os grandes divisores ou para uma suposta objetividade da produção do conhecimento na disciplina. Não pretendo entrar nos méritos da antropologia pós-social — mesmo porque considero que esta é apenas uma das exegeses possíveis das visões às quais tento me filiar, ou seja, Foucault e Deleuze e Guattari —, entretanto, pretendo ser honesto com as referências que utilizo e evitar qualquer mal-entendido teórico que possíveis interpretações desses conceitos possam dar a crer.

ser sincero e ser uma “boa pessoa” com “objetivos bons”, como já foi dito por uma entrevistada. Em contraposição, encontrar-se-iam os ricos, ou, nos termos mais comumente utilizados no local, os “patrões”, as “madames” ou os “engravatados”, vinculados ao poder público, às empresas ou, simplesmente, à idéia do dinheiro. O que a autora percebeu na década de 80 ainda vale para as figuras da parte rica da sociedade: são concebidas através de suas posses injustamente conseguidas, podem optar entre o trabalho e o lazer, têm seus direitos e dignidades reconhecidos e detêm a posse do poder decisório.

“(…) a divisão do mundo entre pobres e ricos é, na representação dos entrevistados, a mesma que opõe os que precisam e não precisam trabalhar. À identidade de pobres eles associam sempre a de trabalhador.

Pensar o trabalho significa fazer referência a dois níveis da realidade, intimamente relacionados. De um lado, o nível individual, do trabalhador que individualmente se aloca no mercado de trabalho, tem uma profissão, recebe um salário e traça estratégias para vir a ganhar mais e ter mais prestígio – este plano tem como referência principal o projeto de ascensão social. De outro lado, o nível social, do conjunto de trabalhadores, (...) que faz referência ao funcionamento da sociedade como um todo e o papel que ela tem no governo.” (Caldeira, 1984, 186)

As duas facetas do trabalho aparecem no campo. Primeiramente, todos têm uma preocupação e planos para o seu futuro ou dos seus. Fala-se em mudar de emprego, fazer um curso profissionalizante, montar um comércio, “trabalhar para fora” — que pode incluir a costura, conserto e lavagem de roupas, como qualquer outra atividade para além do tempo de serviço já pago —, preocupar-se com os estudos dos filhos para que tenham um futuro digno e todas as outras formas de trabalho, lícito ou ilícito, que a literatura especializada chama, há tempo, de “estratégias de sobrevivência” (Durham, 2006 [1980], Caldeira, 1984 e Telles, 2006). O outro lado do trabalho, o do nível social é também constante, fornece meios de integração da pessoa com o mundo e o explica categoricamente, incluindo o indivíduo numa massa maior de pessoas que estariam na mesma condição de “trabalhador” que ele. Publicamente, em assembleias, reuniões e passeatas, o usual é utilizar-se do segundo sentido do termo que seria mais amplo e comportaria a grande distinção da sociedade. No entanto, seria errado lacrar a política nesse único espaço. Do mesmo modo que a “luta” dá sentido à experiência pessoal, os planos de ascensão social via trabalho e os exemplos retirados dessas tentativas

formulam a identidade de “trabalhador” para o indivíduo e dão sentido para suas práticas cotidianas. Não é incomum escutá-los falando de seus planos privados e suas incursões pelo mercado de trabalho, formal ou informal, para, em seguinte, fazer considerações mais gerais sobre a sociedade. As esferas pública e privada se entrelaçam. Em outro sentido, como consequência disso, dentro de um movimento social, as atitudes tendem a ser extremamente gerenciadas por meio dessas balizas morais, de modo a se passar uma imagem positiva do local e de suas reivindicações. Os regulamentos e normas, além de tentar assegurar uma boa convivência entre seus membros, procuram legitimar o caráter sério e, portanto, digno de participar do jogo político. E, aparentemente, se os “novos movimentos sociais” do período da redemocratização tiveram algum sucesso e continuam fornecendo algum suporte explicativo para os tempos correntes, pelo menos em contexto urbano, essa contribuição se deu exatamente aí: na aproximação do mundo público da política via sua recepção pelos ambientes privados das chamadas “classes populares”. Ambientes que ainda servem de suporte para a articulação de suas concepções de mundo e para suas ações bem definidas e ordenadas na sociedade.⁶⁶

Antes de outros apontamentos, talvez por demais prematuros, vejamos como essas articulações se processam em campo.

“Eu acho que se o prefeito chegar e sentar com a gente aqui, tenho certeza que a maioria aceita negociar e pagar os direitos que ele quiser. Que seja uns direitos que a gente também pode pagar, que nós somos classe pobre, né? Temos a renda bem pouca, nossa renda é pouca, é uma renda, mas aqui tem muito cidadão trabalhador e honesto. A maioria seria de gente honesta. Acho que aqui se tiver dez por cento de gente... por que em tudo que é lugar tem. Você que está por dentro disso aí, todo mundo sabe disso aí, até o próprio prefeito sabe disso aí. Se tiver dez por cento de gente desonesta aqui é muito. Eu não

⁶⁶ Muito inicialmente, ao que me parece, as relações dentro do movimento estão em consonância com a micropolítica, nos termos de Deleuze e Guattari (1980), sendo que esta não pode ser separada em favor de uma esfera maior imaginada que conteria seus embates e pautas, que está, pelo contrário, segmentada e generalizada através do cotidiano da ocupação e dos feixes de relações que dela emanam. Do mesmo modo, o entrelaçamento das esferas pública e privada e seu constante gerenciamento parecem sugerir que no movimento, mais do que nunca, se faz presente a biopolítica enquanto paradigma dos nossos tempos, no pleno sentido foucaulteano. Como me disse um dos moradores, “queira ou não queira as lideranças sabem quem anda aqui para dentro ou sai lá para fora. Não é vigilância, mas eles acabam sabendo, porque ficam o dia inteiro aqui”. Por um lado, as famílias não sugerem estar se fechando em seus espaços privados (Cabanes, 2006). E, além disso, visto de outra forma, essa aparente indistinção dessas esferas não indicou até agora qualquer forma de privatização do espaço público ou de um “declínio do homem público” (Sennett, 1988), que a confusão entre esses ambientes poderia levar a crer.

ponho nem isso, eu ponho bem menos do que isso”
[Jorge]

(...) Pergunta: E o pessoal lá de fora que votou no Marrom [nas eleições municipais de 2008] ...

“Com certeza votou confiando. Um monte do partido dele, que tem muito conhecimento aí fora do Marrom. Com certeza ele teve muito mais lá fora do que no Pinheirinho. Com a maior certeza!”

Pergunta: E quem votou nele lá fora, votou por causa da atuação dele aqui no Pinheirinho?

“Uma parte é por isso aí, certo? Tem muito a ver com isso aí. E uma outra parte seria com o caso dos sem-terra, que ele dá apoio nisso aí. Todas as manchetes que você vê Marrom comentando alguma coisa, defendendo alguma coisa, do bem, do interesse do trabalhador. Que ele só defende mais essa classe de gente, né? Então, você não vê o Marrom defendendo um ladrão, você vê o Marrom defendendo só gente que quer trabalhar, né? Quer trabalhar e quer ter um teto. Esse é o direito do cidadão brasileiro. É ter um teto.” [Jorge]

Pergunta: Quem votou no Marrom do lado de fora é trabalhador também?

“Trabalhador também! Com certeza! A maioria foi trabalhador, tudo gente que ele já defendeu por alguma coisa. Esse pessoal de fábrica, você pensa que esse pessoal de fábrica vai votar só no Cury? Não, o Marrom faz muito discurso. Quantas vezes eu não fui em porta de fábrica, acompanhar ele. Na GM, na Volks, já fomos até chegando em Caçapava, naquele terreno daquela fábrica que era para ser fechada, nem sei o que deu... da Selecta, Seleta... Nós não estamos querendo roubar ninguém, nos estamos querendo um direito nosso.” [Jorge]

“Eu trabalhava lá na escola lá, tinha uma professora, tinha uma professora mesmo do [bairro] Esplanada, ela falava direto: ‘Joana, qualquer hora tô aparecendo lá no Pinheirinho, para ver vocês lá’ Ela falava: ‘Eu não tenho nada para falar de vocês lá dentro, porque vocês não roubam, vocês não são ladrão. Todo o bairro existe bandido, existe traficante, existe o trabalhador, né? Agora porque eu moro num bairro, vamos supor, para vocês que tá lá dentro é um bairro chique, não é [por isso] que vou jogar o pé em vocês não. Que vocês também são humanos. Os próprios bandidos está em Brasília, de gravata, terno’. Era isso que ela fala, sempre falou para mim” [Joana]

“(...) Eu to desempregado faz um tempão, né? Então, tô trabalhando por conta, trabalho com informática, entendeu? O trabalho de informática, infelizmente, aqui em São José dos Campos... aliás, aqui em São José, para você ganhar dinheiro você tem que conhecer alguém grande. Como eu não conheço ninguém grande eu tenho que me submeter a fazer meus... Como é que fala? Meus

gatinhos aí por fora, meus bicos, as minhas gambiarras.”
[Antônio]

A trajetória de Jorge será alvo de uma análise mais detalhada no capítulo posterior, no entanto, suas experiências são um contraponto válido para a articulação das categorias nativas e formulam claramente a apropriação de termos mobilizadores de origem privada para a formação política de novas pautas para os movimentos sociais. Jorge migrou diversas vezes, sendo a última um verdadeiro vai e vem entre o Norte e o Sudeste do país. Para explicar sua pertença ao Pinheirinho, Jorge relembra de sua ida, em 2005 para o Rio Branco, capital do Acre, terra natal de sua esposa e de seus três filhos, onde tentou trabalhar, mas foi surpreendido com os baixos salários. Como é de costume entre as classes populares, Jorge, ao voltar para São José, deixando mulher e filhos no Acre, invocou os laços de parentescos e foi morar na casa de uma irmã e, através de alguns primos residentes dentro da ocupação, começou a tomar os primeiros contatos com o Pinheirinho, personalizados na figura da liderança do setor K, Figueira. Primeiramente, fez um barraco de madeira e construiu um bar de alvenaria na frente de sua casa, de onde tirou seu sustento para, após um ano, trazer sua família do Norte. Chegou a se separar da mulher durante sua estada no Pinheirinho, mas continuaram sob o mesmo teto e sob os cuidados financeiros de Jorge, que à época, juntamente com o bar, tinha um carro antigo no qual saía pelos bairros ao redor para vender peixe. Chegava a trabalhar até 16 horas por dia, entre o carro e o bar. Tempos comparados, por ele próprio, à época da escravidão. Antes disso, trabalhou na construção civil durante 32 anos, sem qualquer vínculo formal nos últimos anos. Mineiro de Valadares, Jorge vem de uma família da qual oito irmãos migraram para São José, a sua mãe mora no Espírito Santo junto com uma filha; veio para a cidade atrás de emprego, já que trabalhando na roça, “nas terras dos outros, sem ter valor”, não via muita perspectiva. Comentou com seu pai da mudança e seguiu seus conselhos, ele que o ajudara a criar os doze irmãos e sempre fora “colado” na família. Sendo assim, por ser o filho homem mais velho e único nas condições para migrar — já que seu outro irmão “não funcionava” e apresentava retardo mental —, quando fez dezoito anos em 1976, veio para o Estado de São Paulo, passando primeiro pela capital e chegando depois em São José, onde tinha uma irmã que o poderia ajudar a procurar emprego. Havia começado a carreira de pedreiro no Pará e a praticou também em Rondônia, período em que passou 18 anos sem ver sua família, encontrando a mãe somente quando retornou ao Sudeste e por meio

dela ficou sabendo da morte do pai. A constituição do seu caráter de trabalhador passa pela sua infância na roça, pela sua intimidade com a família, pela migração atrás de emprego, pelo sustento da mulher e dos filhos, por sua boa criação e perspectiva de um futuro melhor através dos estudos dos filhos e da casa própria.

Antônio foi parar no Pinheirinho por causa de uma desavença com os donos de uma casa da CDHU que ele alugava. Segundo ele, os donos evangélicos, ou “crentes” na conotação mais comum em campo, venderam a casa em que ele morava, — sendo que a locação da casa, assim como a venda do imóvel é proibida — e deram a ele trinta dias para sair da casa, que era um “lixo”, sem reboco, “cheia de barata e rato”. Sem conseguir casa do “lado de fora”, foi para o Pinheirinho, já que sua sogra já morava lá. “Bom, não tem jeito, então vamos embora para lá”. Apesar de não gostar, no começo, Antônio foi coordenador do setor D e E, serviço “da hora”, que gostava, já que adorava ajudar os outros. Infelizmente, não conseguiu manter o cargo porque sua situação econômica não ajudava e teve de sair para procurar emprego, que apareceu de modo informal e intermitente. Define-se como “eletricista”, “trabalhador da área de informática” e “biscateiro”, arruma as rede de energia elétrica no acampamento com seu amigo, pois o “povo é muito acomodado e não vem arrumar”, mas, embora as “coisinhas pequenas não sejam resolvidas”, a solidariedade no acampamento é grande e “quando o bicho pega, o pessoal se une”. E não haveria de ser de outra maneira, pois “o sistema e a lei não ajuda a gente” e o terreno “já era para ser nosso há muito tempo, nunca teve uso nenhum aqui e isso aqui era uma desova, lembra?”. Mas “quando ocupa, ai aparece dono, que não paga impostos e não respeita nossos direitos”.

Nessas histórias que, quando contadas em grupo, são “quase a mesma história”, como bem me acentuou um dos ocupantes, subjazem uma linearidade e um protagonista comum. A ideia de “trabalhador” aparece, então, nessas citações acima, vinculada especialmente a uma ordem moral. De uma forma mais geral, o “trabalhador” se coloca numa relação de antagonismo com dois outros termos — os “ricos” ou “grandes” e os “vagabundos” ou “ladrões”. Se o termo é usado para classificar e distinguir aqueles que moram no Pinheirinho, “trabalhador” opõe-se à noção de “vagabundo” ou de pessoas que “não querem nada com a vida”. Conversando com alguns dos moradores, pode-se notar que eles fazem questão de estabelecer que eles não querem nada “de graça”, querem moradia própria pagando IPTU, água e luz, ao contrário do que seria apresentado sobre eles para o resto da cidade. O Residencial União, bairro do qual saem os “gatos” de água e luz, é constantemente utilizado como contraponto, principalmente

quando os moradores se referem ao início da ocupação, tempo no qual eram erroneamente confundidos com “vagabundos”, “ladrões” ou “bandidos”. A abrangência do termo “trabalhador” flutua de acordo com o contexto situacional a partir do qual os moradores estejam falando. Se, em uma assembleia, o termo pode abarcar tanto os moradores do acampamento como todas as “classes oprimidas” dentro de um sistema global, no dia a dia, constantemente refere-se a qualquer pessoa que “ganhe a vida honestamente”, seja dentro do mercado formal ou não. Engloba ambulantes, camelôs, empregadas domésticas, catadores de material reciclável, trabalhadores de fábrica ou terceirizados e mesmo aqueles que não estejam ocupados no momento, mas que levem uma vida de acordo com esses ideais. Esse referencial parece justificar uma condição de cidadão — embora o termo não tenha surgido com frequência em campo — que não tem seus direitos atendidos, especialmente o de moradia.

O trabalho também possibilita pensar a relação da pessoa com a sociedade, mesmo que, no momento, esteja desempregada, já que essa mesma situação pode ser concebida pela a consequência de não se conhecer nenhum dos “grandes” ou dos “engravatados” que detêm o poder e as oportunidades. No entanto, mesmo nessa condição precária, ninguém se encontra indefinido, são pessoas “honestas”, “cidadãos de bem” e são “também humanos”, ou seja, são “trabalhadores”. É com esse estatuto moral que se movem pela cidade e pela política, localizando-se sempre através das categorias formuladas nos seus cotidianos como empregados do setor de informática, vendedores de peixe, donos de comércio, catadores ou domésticas, ou seja, serviços “honestos”, mesmo que temporários e intermitentes, e objetivos “bons” que lhes dão o título de “trabalhadores” e por meio do qual definem sua relação com a sociedade.

O termo “trabalhador”, como visto, não é vinculado, em última instância, com a ocupação do momento: ele é construído através das experiências passadas, bem-sucedidas ou não, na busca dos “expedientes de sobrevivência” que constroem a personalidade do indivíduo e lhe fornecem os símbolos para sua ação no espaço social. Em campo, num nível mais abstrato, não se faz diferença entre os empregados com carteira assinada ou sem, de fábricas ou terceirizados, donos de estabelecimentos ou biscoiteiros. São todos, sem sombra de dúvida, “trabalhadores”, fato que define o caráter e molda as perspectivas futuras. Um “trabalhador” sai com seus amigos, mas não pode ficar até tarde no bar, não deve gastar o dinheiro da família em bebida ou droga, nem mesmo levar seus filhos para esses lugares, não se envolve em brigas domésticas, não bate em seus filhos — “a não ser que seja um tapa para educar, não para revoltar” — e

não os deixa “à toa”. Um “trabalhador” é solidário, tem uma boa relação com os seus vizinhos e está interessado nos acontecimentos do acampamento; faz uma fossa na sua casa, coloca uma lâmpada na entrada para iluminar a rua, cuida de seu lote e ajuda na “limpeza” e apresentação do Pinheirinho, que está sempre à espera de “visitas”. Evidentemente, nem todas essas coisas acontecem espontaneamente e precisam ser cobradas e reiteradas a todo o momento pelas lideranças e pela vizinhança, fato que só ajuda a reforçar todos esses valores; o comportamento dentro do local é extremamente vigiado e controlado e todos tentam passar o aspecto de “limpeza” para os outros, aspecto que condiz com o modo de vida que uma pessoa do “povo” deve ter, mesmo que “humilde” ou, até mesmo, porque “humilde”.

Mas, se de acordo com Caldeira (1984), poderíamos fazer distinções entre o “pobre” e o “pobre rico” — que tem atitudes que não correspondem com sua posição social — no caso do “trabalhador” isto não é possível; mesmo que a pessoa não detenha todas as características citada acima, em algum nível mais vasto, todos são “trabalhadores”. Mesmo as pessoas que não comparecem às reuniões ou não vão às assembleias, as que “não estão interessadas”, são consideradas “trabalhadoras” quando se apela a um nível mais geral dessa categoria. Quando se publiciza o acampamento, o local é definido como um espaço de “trabalhadores”, porque lá “ninguém quer nada de graça” e todos “lutam por seus direitos”.

Todavia, embora a terminologia possa abarcar o acampamento inteiro, em certas ocasiões, existem diferenciações dentro do próprio Pinheirinho que merecem ser aprofundadas. Se de um modo geral todos são “trabalhadores”, no dia a dia não se pode apelar a todo o momento para essa categoria. Os que surgem como demandantes num contexto mais amplo, são heterogêneos em determinadas situações. O caso mais patente dessa situação é o caso dos “meninos”, do “pessoal de lá” (referindo-se a alguns da área da Mangueira) ou do “movimento”, todas são formas de se reportar aos traficantes de drogas que, apesar de “existirem em todo o lugar” e de manterem, em casos específicos, diálogos com a liderança e moradores, parecem não fazer parte a todo o momento dessa “luta” eterna pela “dignidade” ou “direitos iguais”. Outra situação parecida ocorre, em alguns níveis discursivos, com as pessoas “acomodadas” que não “lutam”, estão “encostadas” e que, mesmo morando há mais de alguns anos no acampamento, ainda não construíram sua casa de alvenaria, seja por “preguiça”, seja por “não acreditarem”.

Os “meninos”, o “pessoal do movimento”, ou seja, os traficantes são, dentro da fala nativa, a minoria da população do acampamento — menos de dez por cento, de

acordo com Jorge — e estão em oposição ao “pessoal honesto”. No entanto, não se nega qualquer tipo de relação entre os “trabalhadores” e os “meninos”; os dois têm uma convivência marcada pela cumplicidade e mútuo suporte, apesar de sempre estarem bem delimitados dentro de um campo social: “trabalhador é trabalhador”, os outros estão “à toa” ou “não querem nada com a vida”. Entretanto, a segurança dentro do acampamento é, em parte, fornecida pelos “meninos”. Foi o que aconteceu com o roubo no estabelecimento do Jorge:

“Eu fui roubado aqui dentro do Pinheirinho, fui roubado por um cara que não existia aqui dentro, que não morava aqui. Ele era lá do Campo [dos Alemães], inclusive nem mora mais no Campo [dos Alemães]. Ele mora para São Paulo agora. (...) Aí eu fui até a liderança, conversei com a liderança. Aí a liderança contratou, falou com esses meninos que residem aqui dentro: ‘Na próxima que ele entrar aqui dentro, se a gente conseguir por a mão nele, a gente vai fazer uma sentença para ele aí, dá uns castigos para ele devolver as suas coisas’. (...) Aí avisaram para ele que os meninos iam botar a mão nele e ele nunca mais voltou” [Jorge]

Pergunta: Que meninos são esses?

“É os meninos que mexem com o tráfico aí. Aí tem uma boca que eles mexem com isso aí. E eles defendem muito o Pinheirinho. Mas a gente não pode fazer nada que a gente não manda no Pinheirinho, aliás, não manda em lugar nenhum do Brasil, né? Que em todo lugar do Brasil existe esse tipo de coisa. Ainda hoje eu estava lendo no jornal o que aconteceu no Rio [de Janeiro] ontem. Tanta coisa que aconteceu, tanto desastre, tiro... Então, essa é uma coisa muito difícil, muito pesada, tem em tudo quanto é lugar, não tem como. Isso é causa da polícia, a polícia entra direto, não dá jeito” [Jorge]

(...)

Pergunta: Eles [os meninos] que fazem a segurança?

“Exato, porque eles não gostam que entre polícia, né? Aí que se for caso de polícia, aí entrega nas mãos deles. Faz por onde o cara devolver. Uma outra coisa, rouba uma bicicleta lá fora e traz para dentro do Pinheirinho para ser vendido, aí o dono descobre que a bicicleta é vendida aqui dentro, o dono vem atrás o pessoal toma de quem comprou e devolve para o dono (...) Nesse ponto, por isso que eu acho, que seria uma coisa muito ótima, né? Que você chega nesses outros lugares não tem nada disso” [Jorge]

Pergunta: E o que você ouvia de invasão antes de chegar aqui?

“O que eu ouvia falando de invasão era o seguinte: que sumia muita coisa, né? Que era muito desastre, nego batia nos outros sem motivo nenhum, matava os outros. E aqui não existe nada disso” [Jorge]

Existem casos em que os traficantes também presentearam as crianças com brinquedos em algumas festividades ocorridas dentro do acampamento. As lideranças detêm certa proximidade com os traficantes, como já foi me dito por um dos “seguranças” do “movimento”, no entanto, isso não impede a população de travar cotidianamente batalhas para deles se diferenciar. Uma relação exemplar dessa diferenciação ocorreu com a situação da Vaquejada, um terreno entre o núcleo principal do Pinheirinho e a Mangueira, que é chamado de “favela” pelos moradores do acampamento e constituiu-se através da grilagem de terras e de sua venda posterior pelo “Assis”, posseiro da área. Em maio desse ano, os moradores da Vaquejada receberam uma notificação de despejo que foi cumprida trinta dias depois. Nas reuniões de setores, houve discussões acaloradas acusando o local de ser ponto de “noiaradas”, usuários de drogas, e de não deter o caráter organizado da ocupação. Em uma de suas falas, a coordenadora do B e do C, Paula, foi recebida com aplausos quando disse que, depois da reintegração de posse, aquele terreno seria parte do Pinheirinho e os barracos que eram usados para o consumo das drogas viriam abaixo, pois agora “nós queremos trabalhadores que nem aqui” no que seria o novo setor, o M, também coordenado por ela. Disse ainda que não aceitaria mais intimidação como houvera em alguns casos em que pessoas “ameaçaram os coordenadores dizendo que iam chamar os traficantes para matar eles”.

Houve ainda casos de moradores que reclamaram para a polícia de objetos roubados dentro do acampamento, mas que não foram atendidos. Paula ameaçou chamar a imprensa para os policiais, caso eles não viessem recolher um carro roubado que alguém teria deixado dentro do Pinheirinho: “para não falar que os marginais somos nós”, já que aquilo havia sido “feito por pessoas que querem nos prejudicar”. A informalidade e ilegalismos são alvos de muitos estudos urbanos que os vinculam ao mundo da política.

Se, em termos cronológicos, o estudo do mundo do crime ganhou mais ênfase no Rio de Janeiro (Zaluar, 1985 e Alvito, 2001, por exemplo), no passar dos anos, com a idéia do refluxo dos movimentos populares e a decepção política proveniente, essa temática começou a ser discutida em São Paulo também (Telles, 2006, Cabanes, 2006 e Feltran, 2008, novamente à título de exemplo). A conjugação da esfera da política com a do crime, mediada pela explosão dos ilegalismos, tem produzido perspectivas

diversas, mas este não é o aspecto no qual irei me deter neste texto. Mesmo que o crime, como a religião, constitua-se como área válida de estudos nas ciências sociais e esteja marcadamente presente em campo, privilegiarei aqui o processo de mobilização política por meio das categorias nativas ora em curso e tratarei do crime no momento em que ele aparecer, evocado no processo de diferenciação política do campo. Reafirmo ainda que, se inúmeros estudos urbanos tratam a emergência da criminalidade como sintoma e causa da anulação da política, podem-se perceber, de outra maneira, sua constituição e sua dinâmica dentro de um processo mais amplo de reafirmação política e percepção idiossincrática da esfera pública, de modo que as referências ao crime e seus agentes constituem também uma maneira enriquecedora de referir-se aos sujeitos políticos e de, neste movimento, construí-los ativamente.

A vinculação do crime com a política — que pude apreender dentro de campo — se dá, sobretudo, na percepção das posicionalidades dos sujeitos e na contraposição entre aquele capaz da ação política válida e, no outro extremo, a figura do “traficante”, que, embora esteja numa condição de oposição ao “trabalhador”, está sempre presente na sua rede de sociabilidade e não pode ser desvinculado de sua rotina. O bar é um local de encontro das duas figuras, de troca de favores e de marcação de sua identidade. Presenciei uma roda de “trabalhadores”, na qual estava inserida essa relação que pode parecer dúbia, mas está extremamente regrada na abordagem, conversa, brindes e pagamento de bebidas. É comum, pelo o que pude observar, que o “traficante” ofereça e pague uma dose de pinga para os “trabalhadores”; no meu caso, que estava tomando uma cerveja, fui presenteado com uma garrafa, da qual ofereci um copo para cada um da roda, incluindo o “traficante”. Depois da primeira dose, os pedidos de mais bebidas são frequentes e, geralmente, cabe ao “traficante” acabar com este ciclo de favores — fato sempre causador de tristeza e alvo de contestações feitas, inclusive, pela dona do bar: “Nunca vi traficante sem dinheiro!”. Embora essa cordialidade seja marcante, as posições e moral de cada um não podem ser misturadas e, nunca, contestadas. Certa vez, nesse ambiente heterogêneo de que o bar se constitui, uma confusão foi instalada imediatamente quando um dos “trabalhadores” foi abordado por outro (que disse) a dizer que havia sentido cheiro de maconha em sua roupa. Subitamente, o clima mudou. Quem fora acusado logo levantou a voz e deixou sua posição clara: “Não faço isso, sou homem!”. Essa afirmação — que é uma forte tomada de posição e uma declaração cristalina de sua identidade — poderia ser tomada como uma ofensa pelo “traficante” ou

usuário de droga no local, no entanto, pareceu ser por ele confirmada, pois, segundo um dos presentes, ele mesmo “bebe, fuma, cheira, tem filhos e netos, só não tem moral.”

Em outra ocasião, quando uma menina foi atropelada por uma moto dentro do acampamento, novamente a questão da droga foi o fator explicativo do desastre, mas também foi chamado à atenção o fato de que o responsável não poderia ser de dentro do Pinheirinho. Quem faz uma coisa dessas é um “maconheiro que veio de fora para prejudicar o Pinheirinho”, além do mais a atitude correta a ser tomada deve partir do “povo” — “do povo mesmo!” — que, em um caso parecido, deve se juntar e fazer com que a pessoa ande devagar dentro do acampamento.

Percebi, em campo, que o termo “trabalhador” é fluido e serve para definir e abarcar todos aqueles que, em algum nível, estão vinculados à “luta”, seja nas conversas rotineiras, nas assembleias ou nas manifestações, mesmo que, de algum modo, essa vinculação seja concebida, por aqueles que dela falam, de modo relutante ou mesmo inconsciente — pois sempre é necessário “passar a mensagem política” e comparecer às reuniões “para saber o que está acontecendo”. No entanto, todos no acampamento, quando este é levado ao nível mais geral de sua concepção, são “trabalhadores” porque “pobres” e “honestos”, o que justifica sua “luta” e lhes dá sentido para ação.

3.1.3 A ideia de “bairro” e a inserção urbana do acampamento

Parto de uma análise etnográfica através das perspectivas que os moradores têm da sua ocupação em relação aos bairros e à cidade para tratar de sua circulação na cidade de São José dos Campos e alhures. No entanto, não pretendo estabelecer uma gradação acampamento-bairro-cidade e assim por diante, já que não quero pressupor um encadeamento único ou uma hierarquização necessária entre as ordens globais e locais. Procuo extrapolar essas convenções analíticas graduais e englobantes de ordem urbana por meio das concepções dessas pessoas, demonstrando que a ideia de inserção do acampamento na cidade detém fortes vínculos com uma concepção nativa do que seria uma ordem ampla e justa das cidades.

Ao contrário do que é comumente visto em movimentos sociais, urbanos ou rurais — pelo menos no que diz respeito a um discurso simpático a eles ou dentro das falas que procuram externalizar nos jornais e em seus próprios meios de comunicação — o termo “ocupação” é apenas um dos muitos usados pelos seus moradores para designar o local e sua utilização. “Ocupação” detém uma força simbólica dentro do

espectro dos movimentos sociais — sejam aqueles que realmente tomam posse de um lote ou sejam aqueles que o fazem apenas através uma manifestação momentânea —, no sentido de enfrentar o termo “invasão” considerado ofensivo e largamente utilizado na grande mídia, imbuído de uma aura de ilegalidade e marginalização. Dentro do caso específico dos movimentos urbanos, há ainda uma forte tentativa de rotular os chamados “sem-tetos” numa conotação mais positiva, que não os destacassem pela falta. O termo em questão seria o de “movimentos de moradia”.

No cotidiano, porém, mesmo entre as lideranças, essas são apenas algumas dentre outras das maneiras de se referir ao local, fala-se em “acampamento”, “movimento” e, até mesmo, em “sem-tetos” e “invasão”. Os termos não detêm, necessariamente, uma conotação negativa e não expressam, de forma alguma, qualquer espécie de desordem. São amplamente utilizados pelos moradores para expressar de onde se fala, do que se fala e quem está falando, se estamos “aqui dentro” ou “lá fora”, embora mesmo esses termos não sejam capazes — e nem pretendam — delimitar o espaço físico de maneira restrita. São, antes de tudo, qualificativos de relações não fixos no espaço e cambiáveis em sua conotação:

Pergunta: Você já tinha conhecimento daqui do Pinheirinho [antes de entrar]?

“Não... Para falar bem a verdade eu nem gostava desse lugar aqui, cara. Eu malhava pau no povo daqui, mano!” [Antônio]

“Mas antes era feio, né?” [Paulo]

“Nossa! Mas aqui no começo era muito ruim mesmo.” [Antônio]

“Tem neguinho que não aguentou, não...” [Paulo]

“Cara, tinha muita criminalidade, vamos falar assim. Hoje é uma coisa que não tem mais aqui. (...) Era terrível aqui, cara! Era mal falado para caramba aqui no começo! Mas isso também foi no primeiro ano. Aí depois eles organizaram a coordenação aqui, aí a coisa deu uma melhorada, aí foi quando eu, depois de dois anos, vim para cá.” [Antônio]

Pergunta: E esse pessoal que não entra aqui dentro é somente o pessoal da prefeitura ou são de outros bairros?

“O pessoal do União era muito assim, né? Tinha aquele medo. Mas não sei se todos, mas a maioria agora já entra aqui dentro. Alguns entram, alguns encontram a gente lá fora pergunta como está aqui dentro. Que antes a gente chegava com os morador do União, aqui dentro era bicho para eles. Agora não, muitos ficam curiosos, pergunta como tá aqui dentro e tudo (...)Tinha uma médica minha, ela é neurologista, até falou para mim assim: ‘Ô, menina,

para a gente entrar lá não tem perigo nenhum não?’ Eu falei: ‘Não, por que, doutora?’ [A doutora disse] ‘Não, porque eu fiquei sabendo um tempo aí que ninguém podia daqui de fora entrar lá dentro.’ Eu falei: ‘Não, não tem isso não. (...) A senhora pode entrar lá que nem entra em qualquer bairro, talvez lá dentro ainda é mais seguro do que aqui fora’” [Joana]

Pergunta: Você sente alguma grande diferença daqui e de onde você morava, do lado de fora do Pinheirinho?
[acenando negativamente com a cabeça] “Tem diferença porque os outros acham que aqui o pessoal são oportunistas, o pessoal são vagabundo, são ladrão, são isso e aquilo, né? Mas eu acho que não. Eu acho que não, porque é uma necessidade da gente. Eu já vi os dois lados da moeda, sabe? Quando eu tinha meu pai, meu pai sempre falava para mim: ‘Não, você não vai sair daqui, porque você tem casa para morar’” [Maria]

Dentro do imaginário de alguns dos moradores, no começo da ocupação, havia muito preconceito do “lado de fora” e outros ainda o justificam, já que “lá dentro” haveria “muita criminalidade” ou “desorganização”. Aparentemente, essas opiniões não são comuns, especialmente entre as lideranças, que apontam a organização desde o começo como uma das causas do sucesso do acampamento: os lotes foram divididos igualmente, construíram-se os barracos, as vias e as fossas sépticas e definiram-se os setores. No entanto, com o que todos concordam, mas não a todo o momento, é que o Pinheirinho é um local diferenciado da cidade, positivamente ou negativamente, ou porque é definido como um espaço de “tranquilidade”, de “posse”, de “luta” e no qual ocorre um “sentimento de comunidade”, ou mesmo porque é marcado como um lugar da “falta” de água, de luz, de vias pavimentadas ou de qualquer outro tipo de equipamento urbano, ou ainda, como um espaço discriminado pelo o restante dos habitantes da cidade — “mas não sei se por todos”. É, em algumas ocasiões, o espaço da diferença:

“É uma diferença total, tanto como ‘classial’... porque lá no bairro você vive pagando aluguel e vive sofrendo, porque você tem que pagar aluguel e tem que trabalhar e no dia você tem que ter o dinheiro. E aqui a gente sofre o preconceito, né?” [Claudia]

Pergunta: E você morava lá no [bairro] Vale do Sol. Tem diferença de morar aqui no Pinheirinho?

“Para falar a verdade, é o seguinte: queira ou não queira tem, né? Tem um modo de vida seu, se você passa aperto ou não, mas também... Tem coisas boas e tem coisa

ruins. No caso, aqui que mesmo que não esteja legalizado eu posso considerar que seja meu, mesmo que não seja, mas eu tô considerando, então eu me sinto mais à vontade, entendeu? E lá você tem dívidas bastantes, que às vezes não dá para pagar, cara. Do jeito que eu tava eu tava gastando por mês, em dividas, 500, 550 reais. Então era uma coisa que já servia no futuro, se eu fosse guardando, entendeu? Aqui não tá certo, tô desempregado, mas o pouco que eu pego já serve para a minha filha, para minha mulher.” [Francisco]

“Eu acho normal, para mim normal” [Raquel]

Pergunta: Você sente alguma diferença?

“Ah, a única diferença é a da água, né?” [Sabrina]

“É...” [Raquel]

“A amizade também que algumas pessoas já tem, né?” [Sabrina]

Pergunta: Tem alguma diferença em morar lá no [bairro] Guimarães e aqui no Pinheirinho?

“Ah, eu gosto mais daqui!” [Renata]

Pergunta: Por quê?

“Sei lá... me acostumei mais aqui...Aqui a gente conversa com todo mundo, sabe? Lá não, o pessoal é tudo metido. Não sei, eu gosto mais daqui” [Renata]

Apenas uma moradora me disse que não sentia diferença entre morar do “lado de fora” ou morar dentro da ocupação, embora tenha admitido que existe um reconhecimento da questão do Pinheirinho nos bairros em que faz suas visitas, a maioria delas motivadas por laços familiares. Nesse caso, tal reconhecimento nunca se deu pelo aspecto negativo, já que ela “trabalhava há mais de trinta e dois anos nos supermercados de São José” e era “conhecida por muita gente”. Além do mais, ela “comenta sobre a invasão e eles torcem pela gente”.

Embora não seja significativo em termos de amostragem, é interessante notar que esse único episódio de indiferenciação entre um antes e um depois, que não costuma ser marcante na fala dos demais, se dá unicamente pelos laços emotivos e vínculos familiares que a entrevistada detinha antes do movimento.

Na verdade, os vínculos familiares e de vizinhança constituem o principal eixo explicativo para os moradores contarem como chegaram a viver no Pinheirinho. A grande maioria articula as experiências de começo da “luta” pelo Pinheirinho com as redes de sociabilidade construídas nos “bairros”, do “lado de fora”. Todos descrevem sua entrada no acampamento através de amigos já moradores no local, ou de algum primo que lhes indicou ou disseram que já que “estava todo mundo indo, eu vim invadir

também”. Duas pessoas narraram que contataram os líderes depois de passar pelo local e ver a ocupação, isto é, não conheciam o Pinheirinho antes, sendo que uma delas está no acampamento desde o “campão”. No entanto, a regra geral parece ser a do caso de Francisco, que foi apresentado por uma conhecida que veio até a se tornar a madrinha de sua filha. Diversos moradores mantêm dentro do acampamento a relação de vizinhança ou de parentesco que detinham nos bairros, muitos moram um perto do outro, ou mesmo, quando é o caso de morarem em setores distantes, visitam-se frequentemente. Fato que reforça a ideia de “comunidade” criada no acampamento e facilita a emergência de um “espaço de igualdade” entre os membros quando necessário — já que lá fora “o pessoal é tudo metido”.

Não podemos negar que a entrada no movimento foi um marco nas histórias de vida dessas pessoas, mas, ao que parece, muito embora signifique uma mudança de vida — pois pararam de “pagar o aluguel e enricar o bolso de outro” e deixaram de “andar para o lado que nem caranguejo” —, a sociabilidade dentro do acampamento, que pode ser descrita como um cotidiano de “luta dos trabalhadores”, constitui também uma tentativa de reafirmar valores e laços construídos do “lado de fora” e trazer o caráter de “bairro” para dentro do Pinheirinho.

Os termos para se referir ao local variam nas diversas situações. Em determinados casos, estão dentro de uma “invasão”, um “acampamento”, um grupo de “sem-teto” ou até mesmo de um “assentamento”, que podem reportar a aspectos negativos ou positivos do lugar, pela falta de serviços públicos ou pela sua importância política. Nenhum desses termos deve ser analisado isoladamente, pois eles só fazem sentido dentro de seu aspecto relacional e todos eles guardam correspondência com a “realidade” do Pinheirinho, seja no dia a dia, seja na publicização de suas ações.

Entretanto, existem dois termos que têm uma forte carga semântica e que são reconhecidamente carregados de representações sobre a urbanidade quando acionados. Situam o morador e o interlocutor em seus espaços, juntos ou apartados, delimitam amigos e inimigos e reiteram afirmativas e julgamentos sobre o Pinheirinho e o que se espera de cada uma das partes envolvidas. O primeiro detém uma conotação positiva e deste já tratamos aqui: a palavra “bairro” é um modo de reivindicar um caráter inclusivo do local dentro da cidade. Nos bairros existem “postinhos”, escolas, creches, rede de água e esgoto, eletricidade, ruas pavimentadas, praças, igrejas, padarias, ponto de ônibus, enfim, todos os equipamentos urbanos pelos quais as parcelas marginalizadas da cidade clamam há muito tempo. E se, por um lado, como já visto por Caldeira (1984),

as leis são representadas como feitas para os “ricos” e, como exposto em assembleias ou em conversas, o grande combate se daria através do protagonismo social dos “trabalhadores” que travam a “luta”, de outro, a inclusão social e urbana desses moradores se dá por um grande esforço de conseguir aquilo que é de “direito” e essa grande mobilização prima por “não querer nada de graça” — querem pagar o ITPU, fazer “tudo direitinho” e “ter uma casinha, porque aqui ninguém quer uma mansão” — e se isso não foi conseguido ainda é porque falta “vontade política” de quem está no poder. Se, em certa medida, os moradores do Pinheirinho se notabilizam por terem entrado naquelas terras com “a cara e a coragem” e por saber “lutar pelo que é seu”, vendo por outro ângulo, eles também reivindicam a entrada numa ordem urbana já estabelecida. Querem ganhar a categoria de “bairro”. E, para tanto, procuram reafirmar isso através da montagem de praças, ruas, rotatórias, campos de futebol, a regulação do comércio, delimitações de “áreas ambientais” e arborização do acampamento, dentre outras características imaginadas dos “bairros” e experimentadas “lá fora”. Um dos coordenadores, que também é dono de um comércio, me explicou uma vez a escolha de seu lote naquilo que seria uma “esquina”. O local seria perfeito, pois, por se tratar de uma intersecção onde circulam muitas pessoas, sua venda estaria exposta para todos, aumentando seu lucro. Embora, grande parte da circulação dentro do Pinheirinho seja feita a pé e as ruas não sejam necessariamente os trajetos mais curtos de um ponto a outro, a experiência pregressa da urbanidade e do trajeto dos indivíduos dentro de uma cidade foi determinante para a escolha e para a montagem do comércio por parte do dono. A apropriação urbana do acampamento é feita através da experiência “de fora”, embora o MUST se constitua como um marco pela transformação do uso da cidade; os espaços públicos e privados construídos dentro do local toma de empréstimo uma ordem urbana já constituída e contestada pelo próprio movimento — se de um lado está a política, nos termos de Rancière, concomitantemente, está a polícia, na constituição de uma ordem gerencial urbana.

No outro extremo, há um termo que denota todo o significado do qual esses moradores procuram se afastar. Em nenhuma hipótese, o local pode ser referenciado como uma “favela”. “Favela”, na acepção nativa, é o lugar da “desordem”, da “bagunça”, da “sujeira”, do “tráfico” e da “violência”. Em visita a São Paulo, na ocasião da manifestação na Avenida Paulista, as favelas que ficam ao lado da Marginal Tietê foram descritas como lugares onde “não dá para se viver”, onde as casas ficam “uma em

cima da outra”, “não há privacidade” ou qualquer tipo de segurança. Muitos contam que já viveram em “favelas”, mas que não conseguiriam voltar para lá:

Pergunta: E você vê alguma diferença de morar no bairro ou aqui no Pinheirinho?

“Para os outros bairros aí fora onde eu morei, por eles falarem que seria uma invasão, é uma coisa muito diferente de uma invasão. Isso aqui não é igual, eles falam: ‘favela!’. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Aqui é um negócio muito bem organizado, certo? É respeitado até demais. Ninguém mexe com ninguém. Ninguém mexe contigo, você não mexe com ninguém. Ninguém te rouba nada. É um negócio muito civilizado. Porque em favela que eu conheci, que eu já morei próximo de favela e já morei dentro de favela, isso aqui seria um céu. Aqui você pode dormir de porta aberta que ninguém te mexe com nada. Uma época eu fui para Aparecida e larguei tudo aberto aqui o bar. Saí de manhãzinha e larguei tudo aberto, aí os vizinho olhou aí: (...) Aí você acredita que os vizinhos pegou e chamou toda a vizinhança para vir aqui para poder fechar a minha porta? (...) Se fosse num lugar de gente à toa, o pessoal tinha reunido e dito: ‘Não, ele não tá aí mesmo’. E joga tudo por baixo dos panos e catava muita coisa que tinha aí dentro” [Jorge]

Em diversas reuniões, a ideia de “favela” foi negada pelos coordenadores. Como já colocado no caso da Vaquejada, “favela” aparece como um local dominado pelo tráfico de drogas e por “pessoas que estão à toa”, desse modo não é gratuito o rótulo de “cracolândia” dado pelos moradores do Pinheirinho ao lugar. A coordenadora Paula, em uma de suas reuniões, já disse que “não mora numa favela, mas numa ocupação”, já que “aqui dentro do Pinheirinho é tão favela que nunca teve uma morte aqui” e os moradores teriam que “aprender a defender o bairro onde moram, porque falar favela é falar de um lugar controlado pelo tráfico e aqui não tem preferência, aqui não tem vagabundo”.

Para compreender como se dá o processo de reivindicação do caráter urbano do local, é necessário voltar à noção nativa de “luta” e retomar como esse espaço foi construído na memória de seus moradores. Um bom exemplo é a natureza de oposições e semelhanças entre o acampamento e os bairros ao redor, em especial, o Campo dos Alemães. A história desse bairro — formado basicamente por conjuntos habitacionais construídos desde a década de 80 até tempos recentes — está presente na imaginação dos moradores e serve de parâmetro para a “luta” atual e perspectivas futuras. Não é

necessário muito esforço para ouvir acerca do nascimento do Campo dos Alemães, e os moradores do Pinheirinho, muitos dos quais já moraram lá de aluguel, fazem referência ao local frequentemente sem que o pesquisador precise reportar-se ao mesmo.

A área, na concepção corrente dentro do acampamento, é resultado de uma disputa familiar entre membros de uma família alemã de alta classe. Esse é o mote por onde se começa a contar a história que explica, inclusive, as disparidades da sociedade atual:

“Eles discriminam a gente: ‘Ah, é bandido! Estão roubando o terreno dos outros.’ Porra! Terreno dos outros?!” [Antônio]

“Eles tem as casinhas deles, né?” [Paulo]

“Se isso aqui fosse terreno dos outros estava ocupado. Não estava criando mato e cobra igual estava criando antes. Coitado dos alemães... Tudo roubado essas terras também, né? Você lembra da história dos alemães? Você conhece?”

A história dos alemães é o seguinte: acho que em 1930, 1940... Esses terrenos aqui, essas terras todinhas era de uma família. A família foi assassinada. A família dos alemães. Um dos caras, se eu me recordo bem, ele andava de cadeira de rodas, o cara foi assassinado com o garfo. Mataram ele com o garfo, mano. Foi um caos na época aqui. (...) Comendador Bentinho! Foi o cara que grilou essas terras aqui. Ele que grilou as terras.... Comendador! [com ênfase] Isso aí é velho, foi tudo invadido. O pessoal fala de nós, mas...”[Antônio]

“Para ter uma idéia, o Campo dos Alemães era mais feio do que isso aqui” [Paulo]

“Putz, mano! O Campo dos Alemães era um desastre! Hoje é tudo asfaltadinho, bonitinho, mas ali morria um todo dia. Um não, um era pouco, né?” [Antônio]

Pergunta: Você chegou a conhecer o Campo dos Alemães quando era invadido então?

“Cheguei a conhecer. Estrada de barro ainda, lá era um tiroteio desgraçado na época também. Que dizem que era de dois donos, né? E é por isso que é chamado Campo dos Alemães, né? Dizem que era de dois alemães, era uma fazenda tudo isso aqui. Na verdade, se eu não me engano ia até lá embaixo onde você mora [Zona Oeste]. Quer dizer, pelo menos é o que o pessoal fala, que antigamente quando aqui era mato era de dois donos. Aí foi se acabando a família, diminuindo-se, tornando bairro e tal” [Francisco]

O caráter de “invasão” ou “ocupação” do antigo Campo dos Alemães sempre é trazido à tona para justificar a ação do Pinheirinho e para demonstrar a qualidade de

“bairro” do local. Ainda é interessante notar que a construção do imaginário do Campo dos Alemães por essas pessoas – muitas já moraram no bairro – é feita, majoritariamente, com a oposição do local à figura dos “grandes”, pois, no começo, o terreno pertencia a poucas pessoas e, após a “família acabar”, foram os “grandes” — na figura do “comendador” — que “grilaram” aquela área. Muitos coordenadores, constantemente, afirmam a necessidade de cada morador saber “defender o bairro onde mora”, isto é, conhecer a história dos arredores e “lutar” pela consolidação do acampamento, reiterando sua identidade “trabalhadora”, organizando e ajudando nos mutirões e “sabendo o que falar”, como também, comparecendo nas reuniões para articular uma imagem positiva do Pinheirinho quando se está “lá fora”. Pois “atrás da escola do Campo dos Alemães tem lixão. Olha o seu bairro, para depois falar do meu” ou “eu não moro numa favela, moro numa ocupação, melhor do que nos Campo dos Alemães que eram os ‘pés-vermelhos’ por causa do barro. O Campo dos Alemães já foi uma ocupação”.

E, ainda, se o Campo dos Alemães já foi uma ocupação, não era tão organizada e segura como o Pinheirinho, que “não teve uma morte nesses cinco anos, só dois suicídios, um caso de cirrose e dois ataques cardíacos”. Em grande parte, todo esse sucesso é explicado porque “todo mundo se ajuda aqui dentro”, ou seja, existe um grande sentimento de “comunidade”, na qual todos seriam iguais, fato que favorece tanto a mobilização em determinados níveis quanto a segurança do local. E todo esse “comunitarismo” está vinculado, majoritariamente, à concepção de pertença do local à cidade no sentido de um bairro tradicional com laços de vizinhança, parentesco e compadrio elaborados na experiência vivida do “lado de fora”, embora esse bairro – o Pinheirinho – seja construído e conquistado por meio da “luta” dos “trabalhadores”, nas suas diversas gradações, já que não há vontade política dos “grandes” para mudar a situação.

Os processos judiciais para a retirada dos moradores da área já correm nos tribunais há mais de cinco anos e, nesse período, a população do local só aumentou. Como já foi dito anteriormente, neste ano, em especial, houve uma maior aproximação da bancada governista com o movimento que culminou na visita dos vereadores a ocupação. Durante toda a visita, as lideranças fizeram questão de enfatizar o caráter de “bairro” do Pinheirinho. Mostraram-lhes locais reservados para futuras creches, escolas, “postinhos”, as ruas principais, seus comércios típicos de um bairro residencial — padarias, mercadinhos, etc. — e asseguraram toda a organização e segurança

necessárias para a legalização do terreno e de suas famílias. “Aqui já é um bairro” foi uma frase dita diversas vezes na ocasião.

Mais uma vez, mesmo numa situação de pauperismo muitas vezes definida pela sua negatividade, as situações de vida desses indivíduos se mostram muito bem delimitadas. Não apenas porque são pessoas “lutadoras”, engajadas nas mais diversas batalhas e “trabalhadoras” e “honestas” — mesmo que passem pelos setores informais e ilícitos do mercado de trabalho —, mas também porque se constituem como habitantes do “bairro” do Pinheirinho, que demanda tratamento igual aos outros e uma inserção na ordem urbana vigente, como já aconteceu com o Campo dos Alemães e o Conjunto Habitacional Dom Pedro, que “apesar de não estar legalizado ainda, tem asfalto, esgoto e luz tudo direitinho”.

3.2 Confluências narrativas: a mobilização coordenada das categorias

O depoimento a seguir é exemplar das categorias que estão em jogo no acampamento:

“Assim, como cidadã, vou falar a verdade para você, e a vida sofrida que eu já tive, que as coisas não foram fáceis para mim. Eu jamais imaginei que teria que enfrentar isso para ter uma casa, você acredita? Que eu venho de uma família muito humilde, fui criada só pela minha mãe com cinco irmãos. Eu jamais imaginei que eu teria que passar por isso. Na Bahia tem uma favela.. Favela! [com ênfase] Chamada lá, bem no centro comercial, Favela do Bode. Eu olhava para aquela favela e falava: ‘Meu Deus, será que um dia eu vou morar na favela?’. E hoje me vejo aqui, assentada nesse acampamento, entendeu? E eu olho e às vezes a gente vê a luta do povo do Pinheirinho, vê a luta do Marrom. O Marrom é muito criticado, o pessoal também. Criticado, inclusivamente, pelas pessoas grandes mesmo. Criticado que acha que o povo tá aqui é porque o Marrom quer. Mas não é porque o Marrom quer, é porque o povo não tem para onde ir. Se o Marrom sáisse daqui hoje o povo ia ficar aqui.

É criticado porque eles acham que foi o Marrom que trouxe o povo para aqui, mas não foi o Marrom que trouxe o povo para aqui. O povo veio para aqui, porque não tinha para onde ir e quando começou lá no campão, o povo começou foi apanhar aí o Marrom foi para ajudar. O Marrom é criticado não por nós aqui, mas sim lá fora, na rua. É criticado porque acha assim que o Marrom é que bota pilha nos povos daqui, mas quem que vai querer ficar pagando aluguel, passando humilhação, passando

fome, falta de remédio, que nem todos os remédios tem no postinho, para poder ficar fazendo a vontade do prefeito. Enquanto tem essa terra aqui que o Naji Nahas, tava passando na televisão, sendo preso e a terra abandonada cheia de mato. Nós estamos aqui cuidando da terra e esperamos que venha para nós a desapropriação da terra e que venha o loteamento para nós pagar. Porque assim como nós consegue pagar um aluguel, que eles quer que a gente vá pagar aluguel na casa dos outros, a gente consegue pagar um pedacinho de terra aqui para nós” [Claudia]

Pergunta: Você acha que o Marrom é criticado por quem?

“Marrom é criticado por algumas pessoas que não tem inteligência. Entendeu? Não tem inteligência, não tem noção do que é viver com ser humano. Porque as pessoas que criticam o Marrom não sabe o que é lutar, lutar por pessoas, por ser humano. E quando foi a época da eleição um homem me disse que o Marrom fazia pouco caso da gente. Eu falei para ele que nunca tinha visto, que o Marrom pudesse ser o que fosse, mas um homem que nem o Marrom eu nunca tinha visto. Com a capacidade que ele tem para poder fazer o que ele fez. Fazer esse assentamento aqui, ser o que é hoje. Que isso aqui é um assentamento. Aqui não faz vergonha de ninguém entrar, porque quem entrar aqui vai ser bem recebido. Aqui mesmo sendo barraquinho é tudo limpo. Quer dizer, as pessoas criticam achando que o Marrom trouxe as pessoas para cá, assim por causa do sindicato, mas não é, porque o Marrom é dos sem-terra... O Marrom viu que quem tava naquelas casinhas e foi botado para fora e ficou lá no câmpão precisava deles aí foi lá ajudar.” [Claudia]

O depoimento começa, assim como grande parte deles, com a retomada da trajetória familiar de Claudia — fato que já havia sido relatado durante a entrevista. Claudia reconta sua infância carente, sem a presença do pai para sustentá-la com seus cinco irmãos e com todas as concepções de pobreza dentro do imaginário que percorre o campo. Imaginar-se numa favela, com todas as suas privações, no intuito de conseguir uma casa e passar por todas as dificuldades que uma cidadã não deveria passar, retrata uma “luta” que teve seu começo ainda no berço, pois, de acordo com ela mesma, “a gente já nasce lutando”.

Essa “luta” ganha seus adversários na figura dos “grandes”, personificados aqui pelo Naji Nahas, homem “rico”, “poderoso”, acima das leis, já que mesmo quando é preso é solto logo após, “corrupto” e que não cuida de suas posses, injustamente

conseguidas, ou seja, uma das “pessoas não inteligentes”. A “luta” também ganha seus aliados — que podem ser o “povo” ou mesmo o nível mais genérico de “pessoas” ou do “ser humano”, como também podem ter contornos menos abstratos como o Marrom, o “sindicato”, os “sem-terra” ou o “pessoal das casinhas” — como ainda é capaz de justificar os métodos para se fugir do aluguel, da “humilhação” ou mesmo conseguir um remédio no “postinho”. Todas essas “vontades do prefeito”, logo em seguida, são vinculadas à imagem do megainvestidor proprietário das terras. Esses acontecimentos todos ainda reafirmam a imagem do “trabalhador”, porque eles não estão numa “favela”, mas num “assentamento” que não faz “vergonha a ninguém” onde todos, inclusive visitas, “são bem recebidos”, em “barraquinhos”, é verdade, mas todos “limpinhos”, pelos quais eles ainda estariam dispostos a pagar para “fazer tudo direitinho”.

A meu ver, essa descrição, além de expor com clareza os termos vislumbrados nesse capítulo, podem oferecer uma visão alternativa para a desestabilização das referências que as décadas permeadas por esse totalitarismo “neoliberal” estão tramando. (Telles, 2006). Inegavelmente, todos esses moradores estão sujeitos aos circuitos descontínuos do trabalho precário e intermitente, quando não se conjugam também com práticas informais ou ilegais, perpassando os polos descentrados da “cidade global” (Sassen *apud* Telles, 2006). Como Vera Telles aponta, o desemprego prolongado e o emprego incerto e descontínuo vêm alterando as referências do social, sendo inegável a mudança da qualidade do mundo do trabalho que, como vimos, é uma das esferas centrais para organizar a vida e rotina dessas pessoas. Dessa forma, as sincronias disciplinares do mundo fordista estão sendo substituídas pela figura do “homem endividado” da “sociedade do controle” (Deleuze, 1991) e essa desconexão entre tempo e espaço do trabalho e do não trabalho, operada nesses últimos anos, estaria perturbando binaridades clássicas que pautavam o ritmo da vida social como centro/periferia, trabalho/família, trabalho/não trabalho, licito/ilícito ou privado/público.

A possibilidade encontrada, por alguns dos novos estudos urbanos, é a de se desvencilhar dessas binaridades e perceber a sua mescla no dia a dia marcado por essas reconfigurações da esfera do trabalho, que redesenham os circuitos das cidades. A abordagem deve ser desviada a favor de agenciamentos que articulem essas explosões das binaridades e de referências que a desregulação da esfera trabalhista impõe. Os personagens acompanhados nos novos estudos urbanos, bem

como os analisados aqui fazem seus percursos nas “tramas da cidade” (Telles, 2006), de modo que essas categorias e binaridades que, por muito tempo, nos acompanhavam para explicar suas trajetórias não dariam mais conta dos questionamentos que os estudos urbanos faziam anteriormente. O desafio da política estaria, então, nos pontos de conexão dessas tramas que estão imersas no princípio gestacionário do estado policial (Rancière, 1996). Até aí, nada que possa ser refutado a partir das falas dos moradores.

No entanto, penso que a situação fica mais problemática, se a tomarmos, como Robert Cabanes (2006) propõe, que todos aqueles, cuja posição se agrava no mercado de trabalho, veem suas capacidades de representação e expressão se reduzirem a ponto de se tornarem socialmente invisíveis ou quando Vera Telles afirma que:

“(...) ao mesmo tempo em que hoje se faz a celebração das virtudes democráticas dos chamados fóruns públicos de participação, ao mesmo tempo em que, no debate atual, reativam-se as concepções clássicas de espaço público e sociedade civil como lugares por excelência da construção republicana e do consenso democrático, é o caso de se perguntar por um campo social que parece escapar por todos os lados dessas formas e figuras da política. É o caso de interrogar os sinais e evidências de uma ampliada e crescente zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o não direito, entre público e privado, norma e exceção, projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas, zona de indiferenciação que cria situações cada vez mais frequentes, que desfazem formas de vida e transformam todos e cada um potencialmente em ‘vida matável’” (Telles, 2006, 53)

Considerando que a dissolução das binaridades e o espaço paradigmático da vivência do sujeito da pós-modernidade, como apontam os estudos pós-coloniais, constituem-se em momentos fronteirizos nos quais os signos se formam justamente através da indistinção momentânea e dos jogos de hibridização das representações sociais, penso que a representação política pode se dar, com uma força específica, exatamente nessas situações de delimitações imprecisas, justamente, porque só na aparência podem ser consideradas como imprecisas, pois nos jogos cotidianos estão bem (re)territorializadas e detêm sentidos claros desde que contextualizadas nas diversas acepções que podem reter.

Por isso considero que, apesar das intermitências do trabalho e do pauperismo e violência crescentes, a condição de “trabalhador” dessas pessoas não pode ser retirada, tanto em seu sentido material, quanto no simbólico e político. A indefinição dessas pessoas não pôde ser constatada etnograficamente, já que a todo o momento elas sabem o que são (“trabalhadoras”), onde estão (em seu “bairro”) e estão conscientes de seu lugar no mundo e seus desafios eminentemente políticos (sua “luta”). Eles são contingenciais, não são fixamente binários e estão envolvidos numa prática de agenciamentos que pode confundir os indivíduos que não compartilham de seus códigos.

A teorização da intersticialidade e do hibridismo para povos que vivem em situação de fronteiras ou de diáspora tenciona as noções de pureza, fixitude, isomorfismo, nacionalismos e formações de identidades e de sujeitos discursivos dentro de cenários interconectados em escala global. Como se poderá apreender dessa discussão, as fronteiras são lugares de “contradições incomensuráveis” que não designam alguns locais geográficos fixos entre outros locais igualmente fixos — nações, culturas, comunidades, como exposto acima —, mas sim uma zona intersticial de deslocamento, desterritorialização e reterritorialização que conforma a identidade do sujeito hibridizado — devidamente contextualizado e perpassado por inúmeros discursos.

Para Gupta e Ferguson (2000), ao invés de serem descartadas, como insignificantes — uma simples zona marginal situada entre lugares estáveis — as situações fronteiriças, de indefinição e aspectos cinzentos (Telles, 2006) devem ser retidas como uma conceituação adequada do local específico do sujeito pós-moderno, capaz de relativizar a noção tradicional de cultura, invocando um novo modo de se problematizar a produção da diferença cultural, construção de identidades e sujeitos políticos.

“Argumentamos que a desterritorialização desestabilizou a fixidez do ‘nós’ e do ‘outro’(...) [Entretanto] Em vez de nos determos na noção de desterritorialização, na pulverização do espaço da alta modernidade, precisamos teorizar de que modo o espaço está sendo reterritorializado no mundo contemporâneo” (Gupta e Ferguson, 2000, 46).

A literatura pós-colonial pode ajudar metodologicamente a pensar os processos de produção social da diferença, as conformações de identidades em contextos multi-situados e não gradativos e a perseguição de discursos moduladores de sujeitos dentro do cenário problemático ao qual estamos expostos atualmente.

O projeto político do pós-colonialismo trata de conferir destaque às experiências daqueles que vivem entre as demarcações, as fronteiras, como definidas por Gupta e Ferguson.⁶⁷ Tal pensamento vai de encontro com a teoria cosmopolita de Habermas. Tangenciando rapidamente seus conceitos de teoria comunicativa da democracia e esfera civil transnacional que estariam em curso na Europa, o ponto que aqui nos interessa discutir é se a integração social pós-nacional requer — como Habermas alardeia — a afirmação ou construção de uma identidade comum abrangente e, indo além, se a própria unidade amplamente integradora e fixa, enquanto premissa para a construção política, é mesmo possível e desejável para a dissensualidade da política. Ou nas palavras de Sérgio Costa:

“(...) a proposta de que a consolidação e ampliação de uma identidade cultural inclusiva constituam a matriz para uma integração social que, acompanhando os saltos de integração sistêmica assistidos no bojo da globalização, reconstrua nexos normativos e vínculos de pertença societária, parece apoiar-se na premissa, ao que tudo indica equivocada, de que objetivos políticos comuns só podem ser constituídos por aqueles que, não partilhando de um mundo de vida comum, sintam-se pelo menos igualmente pertencentes a uma mesma comunidade cultural” (Costa, 2006, 29).

Inspirados em Foucault e em Derrida, os estudos pós-coloniais tentam, por sua vez, fazer uma crítica do modernismo como a teologia da história, através da busca de um lugar de enunciação “híbrido” cuja finalidade, em seu limite, seria a de relativizar a concepção de sujeito nas ciências sociais. Sem grandes pretensões epistemológicas, o que nos interessa é a possibilidade, num prisma divergente da preocupação integradora de uma vertente do pós-nacionalismo europeu, de constituir sujeitos políticos nos interstícios de identidades fluidas em supostos cenários simbolicamente confusos, sejam as fronteiras transnacionais ou as periferias das grandes cidades latino-americanas atingidas pelo “desmanche” (Oliveira, 2003).

⁶⁷ “Para os estudos pós-coloniais é, portanto, no entremeio dessas demarcações, isto é, no espaço de sentido entre as fronteiras, que se articula a diferença móvel, aberta e cosmopolita, em oposição às adscrições de toda ordem” (Costa, 2006, 170).

Existem duas saídas dos estudos pós-coloniais para escapar dessas concepções iluministas da política dadas *a priori*. Primeiramente, para uma linha de estudos, deve-se promover a desconstrução desses essencialismos pela reinterpretção da história moderna, buscando reinserir o colonizado na modernidade enquanto sujeito ativo na sua construção. Para outra, procura-se implodir essa polaridade através dos interstícios das fronteiras que definem qualquer identidade coletiva, desfazendo criticamente as fronteiras culturais determinadas tanto pelo colonialismo como pelas lutas anticoloniais. Essa última perspectiva detém, para mim, uma qualidade potencialmente política em relação à outra e que pode ser aplicada na percepção cambiante e hibridizada das categorias nativas envoltas pelo “desmanche neoliberal” (Oliveira, 2003).

Bhabha (2007), em especial, deriva suas observações da noção de *diférance* de Derrida que tenta romper com Lévi-Strauss ao atribuir um caráter aberto, arbitrário e indefinido aos jogos linguísticos. Seu conceito remete ao excedente de sentido que não pode ser significado nas diferenciações binárias, fato que não sugere um novo binarismo entre uma realidade completa anterior à linguagem e uma representação linguística, parcial e reduzida, já que não existe uma realidade anterior ao discurso e a diferença só pode ser entendida dentro dele.

Derrida indica a existência de uma diferenciação que não é traduzível no processo de significação dos signos, nem organizável nas polaridades identitárias — eu/outro, mulher/homem, significante/significado. Essas distinções e classificações binárias representam o modo ocidental e logocêntrico de compreender o mundo e constituiriam as bases das estruturas de dominação e cognição modernas. Criam, ainda, a ilusão de representações totais que não deixam resíduos. Para Derrida, a incompletude das representações encontra-se fundamentada na própria linguagem, já que significantes e significados nunca se correspondem inteiramente, são eminentemente contingenciais. Desse modo, a subversão possível seria aquela relacionada com o deslizamento dos sentidos dos signos, sendo que estes possuem possibilidades inesgotáveis de significação e só podem ganhar um sentido particular, ainda assim provisório e incompleto, num contexto significativo específico. A “ação criativa”, nas palavras de Costa (2006), é aquela que subverte e redefine o signo, a partir de um lugar enunciatório deslocado dos sistemas de representações fechados e, assim, finalmente revela o caráter fragmentário e ambivalente de qualquer sistema de representação,

constituindo um dissenso sobre um sistema de significação fechado, um ato eminentemente político.

Some-se a tudo isso que a identidade não é uma expressão de um estoque cultural, mas sim um fluxo de discursos, no sentido definido por Foucault (1972), articuladas num contexto determinado — transnacional, contínuo, interconectado, hierarquizado e “cinzento” — nos entremeios das identidades totalizantes e essencialistas. Portanto, penso que as categorias derivadas da análise de Bhabha podem iluminar, problematizar de outro modo ou oferecer alternativas tanto para o beco sem-saída da suposta metapolítica ocidental, como para as informalidades do mundo urbano. De tal modo, fugir das binaridades analíticas que permearam os estudos urbanos por décadas, como trabalho e não-trabalho, a fim de constituir linhas de fugas explicativas que deem conta da singularidade de nosso tempo é uma saída válida para a compreensão da vida das classes populares. No entanto, a etnografia nos mostra que, mesmo que essas binaridades ainda se encontrem presentes nas falas e discursos dos entrevistados, seu caráter fluido e não fixo nos leva a relativizá-las e procurar nos interstícios de suas significações as linhas de fugas através das quais a política, na sua qualidade dissensual, ainda pode ser construída. Somos também levados a pensar que a explosão das binaridades explicativas, como os pós-coloniais nos mostraram, não é necessariamente a anulação do fazer político, mas a produção de outro modo de atuação de sujeitos políticos, idiossincráticos — porque não essencializados por uma institucionalização totalitária e normativa capaz de desfazê-los em tempos de um “neoliberalismo” acirrado, gestacional e apolítico.

Espero ter mostrado nesse capítulo que as situações de sombras ou de indiferenciação propagadas nos últimos anos afetam de maneira muito específica essas populações. Estão sem emprego, são vítimas de violência, e estão inclusas nessa máquina gestacional da (não) política moderna. Contudo, não se encontram indiferenciados ou impossibilitados do fazer político, estão posicionados de uma maneira particular, em grande parte moldada no período anterior à redemocratização, no bojo do nascimento dos novos movimentos sociais. No capítulo que segue, pretendo demonstrar a permeabilidade dos quadros institucionais em campo e pensá-los através do histórico dos quadros formais que se constituíram ao longo dos anos na experiência ativa dos movimentos sociais nas últimas três décadas e vê-lo não pela sua qualidade

gerencial e policial apolítica, mas tentar iluminar sua capacidade, dentro do Pinheirinho, de gestão de conflitos e de constituição de uma mobilização política.

4. Institucionalidade política e vias formais de representação

Jorge, um dos entrevistados do capítulo anterior, é uma testemunha ocular da atuação da rede movimentalista durante todo o período analisado na introdução. Sua história é um testemunho das práticas e modos de constituição do sujeito da política feitos pelos movimentos sociais brasileiros na era da redemocratização, da institucionalização dos direitos demandados e dos tempos atuais.

Como dito anteriormente, Jorge passou grande parte de sua vida no Norte do país e foi lá, distante da grande emanção política que tomava conta dos grandes centros do Sudeste, que teve seu primeiro contato com um movimento de moradia urbano, em 1986, em Porto Velho, Rondônia. Ele foi o líder de um movimento com cerca de 3 mil pessoas que demandava a construção de moradias populares em um terreno invadido na cidade — em suas palavras, uma “fazenda, um sapezal”. A história se parece muito com a do Pinheirinho: a ocupação se deu num “terreno sem dono” ou com nada de valor, as famílias ocupantes tomaram conta da área que não produzia nada, resistiram a despejos e decisões judiciais, construindo hoje o que seria alguns “dos melhores bairros de Rondônia”, o JK 1, o JK 2 e o JK 3. Os três bairros, “um pegado no outro”, estruturaram-se hoje com todos os equipamentos coletivos imaginados de um bairro pelas classes populares e historicamente demandados: colégio, faculdade, comércio, transporte etc. A coordenação tão bem executada por Jorge iria lhe render, inclusive, uma homenagem, humildemente recusada, formalizada no batismo de um dos bairros em seu nome. Grande parte da família de sua mulher tem casa em lotes conseguidos por ele nos bairros que se formaram da ocupação, o que pode demonstrar como esses movimentos se articulam, em grande parte, por laços de consangüinidade e compadrio. A grande diferença notada por Jorge entre os dois movimentos foi a rápida resolução do poder público na questão de Porto Velho. As esferas estatais, simbolizadas na figura do prefeito, intervieram rapidamente com a construção das redes de esgoto e luz, a

pavimentação das ruas e a liberação da documentação da terra. O terreno foi desapropriado pelo prefeito, já que o dono devia imposto à cidade e todos os ocupantes começaram a “fazer tudo direitinho”, pagando o IPTU e as contas devidas. O movimento foi considerado um sucesso e todas as 3 mil pessoas conseguiram suas casas, e Jorge apenas não ficou com sua moradia devido à morte de seu filho num acidente de carro na época:

“(...) então eu desgostei da cidade, não servi e não serve até hoje, inclusive, eu passei do lado para ir até Rio Branco do Acre, que passa por dentro da cidade, aquilo para mim, quando eu vejo a cidade é a mesma coisa que estar vendo o acidente que aconteceu com o meu filho. (...) Aí que eu não quis morar de jeito nenhum” [Jorge]

A organização do movimento de Rondônia foi tipicamente devedora dos movimentos sociais de sua época, da estrutura formal típica de SAB's ao apartidarismo de sua base: “tudo gente comum, sem partido”. No entanto, como o próprio Jorge reconhece, com o tempo alguns partidos foram entrando e apoiando o movimento para “ajudar a conseguir os documentos”:

“E através destes candidatos que entraram, inclusive, tinha um candidato a vereador com o nome de José Guedes e logo em seguida ele foi vereador, depois ele foi prefeito da cidade. O partido era o PMDB. Deu muito apoio para gente na época e a gente conseguiu a documentação através disto aí, saiu mais rápido, né? O que ele prometeu, ele cumpriu. Disse: ‘Se eu for o prefeito da cidade de Porto Velho, eu libero as documentações todinhas. Mando pavimentar, botar rede de esgoto, luz, água...’. E o que ele prometeu ali, ele cumpriu. Você não pode nem dizer que não, porque foi feito por ele.” [Jorge]

Pergunta: E tem alguma diferença da atuação do partido aqui e o de lá?

“Não. Aqui é muita coragem porque o Pinheirinho é muita pouca população que mora aqui dentro para combater o partido do Cury. O partido do Cury é imenso, né? E cheio de gente engravatada, tem dinheiro para investir. Pinheirinho não tem, não tem dinheiro para nós investirmos. Então, é aí que está a diferença. É sobre dinheiro. O tamanho do partido é pequeno para debater com um homem daquele. O Pinheirinho, a gente só vai chegar a ganhar, porque a gente vai chegar a ganhar, com

um vereador do Pinheirinho e tudo, a gente só vai ganhar pelo seguinte: na hora que cair um partido menor aí dentro aí [na prefeitura]. Ou então eles fizerem qualquer coisa de bandidagem, tipo corrupção, né? Que o pessoal começar a desacreditar mesmo e passar a votar em gente que trabalha de verdade.”

Segundo Jorge, ele mesmo nunca teve ligação nenhum com qualquer partido, entretanto, já ajudou bastante “gente de partido”. Na última campanha para vereador do Marrom, Jorge “deu muita força”, pediu votos nos bairros em que rodava, entre sua família, nuclear e extensa, andou com seu carro pela cidade em favor da candidatura e fez questão de não cobrar do partido o combustível gasto, já que o mesmo “deu e dá uma força muito grande para a gente aqui dentro”. Sendo assim, em sua opinião não é certo que alguém que more dentro do acampamento vote em outra coligação, muito menos no “partido do prefeito”, porque aí essa pessoa estaria sendo uma “traidora”, já que não se pode “morar aqui dentro, ter orgulho de morar aqui dentro e votar contra o pessoal aqui de dentro”.

O depoimento de Jorge e sua história pessoal não contradizem o que a bibliografia afirma sobre a institucionalização e formalização dos movimentos sociais. Sua experiência no Norte do país confirma o que Durham (2006[1984b]) dizia sobre as duas estruturas de ação colocadas em prática concomitantemente pelos movimentos já na década de 80: as estruturas “informais”, vistas muitas vezes no dia a dia e no sentimento de “comunitarismo” (Durham, 2006[1972]) imaginado dentro destes movimentos e as estruturas “formais”, simbolizadas pelas SAB’s que formaram as suas bases, organizadas por meio de pautas, atas e uma composição hierárquica de líderes e burocratas. Do mesmo modo, a minha própria inserção em campo é a prova dessas últimas práticas já afirmadas desde o começo da atuação movimentalista: o contato com os moradores foi feito através do PSTU, este, por sua vez, contatado por meio do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Assim sendo, no meu segundo período de campo, iniciado em agosto de 2009, quando me propus a sair da rotina de assembleias, reuniões e manifestações, que constituem uma parte importante do cotidiano de alguns moradores e focar outras esferas de seu dia a dia, vi-me impossibilitado de me desvincular da forte imagem institucional que carregava. No entanto, não era só eu que estava sob a aura dessas entidades “amigas” do movimento, pois grande parte

do acampamento — em seus diferentes âmbitos e em diferentes níveis — estava impregnada pela atuação desses quadros institucionais e não só dos quadros ligados ao partido ou entidades filiadas.⁶⁸ Ações governamentais são fortemente sentidas e requeridas dentro de suas esferas de atuação e interlocução, programas sociais são utilizados e demandados — por exemplo, o programa de cesta básica do governo federal ao qual muitos têm acesso — e ações gerenciais de ordem jurídica são parte das conversas dos moradores. A questão que temos de enfrentar é se estes espaços institucionais detêm um caráter unicamente gerencial e policial e se estão envoltos com a “gestão da exclusão” (Oliveira, 2003 e Telles, 2006) e mesmo a anulação da política (Rancière, 1996). E, ainda para além disso, estaríamos, dentro dessa perspectiva racionalista, caminhando para um frio choque institucional biopolítico de grandes magnitudes (Agamben, 2002)?

4.1 As origens institucionais do Pinheirinho

No dia 25 de fevereiro de 2004, cerca de 800 pessoas ocuparam o terreno que seria batizado de Pinheirinho, mas, como visto, a “luta” dessas pessoas havia começado bem antes e, se pudéssemos regredir essa categoria explicativa às primeiras lembranças de pauperismo dos indivíduos, o processo de conquista de uma casa própria na cidade começaria na ocupação das “casinhas”, passaria pelo “campão” e acabaria no terreno atual. Os movimentos sociais clássicos sempre se pautaram pela vias alternativas de participação política, mesmo quando tomavam estruturas formais de organização e, no caso do Pinheirinho, pode-se ver a abrangência das instituições políticas pelas quais esses primeiros movimentos lutaram tanto e com as quais historicamente dialogaram.

No boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos — entidade controlada pela Conlutas há mais de dez anos — da semana de 21 a 27 de janeiro de 2004, o processo de “luta” desses ocupantes já é narrada e ganha apoio

⁶⁸ Os únicos momentos em que eu não era relacionado a qualquer esfera institucional, fosse o PSTU, sindicato ou a alguma universidade me foram propiciados pelas pessoas que não me conheciam. Claramente, para quem mora no acampamento, eu sou uma pessoa de fora e, quando não fui formalmente apresentado, nunca me confundiram com uma “visita”. Destarte, fui, nessas ocasiões, sempre visto como alguém que está atrás de algum “bagulho” com os meninos. Muitas vezes, fui abordado por traficantes — de nenhum modo intimidador — para saber se estava procurando alguma droga para comprar. Como disse acima, não trato do mundo do crime nessa dissertação e muitos outros já o articularam com o universo da política com mais agudeza do que eu. Para considerações mais precisas sobre os seus desdobramentos políticos e institucionais, ver Feltran (2008).

formal da instituição. Segundo a publicação, o governo do PSDB na prefeitura municipal implementava à época uma política de “limpeza da cidade”, ou seja, “(...) empurram a população pobre para a periferia, criando bolsões de miséria, desde que longe dos centros ricos e empresariais” ⁶⁹.

A presença das entidades políticas formais não foi apenas sentida pelos moradores da área. Em fevereiro daquele ano, antes da ocupação do Pinheirinho, o atual prefeito Eduardo Cury, na época pré-candidato pelo PSDB, declarou: “Isso está se tornando um ato político, com a participação de sindicatos e partidos políticos que fazem oposição ao prefeito Emanuel Fernandes” (Vale Paraibano, 1/2/2004). Aliás, a atuação das entidades, as normas da ocupação e o começo da identificação das lideranças, de tão fortes, foram vistos como um “regime militar” pela publicação diária regional (“Invasores de São José vivem sob regime ‘militar’ em acampamento”, Vale Paraibano, 1/2/2004). Ironicamente, para facilitar a identificação das lideranças no começo do movimento, ainda no “campão”, cada uma delas levava na cabeça bonés da CUT (Central Única dos Trabalhadores), entidade sindical à qual a Conlutas se opõe atualmente. Na época, a rigidez das normas e a atuação dos sindicatos foram justificadas por Marrom — naqueles anos, ele também era diretor do Sindicato dos Metalúrgicos — como a organização necessária a todo movimento social. ⁷⁰

Em fevereiro de 2004, também antes da ocupação do terreno atual, os sem-tetos realizaram uma campanha de arrecadação de alimentos e agasalhos. O evento oficializou o que antes não era assumidamente um apoio institucional — no boletim da semana de 4 a 10 de fevereiro daquele ano, o sindicato afirmava com todas as letras o apoio ao movimento. A campanha foi feita em fábricas da cidade e a publicação da entidade dizia:

“O Sindicato, que apóia esta luta por moradia, vai estar acompanhando os sem-teto nas fábricas. ‘Apoiamos os sem-teto porque esta luta não é só destas pessoas’, explica o diretor do Sindicato, Valdir Martins, o Marrom. ‘Há muitos metalúrgicos que, assim como eles, esperam há anos por uma casa da prefeitura’, diz Marrom. ‘A luta destes

⁶⁹ Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, número 650, disponível em: http://www.sindmetalsjc.org.br/jornal.jsp?nu_edic=650.

⁷⁰ “‘Todos os movimentos de luta têm que ser organizados. Desde a criança até o adulto, todo mundo sabe o que deve fazer’, disse Valdir Martins, o ‘Marrom’, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos e um dos líderes do movimento sem-teto” (Vale Paraibano, 1/2/2004).

desempregados, mulheres e crianças traz a discussão da falta de moradia à tona e ajuda na luta por este direito para todos. A solidariedade é uma forma de contribuir com esta luta', concluiu.

Se houver coleta na sua fábrica, contribua. Só a luta e a solidariedade podem garantir o direito à moradia e vencer a intransigência do prefeito Emanuel, que quer a expulsão destas famílias, que não têm para onde ir". [Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, número 652]

Esse foi o primeiro folheto institucional que afirmava, de modo literal, a posição do Sindicato, oficialmente a favor do movimento, embora essa relação seja mais antiga. No dia 9 de fevereiro de 2004, o presidente Luis Inácio Lula da Silva foi a São José dos Campos para o lançamento do novo jato da Embraer. Na cerimônia, ele teve que enfrentar manifestações, não só dos sem-teto como também de outras categorias que os acompanhavam, pois o sindicato desembolsou cerca de 350 reais com o aluguel de ônibus que levaram os ocupantes ao local. No total, cerca de 500 manifestantes foram à cerimônia para fazer ouvir suas demandas, liderados pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pelo PSTU. A manifestação também teve apoio dos sindicatos da Alimentação, dos Químicos e dos Condutores do Vale do Paraíba, além de ex-funcionários da empresa de telecomunicações Tectelcom, que haviam perdido seus empregos com a decretação de falência da companhia.

Munidos de 14 faixas e 20 cartazes, os manifestantes gritaram palavras de ordem contra Lula, criticando principalmente os juros altos, a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e o desemprego no país. Nas faixas e cartazes, os sem-teto e ex-funcionários da Tectelcom pediam ao presidente emprego e moradia. Alguns sem-teto pintaram o rosto de verde e amarelo. Os protestos foram embalados pelo samba-enredo "A Fome Continua", do bloco carnavalesco "Acorda Peão" — ligado aos metalúrgicos de São José dos Campos. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Carlos Prates, o "Mancha", na ocasião, afirmou aos jornais: "Foi um sucesso, tanto assim que o presidente designou um assessor para receber nossas cartas de reivindicações. Vamos esperar agora a resposta do Lula e cobrar uma solução para o desemprego e a falta de moradia em São José" (Vale Paraibano, 10/2/2004).⁷¹ Entre os sindicalistas — a maioria ligada ao PSTU — também estavam presentes os petistas Ana Paula de Simone e Ademir Tavares da Paixão, ambos diretores dos metalúrgicos, e José Carlos de Souza,

⁷¹ Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2004/02/10/sjc/lula61.html>.

presidente do Sindicato dos Condutores do Vale: “Somos do PT, mas também estamos descontentes com o governo Lula” (Vale Paraibano, 10/2/2004), disse Souza. Após a manifestação, o assessor da Secretaria Geral da Presidência da República, Geraldo Magela da Trindade, reuniu-se com um grupo formado por representantes dos sindicatos e recebeu quatro cartas contendo pedidos a Lula, reivindicando a manutenção dos empregos na Tectelcom e na Ambev e casas para os sem-tetos: “Recebi determinação do presidente Lula e do secretário-geral da Presidência Luiz Dulci para receber essas reivindicações, que são legítimas. Os pedidos serão encaminhados aos órgãos competentes e acredito que em no máximo 15 dias os manifestantes terão resposta. Talvez possam até ser agendadas reuniões em Brasília” (Vale Paraibano, 10/2/2004). Ao final da manifestação, o sindicato distribuiu lanches de mortadela aos sem-tetos.

No dia 27 de fevereiro de 2004, houve outra ocupação no bairro das Chácaras Reunidas, também na Zona Sul da cidade — cerca de 50 famílias ocuparam um terreno na divisa com Jacareí e levantaram vinte barracos de lona. O líder na época, Edmilson, declarou para os jornais que iria procurar ajuda em outras ocupações da cidade e solicitar auxílio ao Sindicato dos Metalúrgicos, bem como ao PSTU. Posteriormente, as famílias dessa área foram incorporadas pelo MUST.

Todo esse apoio institucional foi explicitado num artigo do presidente regional do PSTU, Antonio Donizete Ferreira, o “Toninho”, no jornal regional Vale Paraibano em 6 de março de 2004. No texto, o dirigente desmente qualquer ligação do movimento com o PT, dizendo que este não tem mais nenhuma participação em qualquer movimento social e que, no Pinheirinho, esse nunca apareceu enquanto partido, mas somente na figura de alguns filiados que apareciam para mostrar “solidariedade pessoal”. “Toninho”, inclusive, é um dos advogados do movimento que trata de todas as pendências jurídicas relativas às liminares de desocupação e outros processos. Se o apoio do PT, enquanto instituição, fica descartado, o próprio artigo do presidente do PSTU é uma declaração de apoio formal do partido ao movimento e a sustentação institucional proporcionada por ele pode ser vista com clareza nos meses seguintes. O Sindicato dos Metalúrgicos organizou nos dias posteriores um censo da população para entregar às autoridades municipais, o qual estimou cerca de seis mil ocupantes na área.

Aliás, a questão do apoio institucional foi um fator importante na eleição da chapa do sindicato daquele ano. Em 2004, antes de ganhar as eleições, a Chapa 2, ligada ao PSTU e que teve um papel importante em toda a ocupação, foi acusada de ser

demasiadamente partidária e a chapa opositora chamava para si uma conotação de “independência” e apartidarismo. Todavia, ao ganhar apoio dos ex-deputados do PT, Luciana Genro e João Batista Babá, o então candidato a presidente Paulo Ferreira da Silva da Chapa 2 os acusou de estar do lado do PT. O apoio institucional então foi mobilizado para ganhar as eleições: o lado que foi visto como apoiado pelo PSTU ganhou a disputa, e, do mesmo jeito, a simpatia com o movimento nunca foi escondida pelos seis anos consecutivos em que a Conlutas se manteve na situação do sindicato.

No mesmo jornal em que o “Toninho” escreveu seu artigo, no fim daquele mesmo mês, um outro advogado do PSTU, Aristeu César Pinto Neto, também colocou suas considerações sobre o assunto que havia tomado força nos noticiários locais. Em seus comentários, Aristeu assume que os “sindicatos combativos e o PSTU” apoiam a “luta legítima dos sem-teto”; aparecem no texto menções à Conlutas, aos grandes banqueiros internacionais, à necessidade de romper com o FMI, à impossibilidade da Alca e à necessidade da construção de um “verdadeiro governo dos trabalhadores” (Vale Paraibano, 20/8/2004)

No boletim número 651 do sindicato, sob o título “Luta de famílias por moradia é justa e necessária”, há a clara afirmação de que “o Sindicato dos Metalúrgicos desde o início esteve do lado dos sem-teto, que são vítimas do desemprego e das promessas de campanha que nunca são cumpridas”. No mesmo texto, o vice-presidente do sindicato, Adilson dos Santos, afirma que “a luta por moradia não é caso de polícia. É uma questão social”.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos é uma entidade filiada à Conlutas, sendo esta uma grande instituição que abarca as mais variadas reivindicações de diversos movimentos. A ideia da Conlutas surgiu como desdobramento do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004 em Luziânia, em Goiás. Com a presença de mais de 1.800 dirigentes e ativistas sindicais e de movimentos sociais, a reunião definiu aquilo que chamou de um “calendário de lutas” contra a Reforma Sindical, proposta naquele ano pelo governo federal, cuja primeira atividade foi uma manifestação em Brasília com cerca de 20 mil manifestantes, em 16 de junho daquele ano.

A Conlutas surgiu, segundo seus próprios dizeres, devido à “(...) necessidade de se organizar uma alternativa de luta para os trabalhadores brasileiros”; constituindo-se, na realidade, na resistência ao “(...) modelo

econômico neoliberal e a adaptação da CUT às políticas governamentais, como o apoio à reforma da previdência que institui a idade mínima.”⁷²

A central se proclama como uma coordenação aberta à participação de qualquer entidade, seja sindical, organização popular, estudantil ou movimento social, que “(...) queira somar-se à luta contra as reformas neoliberais e contra o modelo econômico do governo Lula”. Desse modo, para atingir seus objetivos “(...) a entidade apoia as ocupações de terra, de terrenos e lutas dos movimentos sociais. Assim, como a luta das chamadas minorias”.⁷³

A Conlutas agrega, prioritariamente, entidades sindicais, mas também está aberta a organizações populares, movimentos sociais e estudantis. Por isso, suas pautas e abrangência de suas demandas são grandes e suas “lutas” são decorrentes desses setores, na tentativa de abarcar suas bandeiras e, dessa forma, “(...) procurando dar um caráter classista a essas mobilizações”. Dentre essas mobilizações, encontram-se as “lutas” dos movimentos sociais e populares, dos estudantes, das mulheres, dos negros e dos homossexuais, além da tentativa de estabelecer relações internacionais entre trabalhadores e movimentos sociais.

Ademais, em seu discurso, a Conlutas deteria um caráter sindical e popular, seria independente do governo e do Estado e autônoma em relação aos partidos políticos. No entanto, em campo, não é isso o que se vê, já que tal entidade sindical, em sua figura maior ou apenas na visibilidade do Sindicato dos Metalúrgicos, aparece misturada com a figura do PSTU, sendo difícil diferenciar, apenas pelas falas nativas, as ações que decorrem do partido, do sindicato ou da Conlutas. Mesmo seus líderes e membros não o fazem direito e mais de uma vez presenciei em reuniões membros do partido sendo questionados — e respondendo — sobre a atuação do sindicato e da entidade sem qualquer diferenciação. Aliás, os próprios movimentos são confundidos e alguns membros do MST já tiveram que responder e comandar reuniões dentro do acampamento, articulando as diversas arenas de atuação das diferentes instituições. Certa vez, um senhor questionou um membro do MST sobre a situação da negociação do MUST com a prefeitura, perguntando: “Mas nós não entregamos tudo isso na mão do seu partido?”

Em janeiro de 2004, antes do nascimento da Conlutas, portanto, as lideranças do movimento recrutavam, com o apoio do PSTU e do Sindicato, moradores de bairros

⁷² Cf. <http://www.conlutas.org.br>

⁷³ Cf. <http://www.conlutas.org.br>

carentes das zonas sul e leste da cidade para realizar novas invasões da área no que viria a ser o Pinheirinho. Auxiliados por sindicatos e pelo partido, os militantes engrossaram a resistência à ordem judicial de desocupação das “casinhas” no Campo dos Alemães. Começou-se um mapeamento das áreas para possíveis ocupações — coordenado, naquele tempo, por integrantes da CUT e do PSTU: “Estamos realizando o cadastramento dos moradores da cidade que vivem sem um teto. Nós vamos procurar o diálogo com o governo, mas se eles continuarem irredutíveis, as ocupações vão continuar e nosso movimento vai crescer. Queremos massificar” (Vale Paraibano, 15/1/2004), disse o então diretor da CUT e membro do diretório do PSTU, Francisco de Assis Cabral para os jornais da cidade.

Marrom afirmou, na mesma matéria, que o movimento já teria um mapa de terrenos que poderiam abrigar os sem-teto: “Todo dia nós recebemos cerca de 20 famílias na zona sul pedindo para entrar no movimento. Nós já estamos mapeando há dois anos as áreas que podem vir a ser ocupadas” (Vale Paraibano, 15/10/2004). No dia seguinte, quando era esperada a vinda da polícia para o cumprimento da primeira liminar de desocupação da área, o MUST chamou doze sindicatos da cidade filiados, à época, à CUT para “engrossarem” a resistência. Os familiares dos ocupantes e os sindicatos foram chamados a participar, a partir das seis horas da tarde, de uma vigília que irromperia a madrugada, a fim de não serem surpreendidos no meio da noite com a tropa de choque. Apesar de todos os reforços, a batalha foi decidida por outros meios institucionais: os advogados do movimento, ligados ao sindicato, conseguiram impedir a liminar e levaram-na para instâncias superiores — tempo suficiente para os moradores buscarem a nova área para a ocupação.

Após a fundação da Conlutas e apesar de sua conotação apartidária, em julho de 2004, em meio à corrida eleitoral para a prefeitura e câmara municipal, o Pinheirinho se tornou um meio pelo o qual o PSTU tentaria conseguir uma das cadeiras de vereadores da cidade. Na matéria intitulada “Apoio dos sem-teto vira arma do PSTU em eleição em São José” (Vale Paraibano, 29/7/2004), o jornal regional apontava o que pude apreender em campo nas seguintes eleições municipais: o partido e entidades sindicais apostavam na campanha massiva entre suas “bases”, à busca de votos e de conscientização das massas, na tentativa de atingir o poder via seus meios estatuídos. Embora o caráter político-eleitoral do movimento sempre tenha sido negado e o déficit habitacional do município, do estado e do país seja enorme, o Pinheirinho tornar-se-ia um local favorável para a procura de votos entre os opositores da prefeitura. Nas eleições de

2004, a primeira de Marrom, ele conseguiu apenas 138 votos, como dito anteriormente; nas últimas eleições municipais em 2008, o coordenador-geral do movimento quase foi eleito. A matéria apreendeu falas compatíveis com as minhas observações em campo, e o caráter institucional dentro do movimento fica claro nelas:

“‘Não votar no Marrom seria até uma traição. É a pessoa que sempre nos apoiou aqui dentro’ afirmou José ⁷⁴, 49 anos, que possui um bar no acampamento (...)

‘Nós estamos trabalhando para que todos votem no PSTU e no Marrom. Temos muitos parentes fora daqui, que conhecem a nossa realidade e também vão votar’, disse a operadora de telemarketing.” (Vale Paraibano, 29/7/2004)

Em 18 de agosto de 2004, o presidente do PSTU José Maria de Almeida, candidato pelo partido à presidência em 2002, reforçou a campanha e visitou o acampamento em busca de votos para a candidatura dos membros do PSTU na cidade. Referiu-se a tais candidaturas como as únicas capazes de representar os “trabalhadores” da cidade.

A coordenação do Pinheirinho esteve em Brasília no dia 7 de janeiro de 2005 para tentar um posicionamento do governo federal frente à sua causa, já que enfrentavam a decisão da Justiça, que ordenava a reintegração de posse da área. A comitiva foi formada por Marrom, pelo advogado e presidente do PSTU de São José dos Campos, Antônio Donizete Ferreira, o “Toninho” e pelo ex-deputado federal e assessor político do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Ernesto Gradella Neto. Houve reuniões na Secretaria Geral da Presidência da República e no Ministério das Cidades e a comitiva ainda agendou encontros na Casa Civil, no Ministério da Justiça e na Secretaria de Direitos Humanos, o que resultou no acompanhamento do caso pela CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), órgão ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal. Também foram feitos contatos com os deputados federais da região do Vale do Paraíba. Naquela semana, o boletim número 691 do Sindicato dos Metalúrgicos anunciou ainda, entre suas manchetes, a manifestação organizada pelo Pinheirinho, que parou a rodovia Presidente Dutra na manhã do dia 10 de janeiro e contou com cerca de mil e duzentos

⁷⁴ Nome fictício.

sem-tetos, além do “pessoal do sindicato” — como os moradores se referem genericamente aos membros desses quadros institucionais.

Ainda no começo de 2005, o PSTU, por meio do sindicato, também financiou a viagem de moradores para a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, a primeira universidade do MST, em Guararema, e mais: um ônibus levou-os até Porto Alegre para a edição do Fórum Social Mundial daquele ano. A intenção era, segundo Marrom, buscar “(...) apoio político e orientação jurídica, já que estarão presentes representantes de ONG’s internacionais” (Vale Paraibano, 20/1/2005). Além de centrais sindicais e partidos políticos, o arcabouço jurídico e político ainda foi construído por esse fenômeno não governamental específico da esfera pública dos anos 90. Certamente, pintar a pura e simples expansão da esfera pública através das ONG’s pode parecer simplista demais (Fernandes, 1993), mesmo porque a expansão de suas reivindicações, sob um substrato comum de linguagem caro aos movimentos sociais (Doimo, 1995, p. 83), abrange as pautas mais variadas possíveis e parece-me enganoso tentar englobá-las em uma só definição. No entanto, colocar as ONG’s como uma privatização do público e arautos de uma suposta lógica de gerenciamento apolítico institucional também pode parecer um exagero teórico que não sobrevive à etnografia. O MUST usou e abusou dessas vias institucionais em sua formação, expansão e gerenciamento do acampamento e, mesmo quando a suposta lógica “marxista-trotskista” pautava o controle do poder por vias alhures das instituições legais, a movimentação institucional que “engolfava” partidos e sindicatos pôs em jogo meios e dinâmicas para ganhar as eleições e disputar meios de acessos ao poder a partir de conformações formais eleitorais — não sem antes buscar nas categorias do cotidiano dos moradores o seu apoio. As dinâmicas entre institucionalização/anulação da política e sua dissensualidade/potencialidade não-institucional percorrem caminhos que não podem se furtar a essa simples dicotomia e, se essa faz algum sentido, em termos nativos, de modo a elaborar um chão comum para o começo dos estudos, ela deve seguir a mesma regra que as categorias etnografadas seguiram no terceiro capítulo: a dicotomia entre anulação e potencialidade da política deve ser cambiante e contextualizada nos diversos termos e cenários em que pode ser usada. E devemos usar muito mais o termo “e” do que o “ou” para pensar que a política ocorre tanto no momento do dissenso como na sua prática institucional, que só pôde ser aberta pelas veredas daqueles que antes foram, segundo Rancière (1996) sem-parte, sem-vozes e, por isso mesmo, capazes da política transformadora.

O apoio institucional continuou presente nos anos em que se passou a ocupação e tornou-se regra nos inúmeros eventos relatados, sempre que possível, nos boletins dos sindicatos e outras comunicações oficiais do PSTU. Em junho de 2005, foi realizado um ato de solidariedade ao Pinheirinho, com a ajuda dos sindicatos — metalúrgicos, alimentação, condutores, dentre outros —, de Igrejas e de deputados estaduais do PT, PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e do PV (Partido Verde). Anteriormente, todos estes já haviam sido convidados para a comemoração de um ano da ocupação, assim como os moradores do Pinheirinho estiveram presente nas “portas de fábrica” para impedir a demissão de 600 funcionários da General Motors em outubro de 2005. No dia 11 de novembro daquele ano, uma comissão de franceses representantes de movimentos populares convidados pela COM (Central de Movimento Populares) e pela ONG Pólis visitou o Pinheirinho: “O Pinheirinho é uma das ocupações mais organizadas que já vi” disse Edwige Le Net, membro da organização *Droit au Logement*, ao boletim do Sindicato dos Metalúrgicos, número 727. No Natal de 2005, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, suas subsedes de Jacareí e Caçapava, o Sindicato dos Químicos e da Alimentação de São José, a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e o Sindicato dos Servidores Públicos de Jacareí organizaram uma arrecadação de alimentos para as famílias do Pinheirinho.

Em junho de 2006, o Sindicato chamou uma “unificação das lutas”, que contou com as greves dos metalúrgicos na GM e na Volkswagen, dos funcionários do Incra, da Funai, do Ibama, da Receita Federal, do Banco Central, do INSS e de setores do Judiciário. As manifestações foram tópicos de discussões anos mais tarde e os moradores do Pinheirinho apareceram em mobilizações organizadas pela Conlutas. Esta organizou, em conjunto com o Pinheirinho, uma passeata que juntou cerca de 90 bairros da cidade nos quais havia perigos de desapropriação, pelos mais variados motivos, como o Jardim Mesquita, Santa Cruz e Martins Guimarães. No dia 26 de julho de 2006, cerca de mil pessoas se manifestaram contra o despejo na frente do Paço Municipal, pedindo a saída da Secretária da Habitação, Maria Rita de Cássia Singulano. No dia 7 de setembro daquele ano, como nos posteriores, o Pinheirinho participou do Grito dos Excluídos, manifestação anual que ocorre na Basílica de Aparecida, com a presença de

pastorais, sindicatos, movimentos populares e ativistas sociais. O sindicato organizou o ônibus e os lanches novamente.

No aniversário da ocupação em 2007, o sindicato ajudou a organizar a semana dos “Amigos do Pinheirinho”, que teve a presença de Plínio de Arruda Sampaio, então candidato a governador pelo PSOL, dentre outros. Segundo Marrom, em entrevista para o boletim do Sindicato dos Metalúrgicos, todos os metalúrgicos “estavam convidados”. Nesse mesmo ano, o Pinheirinho, em conjunto com diversas entidades sindicais da região, protestou contra a visita do presidente americano George Bush ao país, assim como se uniu às mesmas para mobilizar-se no primeiro de maio. No dia 23 de maio, a Conlutas chamou um “dia nacional de lutas” para a “unificação de todas as lutas” e contou com o apoio do Pinheirinho. Em junho de 2007, foi a vez da greve na USP ser assunto de pauta, através dos sindicatos. Logo após, as lideranças foram ao Haiti com as passagens pagas pela Conlutas. No dia 24 de outubro, os moradores do local participaram, com mais 16 mil manifestantes de todo o país, de uma marcha a Brasília contra a Reforma da Previdência e a Trabalhista.

No aniversário de quatro anos do acampamento em fevereiro de 2008, estavam presentes José Maria de Almeida, presidente do PSTU e do Conlutas, Plínio de Arruda Sampaio, ex-deputado federal membro do PSOL, além de outros dirigentes sindicais e movimentos populares. Nesse ano, ainda aconteceu a “quebra” do mercado imobiliário americano e a consequente crise financeira internacional, que resultou em inúmeras mobilizações acompanhadas de perto pelos moradores do Pinheirinho: manifestações em inúmeras “portas de fábricas” na região do Vale do Paraíba, passeatas no centro da cidade e em São Paulo — em conjunto com as mais variadas entidades sindicais —, e “visitas” nacionais e internacionais ao acampamento que demonstravam apoio à “luta” pela moradia e pediam ajuda nas suas mobilizações. Somente a fábrica da GM recebeu cerca de seis manifestações que contavam com apoio dos ocupantes e de uma “solidariedade internacional dos trabalhadores”, com membros de sindicatos de diversos países da América Latina. A exemplo do que aconteceu na Embraer, com a ajuda das mobilizações e, especialmente, com o suporte jurídico do Sindicato, que também representa os sem-tetos, as demissões foram barradas na Justiça:

”Nos próximos dias, o Sindicato enviará dirigentes aos Estados Unidos, Equador, Venezuela e Argentina para participar de encontros com trabalhadores das fábricas da GM nesses países. Esta medida foi aprovada em reunião da Diretoria do Sindicato nesta segunda, dia 24.

O objetivo é discutir os ataques que a montadora está fazendo em todo o mundo e preparar uma luta unitária dos trabalhadores. (...)

‘Um dos princípios do nosso Sindicato é a unidade internacional da classe trabalhadora. Acreditamos que somente a luta de todos os trabalhadores, independente do país em que moram ou trabalham, pode derrotar os ataques dos patrões. A GM está fazendo um ataque mundial. Portanto, só a unidade dos trabalhadores poderá defender os direitos’, afirma Vivaldo” [Jornal do Metalúrgico, número 819, de 26 de março a 1 de abril de 2008, (grifos no original)].⁷⁵

O 1º Congresso da Conlutas ocorreu de 3 a 6 de julho de 2008, em Betim, Minas Gerais e reuniu cerca de 4 mil “trabalhadores” e ativistas de todo o país. Da região do Vale do Paraíba foram eleitos trabalhadores químicos, da alimentação, dos Correios, oposições dos sindicatos dos condutores, servidores municipais, professores, sem-terras de Taubaté e sem-tetos do Pinheirinho. Segundo informações da organização do congresso, mais de 700 entidades de todo o país, entre sindicatos, oposições e entidades do movimento popular e estudantil se cadastraram para participar do encontro. Em seguida ao Congresso, aconteceu nos dias 7 e 8 de julho, também em Betim, o Encontro Latino-Americano e Caribenho de Trabalhadores. O evento foi convocado pela Conlutas (Brasil), COB (Bolívia), Batalha Operária (Haiti), Tendência Classista e Combativa (Uruguai) e CCura (Venezuela), e contou com a presença dos membros do Pinheirinho, que se encontravam com essas organizações em nome da “soberania dos povos” no intuito de combater o “imperialismo”.

O ano de 2009 foi marcado também por protestos e pautas variadas, estabelecidas via sindicatos, seus aparatos jurídicos, demais movimentos sociais e meios formais de participação política. As discussões giravam em torno do Pré-sal, crise nas Honduras, campanhas salariais de diversas categorias, banco de horas, gripe suína e assuntos que aparentemente não dizem respeito diretamente à “luta” pela moradia. No entanto, ônibus e lanches foram providenciados, mutirões mobilizados, e redes mútuas

⁷⁵ Entre os dirigentes enviados aos países citados, encontrava-se Marrom, coordenador-geral do acampamento

de ajuda e solidariedade entre instituições formais e vias cotidianas de participação política entraram em ação. Contudo, devemos nos perguntar qual o caráter dessa grande institucionalização, que, até onde pudemos ver, não anula, mas, pelo contrário, mobiliza a potencialidade política do movimento, conjugando a partir de categorias do dia a dia, como “luta” e “trabalhadores”, um universo cada vez maior de aliados e inimigos, marcando pautas e estratégias formais de ordenamento político. Entretanto, qual é a característica dessa institucionalização? Ela detém uma abrangência total e opressora? E como esses espaços formais aparecem no cotidiano desses moradores, muitos dos quais, como Jorge, estão acostumados com os protocolos de espaços políticos de formação e reivindicação de uma identidade coletiva?

4.2 A dinâmica das Reuniões e Assembleias: espaços institucionais e marcadores de identidades

Os locais das reuniões variam em cada setor; a maioria é feita em casas próprias para elas, mas algumas ocupam espaços de igrejas, praças, pequenos palcos montados na rua na frente da casa de alguém ou, na falta de alternativa, no galpão principal no centro do acampamento. Os dias são as costumeiras terças-feiras, no entanto, como é recorrente, um coordenador pode ser responsável por gerir mais de um setor, sendo assim, caso não encontre tempo para conjugar as duas reuniões às terças, algumas delas podem ocorrer nas quartas. A questão do horário também varia, pois todas deveriam ocorrer às 18 horas, mas no caso de dois setores terem o mesmo coordenador, a reunião pode ser atrasada para as sete e meia em alguns casos. Nunca presenciei reuniões com mais de 50 pessoas entre homens, mulheres e crianças; com uma média de 120 famílias por setor, também nunca me surpreendi com os constantes chamados de atenção dos coordenadores sobre a pouca participação dos moradores. Não foram raras as vezes em que menos de 15 pessoas estavam presentes. Entre os moradores, é chavão dizer que quando uma reunião está cheia, algo aconteceu — “coisa boa ou ruim”.

Como de hábito, as reuniões atrasam pelo menos quinze minutos. Nesse meio tempo, as pessoas se juntam na porta de entrada ou em embaixo de alguma árvore, caso se reúna em praças e ruas. São comentados assuntos do dia a dia e prováveis pautas do encontro semanal. Nessas pequenas conversas, são acionadas

frequentemente todas as categorias encontradas no capítulo anterior, em meio a comentários sobre a novela, o futebol, a escola dos filhos e outros assuntos.

Se o dia, horário e presença podem variar, a dinâmica das reuniões é sempre a mesma. Primeiramente, são feitos anúncios de ordem mais geral pelo coordenador: avisos de passeata, mobilizações, resultados de pendências jurídicas, necessidade de consertos na rede elétrica, mutirões e demais assuntos recorrentes ao cotidiano destes moradores. O coordenador sempre está com a pauta na mão, e seu secretário a todo o momento entregando cartas de médicos, escolas, exames ou demais correspondências que chegam aos moradores identificados pelo nome, setor e número de seu barraco. As intromissões são raras e quando são feitas se referem a problemas de gerenciamento coletivo dos equipamentos urbanos construídos pelos próprios moradores, brigas de vizinhos, cuidado com as crianças, barulho do bar e outras pequenas contingências diárias. Ao final, cada participante passa o número de sua moradia ao secretário para garantir a sua presença na reunião e dar sua contribuição para o movimento — pede-se dez reais por família por mês. É requerida apenas a ida de um morador por casa, embora sempre se diga que todos deveriam comparecer, já que essas notícias têm que ser passadas em primeira mão, pois sempre há o risco da “fofoca”, isto é, informação mal passada, por engano ou má fé.

Toda a estrutura básica encontrada em qualquer associação de bairro está presente, seja de bairros populares ou de classe média. Temos as pautas com os assuntos urgentes, a retomada da continuidade da reunião anterior, a redação, mesmo que precária, de uma ata, uma lista de presença, a cobrança de uma contribuição — semelhante à taxa de qualquer condomínio, porém sem a obrigatoriedade — e regras para falar e escutar os demais. Trata-se de um espaço institucional formal de reprodução de uma igualdade tomada como dada por todos os moradores do Pinheirinho. Poder-se-ia tomá-lo como um espaço de puro gerenciamento — até mesmo estatístico — da população do acampamento. Em suma, se tomarmos a definição de Rancière (1996, p. 42) ao pé da letra, mesmo dentro desse movimento popular contestador, as reuniões são espaços policiais de gestão de uma ordem, mesmo que, por simpatia ou afinamento ideológico, tenhamos-la como uma ordem justa.

Após o fim da reunião — e mesmo durante ela, baixinho ao pé do ouvido — os assuntos iniciais são retomados, agora vinculados com o teor discutido nessa

intromissão entre o papo inicial e o final. Aliás, comenta-se sobre a reunião na volta para casa, a caminho do bar que acaba de reabrir ou na ida para a igreja. Os questionamentos, dúvidas e reclamações não são muitos e às vezes, aparentemente, detêm apenas um caráter individual, sem alguma relação mais clara com o movimento em geral. No entanto, estes espaços — menores e mais circunscritos que as assembleias gerais de sábado — são pontos de encontro e elaboração de uma identidade comum que é reapropriada com um caráter performático, em locais maiores e publicamente mais visíveis, como as manifestações e assembleias de sábado. A conversa pequena joga com a fluidez dos valores do capítulo anterior e testa sua elasticidade para lidar com todo e qualquer tipo de assunto. São, desse modo, também maneiras informais, permeadas e iniciadas pela formalidade oriunda da prática movimentalista desses encontros em subjetivar categorias políticas de definição de si mesmo e dos outros. Penso que as reuniões de terça-feira servem não apenas para a liderança como modo de formação de uma pauta unificada dos encontros de sábado, como também são meios de dar uma coesão, momentânea e cambiante para o público que vai assisti-las.

Outras esferas institucionais também estão presentes nas reuniões e com elas dialogam. É comum que advogados, membros do sindicato e do partido se encontrem presentes nesses locais, seja para passar alguma informação de sua área de atuação ou apenas para manifestar seu apoio ao grupo. Já vi presença de advogados, do defensor público ⁷⁶ e de vereadores da base oposicionista nessas ocasiões. Além destas entidades e indivíduos ligados a quadros institucionais do governo, partido ou judiciário, veem-se, no meio dos moradores, membros de outros movimentos sociais como os sem-terra ou sem-teto de São Paulo. De qualquer modo, eles são referenciados sempre através de uma palavra generalizante: “reforços” — palavra que indica aliados e amigos do movimento em momentos de crise. Em janeiro de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça emitiu uma liminar favorável à ação demolitória perpetuada pela PMSJC, e, embora esta se tratasse de uma decisão final — para a qual não havia possibilidade de recurso — foi tida como mais uma tentativa da prefeitura de intimidar os ocupantes, recorrente todo o final do ano. No dia em que essa sentença foi anunciada em uma reunião da Mangueira, o coordenador Serginho — que acumula além da função de

⁷⁶ A defensoria pública da região — esse meio formal de contestação — foi, inclusive, celebrada pelo movimento como fruto da “luta” do movimento.

coordenador da área, um papel ativo no MST — disse que, se necessário, expulsaria aqueles que não queriam lutar e que, a partir da lista de presença nas reuniões, poder-se-ia chegar a um meio-termo com a prefeitura numa possível negociação para a diminuição das famílias no local, optando-se sempre por aquelas que são “lutadoras”. Mas, acreditava que de qualquer maneira a partir daquele momento, o MST estaria “em pé de guerra” com a prefeitura e que seria melhor ter um acampamento com “400 famílias lutadoras do que 1500 acomodadas”. Perguntei, na ocasião, para um senhor ao meu lado se ele estava receoso com a situação — como um possível enfrentamento com a polícia —, e ele me tranquilizou dizendo que havia sempre uns “advogados bons” do partido e do sindicato em Brasília; e que, em último caso, sempre haveria de chegar “reforço” para ajudar, isto é, as mais variadas redes de solidariedade institucionais com as quais o Pinheirinho interage.

Na realidade, “reforço” abrange uma variedade de atores sociais. Não há uma diferenciação muito clara dentro desse espaço semântico entre aqueles que detêm um caráter formal e outros sujeitos políticos advindos das redes de ajuda mútua dos movimentos sociais, ONG’s, partidos, outros movimentos com diferentes pautas, sindicatos e toda uma estrutura formal montada e instituída, pois a redemocratização brasileira circunscreveu não só o território nacional, como também estendeu suas redes de influência para outros países e populações tidas como carentes e, portanto, “irmãs”. Essa grande institucionalização, formalização e rede de suporte construídas pelos movimentos brasileiros foi observada por Doimo (1995) e batizada de “rede movimentalista”, um processo gestado na década de oitenta e que ganhou grande peso político e outros contornos formais na década de noventa, com a grande explosão do terceiro setor.⁷⁷ O fenômeno associativo dos movimentos e seus parceiros estratégicos detêm um caráter internacional e a sua atuação conjunta com atores institucionais foi descrita de maneira abrangente por Tarrow (2009). O argumento do autor é de que o núcleo de mobilização desses movimentos é pequeno, porém diversificado, e a grande eficácia política de suas ações se pauta na possibilidade desse número diminuto — porém, variado — de atores mobilizar uma base heterogênea de maneira rápida e dinâmica, perpassando diversas esferas da sociedade civil e mesmo do Estado. É o caso das diversas

⁷⁷ Para consultar dados estatísticos sobre o crescimento do terceiro setor na época, conferir Fernandes (1993).

manifestações que tive oportunidade de acompanhar, sendo o núcleo organizador dessas formado por poucas pessoas que são quase sempre as mesmas, atuando em esferas variadas: entidades sindicais, ONG's, universidades, aparato legal estatal, movimentos sociais alhures etc., isto é, são verdadeiros burocratas profissionais especializados na mobilização e reivindicação de direitos considerados básicos, orientados por mais de 30 anos de prática movimentalista dessas entidades.

Todavia, a formalidade que os representantes dos quadros institucionais carregam para dentro de uma destas reuniões permeia e se deixa permear pela informalidade das conversas dos moradores e suas categorias e, ao associar a cada instituição a qualidade de aliado ou inimigo, emerge, de dentro dos quadros institucionais presentes, como sindicatos e seus aparatos burocráticos, um jogo típico da cena política nos termos definidos por Rancière (1996). Isso se torna claro no modo como os agentes de sistema burocrático gerencial se apropriam da palavra ao se dirigirem aos moradores, e um caso exemplar foi a visita do defensor público ao acampamento. O uso de palavras populares e categorias nativas, antes de ser considerado como um populismo ou ser tomado como um reducionismo de aspectos nebulosos de um sistema de leis truncado, pode ser mais bem compreendido, a meu ver, como a conjugação de dois sistemas de atuação, o formal e o informal, que mescla, por sua vez, duas lógicas que não se encontram muito apartadas, a gerencial e a política. Partindo da conceituação de Rancière (1996) sobre política, podemos percorrer um longo e profícuo caminho, mas, ao confrontá-la com os dados de campo, podemos complexificá-la e pensar que, se por um lado, um aspecto inegável da política é sua qualidade conflitiva, por outro, a apropriação do dissenso por quadros institucionais supostamente estáveis e fixos leva-nos a pensar a política também como uma forma de se encontrar meios, ainda que provisórios e contestáveis, de oferecer soluções pactuadas dentro de quadros institucionais que lidam com o conflito — mesmo que esses meios sejam efêmeros e corram sempre o risco de dar errado. O gerenciamento do conflito dentro de quadros administrativos não se torna necessariamente uma perda do aspecto político do social, já que esses quadros e normas não são tão fixos e criteriosos como a lógica legal-racional gostaria que fosse; e o uso de termos nativos, originários de locais híbridos do cotidiano por agentes institucionais sugere uma informalidade com a qual o sistema jurídico e policial é obrigado a lidar, indicando

uma maleabilidade das normas na qual o jogo da política pode nascer dentro do sistema de códigos estatuídos.

Certamente, existe um peso e uma força da lei e das instituições que não se pode negar. Ordens judiciais, confrontos com a polícia, criminalização dos movimentos sociais e outros aspectos violentos são consequência da ação movimentalista conflituosa e não devem ser relativizados *ad infinitum*. No entanto, considerar os espaços institucionais como esferas lacradas e quadros por demais fixos pode levar à desconsideração dos próprios esforços desses mesmos movimentos que, por meio de muito “luta”, constituíram espaços formais de representação política, dentro e fora do aparato policial, e o formalizaram por meio de leis e espaços de debate, direitos e conquista civis.

A representação dessa formalidade e a dinâmica que esta detém com o cotidiano do acampamento pode ser vista na performance dos coordenadores, dos “reforços” e do público nas reuniões de terça. Os modos de se portar nessas ocasiões obedecem a um *script* que a todo o momento é compartilhado com os iguais: pedidos de silêncio, filas para inscrições, ordem das correspondências e respeito ao horário (nunca cumprido) são exemplos de uma aura de formalidade que nunca é por demais fixada, mas é sempre ritualizada e se torna alvo das informalidades posteriores na conversa de bar ou ao pé da árvore — locais tão importantes para a formação da identidade trabalhadora quanto a passeata, a reunião e a sua necessária publicização estratégica.

Nas reuniões de sábado, os setores são, a exemplo de caravanas em *shows* de auditório, chamados um por um por quem está no palanque, de modo a mostrar a todos qual deles está mais empenhado e participante. A presença do pesquisador nesses locais é sempre afirmada e é motivo de uma maior ênfase da participação e engajamento dos setores e de seus coordenadores. O mesmo acontece com as demais “visitas”; sábado, por sua vez, é um dia em que todas as formalidades são seguidas à risca quando se é esperada uma “visita”. Em 2006, a então candidata à presidência pela Frente de Esquerda do PSOL e PSTU, Heloísa Helena visitou o acampamento, fez o discurso de apoio ao movimento e se comprometeu a voltar em breve, sendo eleita ou não. Não pude presenciar essa primeira ocasião, mas estive presente no seu prometido retorno e nas semanas que o precederam em finais de 2007. Como não poderia deixar de ser, sua vinda foi tópico de muitos avisos e debates nas reuniões anteriores à sua visita: normas de bom

comportamento foram expostas, valores de pertença do grupo foram reafirmados — isto é, a qualidade trabalhadora do local, “honesta” e “humilde” — e a cobrança na presença em cada setor foi intensa. Ademais, o acampamento passou por uma reforma: os matos foram capinados, os entulhos retirados das ruas, a praça ao lado do galpão principal foi reconstruída com canteiros refeitos com pneus velhos (mas devidamente pintados e cuidadosamente dispostos), e além disso, o próprio galpão passou por uma série de melhorias. Assim, todas as formalidades de uma assembleia de sábado foram observadas em pleno dia de semana. O dia de trabalho para muitos não foi um grande problema, o galpão estava cheio e todo ritual demorou cerca de duas horas. A presença de jornais regionais mobilizou todo o repertório de publicização de demandas e marcadores de identidade coletiva, construída no dia a dia, formalizadas em assembleias e espetacularizadas pelos meios gestados com a ação movimentalista em sua informalidade cotidiana ou nos espaços institucionais abertos por essa mesma prática, acionados especificamente pela presença midiática, na ocasião.

Todavia, o espaço das reuniões não é o único modo pelo qual as regras da formalidade são torcidas — a própria apreensão das entidades e do jogo político formal passam por mediações cotidianas outras, como veremos a seguir.

4.3 A apreensão moral das instituições: “Marrom” enquanto categoria nativa

As entidades formais e as práticas delas advindas são em grande parte resumidas na figura do Sindicato. No entanto, essa figura tem mediações e personalizações em campo que não podem ser deixadas de lado. Muitos, quando remetem a outros movimentos sociais, quadros legais e outros dispositivos formais, passam necessariamente pelos indivíduos que carregam esta aura dentro do acampamento: não se pode falar do MST no Pinheirinho sem se mencionar a figura do Serginho, coordenador da Mangueira, bem como não podemos discutir as pendências jurídicas da área sem tratar da figura do “Toninho”, advogado do Sindicato e membro do PSTU. Entretanto, o caso mais patente dessa personalização e da consequente moralização dos quadros institucionais fica mais claro e reforçado no caso de “Marrom”. Não se pode fazer qualquer menção aos “reforços”, ao sindicato ou ao partido sem passar pela sua figura e pelos valores

que a mesma traz, enquanto valores pessoais e singulares, como também pelas qualidades que deveriam estar presentes em toda a coletividade, influenciando as esferas institucionais governamentais — “poderosas” e “injustas”.

Podemos, então, retomar agora algumas falas anteriores para refletir e reforçar essa moralização das esferas formais e apreender a importância de valores coletivos na construção e mediação entre estruturas supostamente impessoais da política ocidental:

“E quando foi a época da eleição, um homem me disse que o Marrom fazia pouco caso da gente. Eu falei para ele que nunca tinha visto, que o Marrom pudesse ser o que fosse, mas um homem que nem o Marrom eu nunca tinha visto. (...) Quer dizer, as pessoas criticam achando que o Marrom trouxe as pessoas para cá, assim por causa do sindicato, mas não é, porque o Marrom é dos sem-terra... O Marrom viu que quem estava naquelas casinhas e foi botado para fora e ficou lá no campo, precisava deles aí foi lá ajudar.” [Cláudia]

Pergunta: E o pessoal lá de fora que votou no Marrom [nas eleições municipais de 2008]...?

“Com certeza votou confiando. Um monte do partido dele, que tem muito conhecimento aí fora do Marrom. Com certeza ele teve muito mais lá fora do que no Pinheirinho. Com a maior certeza!”

Pergunta: E quem votou nele lá fora, votou por causa da atuação dele aqui no Pinheirinho?

“Uma parte é por isso aí, certo? Tem muito a ver com isso aí. E uma outra parte seria com o caso dos sem-terra, que ele dá apoio nisso aí. Todas as manchetes que você vê Marrom comentando alguma coisa, defendendo alguma coisa, do bem, do interesse do trabalhador. Que ele só defende mais essa classe de gente, né? Então, você não vê o Marrom defendendo um ladrão, você vê o Marrom defendendo só gente que quer trabalhar, né? Quer trabalhar e quer ter um teto. Esse é o direito do cidadão brasileiro. É ter um teto.” [Jorge]

“Ah, eu tenho comigo que tem. Esse povo do sindicato tem um coração muito grande, porque a paciência que eles têm eu não teria não, de ficar lutando, que muitos lutam e outros não estão nem aí, para eles tanto faz a água correr para cima ou a água correr para baixo que eles não estão nem aí” [Joana]

Do mesmo modo que a categoria de “trabalhador” está vinculada primeiramente a questões morais de honestidade, humildade e solicitude,

“Marrom”, enquanto símbolo de aparelhos formais, como os sindicatos e partidos, não pode se desvincular dessas mesmas categorias morais que defende, sob pena de perder os vínculos afetivos que o unem com uma classe oprimida pelos “engravatados” e “madames”. Defender o “trabalhador” significa estar do lado deste contra os “bandidos” e “poderosos”, mesmo quando essa “luta” envolve esferas que supostamente não levam em conta a pessoalidade das relações cotidianas, como a esfera jurídica ou as eleições do sindicato, que, ao contrário do que critérios de produtividade e eficiência nos poderiam levar a pensar, deve ser controlada por aqueles que têm um “coração grande”. Assim sendo, pode-se referir à justiça brasileira como “injusta” e “desonesta” e aferir a venda que esta leva nos olhos como símbolo de sua incapacidade e preferência de suas decisões em favor dos “poderosos”, como uma moradora já fez em certa ocasião.

As lideranças e as entidades sindicais e outras estruturas formais têm um grande apelo dentro desse campo, dado que diversas pessoas registraram a importância das atividades ligadas a essas esferas. Passeatas e manifestações organizadas por elas e as comissões de lideranças do movimento ou do sindicato são sempre lembradas para evocar uma conquista ou um momento simbolicamente importante na construção do movimento. Uma passeata à prefeitura que resultou na reunião entre líderes e secretariado é sempre vista como uma vitória, mas como foi ressaltado por Cláudia, mais de uma vez, o prefeito ou qualquer um de seus comandados não aparece durante as manifestações, sendo que a única vez em que ela o viu foi na televisão. Ou seja, “para sair para mostrar que ele é realmente do povo, ele nunca saiu”, colocando nos líderes do movimento e nas “visitas” dos sindicatos e outros movimentos essa qualidade popular, já que estes sim estão ao lado dos moradores durante todo o momento e as organizações que eles representam não deixam, portanto, de assimilar essa mesma adjetivação quando vinculadas à imagem dessas pessoas, sempre referidas como o “pessoal do sindicato” ou o “pessoal do partido”. Já que essas instituições são sempre percebidas pelas qualidades de pessoas-chave e personalizadas em figuras importantes dentro do campo, o sindicato ou o partido está sempre do lado do “povo”, pois as pessoas que têm suas imagens a eles vinculadas se encaixam nas qualidades descritas acima de “trabalhador”, pessoas e entidades “honestas” e “humildes”, dispostas sempre a ajudar. Simetricamente, a figura do prefeito e a da prefeitura em si, em todos os seus níveis, podem ser descritas através da imagem

dos “poderosos” e da falta de “boa vontade”, e todos os programas assistenciais em que os moradores do Pinheirinho se inserem são vistos a partir da conquista do movimento por meio da mobilização política do acampamento, como foi o caso das cestas básicas vinculadas à manifestação de Brasília. Segundo Cláudia, o problema do Pinheirinho seria resolvido, caso

“(…) nem só o prefeito, mas que as autoridades, virem a enxergar de uma maneira geral as pessoas que moram aqui, saber que as pessoas que moram aqui, são cidadãs de bem, que as pessoas aqui trabalham, mas que o objetivo deles é alcançar uma casa, para ter uma vida digna. E eles [prefeito e autoridades] ajudar as pessoas daqui, não tratar com essa humilhação, dizer assim: ‘Pinheirinho é favela’ (...). *Acho que tá na hora de ele começar a pensar como ser humano, como ser humano*, e ver que as coisas não são como ele pensa, porque terra tem, não adianta dizer para a gente que terra não tem.” [Cláudia (grifos meus)]

Do mesmo modo que se aponta nas instituições a falta de “boa vontade”, termo corriqueiro entre os moradores, a definição das instituições amigas e inimigas e das figuras representativas das mesmas é feita atribuindo-lhes qualidades humanas, mesmo em seu sentido mais lato. O prefeito, a prefeitura e as autoridades em geral não apóiam o prefeito porque faltam a elas essa humanidade compartilhada entre aqueles que estão do lado do “Marrom” e aquilo que ele representa, porque como foi dito por uma das entrevistadas, aqueles que criticam o “Marrom” são aqueles que não sabem o que é viver com “ser humano”, o contrário das pessoas que são trazidas pelos sindicatos ou partido, as “visitas” ou “reforços”. O interessante de notar nessa categoria “visita” é que todas elas são trazidas por esforços das entidades “amigas” do movimento e todas elas vêm de outras instituições governamentais ou da sociedade civil, nacionais ou internacionais, e todas essas “visitas” aparecem vinculadas a “Marrom”. Todos os movimentos sociais, entidades sindicais, agentes públicos, membros do terceiro setor, dentre outras variadas “visitas” são mediados pelas qualidades e características de “Marrom”: se ele as trouxe para dentro de uma assembleia, a sua origem não é fonte de preocupação primária. Se sua filiação é dada como “amiga”, a confiabilidade de sua aliança com “Marrom” é o que importa e que lhe dá a qualidade de “trabalhador” e todas as outras a ela imbuída identificam seu lugar

dentro do espectro de amizade e inimizade, aliança e atrito. Aliás, a minha própria presença dentro de campo foi fruto dessa relação de compadrio que “Marrom” parece deter no movimento. Assim como outros estudantes de universidades regionais e nacionais, a minha presença — embora o vínculo com a USP não fosse a toda hora explicitado — tinha que ser explicada em relação à posição que “Marrom” ocupa e, desse modo, vinculada diretamente às instituições que ele representa. Se, por um lado, esse relacionamento me colocou do lado dos “trabalhadores”, por outro, me impediu de adentrar com a profundidade que gostaria nas relações cotidianas não cobertas pela abrangência dessa institucionalidade.

Num primeiro olhar, este pode parecer um fato que corrobora as considerações de Agamben (2007, p. 141) sobre a total abrangência das instituições e do futuro colapso biopolítico provocado pela invasão de suas forças dentro de todas as esferas da vida humana. Entretanto, apesar de não poder aqui, devido à minha posição dentro do campo, oferecer um olhar sobre as esferas não institucionais desses moradores, podemos perceber que as abrangências dessas instituições têm de lidar com seus aspectos cotidianos e com a sua suposta posição hierárquica de superioridade ou mesmo de completude. Tais instituições, em analogia com os âmbitos privados e singulares dos indivíduos, são forçadas a lidar com as moralidades cambiantes e fluidas que apreendemos no capítulo anterior. E, embora possam conservar uma relação de poder com o cotidiano mais imediato — se é que podemos fazer essa distinção —, a apreensão das institucionalidades no dia a dia dessas pessoas é mediada pelas mesmas categorias que usam para fazer a política usual. Assim sendo, se pudemos concluir no capítulo anterior que a política pode ser feita no cotidiano desses moradores a partir do desdobramento de conceitos clássicos da esfera pública e de sua conformação com a realidade estudada — através da atuação das esferas institucionais dentro do Pinheirinho e da compreensão que elas detêm para esses moradores —, podemos ver que, além da suposta abrangência total das instituições, ela não dá conta das variações que estas sofrem no contato com o contingente. Logo, a potencialidade política pode ser deslumbrada também dentro da lógica gerencial, justamente porque a polícia, nos termos de Rancière (1996, p. 42), também não pode ser por demais fixa e impessoal. Podemos oferecer para as instituições políticas que estão em jogo aqui a mesma explicação que sugeri para a construção do Estado de Direito no capítulo

anterior: seguindo a lógica de Sahlins (1997), o inexorável avanço das instituições em direção a um choque bio-político de largas proporções é também uma das consequências do que o autor chamou de “pessimismo sentimental”, e a atuação dessas imensas máquinas da política moderna não pode ser considerada somente pelo “centro” — deve deter-se minuciosamente com suas repercussões e reflexos também políticos advindos das “margens”.

Vejamos outras considerações acerca dos movimentos e entidades atuantes no Pinheirinho. Raquel e Ana disseram que aprenderam muito sobre política depois que entraram no acampamento — “prefeito, vereador, essas coisas todas”. Tendo sido a primeira experiência das duas com movimento social, afirmaram que mudaram de opinião depois de entrarem, pois antes pensavam que isso era “coisa de bandido e maloqueiro”. O que antes era “coisa de gente errada” passou a ser visto como um lugar onde havia “muita gente boa, gente que trabalha, gente que luta para conseguir alguma coisa”. O aprendizado da política aparece, na fala das duas, vinculado às esferas formais de dentro do acampamento e fora dele, sendo que as reuniões constituem espaços privilegiados para a discussão, assim como o sindicato é uma fonte de informações e combatividade. Raquel foi viajar para Campos do Jordão para ajudar numa campanha eleitoral do Sindicato dos Metalúrgicos, além de ter ido à porta da fábrica da Embraer. Uma experiência positiva em sua avaliação — “Eu gostei muito de participar” —, mesmo porque, segundo as duas, o sindicato ajuda bastante na “luta” do Pinheirinho, assim como o PSTU, cuja atuação não é passível de críticas, já que “eles entendem a gente, como eles são trabalhadores também sabem da vida da gente aqui dentro. Acho que eles parecem um pouco com o povo, né?” Como dito acima, a qualidade de trabalhador e todas as suas consequências também podem ser extrapoladas para lidar com as características de uma instituição formal de representação política partidária, e a formalidade das instituições passa a ser vista sob o prisma da pessoalidade das relações cotidianas. O mesmo argumento pode ser estendido para as esferas jurídicas, representantes oficiais de aparatos estatais ou aparelhos públicos de consumo coletivo, pelos quais tanto estes moradores anseiam. A formalização desses direitos, inscritos principalmente na Constituição de 1988, não impede o seu tratamento pessoal, singular e contingencial, nem o dos meios formais de acesso a eles.

A assistência social, inscrita e promulgada atualmente através do seu texto base da última Constituição, é uma obrigação do Estado para com a população carente. Nasceu de uma demanda dos movimentos sociais da década de 80 e é vista como um direito conquistado diariamente pelos moradores do Pinheirinho. Novamente, o caso das cestas básicas fornece uma boa linha explicativa. Francisco, à época em que o entrevistei, dependia do seu fornecimento para sobreviver e alimentar sua filha de poucos meses e, na falta desse atendimento, seu “leite” era completado com os bicos que ele conseguia em empresas, cuja remuneração — em torno de vinte a vinte e cinco reais — ainda deveria ser suficiente para comprar a “mistura” para ele e sua mulher. Há menos de seis meses no acampamento, em meados de março de 2009, Francisco não havia sido capaz de efetuar uma compra grande de alimentos para sua família e dependia das cestas básicas doadas pelo governo, já havia pegado duas, de um máximo de três consecutivas, quando não dava azar de deparar com a falta delas para a população. Por sorte, como eram poucos — somente três pessoas, contando com o bebê — a cesta básica costumava durar mais de um mês. No começo de 2009, surgiu um boato dentro do acampamento de que o fornecimento iria ser interrompido, e a explicação para o fato Francisco já tinha:

“(…) Dizem que vai, se caso for acabar, eu acho que não deveria. Por quê? Tem pessoas que moram lá fora, que têm casa própria, têm dinheiro melhor do que o meu, melhor do que todos aqui dentro, que pegam. *Então eu acho que deveria haver uma fiscalização entre essas associações que existem por aí que o prefeito está, entendeu?* Tem pessoas que têm seu carro, têm dois, três carros na garagem, têm sua moto, têm seu emprego bem, entendeu? E ao mesmo tempo vai lá, passa a madrugada que nem eu passei, até cheguei duas horas da manhã lá e sai às oito, para pegar uma ficha, para pegar a cesta hoje” [Francisco, (grifos meus)].

A noção de direito devido pelo Estado do fornecimento das cestas básicas ou atendimento médico, por exemplo, é difundida dentro do Pinheirinho. A assistência social como um dever do aparelho estatal, pelo menos entre as classes populares urbanas, já está fincada em seu imaginário, mesmo que para isso seja necessário um processo de mobilização e “luta” contra a injustiça e os

“poderosos”. A institucionalização das demandas conseguida pelos movimentos sociais e o direito ao atendimento básico que todo “ser humano” merece aparecem na fala nativa através da necessária fiscalização por parte da prefeitura e das “associações” do cumprimento das necessidades da população. Qualquer acontecimento no sentido contrário é visto como uma “desonestidade” dos “engravatados” e “poderosos”, e as instituições formais que deveriam estar cuidando da indefesa população carente recebem o mesmo tratamento personalizante da parte abastada da sociedade, o que já foi percebido por Caldeira (1984) em sua pesquisa.

Como me disse uma das moradoras, qualquer candidato a prefeito ou a vereador tem por obrigação manter contato com os seus eleitores, ganhe o cargo ou não, de modo a perceber o caráter de “trabalhadores” dos últimos em relação aos primeiros. Por isso, os políticos e a prefeitura, e mesmo toda a ordem institucional, no intuito de se manterem no poder, deveriam “dar assistência durante dois, três anos a todos moradores” e fazer cumprir os “direitos de todos”, para na hora das eleições o “povo saber quem está do seu lado”, isto é, definir quem é “humilde”, “honesto” e não é “bandido”, enfim, um “trabalhador”. É difícil sair dessa discussão sem cair na facilidade da explicação do “clientelismo” e da “compra de votos”⁷⁸, no entanto, antes de nos arriscarmos por esses conceitos, deveríamos analisar a importância simbólica que o voto e as próprias instituições têm dentro do imaginário político das classes populares. Pois se podemos estender as qualidades humanas para as instituições políticas formais, não é de se surpreender que em todo o momento que se pergunta sobre o direcionamento político ou o desenvolvimento prático das ações do movimento, a figura do “Marrom” seja evocada como “pessoa direita”. As entidades formais são necessariamente apreendidas pela ótica personalizante inerente ao cotidiano e também seria muito simplista oferecer aqui uma explicação baseada no atraso da secularização no país ou na malsucedida implementação da democracia brasileira. A hibridização dos espaços públicos e privados e o empréstimo de categorias de uma esfera para a outra coincidiram com a redemocratização e foram parte constituinte dela, tornando-se não só o espaço de vazão dos anseios políticos de uma classe, como também deram forma e explicação para a potencialidade da política dos anos

⁷⁸ Para uma discussão antropológica dessas práticas, conferir Kuschner (2007).

anteriores e de nossa época. A política enquanto conflito se encontra na potencialidade deslizante simbólica das categorias nativas que, como a significação pós-colonial nos mostrou, empurram para diferentes contextos inimigos e aliados e pautam a cena pública, tornando-a pequena ou extensa. Os espaços políticos do movimento não podem ser atingidos sem antes passar por todas as trajetórias individuais e familiares dos moradores; sua história privada constitui o motivo de sua “luta” e o agenciamento com arenas maiores pode ser feito por inúmeros motes, como “doença na família”, “perda da casa” ou do trabalho. Essas histórias, quase todas parecidas, funcionando tal qual o mitema lévi-straussiano, são conjugadas dentro de espaços formais no movimento, como as reuniões e assembleias e, depois, costuradas a mais de uma trajetória nas conversas informais que se seguem, com todas as adjetivações encontradas no capítulo anterior. Desse modo, quando se olha uma liderança, procura-se nela aquilo que foi construído em comum nos entremeios das mediações privadas e públicas, sendo que as instituições por ela representadas ganham as mesmas características e flutuam nesse limbo entre o individual, o familiar e o coletivo. Assim, como podemos apreender a política quando esta é posta diante de quadros institucionais formais e jurídicos supostamente fixos, nos quais as conquistas conseguidas por esses movimentos devem ser inscritas? E, ademais, como é o tratamento cotidiano dessa ordem classificatória quando os próprios nativos, através de embates políticos, exigem a sua inscrição dentro dessa institucionalidade urbana, como no caso da categoria de “bairro”?

O que posso afirmar é que, dentro de campo, a força das instituições não só é grande, como, de certo modo, o próprio germe da mobilização política também o é, visto que “Marrom” está no movimento desde seu surgimento no “campão” como figura do Sindicato ou do partido, as “visitas” são frequentes e servem para constituir uma unidade pactuada fluida – em seu surgimento e abrangência – e até mesmo a escolha do lugar do acampamento foi feita, até onde pude perceber, estrategicamente através de critérios tributários e jurídicos do terreno por meio de um corpo jurídico fornecido pelo PSTU. Os indivíduos recorrem e exigem medidas da prefeitura, do estado e do governo federal para a assistência social da população local por meio de programas de inclusão social e requerem, por meios jurídicos e através de marchas e manifestações, o reconhecimento do caráter “urbano” do acampamento com atendimento dos equipamentos coletivos mediante o pagamento

de IPTU. Toda essa descrição não combina com o caráter gerencial do aparelho formal-jurídico que Rancière (1996, p. 42) propõe para a sua definição de “polícia” — quadro estatístico opressor do surgimento da política transformadora — porque a fluidez e contingência das categorias invocam seu caráter político, sendo que, a meu ver, a denúncia da suposta negatividade das instituições formais só é possível porque não leva em conta a moralização das entidades, deixando de lado ou subestimando a capacidade de corrosão que a variabilidade das categorias inerentes ao cotidiano carrega para dentro desse aparelho, capaz de chacoalhar a fixitude das formalidades policiais. Dessa forma, parecem-me exageradas também as análises que, derivadas das considerações de Agamben (2002), proclamam o aparecimento em todos os lados da “vida matável” e cercam-nos pelo peso das instituições biopolíticas de controle da vida, sem ver a positividade do dia a dia das classes populares e tentem apreender pelo lado de seus costumes a experiência dessas situações extremas (é verdade), mas políticas e orientadas de sua própria condição. Não se pode negar a existência do tráfico de drogas, dos ilegalismos, do mundo do crime ou do notável controle, ou mesmo criminalização, que as instituições formais possam exercer, mas temo que o pessimismo de algumas análises possam subestimar a capacidade mutável – não matável – das categorias habituais da sociabilidade em explicar e construir o mundo, fato que pode tornar tais estudos o lamento de um verdadeiro “pessimismo sentimental” (Sahlins, 1997).

5. Considerações Finais

Certamente a esfera pública atual não é mais a mesma da época da redemocratização. Como demonstrei no início deste texto e tal qual a etnografia exemplificou, inúmeros processos, agente e entidades se inseririam ao longo dos anos na prática do fazer político e na mobilização social. A prática movimentalista acompanhada por Durham (1972, 1972b, 1980 e 1986 [2006]), Caldeira (1984), e Sader (1988), dentre outros, modificou-se durante mais de trinta anos. Houve a institucionalização constitucional de reivindicações, abertura política e econômica do país, surgimento de organizações não governamentais e mesmo o deslocamento de lideranças comunitárias, sindicais e sociais para os mais variados postos do terceiro setor e do aparelho estatal — processo claramente simbolizado na trajetória política do próprio Lula. No entanto, devemos olhar com cuidado as etnografias produzidas no passado, de modo a mensurar seus dados e contribuições para a análise dos tempos atuais, sendo que, se por um lado, muitos anos nos separam do início desse grande ciclo de mobilização, por outro, categorias conceituais formadas por todos esses movimentos ainda podem ajudar a esclarecer esse período “cinzento” (Telles, 2006, p 53) em que adentramos.

A “denúncia do desmanche” (Oliveira, 2003, p. 143) pressupõe que o “neoliberalismo” acirrado atual trabalha em diversas frentes no intuito de desmontar a esfera pública construída durante tanto tempo, sendo que todo o arcabouço teórico e prático, caro a essa arena, também deve ser desconstruído a favor de uma política verdadeiramente transformadora, que, infelizmente, não está facilmente ao nosso alcance. O Estado “neoliberal” trabalha, nessa visão, com a desregulamentação do mercado, acarretando a pauperização econômica e política das classes populares, ao mesmo tempo que, dentro do paradigma biopolítico de nosso tempo, gerencia a vida e a exclusão social das massas. Estas, sem opção,

encontram-se espremidas pela violência cotidiana, pela supressão da arena pública e pelo gerenciamento apolítico de sua pobreza por programas sociais, ironicamente conseguidos pela própria mobilização política dessas mesmas classes populares, no processo de construção de um espaço de diálogo comum. Todos esses acontecimentos poriam em xeque a validade dos estudos passados, descartando as premissas anteriores. A construção de um novo universo semântico e conceitual completo seria necessária para se entender a idiossincrasia (a)política em que vivemos.

Essas conclusões são possíveis, pois, a meu ver, parte-se do pressuposto da impossibilidade do fazer político dentro das instituições formais (Rancière, 1996, p. 52), colocando a potencialidade transformadora dentro apenas do momento do dissenso e da dissonância com as estruturas dadas, ao mesmo tempo que se proclama o totalitarismo crescente dessas mesmas instituições gerenciadoras (Agamben, 2002, p. 139), encaminhando-nos para a hegemonia biopolítica das democracias ocidentais supressoras da política emancipatória. Penso que, se devemos levar a sério a microfísica das relações cotidianas em todas as suas consequências, necessitamos também olhar para além do seu aspecto gerencial e analisar a potencialidade criativa e mobilizadora com as quais as categorias nativas podem jogar, operando, de dentro de sua semanticidade, esquemas fluidos, oposicionais e efêmeros que, por deterem uma qualidade deslizante, encontram-se sempre dentro e fora das instituições, não perdendo, dessa maneira, sua característica política em nenhum momento. Deleuze e Guattari (2005), apoiados nos escritos de Foucault, proclamaram a micropolítica como o paradigma de nossos tempos; espalharam os modos de coerções por todas as esferas da vida e afirmaram que as redes do poder já não seriam privilégio de um local específico dentro da sociedade. Assim sendo, Antonio Negri e Hardt (2001) puderam divulgar a ideia de que o “Império”, esfera transnacional coercitiva de nossos tempos, poderia ser atacado de qualquer lugar do mundo, e a transformação social não precisaria mais buscar um centro que devesse atacar de maneira privilegiada. Seja por um lado, o da perspectiva do gerenciamento e coerção total, ou por outro, o da capacidade onipresente da transformação social, as ideias lidam com o mesmo pressuposto de que não existem mais instituições centrais de onde emanaria o poder opressor. Contudo, através da etnografia, penso que, se não podemos negar a potencialidade capilar do poder e o aspecto biopolítico do mesmo, não podemos

também nos furtar à análise de algumas das consequências dessa institucionalização – e microinstituições – de reivindicações sociais. Como disse de modo muito rápido anteriormente, é certo que as relações de poder possuem uma capacidade de se ramificar nas mais variadas esferas, mas também não podemos negar o seu acúmulo singular em alguns locais e instituições que, mesmo de modo efêmero e fluido, tratam-no de maneiras variadas — como podemos ver na institucionalização dentro de campo, nos mais diversos âmbitos. Esses dois aspectos nos levam a uma conclusão presente nas falas dos nativos. Essa crescente institucionalização, decorrente de variados lugares, concorre com a ramificação desse poder no cotidiano, e percebemos, através das categorias nativas, que a fixidez normativa, quando capilarizada no cotidiano, ganha inúmeros significados — mesmo porque a instituição não é só uma e as redes do poder, ao tratarem de objetos parecidos, fundem-se e hibridizam-se, demarcando fronteiras móveis. Assim, mesmo quando pensamos na construção objetiva e formal desse “cidadão dos direitos”, somos obrigados a pensar também na inescapável subjetivação a que esse termo pode nos levar, como na categoria dos “trabalhadores”, de modo a reportarmo-nos a inúmeras instâncias, colocando o jogo político numa verdadeira zona fronteira — tal qual a de Bhabha (2007, p. 22) —, onde instituições e entidades disputam o significado do termo através da apropriação de categorias cotidianas das pessoas. Segundo Telles (2006, p. 62), as “zonas de sombras” nos obrigariam a sair da binaridades antes posta pelos estudos clássicos, desacreditando suas conclusões e coagindo-nos a criar um novo léxico para lidar com a realidade. Entretanto, a complexidade da atualidade urbana não é necessariamente uma armadilha para o pensamento político, e sair das binaridades não nos obriga a abandonar os quadros conceituais passados, mesmo porque as próprias classes populares não o fazem por completo. A noção de “trabalhador” — vinculada às classes baixas desde a década de 80 e analisada no terceiro capítulo — é um exemplo dessa maleabilidade semântica na qual a política pode nascer, dentro de um jogo de institucionalização, disputa de significado e diferenciação cotidiana do sujeito dos direitos, numa zona potencialmente incerta, mas redefinida a cada momento pelos termos mobilizados por essas pessoas.

Como espero ter demonstrado, a categoria mobilizadora e unificadora de “trabalhador”, termo que Éder Sader (1988) já trabalhava em seu livro seminal, é operada por diversos atores e instituições e advém das informalidades do mundo

cotidiano dos moradores. Esses “trabalhadores” se encontram rodeados por empregos informais e mal remunerados, ameaça de desemprego, ilegalismos crescentes, violência, tráfico de drogas e inúmeras contingências do seu cotidiano precário, e além disso, são público-alvo de variados programas sociais, de organizações não governamentais, de mensagens de toda a sorte de sindicatos e cooperativas, de um imenso aparato institucional que poderia ser identificado como mecanismos de “gestão da exclusão” (Oliveira, 2003 e Telles, 2006). Todavia, dentro de toda essa complexidade do mundo urbano e da política formal, esses moradores não deixam de ser “trabalhadores”, em todos os significados que o termo pode conter, e assim se movem pela arena pública, por seus quadros formais e pela urgência do cotidiano. A capacidade cambiante dos termos em disputa pode ser usada para fazer política e relativizar o alcance das instituições e sua fixidez. Penso que a discussão pós-colonial ajuda a “colorir” novamente trechos “sombrios” da arena pública atual, sem que tenhamos que deixar de lado todo o aparato movimentalista passado (Doimo, 1995) ou acusá-lo de coibir a política.

A assertiva de Bhabha (2007, p. 27) dos lugares de enunciação híbridos e zonas de fronteiras — espaço paradigmático do homem na pós-modernidade, também segundo o autor — apresenta muitos aspectos convergentes com a chamada “zona de indiferenciação” (Telles, 2006, p. 59) dos estudos urbanos do Cenedic. São esses os espaços de trânsito, nos quais existe uma confluência de signos e significados variados, isto é, hibridizados – espaço público e privado, mercado formal e informal, práticas lícitas e ilícitas etc. São locais onde as pessoas negociam a todo o momento suas identidades e afirmam suas ações pautadas pelos mais variados contextos que o cidadão percorre (Joseph, 2005), da “periferia” ao “centro”, dos “bolsões de pobreza” aos “equipamentos de uma cidade global” (Telles, 2006, com base em Sassen, 1998), num constante constrangimento perpetuado por dispositivos simbólicos e materiais de poder.

Bhabha (2007), em seu interesse mais profundo, busca lugares de enunciação que não estejam marcados pela polaridade dentro/fora, mas que se situem nas divisões, no entremeio das fronteiras que definem qualquer identidade coletiva. As instituições jogam sempre com essa indefinição de fronteiras, pois primeiramente disputam, não apenas entre elas, a legitimidade de falar pelo “trabalhador”, como também perdem o delineamento de suas normas na ponta de seus trabalhos imediatos no cotidiano desses moradores, já que inúmeras redes de poder disputam e deslocam as definições tidas como dadas. E, para além disso, ainda lidam com o léxico popular constituído nessas

zonas híbridas para construir a política. Desse modo, em contraposição às construções identitárias homogeneizadoras, que buscam aprisionar e localizar a cultura, Bhabha coloca a ideia de diferença, articulada contextualmente, nas lacunas de sentido dos interstícios das fronteiras culturais, institucionais e normativas. A noção de diferença expressa por Bhabha remete a um sujeito não vinculado a um lugar na estrutura social ou que seja determinado pela defesa de um conjunto de ideias. O sujeito é sempre circunstancial e cingido entre um sujeito falante e um sujeito do qual se fala, reflexivo. O segundo nunca alcança o primeiro, só podendo sucedê-lo através de sua construção discursiva. No entanto, a subversão é possível pelo caráter contingente do próprio signo – como a categoria “trabalhador” –, sendo que esse possui uma capacidade inesgotável de significação e só pode ganhar um sentido particular, ainda sim provisório e incompleto, num contexto significativo determinado. Destarte, nenhum discurso particular – institucional ou não – tem a capacidade de esgotar plenamente o repertório de significações atribuíveis a um signo, colocando a ação criativa, ou política, como aquela que subverte e redefine o signo a partir de um lugar enunciatório deslocado de sistemas de representações fechados, estes sempre influenciados pelas incertezas das relações cotidianas. A intenção é denunciar um lugar capaz de intervir no sistema de representações corrente a partir de um lugar fronteiro e, por isso, revelar o caráter fragmentário e ambivalente de todo e qualquer sistema de representações.⁷⁹

As periferias urbanas da cidade podem ser interpretadas como lugares fronteiros nas quais as representações do sujeito – “trabalhador” – são construídas e reconstruídas a todo o momento. O sistema de representação mobilizador dessa população não pode ser fechado devido à contingência de seu cotidiano e suas categorias; como visto, dizem muitas coisas em diferentes ocasiões, sendo que o sujeito que estas mobilizam nunca é fixo, dado que sempre fragmentário. A região fronteira, a que essas classes urbanas estão sujeitas ainda, relativiza a situação totalitária das instituições normativas, já que, na realidade, as identidades que estas têm de trabalhar são fluidas e construídas numa zona híbrida na qual, de acordo com Bhabha (2007), a polaridade dentro/fora não pode ser tomada ao pé da letra. Se, como vimos no último capítulo, as formalidades das reuniões e entidades são obrigadas a lidar com o léxico do cotidiano, os quadros institucionais ainda devem lidar com a impossibilidade de sua completude ou fixidez, visto que o próprio caráter inacabado dos símbolos não pode ser

⁷⁹ Para uma análise crítica da ótica colonial, em especial a obra de Bhabha (2007), conferir o seu detalhamento feito por Costa (2006) no capítulo “Pós-colonialismo e *différance*” de seu livro (p. 83-109).

inscrito na clausura de um sistema de representação fechado. Daí a sua potencialidade política. Aquela institucionalidade que também pressupõe a totalidade de sua abrangência e as análises decorrentes de seu inexorável avanço (Agamben, 2002) não leva em conta a potencialidade deslizante e simbólica dos signos de relativizar sua ação e jogar politicamente em seus termos; do mesmo modo, diferenciar a política pela sua posicionalidade interna ou externa aos sistemas de representação formal não nos proporciona a possibilidade de pensá-los como lugares híbridos de enunciação que precedem essa diferenciação. A força com que a formalidade do sistema estatuído está presente dentro de nosso imaginário racional-legal dificulta pensar que ele também possa ser alvo de uma representação do sistema simbólico e, por isso, deslizar e deslocar seus termos em contato com o contingente.

A idéia de trazer as considerações do pensamento pós-colonial para a nossa realidade se justificaria porque, ao hibridizar signos, tal qual na fundição das cadeias de significações coloniais, um sistema normativo fixo — assim como a reivindicada identidade pura do colonizador —, no contato com as categorias nativas elaboradas na sociabilidade rotineira — assim como a identidade do colonizado, na teoria de Bhabha —, se desloca, esvaziando-os ou colocando-os em perspectiva da simbologia da dominação institucional ou colonial. Desse modo, a apreensão da institucionalidade dentro do campo — o sistema normativo fixo —, joga com a flexibilidade dos sistemas cotidianos — apreendidos em categorias como “trabalhadores” e “luta” — ressignificando e atualizando práticas políticas, em locais nos quais ela deveria estar suspensa. A performance em cima dos palcos durante as reuniões e a formalidade e a institucionalidade que são trazidas por essa, trabalha sempre com categorias explicativas gestadas no cotidiano desses moradores. Assim, o uso de identidades coletivas, gírias, situações diárias do acampamento, dentre outras práticas consideradas “informais”, situam o morador dentro do contexto urbano e político, gestado tanto dentro das instituições formais como nos agenciamentos contingentes — ou seja, dentro de uma “zona de enunciação híbrida” (Costa, 2006, p. 92). O hibridismo, além de potencialmente desmontar um todo cultural homogêneo, opera numa lógica cosmopolita que inspira uma cultura global marcada na suas inscrições e articulações como lugares de passagem híbridos — nas periferias ou nesses pontos de contato do sistema normativo e informal, por exemplo.⁸⁰

⁸⁰ Com a globalização e a expansão de uma ordem política (ou não política) global, a possibilidade de percepção do mundo fora de um contexto espacial e simbólico de comunidades imaginadas aumentaria. O

A ideia pós-colonial nos leva no limite a repensar o sistema político, dito ocidental, que se instalou com mediações bastante grandes na maioria dos países dessa parte do globo e a reconsiderar como essas percepções diversas do sistema político formal se apresentam, sem um olhar único e fixo do desenvolvimento modernista, ou mesmo iluminista. No Pinheirinho podemos observar esse tensionamento. Segundo Rancière (1996, p. 52), as democracias modernas se ampararam de tal forma em um sistema jurídico-legal que impossibilitaram uma política válida. O acampamento dos sem-teto faz um grande uso de todo esse aparato legal: pude ver sindicatos, entidades de profissionais, ONG's e advogados circulando em diversos âmbitos no qual o local estava envolvido, entretanto, todas essas situações — por mais formais que fossem — sempre estiveram mediadas por termos do cotidiano desses sujeitos que explicavam a cada um deles o papel que desempenhavam. Penso, que a concepção de que estamos sobre uma grande era de indeterminação política não leva em conta os esquemas cambiantes desses atores, que introduzem o informalismo, o contingente e as reinterpretações políticas dentro de arcabouços jurídico-legais prontos. A noção de fronteira ajuda a situar, dentro de um quadro móvel de significados, um local no cotidiano da política como confronto — nas fricções entre a institucionalização e a mobilização, nas quais a ideia de “trabalhador” e “luta” possam reatualizar leis e direitos garantidos e politizar, por meio do conceito de identidade que trazem, grandes sistemas legais estatuídos, como sindicatos e partidos. Penso que essa discussão também ajuda a relativizar qualquer ideal de uma democracia não consolidada ou em vias de consolidação, pois ao colocar o contingente como fator decisivo, descarta-se qualquer ideia única de desenvolvimento da esfera pública. Para tanto, considero que o olhar para o dia a dia das populações-alvo desse sistema político-formal é de grande ajuda para relativizar concepções antes dadas e imaginar o impacto que esses indivíduos têm a oferecer para essa grande meta-narrativa política, como diriam os chamados pós-modernos.

Desse modo, tentei abordar de um outro modo as práticas que essas redes capilares de poder e coerção, institucionais ou não, redefinem e disputam significados de termos e identidades minoritários, de modo a conjugar em meios e formas

cosmopolitismo pós-colonial se inscreveria enquanto alternativa ao universalismo modernista. “O cosmopolitismo sem modernismo não é sem modernidade como tal, mas sem o projeto racionalista, abstrato e desenvolvimentista do modernismo” (Fridman apud Costa, 2006, 95).

aparentemente homogêneos – “luta”– histórias e trajetórias variadas e rearranjá-los politicamente?

A questão que tentei enfrentar é: como o processo de construção discursiva de um sujeito político pode ocorrer através das contingências (Costa, 2006, p. 98), pensando-o, inclusive, dentro de uma problemática em que a própria política como capacidade crítica de produção do dissenso sofre abalos dentro de uma estrutura gestada apenas para o policiamento e gestão das massas (Rancière, 1996, p. 52). Penso que essas duas propostas — das limitações da meta-política atual, tal como pensa Rancière (1996) e do hibridismo enquanto categoria central do sujeito (Bhabha, 2007) — partem de pressupostos semelhantes: da construção discursiva do sujeito político, mas atingem conclusões diversas que podem render frutos, se colocadas lado a lado, e iluminar saídas advindas de experiências marginais para o problema da suposta anulação política provocada por sua institucionalização.

Sader (1988) explica como matrizes discursivas formam sujeitos políticos. Seu livro demonstra como esses sujeitos foram criados através da crise dessas instâncias e como o ideário da autonomia foi gestado a partir de então, jogando novos atores na cena pública — formuladores de direitos, que passariam para o terreno do institucional. Feltran (2008b) analisa como os movimentos sociais se apoiaram nessa construção de um campo ético-político e pensa os meios de atuação destes quando esse campo se restringe e a arena de mobilização, antes construída, se modifica. Por um lado, o imaginário dos movimentos sociais apela fortemente para a ideia de unidade moral vinculada à noção de “comunidade” (descrita por Durham, 2004 [1972]), e por outro, não se pode pensá-los sem as diversas articulações e mediações feitas por pastorais, sindicatos, grupos de esquerda e intelectuais que os levam à pressão e negociação com esferas governamentais, como a mesma autora já apontara em outro artigo (Durham, 2004 [1984b]).

Como Feltran (2008b, p. 103) descreve na Fazenda Pirituba do MST ⁸¹, o terreno político dos anos 80 permitia a transição de uma comunidade local baseada em compromissos privados se tornar um movimento social, isto é, uma organização política. A conjuntura da época permitiu que inúmeras organizações

⁸¹ A Fazenda Pirituba do MST foi um dos primeiros assentamentos da região sudeste ainda na década de 80. Como o autor descreve, o grupo de assentados passou por períodos muito significantes da história política recente, com atores políticos importantes internamente e externamente, constituindo um bom exemplo para os nuances da mobilização e institucionalização do movimento, já que o local existe até hoje como uma fazenda modelo do MST.

como essa, articuladas com discursos de mudança social, formassem uma esfera pública popular. Saíam de interesses estritamente privados, vinculando-os a um espaço de diálogo comum, favorecido, em grande parte, pelas condições institucionais do período: o Estado estava se abrindo e a proposta democrática aparecia como horizonte válido. E a mobilização de poucos agricultores em Pirituba se tornou a reivindicação de muitos, começando um movimento reconhecido politicamente, fazendo pressão sobre o Estado e abrindo caminhos institucionais e de negociação, de modo a consagrar seu objetivo: a garantia legal do acesso à terra:

“O campo de discursos políticos respaldava os agricultores numa luta mais ampla, e comum; isso fazia da conquista social obtida uma conquista. O sindicato, a igreja e mesmo o governo de transição – estávamos em 1984 – foram mediadores importantes. A ação repercutia, então, também nos universos privados das famílias recém assentadas: os critérios de entendimento do mundo das famílias rurais do interior de São Paulo, a religiosidade popular que em geral a acompanha, o ritmo de produção agrícola e manutenção da vida de repente se chocavam com uma dimensão de elaboração até então desconhecida: a esfera pública. Pela experiência de luta nesse contexto os militantes descobriram a existência do mundo público, e se viram fazendo movimento popular” (Feltran, 2008b, 142).

No entanto, esse cenário não durou para sempre e, a partir da década de noventa, a estabilidade do grupo se viu ameaçada, iniciando um processo de restrição da ação pública dos assentados, que corresponderia à diminuição dos espaços de ação pública na sociedade como um todo. Desse modo,

“(...) para pautar publicamente a fratura que separa os que têm direitos dos que não têm, não basta uma virtude inicial das lutas, é preciso um campo político permanentemente aberto às demandas populares. Não foi o caso da democracia institucional brasileira, em sua consolidação.” (Feltran, 2008b, 153).

A Fazenda de Pirituba tentou resolver, via MST, essa questão através uma política de confronto com o governo, no intuito de manter sua visibilidade.

Certamente, os movimentos de cunho urbano detiveram outra característica, e sua farta negociação com o Estado foi sempre mantida, como podemos apreender na etnografia. Mas, se é verdade que a arena pública não é mais a mesma, onde estaria a potencialidade política de nossos tempos?

“Como sujeitos sempre expostos à desqualificação e repressão pelos discursos dominantes, não lhes é possível dedicar-se exclusivamente aos trabalhos de base e esperar o tempo político da grande transformação; nem lhes é permitida apenas a tentativa de ocupação de canais de relação com o Estado, com partido ou políticas públicas, como se fossem eles próprios os governantes; nem tampouco podem focar-se apenas nas ações diretas de confronto, que fundam espaços de locução renovados, porém efêmeros. A luta política destes movimentos parece se situar, hoje, necessariamente entre todas estas esferas. No trânsito entre elas é que a construção política destes atores parece poder romper com os constrangimentos que, de um lado, tentam restringir os movimentos sociais ao mundo privado e, de outro, aprisionar em um simulacro de mundo público, fundado pelos mesmos mecanismos pelos quais a vida civil tem se despolitizado.” (Feltran, 2008b, 145)

A arena pública não é mais a mesma, definitivamente. No entanto, entre esses âmbitos da potencialidade da construção política estamos, de tempos em tempos, em contato com as descrições que as etnografias passadas nos mostravam, com o diferencial da idiossincrasia pública e institucional de nossos tempos, conseguida pelos próprios esforços dos movimentos populares. No trabalho de base que as lideranças fazem com os moradores, temos sempre os mesmo termos mobilizadores colhidos décadas atrás; a percepção de “luta” e “trabalhador”, enquanto meio e sujeito da ação política, podem ser cambiante, mas detêm semelhanças com o início do ciclo movimentalista. São categorias explicativas da sociedade, definem suas origens, explicitam a sua grande divisão entre “ricos” e “pobres” e dão horizontes para se movimentar dentro da cena pública. Em segundo lugar, a ocupação de canais de interlocução com o Estado, partidos e entidades da sociedade civil é constante, e a institucionalização de seus direitos decorre tanto das “lutas” passadas, inscritas na Constituição de 88, como é reivindicação constante de suas manifestações e outros espaços de publicização de suas

demandas — como visto na categoria “bairro”. E, finalmente, a própria origem do acampamento é decorrente de uma política de confronto de ação direta já vista por Doimo (1995) nos novos movimentos sociais e constituiu, embora num momento efêmero, a base para a formação do Pinheirinho enquanto movimento político válido, situando-o, através de um momento de dissenso, dentro da esfera política dos falantes enquanto interlocutor válido, tal como propunha Rancière (1996).

Pude observar em minhas coletas de dados todos os aspectos presentes no clico movimentalista, sem que pudesse ver a irrefreável supressão política operada atualmente. Os trabalhos formais, como acontecia nas SAB’s e CEB’s das periferias estão presentes; as matrizes discursivas do cotidiano desses moradores são utilizadas para a mobilização e para a formação de um sujeito coletivo de demandas — todos os “trabalhadores” constroem ativamente sua “luta” — e as demandas são encaminhadas institucionalmente através dos sindicatos, partidos, ONG’s e outros meios, reinterpretando leis e direitos adquiridos. Tudo isso acontece diariamente dentro do Pinheirinho e fora dele, por meio das sociabilidades efêmeras e laços identitários e através de grupos organizados e instâncias jurídicas. A precariedade das periferias foi e ainda é grande, mas a ilegalidades e instituições lá presentes também convivem com a capacidade de seus moradores de agir politicamente. As etnografias do passado ainda nos servem de baliza para entender o presente e se todo o processo de institucionalização e criminalização dessa população das “tramas da cidade global” (Telles, 2006, p. 53) teve algum efeito, foi o de ressaltar a característica fluida com que se faz a política, por meio da construção momentânea de inimigos e aliados.

A constituição da política acontece nos interstícios dessas esferas e, penso eu, seria errado restringi-la a um momento específico de ruptura e negar sua potencialidade em nosso tempo. Ademais, a política também ganha formas nas fronteiras de significação das categorias nativas, capazes de fornecer códigos com os quais os moradores dessas áreas caminham entre as ilegalidades da cidade, informalidades do mercado de trabalho e institucionalizações de demandas sociais. A capacidade infinita de significação atribuída a esses códigos possibilita a afirmação positiva de uma identidade cambiante capaz de lidar com normas e meios formais de representação de maneira positiva e não-essencializada. Essas manifestações e publicizações espetacularizadas de demandas constituem momentos de significação e afirmação identitária que podem reafirmar o caráter

público dessa população, por outro meio que não seja o do puro gerenciamento estatístico apolítico das instituições totais. Mesmo essas instituições são obrigadas a lidar com situações fronteiriças de indefinições momentâneas, deparando-se com as múltiplas significações híbridas que seus espectros não podem abranger.

Sendo assim, o que pude apreender por meio da presente etnografia é que, apesar das mudanças recentes da esfera pública — programas sociais, terceiro setor e redefinição do mundo do trabalho —, as categorias centrais do fazer político popular que foram delineadas por etnografias urbanas clássicas — como “trabalho”, “família” e “luta” — ainda constituem formas válidas de mobilização social, devidamente contextualizadas no cotidiano dessas famílias. Embora a arena pública passe por mudanças, as análises passadas do cotidiano das classes populares não podem ser descartadas e, se as categorias nativas mudaram em seu conteúdo, essa mudança não foi abrupta e detém uma linha de continuidade entre a prática movimentalista anterior e a recente. Entre práticas formais e informais, institucionais ou não, a significação das “lutas” desses “trabalhadores” não pode ser circunscrita por grandes categorias macroexplicativas do fenômeno urbano e político recente. Considero que, em meio ao cotidiano, os termos do debate político sempre podem mudar e (re)orientar a prática política no centro daquilo que pode aparecer como indefinição, pois sua própria origem é de natureza contingente e contextual, podendo redefinir e influir em esferas hierarquicamente superiores que trabalham como normas político-rationais dadas *a priori*, pois é na “luta” diária dessas pessoas, nos entremeios de diversas coerções físicas e simbólicas, que podemos definir suas motivações de cunho pessoal ou coletivo.

6. Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

AGIER, M. “Réseaux et engagement: les uns avec les autres” in : **L’invention de la ville: banlieues, townships, invasions et favelas**. Paris, Archives Contemporaines, 1999.

ALVITO, Marcos. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

CABANES, Robert. “Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações” in Telles, Vera e Cabanes, Robert (org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo, Humanitas, 2006, p. 389-428.

CASTRO, Hebe M. Mattos. “Laços de família e direitos no final da escravidão” In: Alencastro, Luiz Felipe (org.) **A história da vida privada no Brasil**, vol. 2, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **A política dos outros**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp/Editora 34, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CARDOSO, Ruth. “Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico” In: Sorj, Bernardo e Almeida, Maria Hermínia T. (orgs.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 81-91.

_____. “A trajetória dos movimentos sociais” In: Dagnino, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 81-90.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da *et alli*. “Processo de horizontalização e de verticalização em São José dos Campos de 1950 a 2000” In: Papali, Maria Aparecida (org). **Histori(cidade)s: um olhar multidisciplinar**. São Paulo, Annablume, 2008.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DE CERTAU, Michel. A invenção do cotidiano – Artes de fazer. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo, Editora 34, 1991.

DELEUZE, Gilles e PERNET, Claire. **Diálogos**. Lisboa, Relógio d’Água, 2004.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **Mil Platôs**. Vol. 01. São Paulo, Editora 34, 2005.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz popular**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo, Edusp, 1992.

DURHAM, Eunice R. “A pesquisa antropológica com populações urbanas” in Durham, Eunice R. **A dinâmica da cultura**, São Paulo, Cosac & Naify, 2004 [1986], p. 357-376.

_____ “Comunidade” in Durham, Eunice R.. **A dinâmica da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2004 [1972], p. 221-225

_____ “Cultura e ideologia” in Durham, Eunice R.. **A dinâmica da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2004 [1984], p. 257-279.

_____ “Família operária: consciência e ideologia” in Durham, Eunice R.. **A dinâmica da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2004 [1972b]

_____ “Movimentos sociais: a construção da cidadania” in Durham, Eunice R.. **A dinâmica da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2004 [1984b], p. 283-294.

_____ **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para a cidade**. São Paulo, Ática, 1973.

EVERS, Tilman. “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais” In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 4, 1984, pp. 11-23.

FELTRAN, Gabriel. **Desvelar a política na periferia: História de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2005.

_____. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**, Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, 2008.

_____. “Limites da virtude isolada. Movimentos Sociais e política no Brasil” in: Levy, Bettina e Ginatelli, Natalia (org.) in: **La política en Movimiento: Identidades y Experiencias de organización en América Latina**. Buenos Aires, Clacso Libros, 2008b.

FERNANDES, Rubens César. **Privado, porém público - o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FILADELFO, Carlos. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)**. Dissertação de Mestrado defendida no PPGAS/UPS, São Paulo, SP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1972.

_____. “Les mailles du pouvoir”. In: **Dits et écrits**. Paris, Gallimard, 1994.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo, Global Editora, 2006.

FRÚGOLI JR., Heitor. “O centro de São Paulo: mudanças recentes e a questão da moradia social”. *Paper* para o *Séminaire international de recherche: Réinvestir le "centre"*. Paris, 2006.

_____. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. **Revista de Antropologia**. vol. 48, n. 1, Departamento de Antropologia da USP, p.133-165, jan.-jun./2005.

_____. **Sociabilidade Urbana**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2007.

GOMES, Angela de Castro. “Política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado” In: Laura de Mello e Souza. (org). **História da Vida Privada no Brasil**, Volume 4, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

GOLDMAN, Marcio. **Como Funciona a Democracia. Uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2006.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

GUPTA, A. & FERGUSON, J. “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença” [1992] in: Arantes, A. A. (org.). **Espaço da diferença**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1984.

HARDT, M. “A Sociedade Mundial de Controle” In: Alliez, E. (org). **Gilles Deleuze: uma Vida Filosófica**. São Paulo, Ed.34, 2000.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império** - Rio de Janeiro, Record, 2001

HELENE, Diana. “O teto e a rua” in: **Ponto Urbe – Revista de Antropologia Urbana da Usp**. Ano 02, julho de 2008 Disponível em: <http://www.n-a-u.org/pontourbe03/didihelene.html> (acessado em 14/12/2008).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

JOSEPH, Isaac. “A respeito do bom uso da Escola de Chicago” in Valladares, Lícia P. (org.). **A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005, p. 91-128.

KOWARICK, Lúcio. “Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente”, **Espaço & Debates** nº 40, São Paulo, ano XII, p. 105-113, 1997.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo, Cosac e Naify, 2004.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, Edusp, 2000.

MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner & KROW, Valdevino. “A dinâmica do desenvolvimento sócio-econômico em São José dos Campos” In: Papali, Maria Aparecida (org). **Histori(cidade)s: um olhar multidisciplinar**. São Paulo, Annablume, 2008.

MARCUS, G.E. e FISCHER, Michael M. J. **Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences**. Chicago; University of Chicago Press, 1986.

MARCUS, G. E. “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography” in: **Ethnography through thick and thin**. Princeton, Princeton University Press, 1998, [1995].

_____. “Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do séc. XX ao nível mundial”. **Revista de Antropologia** 34, 1991.

MARTINS, José de Souza. “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira” In: Laura de Mello e Souza. (org). **História da Vida Privada no Brasil**, Volume 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, Cosac e Naify, 2004.

NEPO (Núcleo de Estudos de População/ Unicamp). **Atlas de condição de vida em São José dos Campos**, 2003.

NOVAIS, Fernando A. “Condições da privacidade na colônia” In: Laura de Mello e Souza (org). **História da Vida Privada no Brasil**, Volume 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. **O ornitorrinco: crítica à razão dualista**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

_____. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento” In: **A era da indeterminação**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

PAZ, Octavio. **Claude Lévi-Strauss ou o festim de esopo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.

PRADO JR., Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo, Editora 34, 1996.

RIZEK, Cibele Saliba. “Cidade, trabalho, política” In: Rizek, Cibele Saliba e Romão, Wagner de Melo (org.). **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica**. São Paulo, Editora Humanitas, 2006.

RIZEK, Cibele S. e BARROS, Joana. “Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades” In: Frúgoli Jr., Heitor; Andrade, Luciana T. de; Peixoto, Fernanda A. (orgs.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte, Ed. PUC-Minas/Edusp, 2006, p. 377-401.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)” in Cardoso, Ruth (org.). **A aventura antropológica**. São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- _____. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (Partes I e II)”. **Mana**, vol. 3, nº 1 e 2, 1997.
- SANTOS, Laymert Garcia. “Instituição e destituição do mundo público: invenção e anulação.” In: Rizek, Cibele Saliba e Romão, Wagner de Melo (org.). **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica**. São Paulo, Editora Humanitas, 2006.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo; Companhia das Letras, 2007 [1978].
- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar” in **Novos Estudos Cebrap**, nº 23, 1989, pp.7-66.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SLENES, Roberto W. “Senhores e subalternos no Oeste paulista” In: Alencastro, Luiz Felipe (org.) **A história da vida privada no Brasil**, vol. 2, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 233-290.
- SOUZA, Mônica M. P. de Carvalho. “Frentes de expansão na produção do espaço urbano no município de São Paulo (1993-2003)”. *Paper* para o **Seminário Temático Cidades: perspectivas e interlocuções nas ciências sociais**. 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2007.
- TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- TELLES, Vera. “Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70” in Scherer-Warren, Ilse e Krischke, Paulo (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. “Sociedade civil e construção de espaços públicos” in Dagnino, Evelina (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1996.

_____. “Debates: a cidade como questão” in Telles, Vera e Cabanes, Robert (org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo, Humanitas, 2006, p. 35-64.

_____. “Trabalho, cidade e os elos perdidos da política” In: Rizek, Cibeale Saliba e Romão, Wagner de Melo (org.). **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica**. São Paulo, Editora Humanitas, 2006b.

TELLES, Vera e HIRATA, Daniel. “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito”. *Paper* para o **Seminário Temático Cidades: perspectivas e interlocuções nas ciências sociais**. 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VÉRAS, Roberto. “A denúncia do desmanche” In: Rizek, Cibeale Saliba e Romão, Wagner de Melo (org.). **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica**. São Paulo, Editora Humanitas, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo, Cosac e Naify, 2002.

_____. **Eduardo Viveiros de Castro**. São Paulo, Cosac e Naify, 2007.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta. Organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, Pioneira, 1996.

WEFFORT, Francisco. “Raízes do populismo no Brasil”, **Revista Civilização Brasileira**. Ano I, n. 2, 1965.

_____. **Por que democracia?** São Paulo, Brasiliense, 1984.

Atlas e Relatórios:

São José em dados (disponível em www.sjc.sp.gov.br)

Atlas de Condições de Vida de São José dos Campos (disponível em www.sjc.sp.gov.br)

Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (disponível em www.pnud.org.br)

Sites consultados:

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Site consultado: www.pnud.org.br (acessado em 19/05/2009)

PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos Site consultado: www.sjc.sp.gov.br (acessado em 19/05/2009).

IBGE – Site consultado: www.ibge.gov.br (acessado em 19/05/2009).

SEADE – Site consultado: www.seade.gov.br (acessado em 19/05/2009)

Matérias na mídia:

Isto é. “Disputa Milionária: Ação na Justiça de São Paulo suspende a venda do imóvel mais caro do País”. 14/04/2009, disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2013/artigo91198-1.htm>.

Vale Paraibano. “Pinheirinho: um desafio gigante para São José”. São José dos Campos, 22/3/2009, Primeiro Caderno, p. 5.

Vale Paraibano. “Sem-teto acusam prefeitura de boicote”. São José dos Campos, 31/3/2009, Primeiro Caderno, pag. 7.

Vale Paraibano. “Zona Sul abriga ‘cinturão’ de sem-teto”. São José dos Campos, 01/4/2009, Primeiro Caderno, pag. 3.

Vale Paraibano. “Justiça quer invasores fora da Vaquejada até dia 30”. São José dos Campos, 12/5/2009, Primeiro Caderno, pag. 3

Vale Paraibano. “Prefeitura vê ‘infiltração’ de políticos”. São José dos Campos, 01/02/2204, Primeiro Caderno, pag3.

Vale Paraibano “Universo Paralelo” São José dos Campos, 10/02/2004, Primeiro Caderno, pag. 2. Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2004/02/10/sjc/lula61.html>.

Vale Paraibano. “Sem-teto recrutam famílias para novas invasões em São José”, São José dos Campos, 15/01/2004. Primeiro Caderno, pag. 5. Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2004/01/15/sjc/teto1.html>.

Vale Paraibano “Apoio dos sem-teto vira arma do PSTU em eleição em São José”, São José dos Campos, 29/07/2004. Primeiro Caderno, pag. 3. Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2004/07/29/sjc/pstu.html>.

Vale Paraibano. “Sem-teto prepara caravana para Fórum Social no RS”, São José dos Campos, 20/01/2005, Primeiro Caderno, pag. 3, Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2005/01/20/sjc/teto1.html>.

Vale Paraibano. “Deus e o diabo na terra das coligações”, São José dos Campos,
20/8/2004, 2º página, Disponível em:
<http://jornal.valeparaibano.com.br/2004/08/20/pag02/artigao.html>.